

•
• **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

•
• **ESCOLA DE ARTES**

• DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS E DESIGN
•
•
•
•
•
•

• ***Passado, Presente e Futuro do Brasão***
• ***da Câmara Municipal de Évora:***
• ***uma nova proposta de Identidade Visual***
•
•
•
•
•
•
•

• ***Telmo Jorge Amaro Pereira Marono***
•

• Orientação: Professora Doutora Sandra Leandro
• Professor Doutor Tiago Navarro Marques
•
•
•
•
•
•
•

• **Mestrado em Design**
•

• Área de especialização: Projecto de Design de Comunicação
•

• Trabalho de Projecto
•
•
•

• Évora, 2013
•
•
•

Agradecimentos

O primeiro agradecimento vai para os meus pais, pela forma como me educaram, por terem estado sempre ao meu lado, mesmo nos momentos menos bons, pela forma como não deixaram de me incentivar e apoiar e, acima de tudo, porque foi com a ajuda financeira deles que tornei o mestrado possível. Não podia deixar de agradecer ao resto da família - irmã, irmão, cunhados, sobrinhos e afilhados -, uma vez que em muitos momentos me souberam ouvir e acima de tudo incentivar para que tudo pudesse correr bem. Não podia deixar de agradecer a uma pessoa muito importante neste processo, a minha namorada, que estoicamente levou com algum do meu mau humor, fosse na licenciatura ou no mestrado: Obrigado Cláudia!

O segundo agradecimento vai para a minha orientadora, Professora Doutora Sandra Leandro e o meu co-orientador Professor Doutor Tiago Navarro Marques, pois sem eles o trabalho final não seria possível. Foram parte importante de todo percurso e no momento mais complicado de todos nunca desistiram, sabendo estar sempre à altura do grande desafio que lhes estava a ser colocado.

O terceiro agradecimento vai para todos aqueles que participaram e apoiaram este projecto de mestrado, pois sem eles muita da informação recolhida não seria possível. Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora, Eng.º Manuel Melgão, aos ex-Presidentes Dr. Abílio Dias Fernandes e Dr. José Ernesto d'Oliveira, ao Dr. Eduardo Luciano (vereador da CDU), ao Dr. António Costa Dieb (vereador do PSD), ao Dr. Gustavo Val-Flores (Técnico Superior do município) e ao António Couvinha (Assistente Técnico do município) pelas entrevistas que me concederam, que enriqueceram o trabalho. Agradeço também à Câmara Municipal de Alandroal, na pessoa do Sr. Presidente João Maria Grilo, o apoio prestado por esta autarquia.

O quarto, e último agradecimento vai para todos os meus amigos, colegas de licenciatura e trabalho, que se tornaram apoios fundamentais em alguns momentos da pesquisa, tendo-me ajudado a não perder motivação. Por isso um muito obrigado ao Paulo Teles, Diogo Camacho, Luís Lourenço, Luís Moreira, Tiago Morais, Pedro Caeiro, Joaquim Lopes e Luís Ferreira, um forte abraço para vocês.

Resumo

Em Portugal, a heráldica enquanto ciência, técnica e arte há muito que se preocupa com a questão da representação e identificação gráfica das cidades e das autarquias, servindo a sociedade de forma abrangente. As cidades ganharam na década de trinta do século XX, uma estruturação gráfica no sentido da sua uniformização, através dos brasões municipais, os quais se mantêm ainda hoje como elemento gráfico de destaque no protocolo autárquico. Símbolos das cidades, os brasões são usados em toda a comunicação institucional e promocional do município. Contudo, nas duas últimas décadas muitas cidades e municípios sentiram necessidade de se afirmarem nesta matéria e, independentemente do sistema e regras heráldicas existentes, criaram e adoptaram uma nova identidade visual que as distingue das restantes.

O presente estudo centra-se na cidade de Évora, na sua história, tradição, património, cultura e no brasão do município. Vivemos hoje numa sociedade que se confronta com os mais diversos problemas e por isso os órgãos de gestão autárquica e cidades estão diariamente perante novos desafios e um ambiente fortemente competitivo, sendo que essa concorrência criou a necessidade de se requalificarem em termos de imagem e comunicação, de modo a atrair mais população e investimento. É imperativo que a cidade de Évora se diferencie de outras, através de um activo importante, o reconhecimento de que é Património da Humanidade, o que terá reflexos obrigatoriamente na sua identidade visual. Com este estudo, serão identificados diversos problemas do brasão de armas da cidade de Évora e tentar-se-á uma clarificação da sua aplicação na construção da identidade da cidade e do município. O brasão da cidade é um símbolo histórico e deve ser preservado, uma vez que nos conta parte da narrativa da cidade, neste trabalho serão identificados vários casos de utilização indevida e adulteração do brasão.

Assim, e porque se considera um símbolo institucional, será proposto que a utilização deste seja apenas de carácter protocolar, com a intenção assumida de determinar uma nova proposta de marca/identidade visual para o município, onde está incluída uma campanha promocional, com os suportes técnicos passíveis de utilização na estratégia de *marketing* e publicidade.

Palavras-chave

Design de comunicação, identidade urbana, brasão, Évora, marca, município.

Past, Present and Future of Arms of the City of Évora: proposed a new Visual Identity

Abstract

In Portugal, the heraldry as a science, technique and art have long been concerned with the question of representation and graphical identification of cities and municipalities, serving society in a broad sense. Most cities gained during the 30s of the twentieth century, a graphical structuring towards its standardization, through the use of the municipal coat of arms, which still applies today as graphic image in the municipal protocol. As symbol of the cities, generally the Coat of Arms are used in all the municipal communication tools, either institutional or promotional. However, in the last two decades, most cities and municipalities felt the need to affirm themselves on this subject and, regardless of the existing heraldic rules and system, created and adopted a new visual identity distinguishing themselves from one another.

The present study is focused on the city of Évora, its history, tradition, heritage, culture and coat of arms. Today, we're living in a society dealing with several problems and therefore the local authorities and cities daily face new challenges in an extremely competitive environment, competition which created the need for requalification in terms of image and communication, in order to attract more population and investment. It's imperative that the city of Évora distinguishes itself from other cities through an important active, the recognition of the label of World Heritage, which will be necessary reflected in its visual identity. This study identifies various problems on the Coat of Arms of the city of Évora and will also try to clarify its use in the construction of the identity of the city and municipality. The Coat of Arms of the city it's an historic symbol which must be preserved, it tell us something about the story of the city. This study will also identify several cases of misuse and adulteration of the Coat of Arms.

Thus, and because it is considered an institutional symbol, it will be proposed its use only in protocol and institutional communication, with the firm intention of determining a new proposal for brand/visual identity for the Municipality, to be used specifically in promotion campaigns, with the necessary technical supports liable to be used in the marketing strategy and advertising.

Key-words:

Communication design, urban identity, Coat of Arms, Évora, brand, Municipality

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	03
Resumo/Abstract	04
Índice	06
Índice de figuras	08
1. INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I MANIFESTOS DE IDENTIDADE: HERÁLDICA E MARCA	
2.1. Heráldica portuguesa	13
2.1.1. Ciência, técnica, arte	14
2.1.2. As leis da heráldica	14
2.1.2.1. Lei da luz ou da iluminura	15
2.1.2.2. Lei das cores	15
2.1.2.3. Lei da localização	16
2.1.2.4. Lei das proporções	17
2.1.2.5. Lei da estilização	17
2.1.2.6. Formatos dos escudos de armas	17
2.1.3. Classificação heráldica	19
2.1.3.1. Classificação clássica	19
2.1.3.2. Classificação detalhada	20
2.2. A Heráldica Municipal	21
2.2.1. A importância da Heráldica Municipal em Portugal	21
2.2.2. A Evolução histórica da Heráldica Municipal em Portugal	22
2.2.3. Reforma de 1930	26
2.3. Instituto Português de Heráldica	29
2.4. Associação dos Arqueólogos Portugueses	30
2.5. A Marca	30
CAPÍTULO II ESTUDO DE CASO: MUNICÍPIO DE ÉVORA	
3.1. Cidade de Évora	32

3.1.1. A história da cidade	32
3.1.2. A conquista de Évora por Giraldo Sem Pavor	39
3.1.3. O património: Declaração de valor (Unesco, 1986)	43
3.1.4. Administração municipal	45
3.2. Armas do Município de Évora	45
3.2.1. A história do brasão, bandeira e selo	45
3.2.2. Primeira aprovação das armas da cidade (1930)	48
3.2.3. Segunda aprovação das armas da cidade (1951)	51
3.2.4. Terceira aprovação das armas da cidade (1987)	53
3.2.5. A deliberação/aprovação	62
3.2.6. Utilização do brasão oficial	63
3.2.7. Utilização pelas entidades/associações/pessoas	65
3.3. Logotipo do Município de Évora (2001)	68
CAPÍTULO III PROPOSTA DE NOVA IDENTIDADE MUNICIPAL	
4.1. Uma proposta: a marca, o logotipo, o símbolo e a assinatura	70
4.2. Proposta de marca e comunicação	75
4.2.1. Memória descritiva	75
4.3. Brand Guidelines	78
5. CONCLUSÃO	171
Bibliografia	176
6. APÊNDICES	181
7. ANEXOS	198

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 Representação das cores e dos esmaltes em imagens a preto e branco	16
Figura 02 Divisão do escudo	17
Figura 03 Formatos dos escudos de armas	19
Figura 04 Selo do concelho de Castelo do Mendo	23
Figura 05 Selo do concelho de Trancoso	23
Figura 06 Selo do concelho de Lisboa	23
Figura 07 Selo do concelho de Penela	23
Figura 08 Selo do concelho de Elvas	23
Figura 09 Selo do concelho de Torres Novas	23
Figura 10 Selo do concelho de Azambuja	23
Figura 11 Selo do concelho de Coimbra	23
Figura 12 Brasão da cidade de Lisboa	29
Figura 13 Brasão da cidade do Porto	29
Figura 14 Brasão da cidade de Évora	29
Figura 15 Brasão da vila de Alandroal	29
Figura 16 Brasão da freguesia de Évora – Santo Antão	29
Figura 17 Mapa da cidade	39
Figura 18 Estátua em pedra de Giraldo Sem Pavor	43
Figura 19 Escudo de armas da cidade de Évora, Sé Catedral, século XIV	47
Figura 20 Pedra de armas, Casa de Ver-o-Peso, século XV	47
Figura 21 Pedra de armas, Antigo Paços do Concelho, 1515	47
Figura 22 Bandeira do período filipino de cerca 1600	48
Figura 23 Brasão de armas da cidade de Évora, 1940	51
Figura 24 Brasão de armas da cidade de Évora, 1950	51
Figura 25 Bandeira e brasão de armas da cidade, 1951	52
Figura 26 Bandeira da cidade entre 1930 e 1951, Palácio D. Manuel	53
Figura 27 Bandeira da cidade entre 1930 e 1951, Palácio D. Manuel	53
Figura 28 Tapeçaria do Salão Nobre dos Paços do Concelho	62
Figura 29 Brasão de armas da cidade de Évora (1987)	63
Figura 30 Bandeira de armas da cidade de Évora (1987)	63
Figura 31 Brasão de armas oficial	64
Figura 32 Brasão de armas a preto e branco	64
Figura 33 Brasão de armas com a designação Câmara Municipal de Évora	64
Figura 34 Brasão de armas com a designação <i>sempre consigo...</i>	64

Figura 35 Brasão de armas com a designação Évora Câmara Municipal	64
Figura 36 Brasão de armas com a designação município de Évora	64
Figura 37 Brasão de armas utilizado num dos autocarros do município	65
Figura 38 Autocarro do município	65
Figura 39 Brasão de armas alterado pelo Sérgio Horta	66
Figura 40 Postal dos CTT alusivo ao brasão de armas da cidade	66
Figura 41 Planta da Feira de S. João 2013 da Câmara Municipal de Évora	67
Figura 42 Planta da Feira de S. João 2013 da Empresa HORA	67
Figura 43 Brasão de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	67
Figura 44 Brasão de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	67
Figura 45 Brasão de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	67
Figura 46 Brasão de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	67
Figura 47 Brasão de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	67
Figura 48 Bandeira de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	68
Figura 49 Bandeira de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	68
Figura 50 Bandeira de armas da cidade não oficial ou aprovado pelo município	68
Figura 51 Logotipo da Câmara Municipal de Évora criado em 2001	68
Figura 52 Logotipo da Câmara Municipal de Évora aplicado em tapete de rato	69
Figura 53 Logotipo da Câmara Municipal de Évora aplicado em canivete	69
Figura 54 Logotipo da Câmara Municipal de Évora aplicado em guarda-chuva	69
Figura 55 Painel de hotéis situado na entrada Beja/Évora	71
Figura 56 <i>Outdoors</i> situados na entrada Beja/Évora	71
Figura 57 Página de Internet da Câmara Municipal de Évora	71
Figura 58 Página de Internet da Divisão de Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Évora	71
Figura 59 Mapa da cidade sublinhado com a localização das duas muralhas	76

1. INTRODUÇÃO

A forma de administração do Estado com maior proximidade ao cidadão é, sem dúvida, a administração local, nomeadamente os municípios. Em Portugal existem 308 divisões territoriais, que correspondem a autarquias locais e são o resultado de mais de 900 anos de história. Dada esta contiguidade do município com os cidadãos, é necessário que o primeiro transmita uma imagem de pertença e identificação das pessoas à cidade.

A criação de uma imagem que crie uma empatia e identificação com o local, de modo imediato, não pode ser criada sem se ter em consideração a história, a origem e a evolução da cidade. Assim, estudar a simbologia usada previamente, de modo a compreender qual o desenvolvimento que existiu é uma prioridade.

No caso português, este estudo faz-se através da ciência heráldica (na vertente municipal) cujo fim é o de analisar, ordenar e desenhar emblemas, escudos e brasões de acordo com os seus princípios de arte. Após este estudo, a criação de uma imagem de forte identificação do município com o seu passado e presente, torna sem dúvida mais tangível a criação de uma representação de sucesso, com introdução de elementos que perdurarão também no futuro.

O interesse pelo tema teve origem na circunstância de ser funcionário do município de Évora desde Março de 1998, e responsável pelo seu design e comunicação. Durante anos acompanhei o processo de evolução da imagem da autarquia, tendo oportunidade de observar a utilização do brasão de armas, quer pela autarquia, quer por outras entidades. Neste período apercebi-me de como o símbolo da Câmara Municipal - brasão - era usado por terceiros, muitas das vezes de modo incorreto ou sem rigor. Esta situação tornou-se impossível de controlar, uma vez que com o acesso generalizado à *internet*, disseminaram imagem incorretas, alteradas sem qualquer tipo de justificação conforme o fim pretendido.

Após ter constatado a propagação dos problemas de utilização da imagem do brasão, propus pessoalmente a criação de um manual de normas e regras para a sua utilização, mas que não chegou a ser feito, uma vez que nunca existiu consenso sobre a imagem.

Assim, um dos meus principais objectivos com este estudo é o de ajudar a simplificar todo este processo, expondo os problemas que o gabinete de design enfrentou. Considero o brasão de armas da cidade um símbolo histórico e que deve ser preservado, tratado da forma como merece e ser utilizado pelas regras que foi aprovado.

Neste estudo, além de se trabalhar a imagem do município e do seu brasão, pretende-se estudar as formas de aplicação da imagem nas comunicações da Câmara, seja em formato de papel ou em digital, uma vez que actualmente existem carências, seja nas páginas de *internet*, seja na falta de *outdoor* e *mupis* pela cidade, onde a imagem da cidade traduza a sua identidade de cidade Património Mundial.

A motivação para este estudo prende-se com o facto de poder criar uma nova marca e identidade, algo que no futuro possa ajudar a resolver muitos dos problemas detectados, seja na utilização do brasão de armas ou na forma como deve ser construída a comunicação.

Com a criação de uma nova identidade, pode-se começar do zero, ter o controlo da imagem e voltar a poder impor uma utilização correcta e não aquela que se encontra na *internet* e se altera ou utiliza sem regras.

Como inspiração e motivação para o início da pesquisa esteve um *dossiê*, arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora, cujo conteúdo possui documentos importantes sobre o assunto, muitos deles com dezenas de anos, sendo o seu conteúdo fundamental para perceber toda a discussão que se passou desde que o brasão foi adoptado como imagem do município. Neste *dossiê*, podemos encontrar ofícios, cartas, informações e pareceres internos sobre todo o processo de aprovação do brasão, desde o Despacho de 1930 à aprovação em 1987.

Motivador do estudo foram também as entrevistas que se fizeram a diversas personalidades com intervenção directa, quer na aprovação dos símbolos da cidade, quer pela extinção do anterior logotipo da Câmara Municipal de Évora. São eles: os Ex-Presidentes Abílio Dias Fernandes e José Ernesto d'Oliveira e o Assistente Técnico do município, António Couvinha. Foi através destas personalidades que se conseguiu obter informações importantes e que não estavam nos documentos que consultámos, sendo um complemento marcante que faltava a este estudo.

Assim, pretende este trabalho estudar o passado, presente e futuro do brasão da Câmara Municipal de Évora, finalizando-se com uma proposta de identidade visual para a mesma.

Além de um estudo teórico sobre a heráldica municipal e a sua evolução, esta dissertação agrega um estudo de caso, que apresenta uma investigação aplicada do tema, já que a amplitude da pesquisa se concentra num caso específico de análise.

O primeiro capítulo é reservado ao estudo dos manifestos de identidade, com incidência na heráldica portuguesa e na marca, tendo uma especial atenção para as leis gerais daquela ciência e analisando em detalhe a heráldica municipal e o papel que os diferentes institutos do ramo tiveram em Portugal.

No segundo capítulo inicia-se o estudo de caso: O município de Évora, introduzindo-se a história da cidade, a sua cultura e a elevação a Património da Humanidade pela UNESCO, acontecimento que não pode ser desconsiderado num estudo sobre a imagem da cidade.

O trabalho apresentará também a evolução que a imagem da cidade teve nos últimos anos (brasão) e o papel que exerceram os titulares dos cargos públicos municipais na sua escolha e aplicação. Para tal, foram analisadas actas de reunião de Câmara sobre as propostas da imagem municipal e as suas conclusões, bem como foram realizadas várias entrevistas a Ex e actuais Presidentes da Câmara, vereadores e outras personalidades com relevância na discussão.

Por fim, no terceiro capítulo, será realizada a proposta de nova identidade municipal, preparando a marca/logotipo municipal, bem como será feito um ensaio sobre a comunicação da marca criada.

CAPÍTULO I | MANIFESTAÇÕES DE IDENTIDADE: HERÁLDICA E MARCA

2.1. Heráldica portuguesa

A definição de Heráldica pode ser mais ou menos complexa. Pacífico é, entre todas as acepções, que se trata de uma ciência e simultaneamente de uma arte. Enquanto ciência, conforme refere Armando de Mattos *estuda e interpreta as origens, evolução, significado social e simbólico, filosofia própria, valor documental e a finalidade de representação icónica da nobreza, isto é dos escudos de armas* (Mattos, 1941:15), declarando por isso que se trata de uma ciência de conteúdo multifacetado.

Por outro lado, um outro autor, Almeida Langhans, refere que a ciência heráldica tem:

a preocupação de representar por meio de sinais e de símbolos é, no homem, um antiquíssimo fenómeno. Umas vezes é a sua própria personalidade, os seus actos, que servem de causa e, ao mesmo tempo, de motivo inspirador. Outras vezes, a causa não está no homem em si, mas no meio onde ele actua: a terra da sua origem ou o mester que exerce. (Langhans, 1956:65).

Langhans remete para o homem e para o seu meio, origem, a fonte inspiradora dos símbolos e sinais.

Pedro Sameiro, Presidente da Comissão de Heráldica Portuguesa, define heráldica como *um acervo de conhecimentos e princípios, técnicos e normativos, formado através de um processo generativo diverso do que preside, hoje em dia, à instituição e autonomização dos ramos do conhecimento* (Sameiro, 1886:77).

Porém, refere que é anterior aos rigores lógicos da ciência moderna, sendo fundamentalmente o conjunto de regras e de técnicas pertencentes ao domínio da sabedoria de um conjunto de especialistas, genericamente designados por arautos¹. É assim, a ciência dos arautos e o seu objecto coincide com o das funções que séculos de evolução histórica confiaram a tais peritos.

Enquanto arte, a Heráldica pode ser descrita como:

(armaria ou parassematografia) é a arte de formar e descrever o brasão de armas, que é um conjunto de peças, figuras e ornatos dispostos no campo de um escudo e/ou fora dele, e que representam as armas de uma Nação, País, Estado, Cidade, de um soberano, de uma família, de um indivíduo, de uma corporação ou associação².

¹ Arauto, é a denominação comumente dada aos emissários de um príncipe encarregado de levar e fazer ouvir as ordens dele, mensageiro, porta-voz, oficial do governo, responsável por declarar guerra ou de fazer proclamações, uma vez que as comunicações directas entre um governante e o seu povo eram frequentemente impossíveis.

² Definição do site de Genealogia em: <http://www.heraldica.genealogias.org/>

Em termos pragmáticos, desde há muitos anos que a heráldica serve de forma abrangente a sociedade, tal como nos dias de hoje acontece com as marcas. Almeida Langhans, um dos grandes estudiosos da matéria, justifica que esta não é uma descoberta recente, apontando para a obra de Auson, que remonta a 1904, com o título *Mottoes and badges of families, regiments, schools, colleges, states, towns, societies, etc British and Foreign* (lemas e distintivos de famílias, regimentos, escolas, faculdades, estados, cidades, sociedades, etc. Britânicos e estrangeiros), para justificar o interesse ao longo dos tempos no estudo dos símbolos e marcas (Langhans, 1966:16).

Neste capítulo apresenta-se como autor de referência, no âmbito da heráldica, Almeida Langhans. Assim, pretende-se expor o estudo da teoria geral da heráldica de forma objectiva, de modo a proporcionar uma visão mais ampla do universo complexo em que se insere.

A apresentação será feita por forma a permitir definir a ciência, a técnica e a arte da heráldica, bem como os seus principais objectivos e, as leis sob as quais assenta (a lei da luz ou da iluminura, lei das cores, lei da localização, lei das proporções e lei da estilização).

2.1.1. Ciência, técnica, arte

A heráldica é o produto do esforço de sabedoria e criatividade humana e surge através da experiência acumulada, dos princípios fundamentais e das regras na complicada arrumação dos sinais contidos dentro dos espaços exíguos. Langhans refere que a heráldica é *ciência, técnica e arte, elaboradas após séculos de aplicados esforços, exactamente com o fim de estudar, ordenar e desenhar emblemas, escudos, símbolos e bandeiras de acordo com certos princípios, regras e arte* (Langhans, 1966:13). Da sua perspectiva define três princípios heráldicos:

1. O melhor e mais eficaz efeito visual, atribuindo-lhe efeitos, simbolismos morais, ideológicos e até quiméricos e maravilhosos.
2. A melhor e mais eficaz economia do conjunto, dando a cada elemento o seu lugar.
3. A melhor utilização do sentido da vista, apurado por métodos educativos que leve a compreender a ideia da justa medida, das proporções e da estilização.

2.1.2. As leis da heráldica

Encontra-se com frequência, em obras da especialidade, alusão às *Leis da Heráldica*, sendo normalmente um conjunto de regras e normativos sobre a construção dos escudos de armas. Porém,

nem sempre são iguais de autor para autor, mas podemos resumi-las a cinco leis fundamentais: lei da luz ou da iluminura, lei das cores, lei da localização, lei das proporções e lei da estilização. Esta construção é sustentada de acordo com regras e princípios e podemos, através destas leis justificar os resultados enquanto manifestações de arte.

2.1.2.1. Lei da luz ou da iluminura

Através da luz obtém-se a cor e por sua vez a natureza mostra a tonalidade. Assim, *a cor considerada em si mesma não é mais do que a luz a esbater-se pela sombra que avança, ou a sombra a iluminar-se pela luz que irrompe* (Langhans, 1966:57).

O amarelo e o branco aproximam-se da fonte primordial que é a luz, mas apesar disso são iluminadas de forma a exprimirem o brilho metálico do ouro e da prata. É na combinação de luz e sombra, nos seus vários graus de intensidade, que se encontram os fundamentos da iluminura e da sua teoria.

Na heráldica não se pode juntar cor com cor, nem metal com metal. Entre duas cores intercala-se sempre um metal e entre dois metais uma cor. Não são quaisquer metais nem quaisquer cores, mas cores e metais certos quanto ao grau de luz.

Porém, Armando Mattos defende que existem exceções a esta regra: nas peças honrosas de primeira ordem, desde que fossem cores ou peles justapostas e em partes iguais; a púrpura embora seja considerada um esmalte, pode assentar noutro esmalte; a carnação (cor das partes do corpo humano) pode sobrepor-se a qualquer esmalte ou metal; os detalhes como unhas, línguas de animais, coroas e outras coisas miúdas; e por fim nas peças brocantes que podem atravessar qualquer peça de metal ou esmalte (Mattos, 1941: 139).

2.1.2.2. Lei das cores

Sem cores e metais não existe ordenação heráldica, uma vez que estes entram na sua própria essência. Quanto aos metais existem apenas dois: o ouro e a prata, que desempenham a função de iluminar, pois emitem mais luz do que as cores.

Na heráldica prevêm-se quatro cores: o vermelho e azul como cores básicas, e púrpura e verde como cores derivadas. O amarelo e o branco são considerados representações pobres do ouro e da prata utilizadas nos casos em que estes dois metais não podem materialmente empregar-se. O negro é também utilizado como uma cor sem luz.

Para a conjugação das cores com os metais foi determinada a seguinte forma: o vermelho e o azul iluminam-se com o ouro e a prata, o verde ilumina-se com a prata e a púrpura ilumina-se com o ouro. Esta regra é principalmente uma regra estética, mas serve de norma ao heraldista quando tem de brasonar. O negro não se deve juntar com outra cor e estabelece com os metais um evidente contraste.

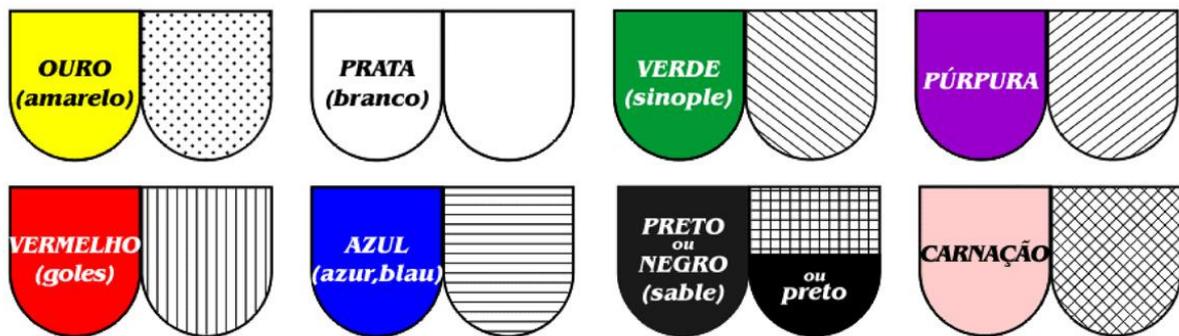


Figura 01 | Representação das cores dos esmaltes em imagens a preto e branco. Fonte: <http://www.heralдика.genealogias.org/>

2.1.2.3. Lei da localização

Esta lei rege toda a topografia heráldica e deriva numa variedade espantosa de regras que vão desde a divisão do escudo em todos os sentidos, até à localização e designação dos elementos móveis.

Almeida Langhans refere que o topo do escudo, por via da regra horizontal, designa-se em Heráldica por *chefe*. Os lados do escudo são os *flancos*, um à dextra e outro à sinistra. Oposto ao *chefe* vê-se o *contrachefe* ou *ponta*. Estes elementos constituem o contorno do escudo. No seu interior o *campo do escudo* tem nos ângulos superiores do *chefe* dois *cantões*, um à dextra, *cantão superior da dextra* e outro à sinistra, *cantão superior da sinistra*. Os cantões assumem a forma quadrada com um quarto da largura do quadrado do escudo. No *contrachefe* formam-se também os *cantões inferiores* da dextra ou da sinistra. (Langhans, 1966:22)

Acrescenta ainda que ao centro do escudo está o ponto de convergência das suas principais coordenadas que se designa por *coração* ou *abismo*. No meio do espaço que se situa entre o *abismo* e o meio do topo do *chefe*, encontra-se o *ponto de honra* e, no que se situa entre o *abismo* e o *contrachefe* do escudo encontra-se o *umbigo* ou *ponto superior do contrachefe*.

Assim, o contorno do escudo é constituído por: *chefe*, *flanco da dextra*, *flanco da sinistra* e o *contrachefe*. Os quatro campos são compostos pelos quatro *cantões*, dois superiores e dois

inferiores. Finalmente, a linha do centro do *campo do escudo* é formada por: *coração, ponto de honra e umbigo*.

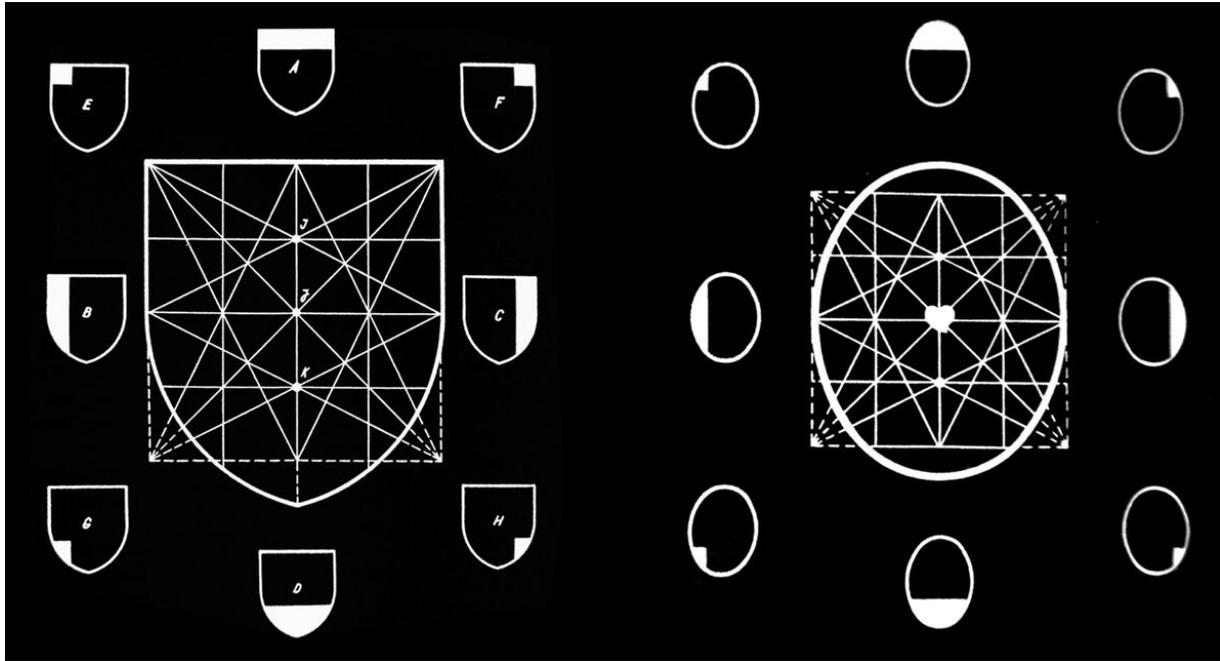


Figura 02 | Topografia do campo do escudo. Fonte: Langhans (1956:23)

2.1.2.4. Lei das proporções

Desta lei derivam regras técnicas, além das próprias da execução dos desenhos. Uma das principais regras é a que estabelece não poderem os elementos móveis, em todas as suas espécies, ser tão pequenos que fiquem a *nadar* no campo do escudo, nem tão grandes que toquem nos seus limites. Outra regra, é a que determina a existência de uma relação de proporção de todos os elementos *brasonados* entre si e, do conjunto, em relação à superfície do escudo e também à sua forma.

2.1.2.5. Lei da estilização

Para além da natureza técnica do desenho, esta lei interessa-se acerca das concepções estéticas do domínio da Arte. A estética heráldica considera dois aspectos: a luz e a forma, sendo a estilização o resultado da procura da cor e da moldagem da forma.

2.1.2.6. Formatos dos escudos de armas

Os escudos, suporte material do brasão de armas, eram representados consoante a época, local, ou país e têm diversos formatos. A composição mais comum em Portugal, pode designar-se por escudo peninsular ou semi círculo, que tende a ser também regular, simples mas completo.

Para que se possa observar todos eles, fazemos uma descrição mais detalhada:

01. Escudo clássico, ogival ou lanceolado: tem a ponta inferior em forma de lança ou ogiva. Sendo um dos mais antigos formatos de escudo, no século XX voltou a ser o tipo mais usado na Europa e nos países de influência europeia;

02. Escudo francês, quadrado ou samnítico: formato aproximadamente quadrado, com os dois cantos inferiores arredondados e com uma pequena ponta na base. Introduzido, primeiro, em França, este formato de escudo tornou-se o tipo mais usado na Europa e nos países de influência europeia, durante o século XIX;

03. Escudo oval: formato oval, utilização generalizada durante o século XVIII, tornou-se, na heráldica portuguesa, o formato de escudo privativo do clero. Em outros países é o formato privativo dos escudos femininos;

04. Lisonja: formato em paralelogramo, os quatro lados iguais. Na heráldica portuguesa e da maioria dos países europeus é o formato de escudo privativo das senhoras, que não sejam titulares ou chefes de família.

05. Escudo de torneio ou de bandeira: formato quadrilátero com sete partes de largura por oito de altura. Era o formato do escudo físico, utilizado pelos cavaleiros nos torneios medievais;

06. Escudo italiano ou de cabeça de cavalo: formato da parte frontal da cabeça de um cavalo. Utilizado, inicialmente, na Itália, durante o renascimento, este tipo de escudo baseava-se no formato das peças de armadura que protegiam a parte frontal da cabeça dos cavalos de batalha;

07. Escudo suíço: formato semelhante ao do escudo clássico, mas com a parte superior recortada;

08. Escudo inglês: formato semelhante ao do escudo francês, mas com uma orelha triangular em cada um dos bordos superiores. Este formato de escudo foi usado no século XVIII pelos nobres da Inglaterra, distinguindo-se dos escudos plebeus, pelas orelhas;

09. Escudo alemão: formato de ponta arredondada ou ogival, com um recorte redondo num dos cantos superiores. Formato de escudo usado em torneios pelos cavaleiros renascentistas, servindo o recorte superior para apoiar a lança;

10. Escudo polaco/polonês ou russo: formato de ponta arredondada, com recortes arredondados simétricos nas laterais e, geralmente, também na parte superior;

11. Escudo português, espanhol, flamengo, ibérico, peninsular ou boleado: formato com a ponta redonda. Actualmente é o escudo de uso dominante em Portugal. Também é bastante utilizado na Espanha, Brasil, Alemanha e Países Baixos;

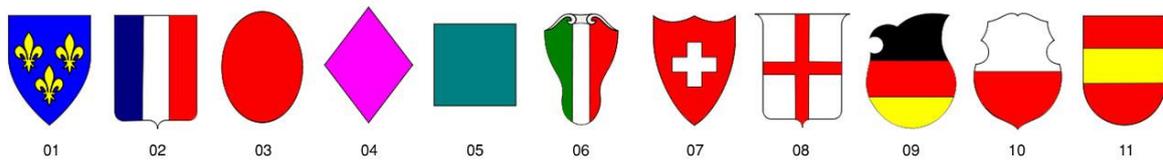


Figura 03 | Formatos dos Escudos de armas. Fonte: <http://www.heraldica.genealogias.org/>

2.1.3. Classificação heráldica

A heráldica serve a sociedade e por isso, a sua adaptação ao meio social obriga à distinção dos vários grupos intervenientes.

Assim, propõem-se dois critérios de classificação heráldica distintos: a classificação clássica que determina apenas três tipos de personalidades sociais representadas, sendo por isso muito abrangente, e a classificação detalhada que, como o nome indica, cria grupos de forma mais minuciosa, conseguindo assim que se integrem em toda a sua plenitude as distintas personalidades sociais. Esta classificação distingue a forma como cada grupo obtém o direito a representação heráldica, em assumida ou concedida, sendo que a primeira, que vem do início da heráldica é apenas o resultado da sua concepção e uso como elemento distintivo, por decisão individual, enquanto a segunda é adquirida por força da lei, o estado concede o uso do brasão ou emblema.

2.1.3.1. Classificação clássica

A classificação clássica da heráldica entende a existência de três grandes grupos de personalidades representadas. Esta classificação geral teórica contempla exclusivamente instituições ou pessoas colectivas de direito público ou privado (Langhans, 1966:257). Constitui a classificação clássica da heráldica:

1. *Heráldica de domínio* que representa as pessoas colectivas dotadas de soberania.

2. *Heráldica de família* que representa a instituição biológica, célula primária da sociedade e tem feição genealógica.

3. *Heráldica de corporação* que representa todas as outras pessoas colectivas. Esta classificação, embora demonstre alguma diversidade, carece, pelo seu carácter geral, da possibilidade de contemplar uma quantidade grande de grupos com representação heráldica, ou fazendo-o é uma inclusão imperfeita, uma vez que a especificidade destes aconselharia a uma divisão maior dentro da heráldica.

2.1.3.2. Classificação detalhada

Consciente dessa necessidade, partiu-se dos grandes grupos sociais, portadores de representação simbólica para definir um critério bastante mais minucioso de classificação que determina a existência dos seguintes grupos (Langhans, 1966:258):

1. *Heráldica assumida* é a forma originária de livre determinação simbólica nas pessoas singulares e em muitas pessoas colectivas.

2. *Heráldica de família* é determinada por sucessão hereditária e, portanto, de base genealógica. Esta representação heráldica é concedida, ou assumida na sua origem.

3. *Heráldica municipal* é a das autarquias locais com direito ao uso de brasão de armas. Esta representação heráldica é concedida.

4. *Heráldica corporativa* é a das instituições económicas com direito ao uso de brasão de armas concedido. Aqui se enquadra ainda a heráldica de institutos, ou seja, das pessoas colectivas de direito público ou privado, sendo que esta representação heráldica pode ser concedida ou assumida.

5. *Heráldica eclesiástica* é a da hierarquia religiosa que assume a sua representação heráldica. Inclui-se ainda a atribuição heráldica aos institutos religiosos, sendo estas representações concedidas.

6. *Heráldica militar* é a atribuída às Forças Armadas de terra, mar e ar. Esta representação heráldica é concedida.

7. *Heráldica dos territórios ultramarinos* é a das autarquias territoriais de além-mar com direito ao uso de brasão de armas. Esta representação heráldica é concedida.

8. *Heráldica de soberania ou de domínio* é a das pessoas de direito público com poderes soberano. Esta representação heráldica é assumida.

A representação heráldica assumida diz respeito à forma como se adquire o direito ao seu uso.

Assume-se um brasão, ou marca, ou emblema ao concebê-lo e escolhê-lo como distintivo privativo da pessoa que a diferencie e a assinalar por meio de forma bem visível. Desde que não haja outra pessoa com a mesma forma de assinalar, o direito reconhece e protege o novo distintivo desde que não ofenda a moral e a ordem pública (Langhans, 1966:252).

Esta terá sido mesmo a sua forma originária. Dada a elevadíssima iliteracia da época, a expressão ideográfica ou pictográfica do nome terá surgido naturalmente como forma de assinar documentos, identificar posses e distinguir produtos. Lencastre (2005) refere, a este propósito, que *no início a heráldica é livre, nobres e plebeus, camponeses, artesãos e mercadores, todos podiam conceber o seu brasão, desde que fosse distintivo dos demais.*

A heráldica familiar, a mais representativa e a que elevou a heráldica à mais importante representação simbólica, está na origem de muitas armas nacionais. No entanto, se a heráldica familiar era assumida e adquirida por sucessivas gerações através de sucessão testamentária ou herança familiar, a heráldica municipal é adquirida por força da lei e por isso se diz que é concedida.

A representação heráldica concedida diz respeito aos distintivos cujo uso é determinado pelo Estado. Esta permissão do uso do brasão de armas é geralmente concedida a certas categorias de pessoas, normalmente pessoas morais de direito público, ainda assim, não significa isto que o Estado não possa conferir expressamente distintivos heráldicos (brasão ou emblema) a pessoas singulares (Langhans, 1966:252).

2.2. A Heráldica Municipal

2.2.1. A importância da Heráldica Municipal em Portugal

A heráldica municipal tradicionalmente representada no brasão de armas, bandeiras e selos do município, traduz um atestado de autonomia, personalidade jurídica e independência do concelho perante o poder régio e, sobretudo, face ao poder senhorial. Estes símbolos compravam a maioria política e faziam com que a competência da gestão da comunidade passasse para os poderes locais, cujos interesses e valores se equivaliam ao povo que nela vivia, colocando-se assim no domínio de uma determinada situação cultural, com raízes históricas.

É um facto, que os indivíduos e as comunidades vão prezando cada vez mais as suas raízes históricas e culturais, porque nelas veem uma defesa da sua individualidade. Daí que surjam movimentos que propugnem o respeito, que não é passadista, mas pelo contrário tremendamente actual, por tudo quanto represente essa individualidade histórica e cultural. Todas estas razões, actuais e tradicionais, a que acrescerão outras relacionadas com a revivência do poder autárquico, se traduziram no interesse hoje

em dia manifestado e em termos sem precedentes, por tudo quanto diga respeito à heráldica das autarquias. (Sameiro, 1986:80)

Em 1983, e por iniciativa do Governo de Portugal, o Ministério da Administração Interna, através do Gabinete de Apoio às Autarquias e com a consultadoria especializada da Sub-Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, preparou uma edição de armorial municipal e recolheu todo o material para a publicação, aproveitando-se para rever alguns aspectos de pormenor técnico no texto das Portarias de concessão de armas municipais, e promovendo assim a ordenação das armas dos concelhos.

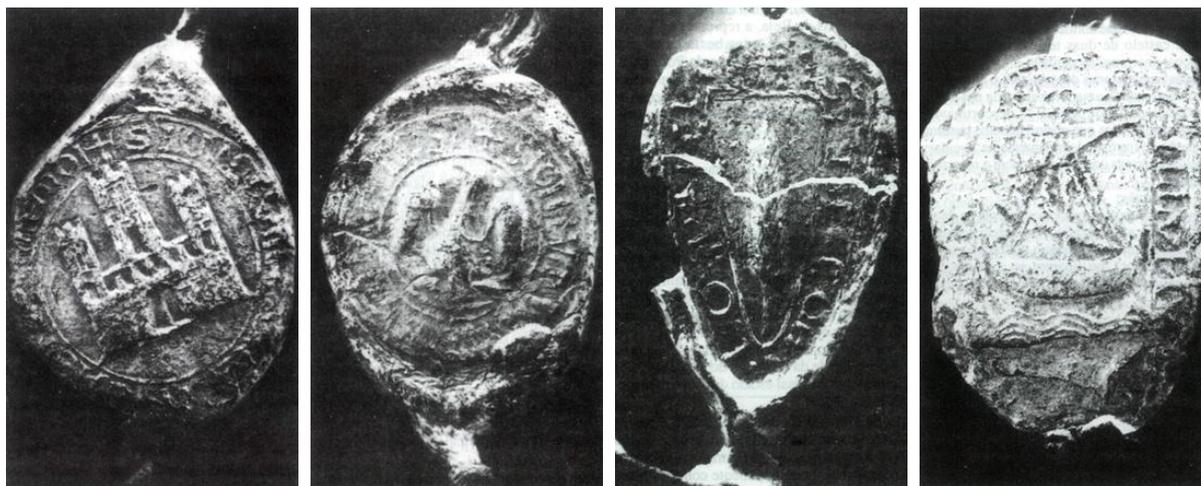
O interesse pelo uso de simbologia heráldica está neste momento a conquistar as freguesias, sendo já muitas as que pretendem ver ordenadas as suas armas. Bom seria, que as freguesias, que correspondam a antigos concelhos, hoje extintos, procurassem fazer reviver, na medida do possível, a sua antiga heráldica, atestando assim a anciandade da sua autonomia. (Sameiro, 1986:83)

2.2.2. A Evolução histórica da Heráldica Municipal em Portugal

A evolução da história da heráldica municipal portuguesa pode ser segmentada, conservando todavia a noção de que as fronteiras entre cada um dos períodos.

Propomos uma divisão em quatro períodos. O primeiro pode-se designar de período medieval, indo do aparecimento dos primeiros emblemas autárquicos até ao início do século XVI (sendo que este período pode ser sub dividido em três: das primeiras manifestações de heráldica a 1248, as segundas de 1248 a 1385, e as terceiras de 1385 ao início do século XVI), o segundo período do início do século XVI até ao fim do antigo regime 1834, o terceiro período do liberalismo monárquico até à implantação do actual sistema heráldico municipal, e o quarto período da entrada em vigor do regulamento de heráldica municipal, despacho de 14 de Abril de 1930 até hoje.

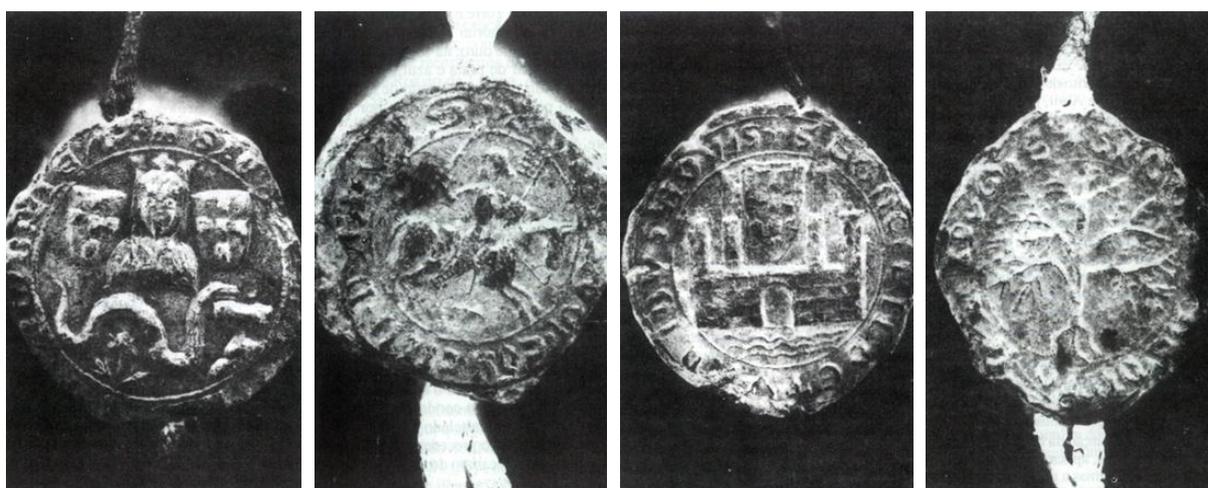
No primeiro período medieval, e primeiro sub-período, temos como primeiras manifestações de heráldica municipal um conjunto de 17 selos, dos quais o mais antigo será o do extinto concelho do castelo do Mendo, datado de 1226 (Figura 04). Neste período podemos ainda encontrar outros selos importantes como o selo do concelho de Trancoso, datado de 1228 (Figura 05), o selo do concelho de Lisboa, datado de 1233 (Figura 06) e o selo do concelho de Penela, datado de 1242 (Figura 07).



Figuras 04, 05, 06 e 07 | Selo do concelho do castelo do Mendo (1226), selo do concelho de Trancoso (1228), selo do concelho de Lisboa (1233) e selo do concelho de Penela (1242). Fonte: Almansor (1986:79, 82, 87, 92)

Em relação a este período o total de selos heráldicos conhecidos e inventariados é de 81, repartíveis nos seguintes sub-grupos em função do seu conteúdo: iconográficos 26, emblemáticos 23, heráldicos 30 e outros 2. Representam assim os selos heráldicos uma percentagem de 37% do total. (Sameiro, 1986:84)

No segundo sub-período, de 1248 a 1385, existem 309 selos inventariados e podem ser agrupados em vários grupos: iconográficos 44, emblemáticos 81, iconográficos e emblemáticos 38, heráldicos 123, heráldicos e iconográficos 19 e heráldicos e emblemáticos 4. Se compararmos estes dados com os do período anterior, podemos ver um aumento de selos com conteúdo heráldico. Nesta fase podemos encontrar o selo do concelho de Elvas datado de 1258 (Figura 08), o selo do concelho de Torres Novas datado de 1263 (Figura 09), o selo do concelho de Azambuja, datado de 1270 (Figura 10) e o selo do concelho de Coimbra, datado de 1263 (Figura 11) demonstrando uma clara evolução da heráldica municipal.



Figuras 08, 09, 10 e 11 | Selo do concelho de Elvas (1258), selo do concelho de Torres Novas (1263), selo do concelho de Azambuja (1270) e selo do concelho de Coimbra (1263). Fonte: Almansor (1986:97, 100, 103, 106)

É de 26 o total dos selos municipais, todos heráldicos, inventariados no âmbito desta época, que representam uma percentagem de 8,4% em relação ao total dos selos e de 17,8% no conjunto dos que poderemos classificar como heráldicos. (Sameiro, 1986:86)

Ainda neste segundo sub-período estão datados outros importantes testemunhos de heráldica municipal, constituídos pelas armas dos concelhos, em castelos ou monumentos de arquitectura civil. Lisboa, chafariz de Andaluz (1336) e chafariz de Arroios (1360), Évora, no exterior da catedral sobre o claustro, Estremoz, sobre a porta da audiência medieval, Santarém na fonte de Figueiras, Borba na lápide da fundação do castelo (1302) e de Serpa no castelo.

No último sub-período medieval, e atendendo ao conteúdo dos selos inventariados, a heráldica suplanta nitidamente os restantes sistemas simbólicos: iconográficos 2, emblemáticos 39 e heráldicos 82.

O conjunto dos selos municipais conhecidos, datáveis deste período, é relativamente pobre em relação aos precedentes, o que poderemos atribuir ao simples acaso dos acidentes que os espécimes esfragísticos terão tido na sua conservação e não a um declínio do uso da heráldica pelos concelhos. (Sameiro, 1986:90)

No final da Idade Média a heráldica municipal manifestava várias tendências: os selos municipais são de formato predominantemente circular, fora dos selos as armas concelhias tendiam a representar-se numa superfície de forma quadrangular.

O segundo período, que teve início no século XVI e terminou no século XIX, mais propriamente em 1834, é o mais longo, tendo o país sofrido várias e profundas modificações culturais naquele lapso temporal. No domínio da heráldica, seja autárquica ou de matriz institucional, verificou-se uma tendência para a estabilização e inclusive para a codificação, atitude de índole conservadora. A função utilitária e o valor identificativo que tinham sido gerados na Idade Média, perderam-se, surgindo uma função honorífica.

Contudo, a heráldica municipal começou a ser objecto de estudo e de registo, tal como sucedia com a da nobreza, a sua entrada nos fólhos dos armoriais foi mais um factor de estabilização das suas ordenações.

Não queremos com isto dizer, que no decurso de três séculos a heráldica municipal portuguesa tenha atingido um estágio de perfeita imutabilidade, tanto mais que os novos estilos decorativos influenciaram decisivamente a estilização das peças do brasão e contribuíram até para a modificação de algumas delas como sucede com a frequente substituição dos castelos por torres. (Sameiro, 1986:93)

Neste período o elenco dos sinais heráldicos municipais ficou claramente circunscrito ao brasão de armas, frequentemente representado em pedra de armas, ao selo e à bandeira. As armas municipais tendiam a ser representadas dentro da superfície do escudo, sendo assim formalmente assimiladas às da nobreza. Existiam algumas excepções, como a pedra de armas Manuelina de Évora, outrora nos Paços do Concelho, em que o cavaleiro batalhante e as duas cabeças decepadas, aparecem como peças soltas sobre uma superfície não claramente definida por qualquer linha.

A forma do escudo das armas municipais foi-se modificando de acordo com as formas impostas pelos estilos arquitectónicos e decorativos. As armas concelhias foram nesta época fundamentalmente constituídas pelo escudo e respectivo conteúdo, sendo a adição de outros elementos exteriores (coroas, divisas, etc.) de carácter excepcional. Foi nesta época que surgiram as primeiras legendas nas armas municipais, sendo as mais conhecidas as de Elvas - *custodi nos Domine ut pupilam oculi* - e do Porto - *cidade da Virgem* -, sendo menos divulgada a que se inscreve na bandeira de Évora - *perpetuae laudis dat monumenta tibi*. (Sameiro, 1986:94)

Quanto às bandeiras municipais, sofreram uma evolução, mas não se sabe quando se iniciou o uso deste modelo de bandeira, que supomos ser municipal, nem quando o mesmo cessou, mas a bandeira da Câmara de Évora, que se pensa ser dos finais do século XVI, é quadrangular, sem qualquer entalhe e de damasco vermelho bordado a ouro. O modelo da bandeira de Évora passou a ser seguido noutros locais, constituindo o exemplo clássico de estilização do estandarte municipal nos séculos seguintes.

Neste terceiro período, a heráldica municipal encarava-se como um atestado da nobreza e antiguidade dos concelhos, já no século XIX, a índole liberal e municipalista, traduzia a prova de independência das comunidades vicinais face ao poder dos senhores, porém não conseguiu entender nem respeitar muitas das liberdades concelhias, porque fundamentalmente concebiam os municípios como células administrativas do aparelho do Estado, dependendo dos seus poderes regulador e disciplinar.

Surgiram no século XIX as primeiras cartas de armas concedidas aos concelhos, como se estes tivessem ficado impedidos de assumir a sua simbologia tal como anteriormente, e aparece então a primeira tentativa oficial de se criar um registo central de armas municipais.

Despacho de 14 de Abril de 1930, regulamentador da actual heráldica municipal, que a seu tempo examinaremos, é também na sua concepção de composição das armas autárquicas nitidamente

influenciado por estes diplomas. A primeira tentativa oficial e consistente de organização de um registo de heráldica municipal deve-se a Rodrigues Sampaio, que promoveu a promulgação da Portaria de 26 de Agosto de 1881 da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, publicada no Diário do Governo n.º 185 de 1 de Setembro de 1881.

Se as tentativas oficiais de inventariação das armas municipais se revelaram infrutíferas, o mesmo não poderá dizer-se com as iniciativas dos particulares, que nos legaram obras como "As Cidades e Villas da Monarquia Portuguesa que têm brasão d'armas" (1860-1862) de Vilhena Barbosa, "Descripção das armas reaes de Portugal, dos brasões das cidades e das principais villas do Reino, e explicação das insígnias de algumas delas" de Henrique Luís Feijó da Costa e uma série de artigos avulsos publicados na "Ilustração Luso-Brasileira". Se o valor destas obras pode merecer críticas por insuficiência de rigor e de informação, não podemos negar a importância do seu merecimento para documentar a prática vigente no século XIX, nem a importância que tiveram para a consolidação de certas ordenações de símbolos municipais. (Sameiro, 1986:101)

2.2.3. Reforma de 1930

O documento mais importante da heráldica autárquica em Portugal é o Despacho de 14 de Abril de 1930, que define os termos e as normas gerais que deveriam reger a armaria daquelas entidades, determinando quem deviam ser os titulares dos símbolos heráldicos, estabelecendo a natureza e composição dos mesmos.

Este Despacho foi baseado num estudo elaborado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses que fez o ponto da situação sobre a nossa heráldica municipal, concluindo que a grande maioria da organização das bandeiras municipais e dos selos e armas não correspondiam às tradições locais, às regalias e forais outorgados, levando a uma confusão, ora com armas e cores nacionais, ora com as armas de famílias que tiveram preponderância na localidade e que as deixaram esculpidas em alguns edifícios.

Com a intenção de pôr ordem neste caos determinou o Despacho, que na simbologia de cada cidade ou vila e até de cada freguesia de relativa importância histórica ou cultural que fique afastada da sede do concelho, deveriam registar-se os factos da história, circunstâncias artísticas e razões de riqueza local, dando-se assim existência a uma heráldica verdadeiramente popular que no conjunto dá vida a uma detalhada história do território e da civilização da nacionalidade (Sameiro, 1986:101)

Para conseguir realizar esta reforma dentro do melhor espírito e estilo da armaria, foi definido que deveria recorrer-se ao parecer especializado da Associação dos Arqueólogos Portugueses, entidade com provas dadas sobre o seu rigor científico. Afonso de Dornelas acaba por ocupar lugar de destaque, uma vez que influenciou decisivamente este processo, tanto na ordenação como na estrutura geral, segundo os motivos característicos de cada região (fontes históricas, artísticas e económicas) e, com natureza técnica no respeito pela simetria e estética de estilizar as figuras ao gosto da mais expressiva arte heráldica. Determinou também esta reforma que:

o escudo nacional com a orla dos castelos, ou ainda o emblema nacional como actualmente é usado pelo Estado, não pode em caso algum ser incluído na simbologia municipal. Em casos de alta razão histórica, acrescenta, poderá adoptar-se na composição das armas (...) o escudete das quinas, só as quinas, ou estas em diferente posição e número (Langhans, 1966:333).

Os municípios de acordo com o Despacho, tinham de enviar à Direcção-Geral da Administração Política e Civil todos os documentos respeitantes à sua heráldica, bem como reproduções de bandeira, brasão de armas e Selo de que fizessem ou tivessem feito uso. Estes elementos seriam comunicados à Associação dos Arqueólogos Portugueses, que através da sua Secção de Heráldica os examinaria e analisaria em confronto com outras fontes de informação, elaborando finalmente um parecer com proposta de ordenação de símbolos heráldicos a apresentar à referida Direcção-Geral. O Despacho limitava-se a regular o processo burocrático de reforma da heráldica local e continha regras que disciplinavam a composição dos símbolos a usar pelas autarquias (brasão de armas, bandeira e o selo).

O brasão de armas é um elemento simbólico importante, é a partir dele que se determina a composição do Selo, de forma circular e reproduzindo o conteúdo das armas sem indicação de esmaltes e metais, bem como o da bandeira.

A bandeira deve ser de seda, quadrada e de um metro de lado, com as cores da peça ou peças principais das armas, representadas no centro em forma de escudo, porque na especialidade as bandeiras das cidades devem ser gironadas de oito peças de duas cores alternadas, salvo razão de ordem histórica, as vilas e freguesias esquarteladas de duas cores.

O brasão de armas assumiu na prática a forma de escudo português ou peninsular, em ponta redonda, a coroa mural e um listel com legenda, onde se inscreve o nome e categoria do seu titular. A coroa mural pode ser de cinco, quatro e três torres, consoante se trate de cidade, vila, ou freguesia, sendo sempre de prata, excepto as armas de Lisboa, que deve ser de ouro. Como elementos acidentais da ordenação das armas, podem ainda figurar condecorações.

Mesmo depois de publicado, o Despacho não teve de imediato a aprovação das armas dos 301 concelhos existentes no continente e ilhas, sucedendo que ainda hoje cerca de quatro dezenas deles se encontram a aguardar a aprovação da sua simbologia.

É no lapso de onze anos, que vai de 1930 a 1941, que se concentraram o maior número de aprovações de novas armas, que em termos percentuais atingiram 72,5% do total das novas

ordenações; beneficiou-se neste período do impulso inicial provocado pelo Despacho e do clima que se criou à volta das comemorações centenárias de 1940.

Se a heráldica saída da reforma de 1930 é irrecusavelmente característica e original, diferenciando-se nitidamente da de outros países da Europa, sucede que pela repetição exagerada de determinadas peças se criou uma certa monotonia e, noutros casos, a tentativa de representação de todas as fontes de riqueza local, então de carácter predominantemente agrícola, deu origem ao aparecimento de composições excessivamente carregadas. É possível que no futuro os historiadores se sintam inclinados a averiguar a razão do uso maciço desta simbologia rural. (Sameiro, 1986:109)

Como sugere a heráldica municipal, iremos descrever alguns brasões de cidades, vilas e freguesias:

Brasão de armas da cidade de Lisboa: brasão de armas com escudo peninsular de ouro, com um barco exteriormente de negro, realçado de prata, e interiormente de prata, realçado de negro, mastreado e encordoado de negro, com uma vela ferrada de cinco bolsas de prata. A proa e a popa rematadas por dois corvos negros afrontados. Leme de negro realçado de prata. O barco assente num mar de sete faixas onduladas, quatro verdes e três prateadas. Coroa mural de ouro de cinco torres, Colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e listel branco com a legenda a negro: *Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Lisboa*. (Figura 12)

Brasão de armas da cidade de Porto: brasão de armas com escudo peninsular de azul com um castelo de ouro, constituído por um muro ameado e flanqueado por duas torres ameadas, aberto e iluminado de vermelho, assente num mar de cinco faixas ondadas, sendo três de prata e duas de verde. Sobre a porta, e assente numa mísula de ouro, a imagem da Virgem com diadema na cabeça segurando o manto, tendo o Menino Jesus ao colo, vestidos de vermelho com manto azul, acompanhados lateral e superiormente por um resplendor que se apoia nas ameias do muro. Em chefe, dois escudos de Portugal antigo. Coroa mural de prata de cinco torres, Colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e listel branco com a legenda a negro: *Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto* a negro. (Figura 13)

Brasão de armas da cidade de Évora: brasão de armas com escudo peninsular de ouro, com um cavaleiro armado de prata, realçado de azul, galopando em cavalo negro e empunhando uma espada de prata ensanguentada; em contrachefe, duas cabeças de carnação, caídas e cortadas de sangue, uma de homem à dextra e outra de mulher à sinistra, toucadas de prata. Coroa mural de prata de cinco torres, Colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, concedido pela Primeira República à cidade em 1919 e listel branco com a legenda a negro: *Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora*. (Figura 14)

Brasão de armas da vila de Alandroal: brasão de armas com escudo peninsular de prata, com uma cruz florenciada de verde, carregada por um castelo de ouro aberto e iluminado de negro. A cruz é acompanhada em chefe por duas travas de negro, uma em banda e outra em contrabanda apontadas ao centro e em contrachefe por duas águias de negro, abertas e afrontadas. Coroa mural de prata de quatro torres e listel branco com a legenda a negro: *Vila do Alandroal*. (Figura 15)

Brasão de armas da freguesia de Évora – Santo Antão: brasão de armas com escudo peninsular em Prata, com motivo da Cruz dos Templários, que teve origem numa ermida da Ordem dos Templários, de um sino e de uma fonte, a henriquina, localizada na Praça do Giraldo. Coroa mural de três torres e listel branco com a legenda a negro: *Évora - Santo Antão*. (Figura 16)



Figuras 12, 13, 14, 15 e 16 | Brasão de armas de Lisboa, Porto, Évora, Alandroal e Évora – Santo Antão. (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal de Évora, Câmara Municipal do Alandroal e Junta de Freguesia Évora – Santo Antão.)

2.3. Instituto Português de Heráldica

Este Instituto dedica-se ao estudo e investigação da Heráldica e da Genealogia, sendo constituído por um conjunto de estudiosos que tem como objetivo a análise e a investigação daquelas matérias, sendo os resultados comunicados através da revista *Armas e Troféus*.

O Instituto é uma associação de direito privado, constituída em 1929, que tem como órgãos: um Presidente, que dirige as sessões académicas e preside ao órgão colegial deliberativo; um Conselho Director, composto pelos sócios efetivos, eméritos e honorários, que é órgão deliberativo com funções de Assembleia Geral; uma Secretária-geral, à frente da qual está o secretário-geral, com funções executivas, e um Conselho Fiscal. Os estatutos da associação foram aprovados em 6 de Junho de 1930. Além destes sócios, é composto por sócios correspondentes, sócios correspondentes estrangeiros e sócios agregados. Tem atualmente como Presidente honorário o duque de Bragança e como Presidente efectivo Miguel Metelo de Seixas.

O Instituto tem comissões permanentes, que são as seguintes:

Comissão de Redação da Revista *Armas e Troféus*; Comissão de Apreciação de Candidaturas e da Carreira dos Sócios e Comissão de Atribuição do Prémio do Instituto Português de Heráldica.

2.4. Associação dos Arqueólogos Portugueses

A Associação dos Arqueólogos Portugueses é a mais antiga associação de defesa do património em Portugal e tem sobre a sua tutela o Museu Arqueológico do Carmo. Fundada em 1863, por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, começou por ser uma associação de carácter profissional, mas depressa admitiu no seu seio os Arqueólogos, passando a intitular-se Real Associação dos Architectos Civis e Archeo/logos Portugueses.

Ao longo da sua rica história, a Associação dos Arqueólogos Portugueses foi o ponto de encontro dos mais ilustres arqueólogos do país. O primeiro meio século de vida da associação gozou de imenso prestígio entre o final da Monarquia Constitucional e o Estado Novo. Desde há sensivelmente uma década que as secções de Pré-História e de História têm promovido palestras, encontros, debates e congressos sobre os mais variados temas da investigação actual. Também as comissões de Heráldica e de Estudos Olissiponenses têm contribuído para o desenvolvimento dos conhecimentos nas respectivas áreas.

2.5. A Marca

Vivemos impregnados por marcas e, a verdade, é que não se consegue imaginar um mundo moderno sem elas, apesar de a sua origem remontar à idade das cavernas, onde eram usadas apenas para fins de comunicação e representação. Hoje a marca expressa um grau de contemporaneidade grande, apresentando produtos, ou serviços e relacionando-os com uma entidade ou pessoa querendo traduzir frequentemente reconhecimento, confiança, reputação, inteligência, criatividade, valor, escolha, gosto, identificação, diferenciação, estratégia, notoriedade e design.

Mollerup (1997:11) firma as raízes da marca em áreas disciplinares como a antropologia, história e até na heráldica, além da psicologia, *marketing*, semiótica, teoria da comunicação ou design gráfico, defendendo que a marca, ou antes os dispositivos com função de marca, existem desde há 5000 anos. Lencastre (2005:34) arrisca num recuo ainda maior, 20 000 a 30 000 anos atrás, considerando as pinturas rupestres como obras de arte/produtos, cuja assinatura dos autores, mãos impressas ou estilizadas, funcionam como marca.

Porém, apesar de a marca ter uma origem muito remota, o seu significado comercial só surgiu na década de 80, pois marca ou em inglês *brand*, deriva do antigo nórdico *brandr* que significava “queimar” (Blackett, 2005 cit in Clinfton e Simmons:13), e é com este sentido que na década de 30, do século XX, o *Oxford Dictionnary of Current English* fazia a sua definição:

peça de madeira a ferver ou em combustão; tocha (literário); espada (poético); selo de ferro incandescente utilizado para deixar uma marca indelével, marca deixada por esse ferro, etiqueta, marca registada, tipo específico de bens. Selo (marca, objecto, pele) com marca, impressão indelével (está marcado/gravado na minha memória) (ibid:13).

Porém cinquenta anos depois, na década de 80, o *Oxford American Dictionary*, fazia a sua definição no sentido comercial, apresentando-se como:

uma marca registada, bens de um fabrico específico; uma marca de identificação feita com ferro quente, o ferro utilizado para esse efeito; uma peça de madeira a ferver ou carbonizada; (verbo) marcar com ferro quente ou designar com uma denominação comercial (ibid:13).

Segundo Frutiger (1999), o significado da marca altera-se a partir do momento em que o objecto é posto à venda no mercado: a marca de propriedade passa a ser marca de qualidade. O autor escreve acerca da marca comercial que:

o importador ou exportador assinalava os seus sacos de produtos para evitar confusão ou extravio durante o transporte. Chegados ao mercado, as marcas passavam a identificar o conteúdo do mesmo, a origem e com o tempo representavam um sinal de qualidade (ibid:255).

É precisamente a partir do momento em que a marca passa a ter um enquadramento comercial que se desenvolvem mais marcas. No mercado, produtos sem marca são agora produtos sem origem conhecida e por isso mesmo, de qualidade duvidosa. Para os produtores, ter uma marca para os seus produtos deixou de ser uma escolha e para os clientes, passou a ser uma garantia, elemento de decisão de compra.

A publicidade e o *marketing* estão directamente ligados ao sucesso das marcas. O *marketing* actua sobre a marca no sentido de aumentar o seu valor, face a outra, o que lhe atribui a responsabilidade de diferenciação, posicionamento e segmentação.

O século XX foi determinante para a evolução das marcas. Estas deixaram de ter um propósito de mera identificação e diferenciação, para crescerem e verem a sua função alargada para a publicidade e comunicação. Na verdade, as marcas apenas acompanharam as impressionantes mudanças sociais e o enorme crescimento que ocorreu no interior das empresas. No século XXI as marcas têm seguido a tendência do final do século XX, alargando a sua intervenção na vida social.

A gestão das marcas excedeu de tal maneira as suas origens comerciais que o impacto daí resultante é praticamente incomensurável em termos sociais e culturais. Estendeu-se aos domínios da educação, desporto, moda, viagem, arte, teatro, literatura, à região, à nação e a praticamente todas as áreas que possamos imaginar (Olins, 2005:16).

Também Paulo Lencastre (2005:69) se refere à marca na actualidade como uma realidade abrangente:

fala-se hoje da marca da nossa organização de solidariedade social, do nosso clube, da nossa igreja... fala-se da marca *made in* de um país... fala-se desde a marca pessoal de cada um de nós (o nosso nome, a nossa assinatura, o nosso cartão de visita...) até à marca de uma região, nação ou continente (o seu nome, o seu escudo, a sua bandeira, o seu hino...) sabe-se lá se amanhã se de cada planeta, astro ou galáxia.

A verdade é que hoje, todos os caminhos da nossa vida quotidiana estão salpicados com sinais, signos de identificação, marcas.

Dada esta extensão do domínio da marca às áreas do social, cultural e económico, muitos municípios adoptaram uma nova identidade visual, substituindo o brasão da cidade por uma imagem moderna representativa do município, de modo a normalizar o uso do símbolo do município, sendo o seu objectivo criar uma identidade visual mais contemporânea e na qual seja possível uma forte identificação dos cidadãos ao local e ao logotipo.

O brasão das cidades transmite sem dúvida parte da história e da origem da cidade. Já o logotipo/marca de um município volta-se para o futuro, criando um laço mais estreito entre as características do local e a identidade da organização. No logotipo do município, a identidade vai corresponder a personalidade da pessoa colectiva, na sua cultura organizacional, porte, grandeza, tradição e história.

CAPÍTULO II | ESTUDO DE CASO: MUNICÍPIO DE ÉVORA

3.1. Cidade de Évora

3.1.1. A história da cidade

Évora é uma cidade de inegável dimensão histórica e notável expressão arquitetónica, fruto da harmonia com que apresenta os cerca de 2000 anos de percurso urbano do seu tecido antigo. Insere-se ainda no quadro restrito de cidades portuguesas onde ainda é possível observar a cultura de edificação portuguesa, uma das razões pelas quais foi considerada, em 1986, Património Mundial da Humanidade.

Com efeito, o visitante de Évora não se surpreenderá com a convivência saudável de um templo romano a par das reminiscências do castelo medieval que, por sua vez, serve de suporte arquitetónico para palácios gótico-mudéjares e edifícios barrocos. O Centro Histórico é efetivamente

um espaço onde se encontraram ao longo dos séculos inúmeras civilizações e que nos legaram representações arquitetónicas que, por variados motivos, lograram chegar aos nossos dias.

Perceber este percurso é falar de uma génese romana. Durante largas décadas, tentou-se assumir Évora como de fundação pré-romana, sendo o espaço atual sucedâneo de um antigo povoado da Idade do Ferro. Contudo, com o avanço da investigação, nomeadamente no território envolvente à cidade e fruto de várias escavações já realizadas no cabeço do Centro Histórico, os mais recentes estudos académicos começam paulatinamente a ser unânimes na atribuição da fundação romana da cidade. A tese que vigora centra-se no conhecimento da cidade de *Liberalitas Iulia* da região de *Ebora*.

Desse período, que se desdobrou sensivelmente entre o século I a.C. até aos inícios do século IV d.C., resta-nos a magnífica estrutura do Templo, reminiscências das Termas, localizadas no subsolo dos Paços do Concelho, e os vestígios de uma residência. Recentemente, ficou igualmente provada a existência de um Aqueduto que serviria a cidade e conservam-se esparsos troços da muralha que protegia a *urbe*, ainda que estas estruturas tenham que ser lidas com as necessárias reservas, atendendo ao facto de que foram substancialmente alteradas nos séculos subsequentes, nomeadamente com o período de ocupação muçulmana.

A cidade, no século I d.C., deveria de corresponder a sensivelmente 15% da área do Centro Histórico atual, tendo ficado reduzida a partir do século III, precisamente com a construção da primeira cintura de muralhas. Ocuparia o que se tem convencionado como a Acrópole do casco antigo, e na qual é ainda perfeitamente perceptível a matriz urbana que caracteriza a esmagadora maioria das cidades de génese romana.

O período posterior, de domínio dito bárbaro, visigótico, é lamentavelmente muito pouco conhecido. A maior parte dos vestígios identificados são esparsos e conduzem à perceção de que mais do que uma reestruturação do espaço urbano, deu-se uma continuidade não só do plano como das próprias edificações, com provável alteração de função e remodelações pontuais, como se deu precisamente no Templo Romano, com provável adaptação ao culto cristão e reconstrução de parte das muralhas.

A partir do século VIII, com o domínio muçulmano, os estudos obrigam-nos a fazer uma divisão da história da cidade. Até ao século X, parece ter-se mantido esta permanência da matriz tardo-romana e visigótica, para, após a conquista e arrasamento de Évora (então designada por Yabura) no ano de 913, se tenha dado lugar à sua reconstrução no ano seguinte.

Com efeito, o ano de 914 assinala um momento de rutura. A cidade terá crescido. Ao ponto de ser considerada cidade grande do *Al-Andalus*. Foi definida uma grande alcáçova no ponto mais alto, que irá dar lugar ao castelo medieval no final do século XII, e ter-se-ão erguido mesquitas. A única da qual podemos falar com efetiva certeza seria a mesquita catedral, citada em documentos árabes e que se situaria onde hoje temos a Sé.

De elementos de origem muçulmana, pouco nos restou. Creio que muito daquilo que consiste atualmente a herança árabe de *Yabura* se observa na ruas tortuosas da dita Acrópole, na existência de inúmeros pátios internos nos atuais quarteirões e, obviamente, no conceito de mudejarismo, de origem já tardo-medieval e muito presente em Évora em vários monumentos, e que reflete muito do que seriam os motivos decorativos de tendência arabizante que caracterizavam esta “*cidade grande do Al-Andalus*”, lamentável e irremediavelmente perdida ao longo dos séculos.

Sabendo que as muralhas foram também reconstruídas no ano de 914, alguns autores não hesitam em atribuir a sua autoria a mãos muçulmanas. A historiografia mais prudente define-as como romano-muçulmanas, o que não deixa de atestar a importância da presença árabe em Évora.

Com a Reconquista cristã, no ano de 1165, pela mão de Giraldo Sem-Pavor, temos todo um novo diapasão cultural instalado. A destruição da mesquita catedral, logo na década seguinte e o início da construção da Sé (iniciada em 1185 e reestruturada a partir de 1283), bem como a adaptação da alcáçova muçulmana a Castelo traduzem um novo momento na história da cidade. A partir do século XIII e, com maior fulgor, a partir da primeira metade do século XIV, dá-se um notório movimento de expansão urbana.

A cidade sai das muralhas romano-muçulmanas, para começar a ocupar a envolvente das antigas estradas de acesso ao interior amuralhado. Na primeira metade do século XIII, o Convento de São Francisco instala-se na periferia Sul, na qual funcionou como notável polo de atração, consideração que podemos alargar ao Convento dominicano, destruído no século XIX, mas que a partir de 1286, foi catalisador da urbanização Noroeste da cidade de Évora, junto da estrada de ligação a Santarém e Tomar.

No século XIV, com a construção da Mouraria a Norte, hoje diluída na freguesia de São Mamede, e da numerosa comuna judaica a Oeste, entre os conventos das ordens mendicantes, estrutura-se um espaço urbano que escala a hierarquia das cidades portuguesas e que, no início do século XV, já constituía a mais importante cidade a Sul do Tejo.

O plano urbano radio-concêntrico que caracteriza o atual Centro Histórico teve a sua gênese durante este período e será, com muitas outras novas fundações medievais um pouco por todo o Reino português, a matriz urbana pela qual se viriam a reger as fundações portuguesas nas colónias brasileiras e no Sudeste Asiático. Ainda hoje é possível ter esta percepção quando percorremos muitos dos espaços, ruas e praças do Centro Histórico, e centra-se também aqui uma das principais razões que levaram à classificação atribuída pela UNESCO a Évora.

Foi este crescimento medieval, perfeitamente intencional, que conduziu à atenção dos reis de Portugal pela cidade. Com a dinastia de Avis, a partir de 1383, Évora começa a ser polo constante da presença do rei, que detinha aqui moradia, junto do Convento de São Francisco.

Sabe-se que o crescimento foi rápido e contundente. Efetivamente, a cidade quase que triplica de tamanho em pouco mais de 100 anos, o que conduziu ao desenho de uma nova cintura de muralhas, cuja construção terá durado mais de 5 décadas, e que fica concluída, após muitos acrescentos e reestruturações, no início do século XV.

Na entrada desta centúria, Évora é uma cidade sem bairros periféricos, detendo um espaço urbano superior a 100 hectares, área simplesmente notável para a época. Será, durante cerca de 200 anos, umas das 3 grandes cidades do Reino de Portugal.

Com a crescente importância, vieram igualmente os grandes edifícios. São inúmeras as igrejas e conventos que em Évora foram construídos por esta altura, mas seriam somente rampa de lançamento para a Época de Ouro eborense e que, no fundo, irá igualmente ser a época de Ouro do Reino de Portugal: a segunda metade do século XV e todo o século XVI.

D. João II será um soberano particularmente afeto a Évora, tendo reestruturado o Convento Franciscano, iniciado a obra que lhe concedeu a imponente que hoje observamos. Foi igualmente o primeiro patrocinador de um novo Aqueduto, que só verá a sua conclusão com D. João III. Reestruturou toda a moradia régia de Évora, colocando-a, com Sintra e Lisboa, no pódio dos palácios reais de Portugal e terá sido o primeiro a iniciar a discussão sobre a instalação dos Estudos Gerais da cidade, que irão conduzir à constituição da Universidade de Évora, já no reinado do Cardeal Rei D. Henrique.

Entre a última década do século XV e a primeira metade do século XVI, Évora sofre um extraordinário processo construtivo. Cidade de Corte, sem dúvida. Datam desse período, somente para citar os

monumentos mais significativos, a Igreja de São Francisco; o Palácio Real, do qual resta diminuta parte, que muitos designam como Galeria das Damas; a notável Igreja e Convento da Graça e a Igreja de Santo Antão.

São ainda notáveis os conjuntos de pinturas murais existentes no Palácio dos Condes de Basto ou nas reminiscências das casas que a tradição diz terem sido de Vasco da Gama. Merecem igual destaque as fontes da Praça do Giraldo e do Largo da Porta de Moura, parte integrante de um sistema de canalização e abastecimento de água celebrizado nas crónicas coevas do Quinhentismo como a mais extraordinária obra de engenharia do século XVI: o Aqueduto da Água da Prata.

Évora, no século XVI será, durante um curto espaço de tempo, capital de Portugal, visto que aqui morou, em exclusivo e durante os anos de 1531 a 1535, o rei D. João III, tendo ficado célebre um dos seus cognomes: “O João de Évora”.

Figura de nomeada que ficará também associada a outra: o primeiro arcebispo da cidade, o Cardeal Infante D. Henrique, que desempenhou igualmente a função de rei, mas ficou ligado à cidade de Évora precisamente pela instalação dos Estudos Gerais e subsequente Universidade, transformando Évora num dos principais polos culturais do Portugal quinhentista.

São importantes fatores para percebermos muito do que hoje Évora apresenta ao visitante. A dimensão histórica não se esgota obviamente nestas breves considerações. Será igualmente importante referir o poder de uma nobreza terra tenente na cidade, e que moldou muito da imagética do espaço urbano, com o patrocínio de imensos palacetes e solares (sendo que alguns ainda são propriedade das famílias originais, algumas com origem no século XIV), bem como todo o momento que desde a ocupação filipina, irá terminar já na primeira metade do século XIX.

Entre este arco temporal, Évora será palco de alguns dos maiores artistas na arte da talha dourada e azulejaria que trabalharam em Portugal, dotando inúmeras igrejas e conventos de exuberantes decorações, muitas das quais de notável qualidade artística e que se assumem, muito provavelmente, como das maiores riquezas que a cidade encerra.

Entrados no século XIX, a cidade assiste a novo momento de charneira, fruto das convulsões políticas da época, bem como da ascensão de novos valores civilizacionais e tecnológicos. Com efeitos, as descrições desse período falam-nos de uma cidade ainda medieval, suja, fechada entre si, uma amálgama de monumentos decrepitos e ruínas do passado.

A reação far-se-á a partir da segunda metade dessa centúria, mas não sem o início do mesmo século se assinalar por um momento de extrema importância: a fundação da Biblioteca Pública, pela mão do arcebispo Manuel do Cenáculo. Atualmente, é considerada uma das mais ricas bibliotecas do país, conservando documentação original e essencial para a História dos “nossos” descobrimentos. É um património desconhecido, mas que se assume como essencial para conceder uma notável nota à já vasta dimensão histórica e patrimonial de Évora.

A delimitação do caminho-de-ferro, em 1863, e a ascensão de uma burguesia economicista na cidade conduziu a inúmeras destruições e adaptações do antigo tecido urbano. Com a destruição do Convento dominicano, inaugura-se um processo que se concluiu com a estruturação de um grande largo de lazer, coroado pelo atual Teatro Garcia de Resende.

Com a destruição das ruínas do Palácio Real e parte do Convento franciscano, um cenógrafo, de seu nome Cinatti, vai desenhar o Passeio Público de Évora, que ainda hoje preserva curiosa construção romântica, as Ruínas Fingidas. Nos finais do século XIX, será ainda restaurado, no 1º projeto de restauro realizado em Portugal, o Templo Romano, na altura um depósito de materiais arqueológicos, encontrando-se completamente emparedado.

Quando entramos no século XX, funda-se o Museu de Évora e inicia-se um processo de disseminada consciencialização patrimonial. A população local começa a ganhar consciência da singularidade do espaço urbano que habita, muito por força da fundação do Grupo Pró-Évora em 1919, a primeira Associação de Defesa do Património fundada em Portugal e, posteriormente, pela mão da figura de Túlio Espanca, um dos maiores divulgadores e estudiosos do património eborense, ativo durante mais de meio século.

Esta consideração será porventura relevada quando atentamos no papel da Direção Geral dos Monumentos Nacionais, que entre a década de 30 e 70 do século XX, levou a cabo inúmeros e sistemáticos restauros no tecido antigo, mediados pelas orientações teóricas proferidas em 1931, no primeiro congresso da União Nacional.

São três os princípios orientadores destes trabalhos:

- Restauro com devoção patriótica dos monumentos, pela sua beleza artística, funcionando como exemplos instrutivos para as futuras gerações do culto à pátria, religião e arte;

- Critério de restauro centrado na devolução da beleza original ao edifício, com remoção de acrescentos e mutilações dos séculos, tempo e homem;

- Manutenção e reparação das construções de reconhecido mérito artístico, mesmo que associadas a épocas diferentes.

A Sé Catedral será porventura metáfora perfeita do que mediou os restauros em Évora, sendo completamente depurada de construções do século XVII e XVIII, devolvendo-se à sua imagética original. As muralhas de Évora foram alvo de um extenso e demorado restauro, (que não desdenha chamar de reconstrução integral em alguns troços), a Ermida de São Brás, o Palácio de D. Manuel, o Aqueduto da Água da Prata, a Universidade foram igualmente alvos dos restauros dos Monumentos Nacionais, que desde muito cedo assumiram a importância de Évora no contexto específico de devolução de uma imagem glorificadora do império português, fazendo inclusive instalar na cidade uma repartição.

Com efeito, é justo dizer-se que muito do que hoje vemos em Évora se resume a uma convivência harmónica de vários momentos históricos, de várias civilizações e inclusive várias intenções socio-políticas. É efetivamente o resultado de 2000 anos de história, nos quais parece ter ficado preservada a lógica da singularidade constante de um espaço, urbano e geográfico, sobre o qual se foram sistematicamente construindo camadas, sem descurar o respeito pela memória e heranças do passado.

Em linhas gerais, Évora apresenta-se como uma cidade histórica típica, onde a diversidade do seu património construído não é mais que a constituição de uma unidade urbana e arquitetónica afinada sob o signo da autenticidade.



Figura 17 | Mapa da cidade (1991). Desenho de António Couvinha. Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

3.1.5. A conquista de Évora por Giraldo Sem Pavor

A cidade de Évora, como espaço de encruzilhada entre inúmeras rotas comerciais, representava um importante bastião da presença muçulmana na zona ocidental do *Al-Andaluz*, assumindo-se como peça fundamental no contexto da poderosa Taifa de Badajoz (Herculano, 1980:549). Esta, por seu lado, *constituía o centro do [...] sistema militar [sarraceno] nesta zona de fronteira, à semelhança do que haviam sido Toledo, ao centro, e Saragoça, a oriente* (Mattoso, 1992:78). Era, portanto, inevitável um assédio a este importante polo urbano da Espanha muçulmana.

No entanto, toda a sua estrutura defensiva passava por um sistema de fortalezas que tinham necessariamente de ser suprimidas, de forma a facilitar as movimentações militares dos cristãos. O pormenor de particular relevo prende-se com a iniciativa destas campanhas não ter partido dos exércitos régios, mas sim de um bando de marginais, supostamente originários de Santarém. O seu líder, Giraldo sem Pavor, tomou Beja em 1162 (Mattoso, 1992:77), mas somente com a conquista de Évora, o vemos como caudilho de uma causa que a história enfatizou, ao procurar definir a personagem como um solitário aventureiro, que visava satisfazer desejos pessoais, e depois

aproveitado pela política de expansão afonsina. Como nos dizem as crónicas, foi em 1165³ que acossou a cidade eborense. Importa escrutinar as circunstâncias de tal acontecimento, pois revelam, ainda que de forma transversal, algumas indicações acerca da disposição urbana da Évora do século XII.

Torquato de Sousa Soares refere um pormenor de particular interesse no contexto da Reconquista a Sul do Tejo: na ótica política, Afonso VII, *o Imperador*, faleceu em 1158, sendo o seu sucessor Fernando, autointitulado rei da Hispânia, que tentou inúmeras vezes reincorporar o território português, sempre sem sucesso. No entanto, detinha jurisdição sobre os territórios conquistados a Sul do Tejo. Cabia-lhe a iniciativa de guerrear os muçulmanos e detinha, com legitimação política e religiosa, a posse de eventuais territórios que viesse a conquistar. Não querendo interferir politicamente com o poderoso Rei de Leão, D. Afonso Henriques confia a tarefa de reconquistar o Alentejo a Giraldo (Soares, 1967:13).

Como nos diz David Lopes (cujo trabalho incide sobre o perfil psicológico do salteador), Giraldo *era não um aventureiro feliz, mas um fronteiro - alcaide de Afonso Henriques* (Lopes, 1940: 96). Ou seja, o seu papel, ao contrário do que a História, na sua perspetiva romanceada nos legou, parece inserir-se numa estratégia descentralizada do primeiro rei português.

Ao confiar-lhe a tarefa de reconquistar o Alentejo, Afonso I resolveu duas questões complexas: a primeira, de índole militar, assentou na divisão da sua capacidade bélica, concentrando esforços em duas frentes distintas; a segunda, de índole política, isentou diretamente o rei de Portugal das campanhas do *sem Pavor*, levando o soberano leonês a acreditar que as mesmas não prejudicariam os seus direitos sobre os territórios conquistados (Soares, 1967:13). A história, mais uma vez, parece dar relevo à astúcia de D. Afonso Henriques.

Numa outra versão, o Padre Manuel Fialho diz-nos que Giraldo era *nobre da província do Reyno...virando criminofo, e fugitivo* (Fialho, s.d.:188). Após desentendimentos com D. Afonso Henriques, refugiou-se em Évora, colocando-se ao serviço de Ibn Wasir, que lhe outorgou um espaço junto:

³ A historiografia sempre se debateu com a data concreta da conquista de Évora aos mouros. Oscilando entre a data de 1165 e 1166, foi um ponto que acompanhou, protagonista, o debate acerca da história da cidade. Hoje, contudo, e após uma leitura crítica das crónicas conhecidas, está estabelecido que Giraldo tomou Évora entre 9 de Setembro e 9 de Outubro de 1165. No primeiro semestre de 1166 entrega as chaves daquela a D. Afonso Henriques. Para mais informações veja-se: MONIZ, Manuel de Carvalho, *A Conquista da Cidade de Évora*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1966, pp. 138/139; SOARES, Torquato de Sousa, "Significado Nacional da Reconquista Cristã de Évora", separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora*, nº 9, 1967, pp. 13-15; BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, pp. 17/18.

do sítio chamado Monte muro, duas p^a tres legoas distante da Cidade quafi ao poente. Ali achou, ou edificou de novo, para sua segurança hum castello, deque ainda usam algumas ruínas. Aqui se lhe juntaram alguns outros, e forma crescendo os perseguidos da fortuna, por qualquer caso que fosse, fugindo à justiça de Rei D. Affonso de Portugal. (Fialho, s.d.:189v.).

O referido castelo, por confirmação arqueológica, foi suporte de uma povoação do Neolítico, mas que escavações realizadas na década de 60 do século XX revelam ter tido uma utilização indefinida durante a Idade Média (Paço; Ventura, 1961:6).

Querendo o perdão do soberano português, Giraldo encetou uma campanha tão arriscada, quão gloriosa: a conquista de Évora, segunda cidade da taifa de Badajoz.

[Giraldo] atormentado entre as suas victorias de mortaes melancolias [...] ocorreo-lhe, que se tomasse Évora podia levar com o heroico desta empreza toda a fealdade da sua culpa. [...] começou a examinar cuidadosamente as forças, e estado da cidade, e a forma, e modo com que se portavão, e correspondiam as sentinelas, e vigias (Fonseca, 1728:41).

A supressão do vigia na atalaia de S. Bento, que com a sua filha defendia a linha visual a oeste da cidade, é um facto que tanto a historiografia, como a iconografia da cidade preservaram, sendo o brasão de armas da cidade o cavaleiro Giraldo encimado pelas cabeças degoladas de ambos. Após ter libertado o caminho por esta via, terá mandado os seus homens, 120 segundo os documentos (Franco, 1945:46), encetar semelhante empresa na atalaia do Espinheiro.

O estratagema então delineado consistiu num logro, induzindo os muçulmanos que estavam dentro dos muros a pensar que estavam inimigos na proximidade daquela. Remetemo-nos, novamente, ao Padre Francisco da Fonseca, que nos diz o seguinte:

Á vista dos finaes, que tambem repetio a outra atalaya fentindo os noffos cento e vinte foldados; tocaraõ os Mouros al arma, e fabendo pellos finaes, e pellos batedores que os inimigos eraõ poucos, fahio à redea solta a mayor parte do prezidio deyxando a porta aberta, e mal guardada. Ifto eferava Giraldo, que pella parte do Chaõ das covas eftava com a fua gente embofcada: deyxou apartar o prezidio; e affim como o vio longe, inveftio à porta da cidade (hoje o Arco de D. Izabel) (Fonseca, 1728:42).

Convém, nesta fase, determo-nos um pouco nas considerações anteriores, de forma a clarificar um sem número de dúvidas.

A historiografia reparte-se entre uma eventual ligação entre D. Afonso Henriques e Giraldo, sendo ainda alvo de discussão a sua verdadeira origem e condição social. Em função do que persiste na historiografia, os eruditos repartem-se entre um nobre e um salteador. À semelhança do seu papel no seio da política afonsina, esta questão, em função do conhecimento atual, parece não ter uma

conclusão definitiva. Contudo, qualquer uma das versões consideradas é passível de ser encarada como verídica, pois adequam-se ao contexto dos tempos que discutimos.

Se Giraldo sem Pavor foi um insigne aventureiro, que com sucessivos fossados devastava tanto território cristão, como muçulmano, chegando mesmo ao controle de cidades, é legítimo encarar o aproveitar das suas capacidades estratégico-militares por Afonso Henriques.

Por outro lado, e seguindo a tese de David Lopes, assumi-lo como *general* do primeiro rei de Portugal, que ao encarregar Giraldo da conquista do Alentejo, se *esquivava* de complexas e sensíveis questões político-diplomáticas, não nos parece de todo inverosímil. As crónicas muçulmanas, citadas por José Mattoso, falam de que Giraldo *vendeu* a cidade a Afonso Henriques após a sua conquista (Mattoso, 2006:217). O próprio termo poderá também indicar duas vias: recompensa ou pagamento de serviços? De qualquer das formas, Giraldo teve uma compensação material pelo seu feito.

Certa é a adoção do caudilho de um sistema também utilizado por D. Afonso Henriques na conquista de Santarém (Lopes, 1940:75), ou seja, a investida noturna, que procura surpreender os sitiados, criando uma vantagem estratégica. Tal facto poderá indicar algum tipo de comunicação entre os dois homens, englobando Évora e Beja como ponto de partida para a tão almejada conquista de Badajoz.

A forma como Évora foi tomada, por outro lado, merece que nos demoremos na sua destrinça, procurando enquadrar as considerações que delineámos para a disposição urbana em meados do século XII. Se é provável que a cidade se tivesse ressentido aquando da formação das segundas *taifas*, não podemos ignorar o perímetro onde se inseriam os arrabaldes, ou os bairros periféricos. A questão prende-se com a sua efetiva morfologia urbana, pois não podemos falar de um urbanismo denso fora das muralhas antigas. Não existem vestígios arqueológicos, nem bases documentais que permitam a formulação de uma ideia concreta acerca deste ponto.

Se, por um lado, a arqueologia parece indiciar uma linha urbana limitada nos 30 a 35 hectares, não é possível averiguar de que forma os bairros periféricos se disseminavam entre a cerca velha e um eventual limite urbano. Podemos certamente apregoar a sua dispersão, bem como localização na proximidade das principais vias de acesso à cidade. No entanto, parece-nos erróneo encarar aquele como sendo um fenómeno denso, à semelhança do que se verificava no interior da Cerca Velha. De forma a tentar clarificar um pouco mais esta questão, convém demorarmo-nos na forma como as crónicas relatam a conquista de Évora por Giraldo.

Para o nosso estudo, interessa-nos as referências às linhas defensivas e lugares referenciados nos escritos de Manuel Fialho. A menção ao «Chão das Covas» obriga uma leitura crítica.

Sabemos que, em meados do século XIII, estava já delineado o arrabalde de Avis, que seguia, mormente, a linha da rua que ainda hoje detém a mesma nomenclatura (Carvalho, 2004:84-85). De feições maioritariamente agrícolas, este arrabalde parece ter sido pouco populoso até inícios do século XIV.

Por outro lado, a associação urbana estabelecida entre o arrabalde de Avis e a Rua do Cano (Carvalho, 2004:76-79) sugere, ainda que tenuemente, um urbanismo para aquela zona, possivelmente herdada da ocupação islâmica. Toda a cintura de hortas e almuinhas que visava a subsistência do núcleo urbano, fator intrínseco as cidades do período muçulmano, parece, portanto, ter abarcado a zona do atual Chão das Covas. O facto de Giraldo ter conseguido estabelecer uma estratégia de emboscada naquele espaço sugere, por outro lado, que detinha as condições para tal. O certo é que em finais de 1165, Évora voltava a hastear a bandeira da Cristandade.



Figura 18 | Autoria desconhecida, estátua em pedra de Giraldo Sem Pavor, data desconhecida, localizada junto à Junta de Freguesia da Tourega (Valverde).
Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

3.1.3. O património: Declaração de valor (Unesco, 1986)

No passado dia 24 de Novembro de 2012, Évora comemorou 26 anos de elevação do seu Centro Histórico a Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO. Foi no dia 24 de Novembro de 1986 que através do Governo Português, foi apresentado para a inscrição na lista de Património mundial. O Centro Histórico de Évora, capital do Alentejo.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organismo da UNESCO, deliberou favoravelmente a inclusão do Centro Histórico de Évora na lista do Património Mundial, justificando a decisão com o facto de Évora cumprir muitos dos requisitos exigidos, mas fundamentalmente o de ser o melhor exemplo de uma cidade portuguesa da idade do ouro (século XVI) e o da sua paisagem urbana permitir compreender a influência da arquitectura portuguesa no Brasil, em locais como São Salvador da Baía, também Património Mundial da Humanidade desde 1985.

As muralhas medievais, desenhadas pelo arquitecto Vauban no século XVII, bem delimitadas, reforçaram a uniforme malha urbana, que se estende num perímetro de 4 quilómetros de comprimento, numa área total de 12 hectares. Há 25 anos era morada de 12 mil habitantes em 4 mil residências. Era esta área o coração da cidade e da região, pois nela trabalhavam 70% da população de todo o concelho. Todo o seu tecido arquitectónico estava bastante bem preservado, realçando-se o bom estado de conservação dos imóveis e monumentos, exceptuando-se apenas a debilidade das condições de algumas franjas do parque habitacional privado, ocupado por uma população envelhecida.

O património edificado intra-muros foi valorizado pela dimensão dos seus imóveis, e pela sua tipologia - religiosos, militares e civis -, mas também pela nobreza dos materiais e dos elementos decorativos utilizados.

O adjectivo homogéneo foi dos mais empregues na descrição do Centro Histórico, para caracterizar os seus espaços urbanos, praças e ruas, cujos processos de formação, ao longo dos séculos, foram muito apreciados por terem sido sempre coerentes. Foi consensual a afirmação de que estão mantidos os traços típicos das cidades medievais do Sul da Europa, com artérias estreitas e sinuosas, e com grande riqueza de variantes, numa uniformidade exemplar em cada período de construção. A concentração de monumentos do Centro Histórico foi aliás considerada invulgar precisamente pela variedade da sua origem, isto é, por derivarem não de um, mas de vários períodos históricos e artísticos, como o romano, o gótico, o renascentista, o manuelino, o barroco ou o neoclássico.

As muralhas, igrejas, templos, casas, palácios, fontes, jardins, arcadas e ruelas, que os séculos trouxeram ao Centro Histórico, fizeram de Évora uma cidade incomparável, que a UNESCO reconheceu como tal, e que a Câmara Municipal de Évora deseja homenagear, invocando o seu património material e imaterial.

3.1.4. Administração municipal

A administração do Município de Évora é feita pela Câmara Municipal, composta por 7 vereadores e um órgão legislativo, a assembleia municipal, constituída por 38 deputados onde 21 são eleitos diretamente.

O cargo de Presidente da Câmara Municipal foi ocupado até 31 de Maio de 2013 por José Ernesto Ildefonso Leão de Oliveira, eleito nas eleições autárquicas de 2009 pelo Partido Socialista para um terceiro mandato, sendo substituído a partir do dia 01 de Junho de 2013 por Manuel Francisco Grilo Melgão, Vice-Presidente. Não existe maioria absoluta de vereadores, já que o PS elegeu apenas quatro. Existem ainda 3 vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV).

Na Assembleia Municipal o partido mais representado é a CDU com 9 deputados eleitos e 10 Presidentes de Junta de Freguesia, seguindo-se o PS com 9 deputados eleitos e 6 Presidentes de Juntas de Freguesia, o PSD (2; 1) e o Bloco de Esquerda (1; 0). O Presidente da Assembleia Municipal é Luís Manuel Capoulas Santos do PS, que venceu a votação para a Assembleia Municipal, apesar de não ser o partido efetivamente mais representado.

3.2. Armas do Município de Évora

3.2.1. A história do brasão, bandeira e selo

Neste estudo apresenta-se por ordem cronológica cinco brasões de armas da cidade, que pelo seu valor histórico e significado heráldico são, sem dúvida as fontes iconográficas verdadeiras e únicas a considerar ao estudar-se o escudo da cidade de Évora.

A interpretação mais antiga do brasão de armas do concelho, está num Selo de cera da época do Rei D. Sancho II. Está apenas a um pergaminho datado de 1227, existente no Arquivo Nacional da Torre Tombo de Lisboa. Cronologicamente é a peça de heráldica historiada mais antiga da cidade de Évora. Num círculo com legenda exterior está um cavaleiro a galope voltado para a direita. Giraldo parece envergar a cota de malha e empunha um escudo medieval, terminado em bico. Em campo há vestígios de uma espada, pendão ou troféu militar. Como o selo se encontra muito arruinado é impossível reconstituir, com verdade, as outras peças do escudo.

A segunda interpretação é uma pedra de armas incrustada na torre Sul do transepto da Catedral, no exterior, sobre o terraço do Claustro (Figura 19). Gabriel Pereira afirma que *esta peça do século XIII; a sua comparação com todos os espécimes de estatuária pertencente à escola de lavrantes de pedra de Évora, hoje indiscutivelmente caracterizada, faz aproximar este curioso documento dos primórdios do*

século XIV, época da escola referida. Está certamente no seu primitivo lugar porquanto, segundo os documentos concelhios originais, em 1305, durante o governo de D. Diniz e em 1390 reinado de D. João I, o Senado reunia à sombra das paredes já seculares da Sé, na primeira data, sob um alpendre pertença do Cabido e na segunda sob as abóbadas ogivais da Clastra do Bispo D. Pedro.

Diz Gabriel Pereira nos «Estudos Eborenses»:

O brasão da Sé mostra-nos Giraldo a cavalo, galopando à esquerda, a mão direita erguida com a espada nua, no campo do escudo, superiormente, a cabeça da moura à esquerda, a do mouro à direita, tudo metido num todo arquitectónico ogival. O guerreiro está perfeitamente harmónico com a base histórica; está sem elmo, sem peças de armadura, sem escudo, veste um gibão, e tem um manto pequeno; não é um cavaleiro, tal como a Idade Média aplicava a palavra, é um chefe de bando a cavalo. (Pereira, 1947:288)

A terceira interpretação é uma pedra de armas da antiga Casa de Ver-o-Peso (depósito de géneros alimentícios e da balança do Mercado Público da Praça do Giraldo), situada na Rua do Raimundo (Figura 20). Este brasão está hoje exposto na sala de escultura medieval do Museu Regional de Évora, o seu autor é desconhecido, a sua matéria-prima é o mármore, tem a dimensão de 76cm de altura, 39cm de largura e 11,5 cm de espessura.

A sua descrição, baixo-relevo da primeira metade do século XV, grosseiramente esculpido, com variantes, mas inspirado no anterior pelo menos na composição gótica do enquadramento, pretende representar uma porta de torre ou fortaleza. O cavaleiro, de armadura e escudo, galopa à esquerda, empunhando a espada. As cabeças decepadas dos mouros ladeiam o cavaleiro; outras duas cabeças, no chão, sob o cavalo. Ao cimo, no meio do brasão e dentro do pórtico ogival, o escudo das armas reais com as quinas em cruz. A tradição, nesta peça de armaria, tão arcaica e até grosseira na decoração, sofre um profundo golpe. O cavaleiro passa a figurar perfeitamente armado de *catafracto*.

A quarta interpretação é o brasão de armas da fachada principal dos antigos Paços do Concelho, de pedra mármore, depositado no Museu Regional e pertença da Câmara Municipal de Évora (Figura 21). Este brasão está hoje exposto na sala de escultura medieval do Museu Regional de Évora, o seu autor é desconhecido, a sua matéria-prima é o mármore, tem a dimensão de 116 cm de altura, 88cm de largura e 7 cm de espessura. Peça manuelina de cerca de 1515. Este brasão oferece ainda maiores dissemelhanças, o Giraldo galopa à direita, sem armadura e escudo, mas empunhando a espada. As cabeças em campo, afrontadas, são ambas imberbes e estão sotopostas aos emblemas simbólicas de D. Manuel, as esferas armilares, encimadas por florões decorativos. No cimo do escudo, mas ainda em campo, as armas portuguesas e sobre elas a coroa real aberta. Desapareceu em absoluto a

intenção de representar o guerreiro junto à torre ou atalaia, conforme as duas primeiras versões esculpidas.



Figura 19, 20 e 21 | Escudo de armas da cidade de Évora existente na Sé Catedral, século XIV, pedra de armas da casa de ver o peso, século XV e pedra de armas dos Antigos Paços do Concelho, ano 1515. Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

A quinta e última interpretação do brasão de armas da cidade bordado a ouro, na mais antiga bandeira do município, existente no Edifício dos Paços do Concelho (Figura 22). É de cerca de 1600, do período filipino, sendo as peças heráldicas recortadas de bandeira anterior. A crítica da sua iconografia mostra que pouca confiança merece este documento. Sem Pavor, em cavalo de parada e olhando para a direita, de espada flamulada erguida, está rigorosamente armado e ajezado para batalha. Parece uma figura de Alcácer Quibir. Uma única cabeça, masculina, jaz debaixo do corcel. Talvez a da moira se perdesse na mutilação do tecido. Tem a seguinte legenda a ouro: *HAEC GIRALDE SUI S URBES PER TE REDDITA SACRIS PERPETUAE LAUDIS DAT MONUMENTA TIBI.* (Giraldo esta cidade para teu louvor constante consagra-te uma recordação eterna).



Figura 22 | Bandeira do período filipino, 1600, exposta junto ao gabinete do Presidente nos Paços do Concelho

O brasão, através da descrição de distintos autores, toma formas diferentes. Três autores do mesmo século acabam por dar interpretações diferentes. O primeiro, André de Resende (1553), descreve o brasão com um cavaleiro armado a cavalo com a espada levantada e duas cabeças cortadas no chão, uma de um homem, outra de uma mulher. O segundo, Diogo Mendes Vasconcelos (1593), refere que Giraldo esta armado a cavalo, levantado a espada com uma cabeça de mouro ensanguentada e pendurada na mão esquerda a cabeça da filha. O terceiro, Mariz (1594), o cavaleiro leva a espada numa mão e na outra agarrada pelos cabelos a cabeça de uma moura.

Em 1855, pela ocasião da aclamação de D. Pedro V, solicita-se a Évora e outras cidades que expliquem a sua heráldica. João Rafael de Lemos, o homem mais versátil nos estudos e conhecimentos de cidades antigas, redige um ofício que ao que parece teve pouca transcendência. O mesmo sucede em 1881, quando se produz a primeira tentativa oficial para que as camaras municipais registem os seus respectivos brasões, tentativa que acaba por ter pouco êxito. Em Évora esta petição impulsiona uma investigação ao brasão da cidade em 1882 por parte de Gabriel Pereira, que revê a literatura existente até a época. Apesar da documentação exaustiva, não se toma nenhuma decisão a esse respeito.

3.2.2. Primeira aprovação das armas da cidade (1930)

Em 14 de Abril de 1930, um despacho define em termos claros as normas gerais que devem reger a armaria daquelas entidades, baseando-se num estudo elaborado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses que propõem que se apague os abusos, as repetições e se registre os feitos históricos, as

circunstâncias artísticas e as razões de riqueza local. Em definitivo propõe-se uma heráldica verdadeiramente popular. Para eles os municípios deviam enviar os desenhos e documentos relativos às suas bandeiras, brasões de armas e selos à Direcção-Geral da Administração Política e Civil, que consultaria a Associação dos Arqueólogos Portugueses, e propunha a reforma indicada.

O conhecido Arqueólogo e Historiador da Especialidade Afonso Dornelas elaborou um parecer acerca do assunto, que foi aprovado pela secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 1930, mas a sua homologação oficial nunca se verificou. A Câmara de Évora, presidida pelo Capitão Luís de Camões, recusou sancionar o parecer, apoiada em pretensas inexactidões iconográficas e históricas, baseando-se também na opinião pública expressa pela imprensa regional, originando a suspensão do estudo.

Numa notícia no jornal “Diário de Notícias” de 02 de Setembro de 1930, o Presidente acaba por escrever um artigo, onde mostra toda a indignação dos cidadãos eborenses com o estudo apresentado:

O Escudo da Cidade-Évora, 31 - Causou aqui desagradável estranheza, o facto de aparecer, entre as alegorias da composição do monumento à Guerra Peninsular, um escudo desta cidade, modelado segundo uma reconstituição do Arqueólogo Sr. Afonso Dornellas. Não se admite, entre os eborenses, que a sua cidade fique representada num importante padrão monumental da Capital do país com um brasão que eles não reconhecem como o verdadeiro, isto é como o que corresponde à tradição, aos arcaicos monumentos originários, aos selos municipalistas e aos estandartes ou bandeiras do seu pelourinho. E, assim, dá-se como certo, ir a Câmara manifestar a oposição a que no grandioso monumento em referência apareça semelhante versão do timbre heráldico desta cidade que pode constituir um estudo sincero do Sr. Afonso Dornellas, mas não tem nem terá a concordância dos eborenses. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 141)

Segundo o Presidente da Câmara, este especialista, teve pouco cuidado com o desenho, as cores e demonstra pouco conhecimento da tradição de Évora. Em vez de vir a Évora para compor sobre os estudos tradicionais aqui existentes, como lhe era pedido, delineou um escudo novo com fantasia.

Num ofício enviado a 8 de Setembro de 1930, Afonso Dornellas refere que:

Em ofício que dirigi a V. Ex.^a em 30 de Abril último, acompanhado de uma aguarela da bandeira e armas, tais como a Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses julgou deverem ser simbolicamente ordenadas em face da história e da tradição, dizia que nem a mesma instituição científica nem eu, como simples relator, tínhamos o menor interesse ou desejo de impor esta ou aquela forma heráldica para o selo e por conseguinte para as armas da cidade de Évora. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 142)

E acrescenta que:

O desejo da Associação dos Arqueólogos, desde a sua fundação em 1863, tem sido sempre moldado nos princípios de ser útil, procurando colher elementos para auxiliar quem estuda e demonstrando o melhor

caminho a seguir para mais fazer realçar a tradição e a história e principalmente a arqueologia artística em todas as suas modalidades. Um dos motivos de grande estudo para a mesma Instituição tem sido, nos últimos tempos, a heráldica representativa das tradições populares, salientando os valores do povo português, nos selos, nas armas e nas bandeiras das cidades e das vilas. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 142)

Continua o seu ofício referindo que:

a Secção de Heráldica não inventou coisa alguma, pois citou exemplos já velhos onde as armas dessa cidade eram representadas pela mesma forma, sendo até bastante curioso o facto de, muito depois de aprovado o citado parecer, vir publicada a reprodução do mais antigo brasão da cidade de Évora e que está esculpido numa das paredes da respectiva Sé, a páginas 403 do 2.º volume da História de Portugal (edição monumental da Portucalense Ld.&-Barcelos). Essa escultura veio demonstrar à Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos que o seu parecer sobre as armas de Évora, estava óptimamente fundamentado. Esse brasão, esculpido há alguns séculos, consiste numa porta que está sendo entrada por um cavaleiro de espada desembainhada, estando o cavalo com as mãos levantadas para melhor se perceber que sem uma análise feita no local ou sem reprodução fotográfica bem nítida, não se pode definir o que representará. O parecer referido da Secção de Heráldica lá diz que as cabeças decepadas que figuram no chão, demonstram que para entrar a Praça se travou luta. Depois de aparecer a reprodução da referida pedra, pode considerar-se suspenso o estudo das mesmas armas até que se defina ou tente definir o que representam as referidas cabeças que a fantasia no decorrer dos séculos, trouxe até às mãos do cavaleiro e por fim, até ao chão, conforme a interpretação de quem tem feito alterações nas mesmas armas sem outra orientação que não seja a de seguir as diferentes lendas que vão aparecendo. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 142)

Consideram ainda que:

Seria interessante, conforme já solicitei da amabilidade de V. Ex.^ª na minha carta de 30 de Abril, que V. Ex.^ª em nome da Ilustre Comissão que honra Presidindo, se dirigisse à Associação dos Arqueólogos, dizendo quais são os desejos da Cidade neste sentido, para que a mesma Instituição fique habilitada a responder às pessoas que se lhe dirigirem oficial ou particularmente pedindo esclarecimentos sobre as armas da cidade de Évora. Claro está que os artistas que tenham de reproduzir as armas de qualquer cidade ou vila se dirigem geralmente à Associação dos Arqueólogos pedindo-lhe elementos e esta, por exemplo tratando-se de Évora, indica as armas que a cidade ultimamente tem usado e aquelas que a mesma Instituição, em face da história, definiu. E, como o assunto não está resolvido, cada um emprega aquelas em que acha melhor razão. Aqui está pois o motivo porque se torna necessário definir o assunto, para que a Associação dos Arqueólogos possa esclarecer quem o consulte, sejam armas quais forem. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 143)

Refere no mesmo ofício que:

A Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos costuma respeitar todos aqueles selos que foram adoptados pelas cidades e vilas desde o princípio da nacionalidade até ao fim do Século XV, pois são todos estudados por tal forma e com uma organização sempre tão acertada, que constituem as verdadeiras bases da heráldica de domínio. São estes que têm servido para estudar e ordenar outros. Se a Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos conhecesse o brasão esculpido nas paredes da Sé de Évora, antes de formular o parecer que formulou, de forma alguma teria saído dessa orientação e aconselharia V. Ex.^ª e os Ilustres Membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Évora a que o adoptassem, pois é evidentemente, essa escultura que representa a história do facto que fez entrar definitivamente a cidade de Évora no domínio de Portugal. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 144)

E reconhece que:

Haveria apenas que estudar os respectivos esmaltes para se poderem definir as cores da bandeira. Com referência à notícia que no início desta carta citei, tenho a dizer a V. Ex.a que o Monumento da Guerra Peninsular está esculpido há muitos anos, quando ainda a Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos não tinha pensado em fazer tais estudos, portanto, não foi por informação daquela instituição que se fizeram as esculturas que lá se vêem, parecendo-me pois que há engano, e julgo que entre os escudos que lá estão não existe o de Évora mas sim o de Elvas. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 144)

Com este ofício enviou uma aguarela da bandeira de Évora, com a descrição que formulou no parecer e que teve a aprovação da Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos, e onde incluiu o colar da Torre Espada, conforme está determinado seja usado nas armas de Domínio.

Não se conhece ou encontrou em arquivo o brasão ou bandeira que Afonso Dornellas enviou para a Câmara Municipal juntamente com o ofício referido em cima. Mas pode-se ter uma ideia do brasão de armas utilizado neste período, uma vez que foram encontrados duas capas do relatório de contas do ano de 1940⁴ (Figura 23) e outra do ano de 1950⁵ (Figura 24).



Figuras 23 e 24 | Brasão de armas da cidade de Évora, 1940 e 1950. Fonte: Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora

3.2.3. Segunda aprovação das armas da cidade (1951)

A segunda tentativa de oficialização do brasão de armas da cidade acontece em 1951, sendo Presidente do Município o Engenheiro Henrique da Fonseca Chaves. É da sua inteira responsabilidade a retoma o estudo e análise crítica do brasão, com a supervisão do historiador Túlio Espanca e do desenhador Daniel Sanches. O desenho proposto representa Giraldo vestido de cavaleiro com as duas cabeças de mouro e moura no chão, com duas poças de sangue separadas. Os mouros são perfeitamente identificados pelo tocado e a composição tem uma estética familiar à do Estado Novo (Figura 25). O Presidente da Câmara, após uma revisão das glórias e feitos históricos da

⁴ Anexo 02. Capa do Relatório e Contas do Município, gerência de 1940. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

⁵ Anexo 03. Capa do Relatório e Contas do Município de 1950. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

cidade, sugere ao governo da nação que se coloque no brasão da cidade o símbolo da ordem da torre e espada e a sua divisa de valor, lealdade e mérito.

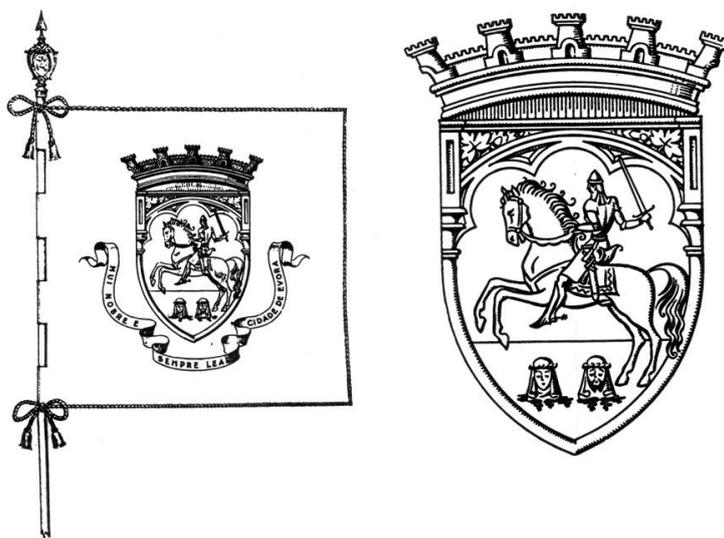


Figura 25 | Bandeira e Brasão de armas da cidade, segundo a reconstituição proposta pela Câmara (1951).
Desenho de Daniel Sanches. Fonte: Câmara Municipal de Évora

Num ofício de 30 de Julho de 1951, o Presidente do Município refere que:

Em 1930, quando em Lisboa estava a construir-se a actual estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, no Terreiro do Paço, as entidades que superintendiam nessa construção dirigiram-se à Associação dos Arqueólogos Portugueses pedindo-lhe a indicação de qual seria o escudo das armas da Cidade de Évora. Esse pedido tinha por fim habilitar a Comissão construtora da Estação a incluir o escudo de Évora na ornamentação a azulejos que decora o interior da Estação. A Associação dos Arqueólogos encarregou o seu sócio Afonso de Dornellas, perito em heráldica, de satisfazer o pedido. E este Senhor, já hoje falecido, e que realmente fez notáveis estudos da especialidade, em vez de vir a Évora para compor sobre os estudos tradicionais, aqui existentes, o modelo que lhe era pedido, delineou um escudo novo no qual fez incluir, com fantasia, os móveis que, segundo sabia, compunham o brasão da cidade. O escudo de armas imaginado pelo Senhor Dornellas para a Cidade de Évora é aquele que consta do desenho junto a este ofício e que pode ver-se, infelizmente, nos azulejos da Estação do Terreiro do Paço. Além de compor o escudo de Évora conforme os seus conhecimentos e a sua imaginação, o Senhor Dornellas fez também um projecto da bandeira da Cidade e do seu selo de armas, imaginando essa bandeira, sob a forma quarteada nas cores vermelha e azul. Ao centro da bandeira colocou o escudo fazendo pender do mesmo o colar do oficialato da Torre Espada. E por baixo do escudo inscreveu numa fita branca desdobrada as palavras: Cidade de Évora. Tanto o escudo como a bandeira e o selo de armas jamais tiveram aprovação oficial. E se alguma vez foram reproduzidos ou adoptados foi apenas porque, à falta de melhor versão oficial, nenhum outro modelo havia que servisse ou pudesse ser usado. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 152)

Nesse mesmo ofício, acrescenta que:

Por repetidas vezes tem sido necessário responder a perguntas que nos fazem sobre qual seja o brasão de Évora; e até mesmo a própria Câmara se viu já obrigada a mandar fazer duas bandeiras (Figuras 26 e 27) necessárias para cerimónias oficiais, seguindo o modelo a que se faz referência por não ter, repete-se, outro que pudesse adoptar. Entretanto, apesar de se não tratar de assunto vital para os interesses do Concelho, forçoso é reconhecer que não está certo ser Évora uma das pouquíssimas cidades portuguesas que não tem a sua bandeira municipal legalmente oficializada. Por isso é que se submete hoje à apreciação e decisão do

Exm.o Conselho Municipal de Arte e Arqueologia uma forma de resolver definitivamente este assunto. (Câmara Municipal de Évora, 1962-63: 152)



Figura 26 e 27 | Bandeiras da cidade usadas entre 1930 e 1951, expostas no Palácio D. Manuel

Em 25 de Setembro de 1959 é enviado um ofício⁶ à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, informando do parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses sobre as armas, bandeira e selo de Évora. Neste ofício é referido pela Associação que já por duas vezes tinham sido aprovados as armas, bandeira e selos do concelho, a primeira em 1930 e a segunda em 1952, contudo nenhum destes pareceres foi aprovado pelo município e portanto não estavam a ser cumpridas as regras de heráldica e por causa disto, a Associação de Heráldica Portuguesa solicitava uma reunião urgente entre a Autarquia e a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia para emissão de parecer e aprovação.

Nesse seguimento em ofício⁷ de 17 de dezembro de 1959, o Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, convoca o Dr. Manuel Carvalho Moniz, para estar presente numa reunião, no dia 22 de Dezembro daquele ano, sendo um dos pontos da ordem de trabalho, o estudo do brasão, bandeira e selo da cidade. Desconhece-se porem o resultado da reunião, uma vez que não existem documentos em arquivo sobre as decisões tomadas, sendo certo que, do que pudesse ter sido discutido, não resultou nenhuma aprovação, uma vez que não existe nenhum documento sobre o mesmo.

3.2.4. Terceira aprovação das armas da cidade (1987)

Em ofício de 25 de Julho de 1983 o Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral de Administração Local, solicita ao Presidente da Câmara Municipal de Évora, Dr. Abílio Dias Fernandes que envie os elementos necessários para a aprovação oficial do brasão do município de acordo com a

⁶ Anexo 04. Ofício enviado em 25 de Setembro de 1959 pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora ao Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

⁷ Anexo 05. Ofício enviado em 17 de Dezembro de 1959 pela Câmara Municipal de Évora para o Serviço da República, ao cuidado do Dr. Manuel Carvalho Moniz. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

circular de 14 de Abril de 1930. Em novo ofício⁸ de 10 de janeiro de 1985 e na comunicação n.º 42/83 de 25 de julho de 1983, vem reforçar o pedido de envio para a Direcção-Geral dos elementos necessários para a aprovação oficial do brasão deste município de acordo com a circular de 14 de Abril de 1930. Referiu ainda que se tornava urgente e oportuno o envio da referida documentação dado que as tarefas preparatórias para a publicação dos elementos de heráldica do país já se encontra em fase de conclusão, e é da maior conveniência que essa mesma publicação reúna o maior número de brasões aprovados.

Para que esta publicação não fique sujeita a um atraso indeterminado, propõe-se o prazo de envio dos elementos supracitados até ao dia 30 de Abril do corrente ano, após o qual o brasão deste município poderá não figurar como aprovado oficialmente na referida publicação.

Em ofício⁹ de 19 de Abril de 1985, o Presidente Abílio Dias Fernandes escreve à Direcção-Geral da administração local, onde refere que:

constatando-se não estar aprovado oficialmente o brasão de armas deste município, a Câmara Municipal de Évora vai nomear uma comissão idónea para proceder ao estudo em profundidade do problema. As conclusões do estudo serão oportunamente comunicadas a essa Direcção-Geral". Remetendo nesse mesmo ofício que "Atendendo à urgência referida na vossa circular n.º 3/85-DPE, junto enviamos dois desenhos do brasão (um deles colorido e outro a preto e branco) que até esta data têm sido adoptados nos documentos da Câmara municipal de Évora, cujas armas desde a época remotas tem a seguinte constituição: De ouro, um cavaleiro galopando para a esquerda, vestido de prata realçada de azul, empunhado uma espada. O cavalo negro. Em contrachefe duas cabeças caídas, banhadas de sangue, uma de homem, coroada de ouro e outra de mulher com toucado de prata. No topo do escudo, ao alto, dois capiteis estilizados ligados por listel trilobado sob ramagem decorativa iluminada a verde. Aos lados do escudo fustes. Capiteis e fustes de prata. Coroa mural de cinco torres de prata. Listel branco com os dizeres: *MUI NOBRE E SEMPRE LEAL CIDADE DE ÉVORA*".

Num novo ofício¹⁰ de 30 de janeiro de 1986, agora do Ministério do Plano e da Administração do Território, é referido:

que se encontra em preparação uma publicação que irá reunir, pela primeira vez, todos os elementos de heráldica do país mediante a estreita colaboração da imprensa nacional. Que esse documento já se encontra em adiantada fase de execução, que constitui um importante elemento de consulta, dotado de um elevado reconhecimento e procura nacional e internacional, deverá incluir uma informação actualizada e oficialmente aprovada de acordo com o Art. n.º 39 da Lei 25/85 de 12 de agosto. Para o efeito e conforme determinação superior do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, solicito a pronta colaboração de V. Exa., atendendo a que esse município, conforme anteriores contactos

⁸ Anexo 07. Ofício enviado em 10 de Janeiro de 1985 pela Direcção-Geral de Administração Local à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Elementos de Heráldica dos Municípios Portugueses/Aprovação oficial do brasão Municipal. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

⁹ Anexo 09. Ofício enviado em 19 de Abril de 1985 pela Câmara Municipal de Évora à Direcção-Geral de Administração Local. Assunto: Brasão de armas do Município de Évora. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

¹⁰ Anexo 10. Ofício enviado em 30 de Janeiro de 1986 pela Direcção-Geral de Administração Local à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Aprovação ou alteração dos elementos de Heráldica Municipal. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

desta Direcção-Geral, não apresenta uma situação devidamente normalizada, o que impede a não conclusão do referido projecto de trabalho.

Em 03 de Março de 1986, o Gabinete Jurídico através de informação interna¹¹ e com o assunto brasão de armas da cidade de Évora, informa o Presidente da Câmara que de acordo com a circular da 2.ª Repartição da Direcção-Geral da Administração Política e Civil de 05 de Abril de 1950, a petição das Câmaras Municipais deve ser dirigida através da respectiva Direcção-Geral, que por sua vez pedirá o parecer à Associação dos Arqueólogos Portugueses, e submeterá o respectivo processo a despacho do Ministério. Considerando os vários pareceres existentes no processo, deveria ser submetido à apreciação da Comissão de Arte e Arqueologia, e de acordo com os elementos já recolhidos e devidamente fundamentados, ser submetido a deliberação da Câmara e Assembleia Municipal e enviado ao respectivo ministério.

Após este último ofício, e como refere o Dr. Abílio Dias Fernandes, na entrevista de 9 de Outubro de 2012¹², o facto dos símbolos municipais não estarem registados e as regras da heráldica não estarem a ser respeitadas, levou a que a Câmara usasse o brasão, a bandeira e o selo sem as aprovações que a Comissão de Heráldica aconselhara. Foi também o Dr. Abílio Dias Fernandes que colocou a hipótese de legalizar a situação e convidar o Dr. Pedro Sameiro, pessoa que dominava esta matéria em profundidade e o Sr. Túlio Espanca, historiador. Estes dois técnicos aceitaram colaborar no projecto, um na parte da heráldica e o outro na parte histórica e entre os dois elaborar a proposta para a Câmara passar a usar os símbolos de modo legal.

Numa carta¹³ enviada a 27 de Julho de 1986, o Dr. Pedro Sameiro refere que:

No passado dia 19 de Julho, a pedido da Câmara Municipal de Évora, estive reunido nesta cidade com representantes daquele município, designadamente os Srs. Vereador da Cultura, Túlio Espanca e Maria Laura dos Serviços Jurídicos, a fim de ser apreciada a ordenação dos símbolos heráldicos de Évora. A Câmara revelou-se extremamente receptiva e sem insistir nos pormenores de ordenação que haviam impossibilitado até agora a emissão de um parecer favorável pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. Discutido o assunto, assentou-se que a Câmara iria apresentar à Assembleia Municipal uma proposta de ordenação dos símbolos heráldicos concelhios, que, em princípio, deveria consagrar o seguinte: 1- Na ordenação das armas, bandeira e selo da cidade, seriam observados os padrões em vigor na heráldica municipal portuguesa; 2- Brasão de armas; (escudo peninsular) de ouro, com um cavaleiro armado de prata, realçado de azul, galopando em cavalo de negro e empunhando uma espada de prata ensanguentada; em contra-chefe duas cabeças de carnação caídas e cortadas de sangue, uma de homem a dextra e outra de mulher à sinistra, foteadas de prata. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com legenda "Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora"; 3- Bandeira; gironada, com cordões e borlas de..., haste e lança douradas; 4- Para a escolha do gironado aceitou a Câmara que aquele de que vem usando - azul e vermelho - é heráldicamente errado e não tem justificação histórica. Irá provavelmente optar pelo negro e ouro,

¹¹ Anexo 11. Informação Interna enviada em 03 de Março de 1986 pelo Gabinete Jurídico ao Presidente da Câmara. Assunto: Brasão de armas da cidade de Évora. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

¹² Apêndice 01. Entrevista ao Dr. Abílio Dias Fernandes (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Évora).

¹³ Anexo 12. Ofício enviado em 27 de Julho de 1986 pelo Dr. Pedro Sameiro à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Relatório sobre a reunião de dia 19 de Julho de 1986. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

inspirado na bandeira do retábulo da Batalha do Salada, existente na Igreja Municipal de S. Vicente; 5- Selo; circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: "Câmara Municipal de Évora.

Contudo esta proposta não foi aceite, embora não se tenha encontrado a carta oficial escrita pelo Presidente da Câmara, mas que se percebe facilmente na carta¹⁴ de resposta escrita pelo Dr. Pedro Sameiro datada de 21 de Maio de 1987. Nesta carta podemos ler o seguinte:

Acuso a recepção do ofício de V. Ex.a supre referenciado, que muito agradeço. Começo por esclarecer que o documento manuscrito da minha autoria constituiu um guião para a minha primeira conversa com os representantes da Câmara e por isso, contém em matéria de bandeiras um conjunto de hipóteses, que na altura analisei. De acordo com o regulamentação heráldica em vigor as cidades devem ter bandeiras gironadas, o que aliás corresponde a prática actual da Câmara de Évora, só as vilas podem ter bandeiras esquadreladas ou de cor única. Não me parece por isso admissível que a cidade de Évora tenha a sua bandeira ordenada como se fosse uma simples vila. A bandeira de seda vermelha bordada a ouro, em tempos usada pela Câmara de Évora, não era peculiar deste município, pois todas as bandeiras municipais de cerimónia eram antigamente de seda vermelha bordada a ouro, com excepção talvez única de Câmara de Lisboa, que teve bandeira de seda branca. Esta prática comum observava-se noutras bandeiras, designadamente no pavilhão real, também de seda vermelha bordada a ouro, que terá talvez sido o modelo das outras e ele próprio inspirado presumivelmente na auriflama real de França. Tudo isto consta, aliás, indicativamente das minhas citadas notas manuscritas. O que fica dito não justifica a adopção de uma bandeira de cor única pela Câmara de Évora. Posso admitir que o gironado ouro/negro (aliás as cores dominantes do escudo) não seja o esteticamente mais cativante. Se assim for julgado, poderia adoptar-se o gironado ouro/vermelho que se justificaria por um lado por ser o vermelho também uma cor do escudo e por outro por ser também um dos elementos do gironado actual vermelho/azul). Suponho que esta última solução poderá ser do agrado de V. Ex^a e da Câmara. Desde já manifesto a minha disponibilidade para de forma directa responder a perguntas dos Sr.s Vereadores sobre esta matéria desde que se encontre uma data e horário que não colida com as minhas actividades profissionais”.

Contudo, esta não foi a única proposta desenvolvida na altura, depois de consultarmos alguns documentos, apercebemo-nos de que num parecer interno¹⁵ datado de 4 de Dezembro de 1986, o gabinete jurídico da Câmara, por intermédio da Dr.^a Maria Laura, tinha solicitado a três funcionários da autarquia (Rui Arimateia, António Couvinha e Joaquim Duarte) o seu parecer sobre a fundamentação de outro possível desenho do brasão. Os três funcionários partiram da pergunta sobre qual o brasão que representa melhor e com mais autenticidade o espírito do lugar da cidade e decidem que é o primitivo brasão de pedra da sé que o faz, pela sua simplicidade, beleza, simbolismo e antiguidade.

As cabeças no brasão sempre existiram, mas não tem necessariamente de ser cortadas ou de mouros. Só a partir do século XVI é que apareceu na iconografia do episódio do fabuloso e arrependido Giraldo o corte das cabeças dos mouros, justamente no mesmo tempo em que chega a

¹⁴ Anexo 17. Ofício enviado em 26 de Maio de 1987 pelo Dr. Pedro Sameiro à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Recepção de ofício de 21 de Maio de 1987. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

¹⁵ Anexo 14. Parecer interno enviado em 04 de Dezembro de 1986 por Rui Arimateia, Joaquim Duarte e António Couvinha ao Gabinete Jurídico. Assunto: Parecer sobre o brasão de armas da cidade. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

Portugal a inquisição, uma ideologia que condicionou a cultura do seu tempo. A substituição das cabeças na parte superior (que vão descendo até aos pés do cavaleiro) pelo escudo real supõe uma tomada de consciência nacional.

Os autores perguntaram-se, faria sentido insistir na figura de Giraldo e nas trágicas e patéticas cabeças decepadas e ensanguentadas no estandarte oficial de uma cidade cuja autarquia defende incansavelmente os valores de paz, cooperação e amizade entre povos? Nada nos diz que amanhã não nos aparece um convite de geminação entre Évora e uma cidade árabe... como já vimos as cabeças decepadas e ensanguentadas fazem parte de uma ideologia por demais apegada a valores hipócritas, repressivos e ofensivos (...) voltemos a colocar as cabeças no seu devido/primitivo lugar, por cima do cavaleiro e deixemos que cada um as interprete.

Na entrevista¹⁶ efectuada a Sr. António Couvinha, desenhador da autarquia, e um dos responsáveis pelo estudo, conseguimos perceber a sua interpretação sobre o brasão e o motivo que e levou a autarquia a optar pela proposta do Dr. Sameiro e Túlio Espanca. Nessa entrevista é-nos referido que quando efectuou o estudo sobre o brasão que existia na altura na Câmara, desenhado por Daniel Sanches, detectou-se que estava incorrecto por não ser aprovado pela heráldica portuguesa. Teve de ser redesenhado um novo brasão porque o desenho do escudo peninsular seria o correcto, e não o desenho do escudo clássico.

Aquando da reformulação do novo brasão colocaram-se várias hipóteses, a primeira teve inspiração no brasão mais antigo de Évora, o do século XIV que está na Sé, onde aparece o Giraldo num cavalo com duas cabeças em cima. Essas cabeças não dão a ideia de estarem cortadas, podem representar o sol a e lua, de qualquer forma as duas cabeças até estão sorridentes, portanto não tem nada a ver com violência.

Só mais tarde, aparecem as cabeças em cima e em baixo, ou seja quatro cabeças, e depois começam a aparecer só em baixo. Fizeram vários estudos ao brasão da Sé, um deles de geometria onde está implícita a regra do ouro, e uma série de esquemas geométricos e está muito bem concebido. Pareceu-nos que era a partir deste brasão que se deveria fazer o novo brasão e nunca através de outros que foram alterados.

¹⁶ Apêndice 05. Entrevista ao Sr. António Couvinha (Assistente Técnico da Câmara Municipal de Évora).

A proposta de António Couvinha, Rui Arimateia e Joaquim Duarte, não foi aprovada na altura porque Túlio Espanca argumentava, mesmo que os três funcionários tivessem razão o que importava para a heráldica era a tradição, e a tradição representava o Giraldo Sem Pavor, com duas cabeças de mouros cortadas em baixo, um homem e uma mulher, seria sempre essa a interpretação e que muitas vezes eram histórias e contos inventados, mas era isso que importava para a heráldica, que era mais esse simbolismo que a investigação histórica. Ganhou essa tese, portanto foi desenhado novamente o brasão com as cabeças cortadas.

Na entrevista de 9 de Outubro de 2012, o Dr. Abílio Dias Fernandes, confessa-nos que a aprovação destes símbolos foi profundamente debatida, talvez a mais debatida. Tiveram a sorte de na vida democrática existir um homem que contestava firmemente esta concepção de bandeira, professor da Universidade de Évora Adel Sidarus, de origem árabe, que considerou errada a iconografia das cabeças decepadas.

O Professor alertou para o facto de que aquelas cabeças pudessem ser de vítimas da conquista de Portugal aos mouros, o cavaleiro ser o Giraldo e as cabeças serem de mouros ou árabes, portanto contestava que na simbologia mais importante da cidade tivesse a luta contra os árabes, porque afinal de contas os árabes estiveram na cidade quatro séculos, também contribuíram e tiveram um papel muito importante na nossa cultura. Portanto, não devia, na sua óptica, estar representado com as cabeças dos mouros ensanguentados, uma vez que transmitiam um sentimento de ódio e não de heroísmo, para Adel Sidarus era um acto de terrorismo e por isso o contestava.

Para a Câmara foi excelente aparecer este Professor, porque questionou esses problemas e foi a partir daí que se foi buscar o brasão que existia na Sé de Évora, que tem as cabeças em cima, que tinha um significado bem diferente do terem sido decepadas e caíram. As cabeças em cima traduzem algo diferente das interpretações sobre a morte dos mouros.

O argumento que contrapõe esta versão da luta contra os árabes veio por parte dos historiadores, Túlio Espanca e Pedro Sameiro, o que aconteceu no passado aí permaneceu. A luta entre os povos existiu com vitórias e derrotas e as marcas da história não tem o objectivo de transpor para hoje o ódio, a aversão e o afastamento. São exemplos outros países do mundo, onde as suas bandeiras e símbolos, invocam lutas entre os povos e os vizinhos e que hoje tem a maior relação, amizade e não transpõe o que aconteceu para o momento actual.

Depositada a confiança nas duas pessoas convidadas, entendeu-se levar aquela proposta a reunião de Câmara de 28 de Outubro de 1987¹⁷, de forma a ser debatida e a aprovada. Considerando a revisão da actual simbologia heráldica do Município de Évora um assunto de especial importância e que exige profundos conhecimentos históricos e técnicos, o Presidente agradeceu a presença e a proposta de revisão efectuada pelo Sr. Túlio Espanca, historiador de grande prestígio e há várias décadas colaborador da Câmara, e pelo Dr. Pedro Sameiro, membro de diversos organismos nacionais e internacionais de heráldica.

Nos tópicos fundamentais históricos e iconográficos, de evolução do armorial de Évora, Túlio Espanca informou que existiam, no mínimo, 2 selos redondos em cera, do século XIII, publicados pelo Marquês de Abrantes, respeitantes ao concelho de Évora e pertencentes ao reinado de D. Afonso III, que representam apenas um cavaleiro armado com uma lança e com um escudo com uma cruz pátea (que pode ser dos Templários).

No século XIV foi colocado no claustro da Sé um brasão de armas, de mármore, que representa novamente um cavaleiro armado de espada levantada e que tem na parte superior duas cabeças afrontadas. Esclareceu que se supôs tratar-se de um brasão de armas porque a Câmara funcionou naquele local até ao século XV e que ele é, sem dúvida o protótipo mais arcaico que temos em Évora do suposto brasão.

Posteriormente apareceu um outro brasão em mármore numa dependência municipal, na Praça do Giraldo, á esquina da Rua do Raimundo, conhecida por Depósito de Pão, que apresenta uma novidade: para além do cavaleiro e das duas cabeças em cima, aparecem duas cabeças, degoladas, em baixo. Depois, nos próprios Paços do Concelho, na Praça do Giraldo, existiu outro brasão até à demolição do edifício em 1900, que repetia fundamentalmente a fórmula tradicional existente na Sé.

Tratam-se das três pedras que, seguramente inspiraram em 1553 a versão escrita do cronista Mestre André de Resende, na primeira monografia publicada em Évora, onde é referido que, de acordo com a história e a tradição, o cavaleiro representado é Giraldo Sem Pavor, o conquistador de Évora, e que as cabeças representam mouros degolados.

Contudo, subsiste actualmente uma corrente de interpretação histórica que refere que o cavaleiro representado poderá ser o Apóstolo Santiago Maior, conhecido popularmente por "Mata Mouros",

¹⁷ Anexo 18. Capa da Reunião da Câmara Municipal de Évora em 28 de Outubro de 1987 – Transcrição da gravação magnética. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

dado que até ao século XIV, e mesmo posteriormente, proliferavam escudos semelhantes aos eborenses mas representando aquela figura simbólica.

Exemplificando, Túlio Espanca deu destaque a duas versões do brasão existentes no Salão Nobre dos Paços do Concelho, porquanto ambos respeitam o essencial da versão escrita no século XVI, aspecto que foi, aliás, constante ao longo dos séculos subsequentes.

Na versão mais recente existente no Salão Nobre, datada de 1951 (Figura 28), aparece no brasão pela primeira vez, uma filacteria com a legenda *Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora*, concedida por diploma de D. João I, designação que a proposta em análise pretende manter, acrescida da representação do Colar da Torre e Espada, condecoração atribuída na primeira República à cidade de Évora.

Relativamente à bandeira, esclareceu-se que se encontra exposta nos Paços do Concelho uma bandeira muito antiga, talvez da época filipina, que supostamente representa o cavaleiro histórico Giraldo Sem Pavor e as cabeças mouriscas, degoladas.

O Dr. Pedro Sameiro forneceu alguns esclarecimentos sobre simbologia heráldica. Do ponto de vista heráldico, existem diversas formas de simbolizar uma povoação e, no caso de Évora, a simbologia está ligada a circunstâncias históricas, assim considerou que na história de Évora o facto mais importante parece ligar-se à sua entrada num determinado contexto político, cultural e civilizacional ao tempo de D. Afonso Henriques, pelo que está plenamente justificada a representação, na simbologia da cidade, de elementos evocadores daquelas origens.

Aliás, considerou que a partir dos fins da Idade Média lhe parece indubitável que a figura representada nas armas da cidade de Évora é a figura histórica de Giraldo Sem Pavor, em especial a partir do momento em que foi lavrada a pedra no citado Depósito de Pão, onde surge pela primeira vez a mensagem das cabeças mouriscas degoladas, em baixo.

O Dr. Pedro Sameiro referiu que se devia ter em conta que um símbolo não é uma descrição, não é uma alegoria, nem uma representação gráfica exacta de um facto passado, mas tão só um elemento que exprime uma determinada mensagem, normalmente de natureza identificativa e valorativa, e que, por isso, deve ser simples, despojado, claro, unívoco e genuíno. Dai que se procure, expurgar elementos que não cumprem as tradições do armorial de Évora nem as regras da heráldica e criar

uma simbologia municipal que harmonize as tradições históricas com aquelas regras de representação.

O Dr. Pedro Sameiro procedeu à descrição da simbologia proposta, com o auxílio do desenho correspondente, o qual apresentava inversões de representação dado que em heráldica, a descrição é feita tomando o ponto de vista do símbolo e o desenho representa aquela descrição do ponto de vista do observador, o que faz inverter a esquerda e a direita.

Quanto aos outros elementos da simbologia municipal, referiu que apenas a bandeira suscita questões importantes de representação. Não sendo necessário incluir nela o colar da Torre e Espada por ser possível substituí-lo por uma gravata adequada presa à haste, e parecendo pacífico que a bandeira deve ser, gironada a duas cores como compete a uma cidade, somente há que definir as duas cores a adoptar, repudiando a actual bandeira gironada a vermelho e azul por não respeitar as regras estabelecidas na heráldica, propôs a escolha alternativa entre vermelho e ouro e negro e ouro por qualquer das soluções serem aceitáveis e justificáveis.

Considerou ainda que, apesar do negro ser mais evidente no brasão que o vermelho, este se poderia justificar quer como solução de compromisso com a bandeira actual, quer porque o vermelho tem sido a cor tradicional do poder municipal.

Após terem sido prestados pelos oradores todos os esclarecimentos solicitados pelo Presidente e Vereação, foi proposto a votação os símbolos, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, excepto no que respeita às cores da bandeira, cuja combinação vermelho e ouro, mereceu o voto da maioria, com a abstenção do Vereador Abel Junqueira e o voto contra do Vereador Rosado da Cruz, este por preferir a solução negro e ouro.



Figura 28 | Tapeçaria do Salão Nobre dos Paços do Concelho.

3.2.5. A deliberação/aprovação

Em 28 de Outubro de 1987, a Câmara Municipal de Évora deliberou por unanimidade aprovar novos símbolos do município, brasão, bandeira e selo, uma vez que o uso dos anteriores não tinha sido objecto de qualquer deliberação, nem o brasão proposto pela Câmara em 1951 tinha sido referendado pelo Estado. Por maioria, foram também aprovadas as novas cores da bandeira, ginorada de duas cores, vermelho e ouro, como compete a uma cidade.

A decisão da Câmara Municipal teve em conta o parecer do Dr. Pedro Sameiro, especialista em heráldica, que propôs a escolha alternativa entre o vermelho e ouro e negro e ouro, repudiando a antiga bandeira gironada a vermelho e azul, que não respeitava as regras estabelecidas na heráldica. No entender deste especialista, e apesar do negro ser mais evidente no brasão que o vermelho, este poder-se-á justificar quer na solução de compromisso com a bandeira anterior (vermelho e azul) quer porque o vermelho tem sido a cor tradicional do poder municipal.

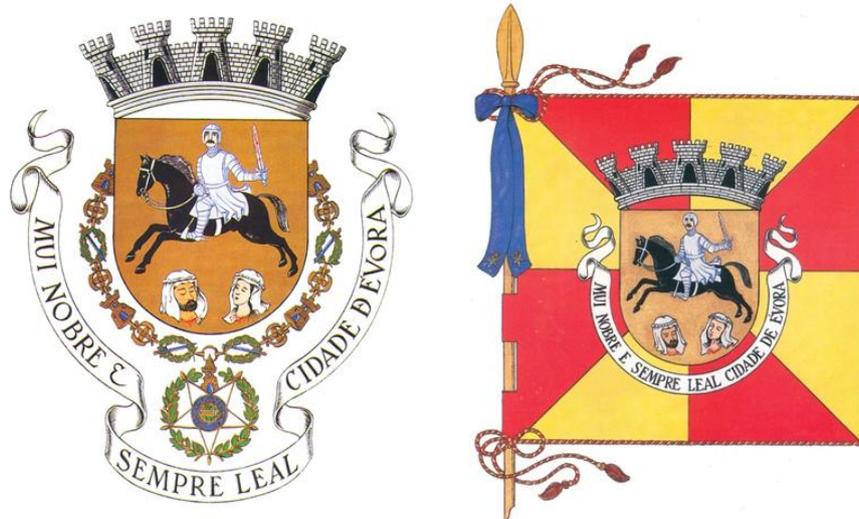
Por outro lado, encontra-se exposta nos Paços do Concelho uma bandeira, provavelmente da época filipina, que supostamente representa, em fundo vermelho, o cavaleiro Giraldo Sem Pavor e as cabeças mouriscas degoladas, como salientou Túlio Espanca.

Em 30 de Dezembro de 1987, a proposta da Câmara referente aos símbolos do município foi objecto de deliberação da Assembleia Municipal de Évora, que a aprovou por unanimidade.

Brasão: Escudo peninsular de ouro, com um cavaleiro armado de prata, realçado de azul, galopando em cavalo negro e empunhando uma espada de prata ensanguentada; em contra-chefe duas cabeças de carnação, caídas e cortadas de sangue, uma de homem à dextra e outra de mulher à sinistra toucadas de prata. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com legenda a negro *Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora*. Concebido pela 1.ª República à cidade em 1919, o brasão ostenta o colar da Torre e Espada. (Figura 29)

Bandeira: Com cordéis e borlas de ouro e vermelho, haste e lança douradas, gironada de ouro e vermelho. (Figura 30)

Selo: Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres Câmara Municipal de Évora.



Figuras 29 e 30 | Brasão e bandeira de armas da cidade de Évora (1987).
Desenho de J. Bénard Gvedes . MCMLXXXIX. Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

3.2.6. Utilização do brasão oficial

Após a aprovação pela autarquia, Assembleia Municipal e publicação da norma de ordenação das armas da cidade¹⁸, esta começou a utilizar o brasão e bandeira oficial em todos os documentos institucionais, cartazes, folhetos, entre outros (Figura 31).

¹⁸ Anexo 19. Certidão da Assembleia Municipal de Évora, onde se certifica que em sessão ordinária foi aprovada a composição do brasão de armas, bandeira e selo do município. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

Rapidamente sentiu-se necessidade de modificar o brasão, mas desta vez para versão a preto e branco, uma vez que na altura a cor não era muito usada (Figura 32). Mais tarde sentiu-se a necessidade de acrescentar a palavra Câmara Municipal de Évora, como nos mostram diversos materiais impressos (Figura 33).

Em 2000, e já devido a alguns problemas de utilização, a Câmara decide lançar um concurso para a criação de um logotipo que viesse colmatar a dificuldade de utilização encontrada no brasão de armas em alguns dos materiais de divulgação utilizados na altura. Mas sobre esta nova imagem falaremos no ponto 4.3.

Com a chegada a presidência da Câmara do Dr. José Ernesto d'Oliveira, em 2002, é solicitado ao gabinete de comunicação e a toda a estrutura municipal que se deixe de utilizar o logotipo criado em 2000 e se volte a versão anterior, a do brasão da cidade, mas desta vez com a palavra sempre consigo, acabando por serem impressos diversos autocolantes com essa designação (Figura 34).

A partir daqui a utilização por parte do município começou a ficar descontrolada, uma vez que começam a existir diversas versões internas, onde cada serviço deixa de se socorrer do gabinete de comunicação e passa a enviar sempre que solicitado a que consideravam ser a melhor opção. Uma outra versão que podemos encontrar é com a designação Évora Câmara Municipal na parte lateral (Figura 35).

Devido a este problema, o então Vereador Eng.º Manuel Melgão, solicita ao Gabinete de Design que seja elaborado um manual de norma, onde estejam descritas a forma possíveis de utilização, sejam elas a cor ou a preto e branco e que seja inserido no lugar de Câmara Municipal de Évora a designação Município de Évora (Figura 36). Nos dias de hoje a Figura 30 e aquela que é mais utilizada e sempre que existe necessidade de enviar para alguma entidade e solicitado ao gabinete de design que proceda e este envio.



Figura 31, 32, 33, 34, 35 e 36 | Brasão de armas oficial, brasão de armas a Preto e Branco, brasão de armas com a designação Câmara Municipal de Évora, brasão de armas com a designação sempre consigo..., brasão de armas com a designação Évora Câmara Municipal e brasão de armas com a designação Município de Évora. Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

3.2.7. Utilização pelas entidades/associações/pessoas

Depois de anos de análise a grande parte dos brasões, e de todas as versões que foram surgindo em páginas de internet, cartazes ou publicidades enviadas pelos mais diversos agentes, foi descobertos inúmeros brasões utilizados sem qualquer critério, certeza ou a convicção de que a imagem em causa seria a correcta.

Em todos estes anos o Gabinete de Design viu-se obrigado a fazer incontáveis alterações a cartazes, folhetos entre outras publicidades de várias imagens sobre o brasão não oficiais ou com qualquer consentimento por parte do município para utilização. Este descontrolo chegou ao ponto de ter sido decorado um dos autocarros do município com uma versão não oficial do brasão (Figura 37 e 38). Se observarmos o brasão da figura 31 e o brasão da figura 37 e 38, podemos verificar que existem diversas diferenças e que passamos a enumerar, uma vez que algumas não são possíveis detectar a primeira vista.

A primeira observação vai para as cinco torres, um vez que é possível verificar que o seu desenho é diferente, a segunda alteração que se pode observar é o listel branco e as letras utilizadas, nesta é notória a diferença, a terceira alteração que se pode encontrar é o Colar da Torre e Espada, sendo também este pormenor bem visível, a última alteração é o escudo peninsular de ouro, este apresenta-se em tons de amarelo e laranja, fazendo desta forma um degrade.



Figura 31, 37 e 38 | Brasão de armas oficial, brasão de armas colocado num dos autocarros do município.

Este não é caso único uma vez que podem ser encontrados os mais diversos brasões numa simples pesquisa de internet. Um dos grandes estudiosos sobre o fenómeno dos brasões adulterados e utilizados como versão oficial é Sérgio Horta, nome pelo qual está identificado nas imagens ligadas ao brasão e bandeira da cidade na *Wikipédia* que, de resto, não é uma fonte segura. (Figura 39).

Neste *site*, podemos ver que quem efectuou as alterações não tem o mínimo de conhecimento das regras pelas quais são regidos os brasões e bandeiras municipais, uma vez que à pergunta efectuada pelo senhor Manuel Anastácio sobre as referidas imagens, onde lhe pergunta se os brasões que tem no seu *site* são de domínio público e se estão protegidos por direitos de autor, uma vez que necessita de ilustrar alguns artigos sobre freguesias portuguesas com os brasões como os que tem no site da *Wikipédia*, Sérgio Horta responde: *as imagens que estão no meu site são de livre utilização, só gostaria que, se os usassem no vosso site, indicassem a página de origem dos mesmos.*

Este tipo de comportamentos tem criado diversos problemas ao município, uma vez que as imagens mais utilizadas estão a ser aquelas que se encontra na internet mas que foram criações fantasiosas.

Uma das representações que se consideram mais graves, vem de uma instituição publica, os CTT – Correios de Portugal, que enquanto entidade que obriga a todos os utilizadores dos seus símbolos a cumprir o seu manual de regras, mas que ao mesmo tempo concebe a criação de um postal ilustrativo do brasão de armas da cidade, sem qualquer rigor ou pedido de informação de que se o que está a ser utilizado está correcto. Esta informação foi transmitida na entrevista com o actual Presidente do município, Eng.º Manuel Melgão. (Figura 40)



Figura 39 e 40 | Brasão de armas alterado pelo Sérgio Horta. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:EVR.png>;
Postal alusivo ao brasão de armas da cidade. Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

Um dos últimos acontecimentos sobre o tema da alteração ou adulteração do brasão aconteceu em Junho de 2013, na edição do programa da Feira de S. João., onde foi enviado para a empresa HORA, empresa de publicidade que tem a seu cargo a elaboração do caderno “Viva por cá” cujo objectivo é publicitar eventos e empresas da região, usou uma imagem contendo uma planta da feira e onde constava o brasão. Esta empresa, sem qualquer indicação ou pedido de alteração, retira do

documento o brasão oficial e coloca um que tinha na sua base de dados. Após um pedido de esclarecimento, esta empresa limitou-se apenas a dizer que não sabe porque aconteceu a alteração já que foi um colega que mudou a imagem. (Figuras 41 e 42). As alterações não foram apenas do brasão de armas, mas também na bandeira.



Figuras 41 e 42 | Planta da Feira de S. João 2013 do Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora e planta da Feira de S. João 2013 da Empresa HORA. Fonte: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

De todas as entrevistas efectuadas aos ex-Presidentes Dr. Abílio Dias Fernandes e Dr. José Ernesto d’Oliveira, actual Presidente Eng.º Manuel Melgão, Vereador da CDU, Dr. Eduardo Luciano, Vereador do PSD, Dr. António Costa Dieb, historiador Gustavo Val-Flores e desenhador António Couvinha funcionários do município, todos nos transmitiram a mesma ideia, é necessário elaborar um novo estudo sobre o tema, definir as regras de utilização e no fim penalizar quem adulterar o brasão de armas da cidade.

No conjunto de imagens que apresentamos a seguir podemos encontrar as mais diversas alterações e utilizações.

Brasões:



Figuras 43, 44, 45, 46 e 47 | Brasões de armas da cidade não oficiais ou aprovados pelo município. Fontes: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

Bandeiras:



Figuras 48, 48 e 50 | Bandeiras da cidade não oficiais ou aprovados pelo município. Fontes: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

3.3. Logotipo do Município de Évora (2001)

Com a dificuldade já reconhecida em pontos anteriores sobre a forma de utilização do brasão de armas da cidade, a autarquia decidiu em 2000 lançar um concurso nacional para a criação de um logotipo, que se pudesse utilizar como elemento de promoção do município nas suas actividades, fossem elas culturais, desportivas ou sociais. Após análise de todas as propostas, foi seleccionada aquela que o júri entendeu ser a que melhor representava a cidade e a sua cultura e tradição. (Figura 51)



Figuras 51 | Logotipo da Câmara Municipal de Évora criado em 2001. Fontes: Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora

A partir desse momento foi efectuada uma comunicação interna onde se informaram todos os funcionários de que o brasão de armas passava apenas a ser utilizado em cerimónias institucionais ou eventos de grande relevância. Foram, a partir daqui, produzidos diversos matérias de promoção, toda a comunicação interna e alterada e incluído o novo símbolo, aquilo que podemos chamar de logotipo. (Figuras 52, 53 e 54)



Figuras 52, 53 e 54 | Logotipo da Câmara Municipal de Évora aplicado em alguns suportes. Tapete de rato, canivete e guarda chuva (2001).

Na entrevista¹⁹ realizada ao ex-Presidente, Dr. Abílio Dias Fernandes, foi perguntado por que motivo no seu último mandato brasão foi colocado de parte e criado um novo símbolo representativo da cidade, ao qual este nos respondeu que esta nova imagem não era símbolo, brasão, bandeira ou selo, era um documento publicitário que existe em cada época da vida das sociedades, porque cada época tem valores publicitários, depende das modas, dos ambientes, das situações diversas que acontecem.

Então, chamamos-lhe logotipo, portanto não é nenhum daqueles elementos. Aqueles são oficiais, legais e quando se trata de documentos de afirmação de valores autênticos do município tem de se usar aqueles símbolos. Quando se trata de fazer publicidade, divulgar, chamar a atenção das pessoas na rua para uma imagem que seja actual com a moda da época, usasse o logotipo. Dai a razão de se ter criado.

Porque razão se criou este logotipo? Que representa este logotipo muito simples? O centro histórico de Évora. Porque Évora tinha sido uma cidade património da humanidade, porque o centro histórico de Évora é a nossa coroa e a nossa base do desenvolvimento, porque o centro é atrativo a nível nacional e mundial, não por ser património da humanidade, porque já antes o era, portanto aos olhos das pessoas e do comum do cidadão a publicidade mais indicada entendeu-se que era este logotipo para a época em questão. Portanto em cada época pode existir o seu logotipo, em função da questão da publicidade.

Ao vencer as eleições de 2002, o Presidente Dr. José Ernesto d'Oliveira, solicitou a todos os serviços que o logotipo deixasse de ser usado e se voltasse a usar o brasão de armas da cidade com a designação de *sempre consigo...*. No início do ano de 2002, em toda a plataforma de comunicação da Câmara Municipal de Évora é novamente inserido o brasão de armas e são concebidos autocolantes circulares, com o brasão a cores e sobre fundo preto, para poderem ser colados em alguns materiais

¹⁹ Apêndice 01. Entrevista ao Dr. Abílio Dias Fernandes (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Évora).

que tivesse ainda o logotipo da Câmara Municipal de Évora, uma vez que alguns dos eleitos consideravam que o logotipo criado em 2000, não representava a autarquia e parecia um ovo estrelado.

Na entrevista ao ex-Presidente Dr. José Ernesto d'Oliveira, este refere que no seu entender existem duas coisas diferentes, uma coisa é o símbolo heráldico do nosso município, outra são as imagens promocionais que a cidade deve assumir. Para comemoramos os 25 anos do património, fez-se para esse acontecimento um símbolo da data e não é de maneira alguma para substituir o símbolo da cidade, o símbolo da cidade, do nosso município é o nosso brasão que deve ser expurgado de todos os acrescentos próprios que entretanto foram assumidos e deve ter uma noção clara e uma imagem exacta, precisa de tudo aquilo que constitui esses elementos determinantes desse símbolo.

Outras simbologias, outras imagens para uma campanha de promoção turística, para uma campanha de promoção de outra actividade municipal ou outra data municipal são coisas laterais digamos em relação a isso e não devem ser confundidas com o brasão da cidade. Não devem substituir o brasão, o brasão é o brasão tem a sua utilização própria o que não quer dizer que determinadas iniciativas ou datas comemorativas não possam ter o seu símbolo promocional.

CAPÍTULO III | PROPOSTA DE NOVA IDENTIDADE MUNICIPAL

4.1. Uma proposta: a marca, o logotipo, o símbolo e a assinatura

Depois de uma análise sobre o brasão de armas da cidade de Évora e toda a sua problemática de utilização, decidimos partir para a criação de uma nova identidade, uma nova marca, um novo logotipo, símbolo e assinatura, algo com as pessoas se identificassem e que o município saísse a ganhar, tanto a nível de imagem, como de comunicação.

Antes de iniciar a criação de uma nova marca, analisámos toda a comunicação do município, desde o simples cartaz, folheto, sinalética, *mupis*, *outdoors*, entradas da cidade, painéis informativos, entre outros e rapidamente percebemos que muitas desta formas de comunicação não existem ou estão desactualizadas. Para uma melhor percepção:

Ponto 1. Quando chegamos à cidade observamos que nas entradas não existem informações de chegada ou do que se pode visitar em Évora. Para um melhor exemplo decidimos analisar a entrada pela estrada de Beja e nela podemos observar que não existe nenhum placar informativo e que a única sinalização que existe é sobre as unidades hoteleiras. Em contraste com esta falta de

informação, na rotunda de entrada da cidade conseguimos ter vários outdoors de empresas, mas nenhum sobre a cidade. (Figura 55 e 56)



Figura 55 e 56 | Painel de hotéis e outdoors situados na entrada Beja/Évora.

Ponto 2. Ao analisarmos a página de *internet* da Câmara Municipal de Évora, (Figura 57) apercebemo-nos que muita informação é omissa, é necessário fazer uma navegação quase exaustiva para saber os conteúdos ou informações contidas no *site*. Por outro lado, mesmo que exista a informação não há ligações lógicas e úteis entre conteúdos. Exemplo: páginas do desporto da Câmara Municipal de Évora, onde é notória a falta de coerência.

Se analisarmos a figura 58, página Évora Juventude e Desporto, rapidamente nos apercebemos que não existe nenhuma referência à própria instituição Câmara municipal, parecendo uma página independente e não do município. Numa análise mais profunda e observando os anexos 53, 54, 55 e 56, conseguimos perceber que nenhuma dessas páginas esta associada a Câmara, mas sim apenas a iniciativa a que se destina. Não existe um mínimo de uniformidade e podemos observar que existem iniciativas que já foram realizadas mas que continuam, como é o caso do Portugalgym 2011.



Figura 57 e 58 | Páginas de internet da Câmara Municipal de Évora. Fonte: <http://www.cm-evora.pt/pt/>
E página de Internet do desporto da Câmara Municipal de Évora. Fonte: <http://www2.cm-evora.pt/evorajuventudedesporto/>

Ponto 3. Nos autocarros, um deles está decorado com um brasão não oficial e outro está decorado com o anterior logotipo extinto em 2002.

Depois desta análise, decidimos entrevistar diversas pessoas ligadas a todo este processo e podemos concluir que a maioria concorda que deve existir uma nova marca e uma nova forma de comunicação do município.

No entender do Dr. Abílio Dias Fernandes, e segundo a sua entrevista existe uma necessidade de seguir as alterações que o mundo tem sofrido na comunicação social, existindo essas alterações, existindo modas e formas de atrair a atenção das pessoas, é normal e consideram correcto como se fez no passado que em cada época exista a sua marca ou o seu símbolo, mas que não se chama brasão nem o pode substituir.

Sobre a comunicação e promoção do município depende do conceito de gestão, a promoção não é uma coisa que se faça sem uma prévia planificação. Uma promoção é um conjunto de actos e decisões mais amplos, dependendo em grande medida das opções políticas que se toma. A divulgação é a forma como a Câmara se insere na vida do munícipe, se a Câmara se desloca a um bairro, faz uma reunião com a população, esclarece, ouve as pessoas e assimila aquilo que as pessoas dizem e depois transpõe para a política da Câmara, tudo isso é divulgação. A minha concepção de divulgação é muito mais vasta e insere-se numa filosofia, num modo de estar da Câmara. Para nós a informação é uma divulgação do trabalho e relação com o munícipe, onde o design e o símbolo é uma parte de um projecto maior.

No entender do Dr. José Ernesto é contra a criação de uma nova marca, uma vez que para ele o brasão é a identidade do município e que a ser criado alguma marca, esta apenas deve ser para eventos ou acontecimentos importante. Sobre as plataformas de comunicação do município, *sites*, *outdoors*, *mupis*, cartazes, entres outras, concorda e afirma que estas devem estar interligadas e deve existir uma sintonia entre todos os meios de comunicação e promoção do município.”

No entender do atual Presidente, Eng.º Manuel Melgão, deve haver uma mudança e que Évora não será caso único, já que existem municípios que usam o brasão, mas que depois usam muito um logotipo mais moderno. Um dos aspectos que salienta é que o brasão não é fácil de identificar, porque num contexto de comunicação em cartaz e onde a dimensão do brasão é muito pequena, passa despercebido ou seja não é identificável, percebe-se que é uma entidade, mas é necessário ir com uma lupa para se perceber se é da Câmara de Évora ou de outra qualquer, por isso nessa lógica

não o choça que se possa avaliar melhor se em determinadas situações não era preferível criar uma alternativa.

Reconhece que o brasão em determinados contextos torna-se pouco visível e outro símbolo poderia ser melhor aproveitado para a divulgação. Há situações em que o brasão é suficientemente grande para se perceber, mas será necessário avaliar o impacto que pode ter a alteração do brasão por um logotipo, uma vez que há pessoas que são mais conservadores e consideram que o brasão deve ser único. O presidente referiu que não é muito conservador a este respeito, mas acha que o brasão é importante, marca uma identidade e deve ser usado, porém sem fundamentalismos e aceitando a ideia de um logotipo.

No entender do Dr. Eduardo Luciano, Vereador da CDU, refere na sua entrevista que a manutenção do símbolo que existe e foi aprovado em 1987, deve manter-se como símbolo institucional e formal da cidade. Em termos de comunicação entende que o Brasão não consegue ser um elemento que facilmente se identifique em material publicitário pois seria pouco perceptível. Mas refere que o brasão é o símbolo do concelho e do município. Na opinião do Vereador deveria existir uma imagem integrada, isto é, um outro símbolo, que fosse actual e rapidamente identificador da realidade da cidade e da região, e que fosse um elemento de comunicação. Estas duas plataformas têm de conviver.

Sobre a comunicação e promoção do município releva-se contra a ideia de contratar externamente uma empresa para estudar o território que os próprios funcionários e cidadãos da autarquia conhecem, isto porque a Câmara Municipal, tem nos seus quadros gente com capacidade para fazer esse trabalho, dando o exemplo do logotipo para a comemoração dos 25 anos da elevação de Évora a Património Mundial da Humanidade, onde quem ganhou o concurso não tinha nenhuma ligação a cidade. Objectivamente, afirma concordar com a criação de um gabinete de comunicação e de uma plataforma que actualizasse, permanentemente, a comunicação da autarquia.

No entender do Dr. António Costa Dieb, Vereador do PSD, refere na sua entrevistas que se nós quisermos a própria palavra Évora acaba por funcionar um bocadinho como uma imagem, porque se associa a Évora um determinado contexto territorial, ambiental, arquitectónico, etc... mas esta palavra enraizada como imagem por si só não esgota aquilo que foram as origens, a definição do espaço e aquilo que possam ser as dinâmicas e a actualização que se possa querer dar a essa imagem ou esses tais símbolos. Agora é evidente que preservando o brasão da cidade enquanto seu símbolo,

faz todo o sentido complementá-lo com aquilo que seja depois a imagem ou símbolo atribuída ao município. Isso parece perfeitamente razoável, mas desde que não seja uma coisa desenfreada.

Uma organização tem de ser uma unidade feita por partes e tem de existir algo que as une, une-as com certeza a ambição que for definida por quem decide, a missão que esteja atribuída a essa organização. Normalmente o problema é que se associa comunicação a ter alguém que difunde notícias, a comunicação vai para além disso. A questão da imagem, dos símbolos só é bem tratada se nós percebermos o valor, é como tudo, ou tem valor para quem decide ou então com certeza que não é aproveitada, e aquilo que se verifica, e não tenho dúvidas que na Câmara também é isso que acontece, é uma grande vontade e ansiedade em dar notícias, em informar o que se está a fazer procurado valorizar por aí, esquecendo-nos que se essa informação não for articulada em termos de processo de homogeneidade, fundamentação, suportes adequados, imagem única nunca passará disso mesmo, uma informação dispersa, que diz as pessoas qualquer coisa, mas que não permite as pessoas agirem com a informação, enviar a informação de retorno, perceberem a quem é que se estão a dirigir os próprios serviços e adaptarem a informação, e depois tudo isso se perde ou seja não se consegue passar do difundir a informação ou trabalhar-se a comunicação. Julgo que o primeiro problema que aqui surge é o facto de as pessoas não entenderem o valor do processo de comunicação.

No entender do Sr. António Carlos Couvinha, na sua entrevista refere que penso que sim, na altura chamaram a esse logotipo ovo estrelado, mas essa é a representação estilizada do centro histórico e das vias de acesso da cidade. Eu gostei desse desenho, mas podia ser esse como outro qualquer. Penso que devia existir, como tem Lisboa, os corvos, baseado no brasão, mas num desenho moderno. A maior parte das cidades, sejam portuguesas ou estrangeiras, têm diversos logotipos e diversas aplicações porque um logotipo não é um brasão, o brasão seria para coisas oficiais, uma geminação de uma cidade com Évora, onde aparecia o brasão da cidade, mas para uso corrente seria um logotipo, até existe quem tenha mais que um logotipo, um para a cultura, outro para o desporto, entre outros. Podia ser algo adoptado às áreas do município.

Desta forma conseguimos perceber que todas estas pessoas com influência na vida e na decisão da gestão da Câmara concordam que deve existir uma maior coerência na comunicação do município e que deve existir uma maior fiscalização por parte do gabinete de comunicação deste tipo de matérias, seja a placa informativa, a página de internet ou o simples desenho de autocarro.

Assim decidimos apresentar uma proposta onde oferecemos uma forma de comunicação mais simples, moderna e coerente tentando desta forma ajudar a resolver muitos dos problemas detectados e exemplificados.

4.2. Proposta de marca e comunicação

4.2.1. Memória descritiva

A proposta que fazemos de logotipo para a Câmara Municipal de Évora opera um corte com a linguagem presente no actual brasão da cidade, uma vez que este exhibe na sua representação histórica um cavaleiro, de espada em punho sob duas cabeças ensanguentadas, o que em pleno século XXI, num mundo multicultural e globalizado é pouco ético, sobretudo para quem tem origens no mundo Árabe.

Na proposta, o símbolo deixa de ser o brasão da cidade para passar a ser uma imagem mais representativa da cidade em si. A construção é feita a partir da vista em pormenor da zona histórica da cidade, com destaque para as duas muralhas da cidade, simbolizando os valores patrimoniais e históricos de Évora, classificada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1986.

Para a criação desta nova Marca/Logotipo foram ensaiados vários conceitos de imagem ao longo dos anos de actividade no gabinete de comunicação da Câmara Municipal e foram observados os resultados dessas criações. É importante um estudo ponderado de cada imagem criada e a ainda mais importante a apreciação do resultado da sua aplicação.

Depois da investigação e desenvolvimento da imagem, decidiu-se optar por uma representação que se conformasse com os padrões de um mundo multicultural, escolhendo-se por isso a cidade em si, nomeadamente o centro histórico da cidade, com as suas muralhas e as entradas principais.

Ao observarmos o mapa da cidade intra-muros (Figura 59), rapidamente nos apercebemos que existem duas muralhas de tempos diferentes, cada uma delas formando um centro histórico. Na primeira muralha, e centro histórico, podemos encontrar num dos pontos mais altos e centrais, vários monumentos com importância para a cidade, o Templo de Diana, a Sé Catedral, bem como o Museu de Évora e a Biblioteca Pública. Na segunda muralha e centro histórico podemos encontrar a Praça do Giraldo, Igreja de Santo Antão, tornando-se estes os pontos centrais da cidade, locais onde todas as ruas da cidade se vão encontrar, bem com as entradas principais da cidade.



Figura 59 | Mapa da cidade sublinhado com a localização das duas muralhas.

Para que a história da reconquista e brasão de armas da cidade não fossem esquecidos ou apagados, decidimos criar a iconografia da Marca/Logotipo através de três elementos, as duas muralhas, o centro histórico e a entrada principal da cidade, aquela que faz a ligação da primeira com a segunda muralha, terminado assim no ponto mais alto da cidade, Templo de Diana.

Procurou-se com esta marca resolver o problema da utilização do brasão de armas da cidade, colmatando aquilo que entendemos como carência da cidade e município, uma imagem forte, apelativa, fácil utilização, fácil percepção, que rompa com o passado, mas que mantenha a sua identidade.

Ao nível da tipografia, utilizou-se a fonte DIM, mais moderna e actual que permite a rápida identificação da designação, mesmo quando o logotipo é reduzido à sua dimensão mínima. Esta tipografia em conjunto com a iconografia criada formam dois elementos interessantes de analisar. O

jogo cromático respeita na totalidade as cores institucionais do município e que são descritas quer no brasão quer na bandeira: preto, ouro, vermelho e amarelo.

Contudo, uma marca não se apresenta por si só, têm de existir regras e soluções para a sua utilização, bem com regras para comunicação. De modo a facilitar este trabalho, foi criado um *Brand Guidelines*, onde estão representadas as mais diversas formas e regras de utilização.

O primeiro ponto do *Brand* centra-se na marca, a identidade base, os elementos, as versões, a construção, a protecção, as dimensões mínimas e as incorrecções. Nas versões podemos encontrar a vertical e a horizontal. A marca é apresentada em português e inglês, facilitando a utilização com entidades estrangeiras.

O segundo ponto centra-se na cor, neste podemos observar as cores oficiais, os comportamentos sobre cor, preto e branco ou fundo fotográficos. A aplicação destas cores facilita uma melhor orientação de utilização da marca.

O terceiro e quarto ponto centram-se na iconografia e tipografia.

O quinto ponto centra-se na convivência da marca, a relação marca/parceiros, neste ponto é explicado como deve a marca relacionar-se com outras marcas, quer quando é a principal, igual ou secundária.

O sexto ponto desenvolve as aplicações em cartões de visita, papel de carta e envelopes, brindes como t-shirts, bonés, guarda-chuva, sacos, canetas, pastas, porta-chaves, canivetes, tapetes para rato, saca rolhas, caros e autocarros.

Finalmente, apresenta-se diversas propostas de comunicação, como cartazes, *mupis*, *outdoors* e páginas de publicidade com divulgação da cidade e parte do seu património cuja ideia é a de criar alternativas a forma de utilização da marca. A partir da página 78 à 170, as imagens não serão legendadas, uma vez que será apresentado o *Brand Guidelines*, existindo em cada uma das páginas indicações suficientes que as identifiquem.



ÉVORA
BRAND
GUIDELINES



(Entidade Municipal)

ESTE MANUAL ESTABELECE AS REGRAS GRÁFICAS DA IDENTIDADE **ÉVORA**, ESTAS DEVEM SER SEMPRE RESPEITADAS E APLICADAS CORRECTAMENTE. SÓ EXISTINDO UMA COERÊNCIA GRÁFICA É POSSÍVEL CRIAR UMA IMAGEM CLARA E RECONHECIDA.

Importante

Qualquer dúvida ou esclarecimento, contacte Telmo Pereira Marono.

1. IDENTIDADE BASE





Nota

Estes elementos serão referenciados pelos nomes indicados e deverão ser entendidos como fazendo parte da Identidade da Marca. Assim, e com a utilização mais exaustiva dos elementos, torna-se vital distingui-los para a consistente comunicação da Marca.

Símbolo



Logotipo

ÉVORA
MUNICIPALITY

Descritivo



Versão Inglês

(Entidade Municipal) ←

Nota

A Marca **ÉVORA** é formada por três elementos distintos cuja proporção e posicionamento devem ser sempre mantidos.

Símbolo

Logotipo

Descritivo

Marca em Português

Nota

Estes elementos serão referenciados pelos nomes indicados e deverão ser entendidos como fazendo parte da Identidade da Marca. Assim, e com a utilização mais exhaustiva dos elementos, torna-se vital distingui-los para a consistente comunicação da Marca.

Símbolo



Logotipo

ÉVORA

MUNICIPALITY

Descritivo



Versão Inglês

1.1. IDENTIDADE BASE
1.1.2. VERSÕES DA MARCA



 Versão horizontal

1.1. IDENTIDADE BASE
1.1.2. VERSÕES DA MARCA



1.1. IDENTIDADE BASE
1.1.2. VERSÕES DA MARCA



1.1. IDENTIDADE BASE
1.1.2. VERSÕES DA MARCA



2Y



1.5X

ÉVORA

CÂMARA MUNICIPAL

Y
X
X

2Y



1.5X

ÉVORA

MUNICIPALITY

Y
X
X

A construção da Marca deverá ser reproduzida a partir de suporte digital fornecido. Deve ser utilizado nas versões apresentadas e não pode ser redesenhado nem sofrer adaptações nas suas proporções.

Nota

Marca em Português / Inglês



Marca em Português / Inglês

1.1. IDENTIDADE BASE

1.1.4. PROTECÇÃO DA MARCA



SI MELIORA DIES, UT VINA, POEMAT A REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRETIUM QUOTUS ARROGET ANNUMS. SCRIPTOR ABHINC ANNOS CENTUM QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VETERESQUE REFERRI DEBET AN INTER VILIS ATQUE NOVOS. EXCLUDAT IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS ACCIUS ALTI, DICITUR AFRANI TOGA CONVENISSE MENANDRO, PLAUTUS AD EXEMPLAR SICULI PROPERARE EPICCHARMI, VINCERE CAECILIUS GRAVITATE, ERENTIUS ARTE. HOS EDISCIT ET HOS ARTO STIPATA THEATRO SPECTAT ROMA POTENS; HABET HOS NUMERATQUE POETAS AD NOSTRUM TEMPUS LIVI SCRIPTORIS AB AEVO. INTERDUM VOLGUS RECTUM VIDET, EST UBI PECCAT. SI VETERES ITA MIRATUR LAUDATQUE POETAS, UT NIHIL ANTEFERAT, NIHIL ILLIS COMPARET, ERRAT. SI QUAEDAM NIMIS ANTIQUE, SI PERAQUE DURE DICERE CREDIT EOS, IGNAVE MULTA FATETUR, ET SAPIT ET MECUM FACIT ET IOVA IUDICAT AEQUO. NON EQUIDEM INSECTOR DELENDAVE CARMINA LIVI ESSE REOR, MEMINI QUAE PLAGOSUM MIHI PARVO ORBILIUM DICTARE; SED EMENDATA VIDERI PULCHRAQUE ET EXACTIS MINIMUM DISTANTIA MIROR. INTER QUAE VERBUM EMICUIT SI FORTE DECORUM, ET SI VERSUS

PAULO CON
INTER PON
CAUDAEQU
RATIONE RL
QUOD LIBI
LEVITER CU
EST ET ME
QUOTIENS,
TOGA CONV
GRAVITATE
VEL TOTO E
DEMO ETIAM
AESTIMAT A
REDDIT, SCI
QUI DECIDI
IURGIA FIN
UNO MENSE
POSTERA RE
QUOTUS A
VETERESQU



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL

M VETERES
PERMISSO,
AT ELUSUS
NIHIL NISI
CI DICUNT,
NIBUS NON
AMBIGITUR
TUR AFRANI
CAECILIUS
ENSE BREVI
LLO UNUM,
VIRTUTEM
A, POEMAT A
S CENTUM
EXCLUDAT
RIIT MINOR
AESENS ET
IS PRETIUM
PERFECTOS
TUS ATQUE

PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM, DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS TERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM, DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS ACCIUS ALTI, DICITUR AFRANI TOGA CONVENISSE MENANDRO, PLAUTUS AD EXEMPLAR SICULI PROPERARE EPICCHARMI, VINCERE CAECILIUS GRAVITATE, ERENTIUS ARTE. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM, DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. SI MELIORA DIES, UT VINA, POEMAT A REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRETIUM QUOTUS ARROGET ANNUMS. SCRIPTOR ABHINC ANNOS CENTUM QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VETERESQUE REFERRI DEBET AN INTER VILIS ATQUE NOVOS. EXCLUDAT IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER

1.1. IDENTIDADE BASE

1.1.4. PROTECÇÃO DA MARCA



SI MELIORA DIES, UT VINA, POEMATA REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRETIUM QUOTUS ARROGET ANNUMS. SCRIPTOR ABHINC ANNOS CENTUM QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VETERESQUE REFERRI DEBET AN INTER VILIS ATQUE NOVOS. EXCLUDAT IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS ACCIUS ALTI, DICITUR AFRANI TOGA CONVENISSE MENANDRO, PLAUTUS AD EXEMPLAR SICULI PROPERARE EPICCHARMI, VINCERE CAECILIUS GRAVITATE, ERENTIUS ARTE. HOS EDISCIT ET HOS ARTO STIPATA THEATRO SPECTAT ROMA POTENS; HABET HOS NUMERATQUE POETAS AD NOSTRUM TEMPUS LIVI SCRIPTORIS. AB AFRANO INTERDUM VOLUENS RECTUM VIDET, EST UBI PECCAT. SI VETERES ITA MIRATUR LAUD QUAE DAM NIMIS ANTIQUE, S ET MECUM FACIT ET IOVA IL REOR, MEMINI QUAE PLAGOS ET EXACTIS MINIMUM DISTANT PAULO CONCINNOR UNUS ET INTER PONETUR HONESTE, CAUDAEQUE PILOS UT EQUI RATIONE RUENTIS ACERVI, QUOD QUOD LIBITINA SACRAVIT. ET LEVITER CURARE VIDETUR, QUAE EST ET MENTIBUS HAERET I QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS ACCIUS ALTI, DICITUR AFRANI TOGA CONVENISSE MENANDRO, GRAVITATE, TERENTIUS ARTE VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS IURGIA FINIS, EST VETUS AT UNO MENSE VEL ANNO, INTER POSTERA RESPUAT AETAS. SI I QUOTUS ARROGET ANNUMS. VETERESQUE REFERRI DEBET, PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT REFERENDUS ERIT. VETERESNE VETERES INTER PONETUR HONESTAE CAUDAEQUE PILOS UT EQUI RATIONE RUENTIS ACERVI, QUOD QUOD LIBITINA SACRAVIT. ET LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS TERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM, DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. SI MELIORA DIES, UT VINA, POEMATA REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRETIUM QUOTUS ARROGET ANNUMS. SCRIPTOR ABHINC ANNOS CENTUM QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VETERESQUE REFERRI DEBET AN INTER VILIS ATQUE NOVOS. EXCLUDAT IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER



ÉVORA

CÂMARA MUNICIPAL

1.1. IDENTIDADE BASE

1.1.4. PROTECÇÃO DA MARCA



SI MELIORA DIES, UT VINA, POEMAT A REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRETIUM QUOTUS ARROGET ANNUS. SCRIPTOR ABHINC ANNOS CENTUM QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VETERESQUE REFERRI DEBET AN INTER VILIS ATQUE NOVOS. EXCLUDAT IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM. DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UT ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS AC AD EXEMPLAR SICULI PROPERARE EDISCIT ET HOS ARTO STIPATA TH NOSTRUM TEMPUS LIVI SCRIPTOF VETERES ITA MIRATUR LAUDATQI QUAE DAM NIMIS ANTIQUE, SI PER ET MECUM FACIT ET IOVA IUDICZ REOR, MEMINI QUAE PLAGOSUM T ET EXACTIS MINIMUM DISTANTIA M PAULO CONCINNOR UNUS ET ALT INTER PONETUR HONESTE, QUI CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIU LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PF EST ET MENTIBUS HAERET PAEN QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, TOGA CONVENISSE MENANDRO, PL GRVITATE, TERENCEUS ARTE. ISTE VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTO DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT E AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIH REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRI QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VI IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE UNO MENSE VEL ANNO, INTER QU POSTERA RESPUAT AETAS. SI MELIC QUOTUS ARROGET ANNUS. SCR VETERESQUE REFERRI DEBET AN IN PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT AN REFERENDUS ERIT. VETERESNE POE VETERES INTER PONETUR HONESTE CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIU LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PF EST ET MENTIBUS HAERET PAEN QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIO HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI V EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTU SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS AC AD EXEMPLAR SICULI PROPERARE EPICCHARMI, VINCERE CAECILIUS GRVITATE, TERENCEUS ARTE. ISTE QUIDEM VETERES INTER PONETUR HONESTE, QUI VEL MENSE BREVI VEL TOTO EST IUNIOR ANNO. UTOR PERMISSO, CAUDAEQUE PILOS UT EQUINAE PAULATIM VELLO UNUM, DEMO ETIAM UNUM, DUM CADAT ELUSUS RATIONE RUENTIS ACERVI, QUI REDIT IN FASTOS ET VIRTUTEM AESTIMAT ANNIS MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. SI MELIORA DIES, UT VINA, POEMAT A REDDIT, SCIRE VELIM, CHARTIS PRETIUM QUOTUS ARROGET ANNUS. SCRIPTOR ABHINC ANNOS CENTUM QUI DECIDIT, INTER PERFECTOS VETERESQUE REFERRI DEBET AN INTER VILIS ATQUE NOVOS. EXCLUDAT IURGIA FINIS, EST VETUS ATQUE PROBUS, CENTUM QUI PERFICIT ANNOS. QUID, QUI DEPERIIT MINOR UNO MENSE VEL ANNO, INTER QUOS REFERENDUS ERIT. VETERESNE POETAS, AN QUOS ET PRAESENS ET POSTERA RESPUAT AETAS. MIRATURQUE NIHIL NISI QUOD LIBITINA SACRAVIT. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER CURARE VIDETUR, QUO PROMISSA CADANT ET SOMNIA PYTHAGOREA. NAEVIUS IN MANIBUS NON EST ET MENTIBUS HAERET PAENE RECENS. ADEO SANCTUM EST VETUS OMNE POEMA. AMBIGITUR QUOTIENS, UTER UTRO SIT PRIOR, AUFERT PACUVIUS DOCTI FAMAM SENIS. ENNIUS ET SAPINES ET FORTIS ET ALTER HOMERUS, UT CRITICI DICUNT, LEVITER



Para manter a sua legibilidade nunca deve ter um tamanho inferior ao indicado.

Nota

Para sistemas de reprodução de menor qualidade será necessário utilizar tamanhos maiores ao mínimo referenciado. Se o formato do suporte não constar nesta lista, deverá ser utilizada a dimensão mais próxima deste.



20 MM



Marca na versão horizontal

1.1. IDENTIDADE BASE
1.1.5. DIMENSÕES MÍNIMAS





gjasrihs
rhzhzrh
rhzsdrh
z<hzKh
srhz<rh

ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL

Proibido espaço entre a assinatura e outros elementos inferior ao estipulado

ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL

Proibido retirar elementos

ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL

Proibido utilização da assinatura em dimensões inferiores ao estipulado.

Nota

As construções representadas são exemplos de situações que não devem ocorrer no contexto da aplicação da marca.



A COR É UM IMPORTANTE
ELEMENTO DA MARCA. ESTE
UNIVERSO DEVE SER SEMPRE
RESPEITADO E REPRODUZIDO
O MAIS FIELMENTE POSSÍVEL.
AQUI SÃO ESTABELECIDOS OS
PADRÕES PELOS QUAIS
A COR SE DEFINE.

1.2. CORES



ÉVORA

CÂMARA MUNICIPAL

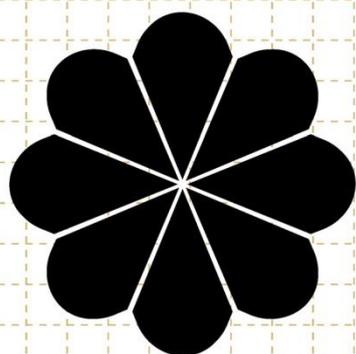
Nota



As cores devem ser sempre reproduzidas em cores directas PANTONE; no entanto, no caso de tal não ser possível, outros sistemas de reprodução são também definidos.

1.2. CORES

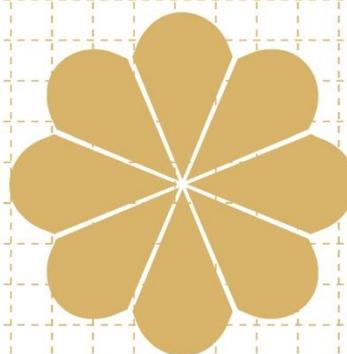
1.2.1. CORES OFICIAIS



COR DIRECTA
PANTONE Black CVC

QUADRICOMIA
CYAN 100
MAGENTA 100
YELLOW 100
BLACK 100

RGB
RED 0
GREEN 0
BLUE 0



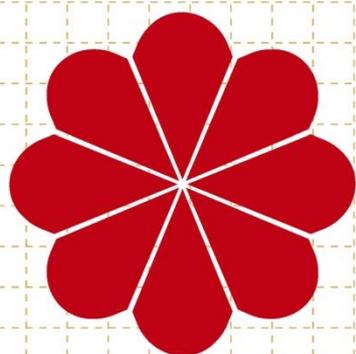
COR DIRECTA
PANTONE 729 CVC

QUADRICOMIA
CYAN 0
MAGENTA 20
YELLOW 60
BLACK 20

RGB
RED 192
GREEN 160
BLUE 98

1.2. CORES

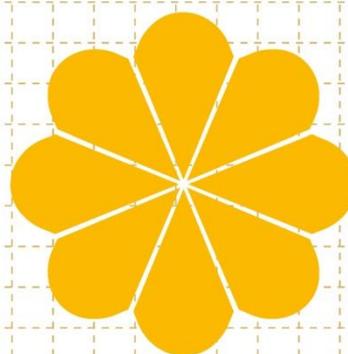
1.2.1. CORES OFICIAIS



COR DIRECTA
PANTONE 1805 CVC

QUADRICOMIA
CYAN 0
MAGENTA 100
YELLOW 100
BLACK 20

RGB
RED 175
GREEN 37
BLUE 28



COR DIRECTA
PANTONE 130 CVC

QUADRICOMIA
CYAN 0
MAGENTA 30
YELLOW 100
BLACK 0

RGB
RED 243
GREEN 174
BLUE 0

1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL



Fundo a branco e cinza escuro / Versão principal (horizontal em Português)

1.2. CORES
1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
MUNICIPALITY



Fundo a branco e cinza escuro / Versão principal (horizontal em Inglês)

1.2. CORES
1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES
1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.3. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.3. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL



Versão especial a utilizar em casos excepcionais.
Versão a uma cor, a cheio (horizontal em Português)

1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
MUNICIPALITY



ÉVORA
MUNICIPALITY



Versão especial a utilizar em casos excepcionais.
Versão a uma cor, a cheio (horizontal em Inglês)

1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL



ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL

30% DO
CINZENTO
ESCURO

50% DO
CINZENTO
ESCURO

70% DO
CINZENTO
ESCURO



Versão especial a utilizar em casos excepcionais / Versão a uma cor, com escala de cinzentos (horizontal em Português)

1.2. CORES
1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
MUNICIPALITY



ÉVORA
MUNICIPALITY

30% DO
CINZENTO
ESCURO

50% DO
CINZENTO
ESCURO

70% DO
CINZENTO
ESCURO



Versão especial a utilizar em casos excepcionais / Versão a uma cor, com escala de cinzentos (horizontal em Inglês)

1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS



1.2. CORES
1.2.2. COMPORTAMENTOS



ÉVORA
MUNICIPALITY

ÉVORA
MUNICIPALITY

30% DO
CINZENTO
ESCURO

50% DO
CINZENTO
ESCURO

70% DO
CINZENTO
ESCURO

 Versão especial a utilizar em casos excepcionais / Versão a uma cor,
com escala de cinzentos (horizontal em Inglês)

1.2. CORES

1.2.2. COMPORTAMENTOS

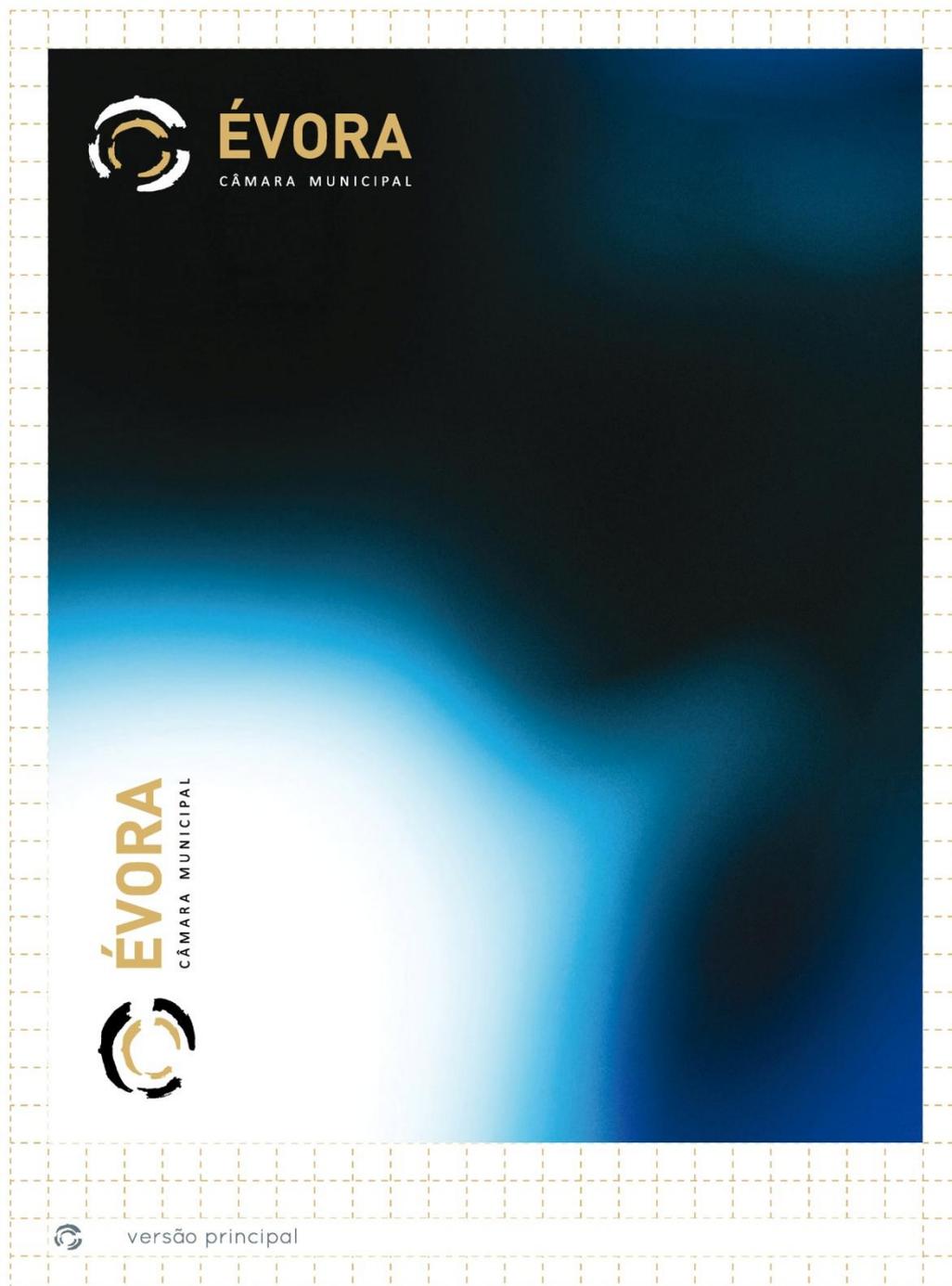


1.2. CORES
1.2.2. COMPORTAMENTOS



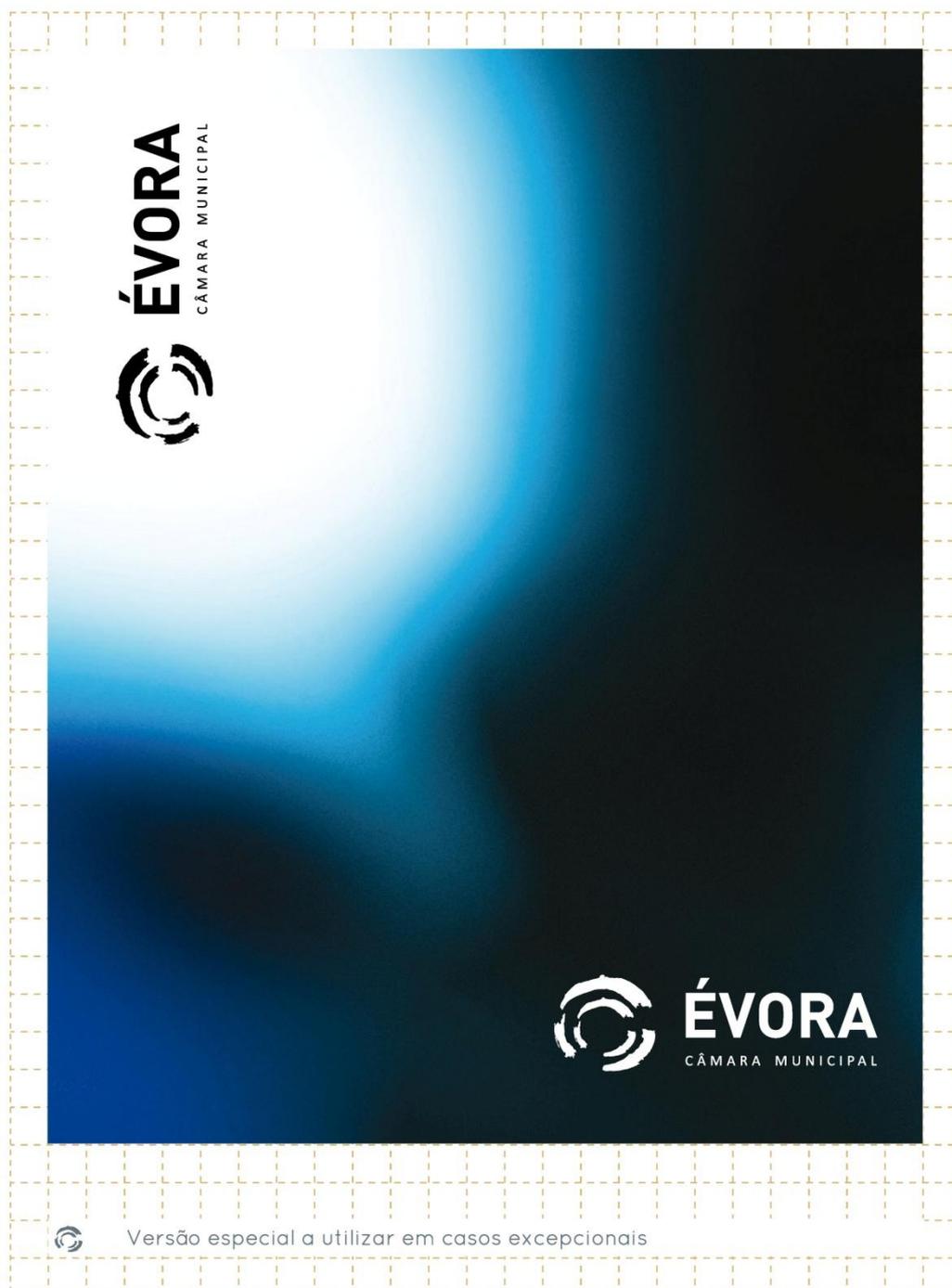
1.2. CORES

1.2.3. FUNDOS FOTOGRÁFICOS



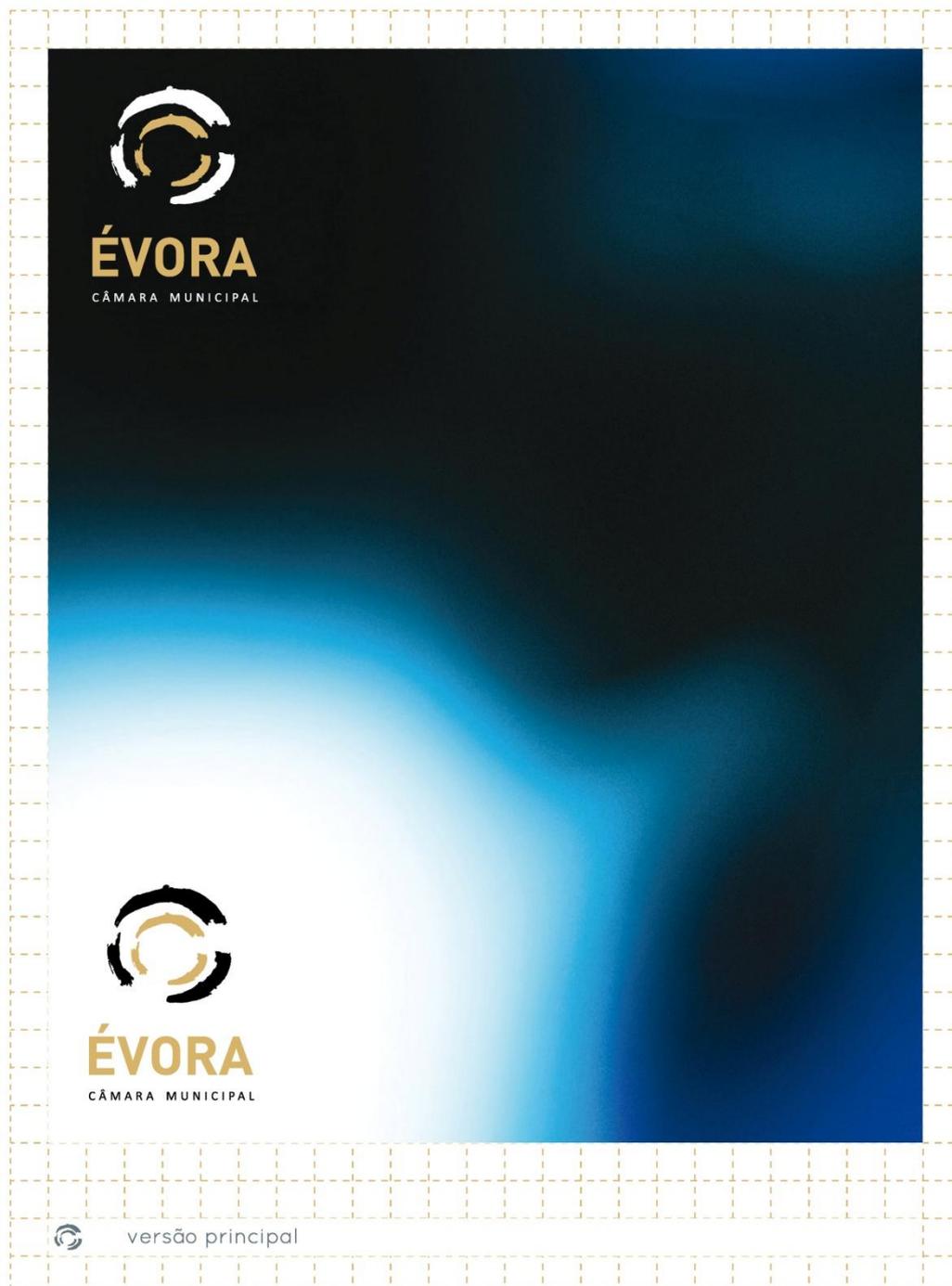
1.2. CORES

1.2.3. FUNDOS FOTOGRÁFICOS



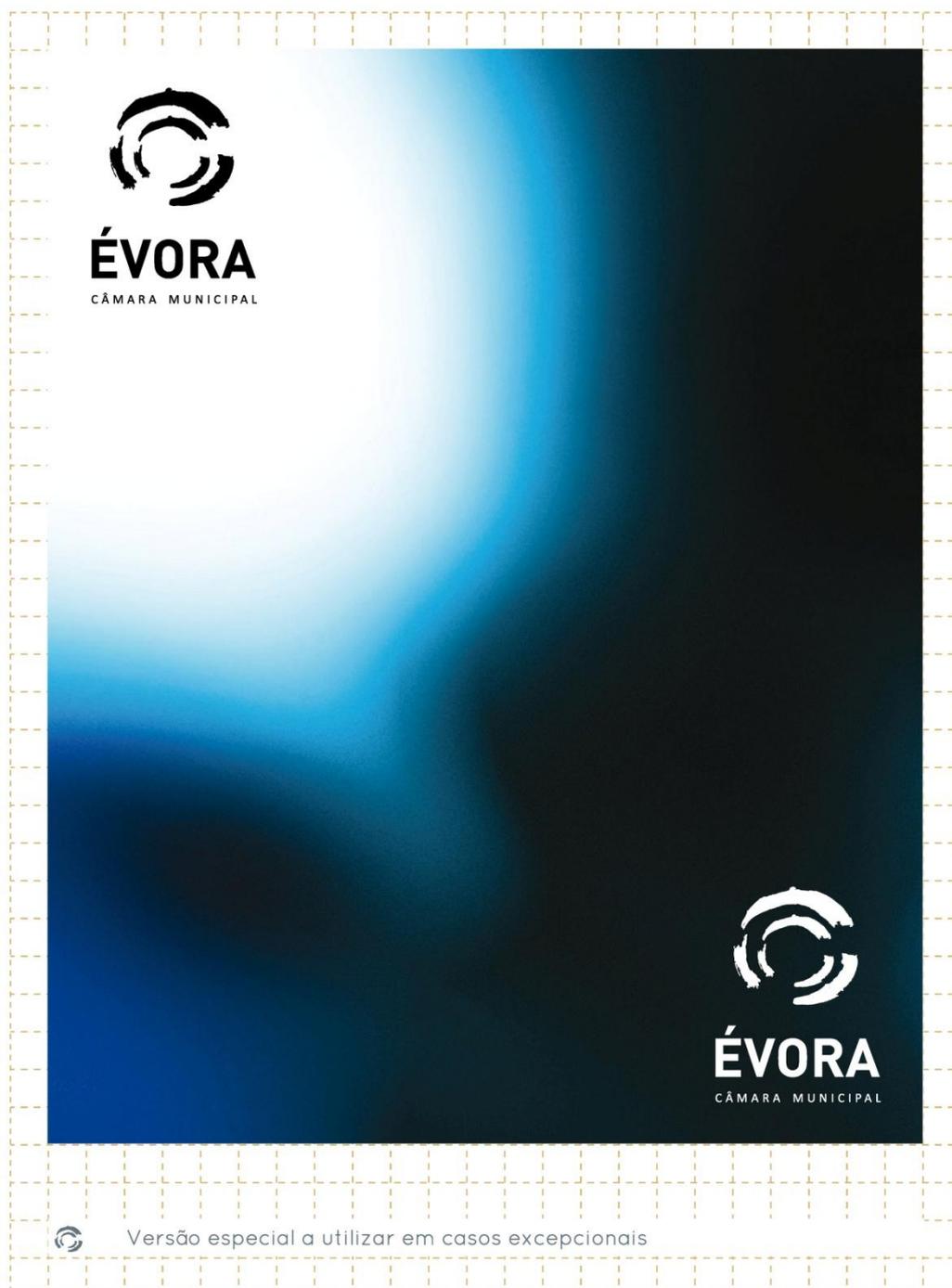
1.2. CORES

1.2.3. FUNDOS FOTOGRÁFICOS



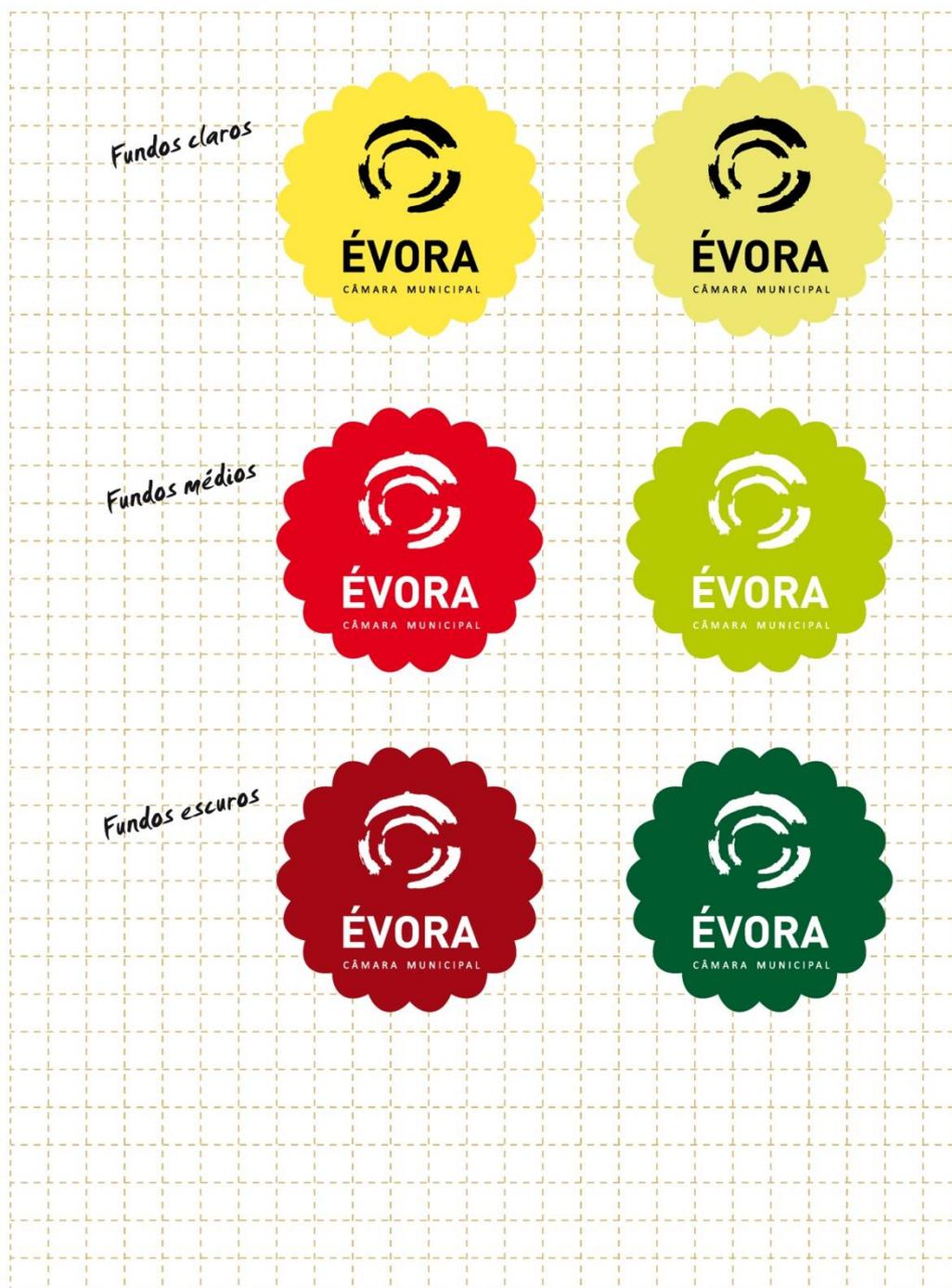
1.2. CORES

1.2.3. FUNDOS FOTOGRÁFICOS



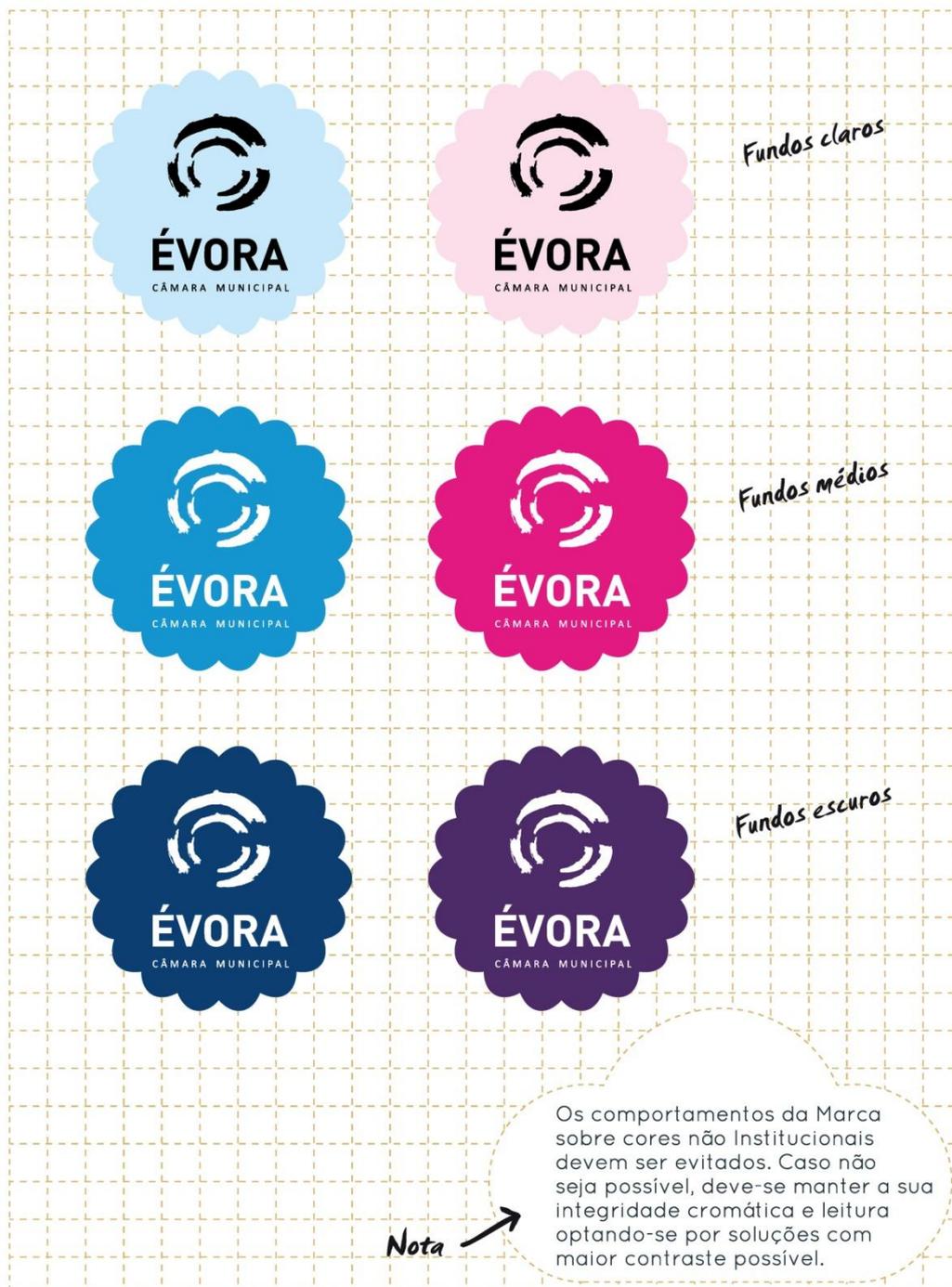
1.2. CORES

1.2.3. FUNDOS DE COR



1.2. CORES

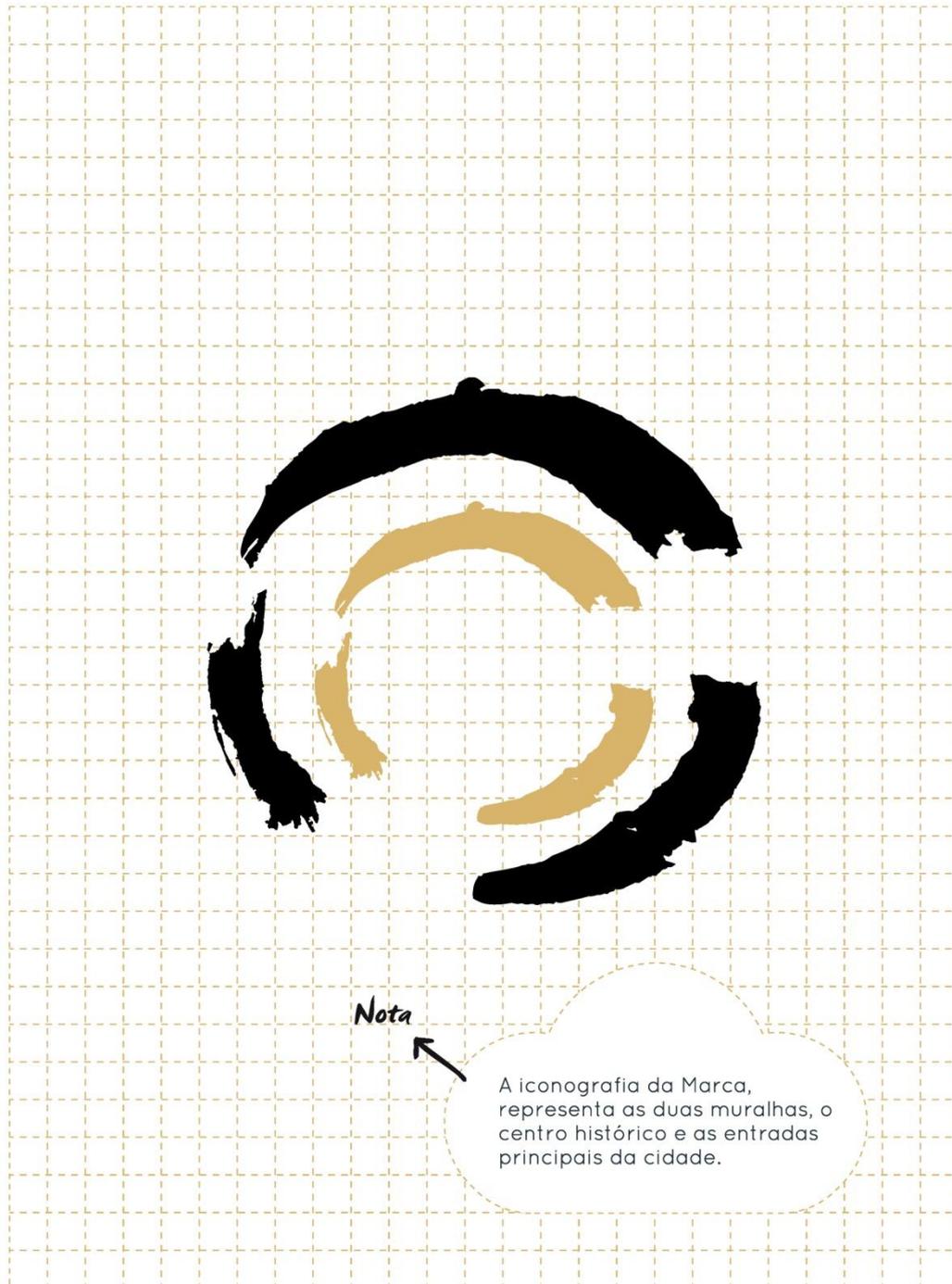
1.2.3. FUNDOS DE COR





A ICONOGRAFIA PARA ALÉM DE TER UM CARÁCTER INFORMATIVO, REPRESENTA IDEIAS E IDEOLOGIAS, REFORÇA A POSTURA E FILOSOFIA DA MARCA E EXPRESSA A FORÇA DA IDENTIDADE.

1.3. ICONOGRAFIA



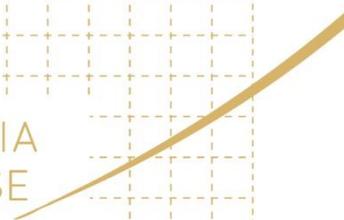


TIPOGRAFIA

A TIPOGRAFIA É UM DOS
PRINCIPAIS ELEMENTOS QUE
CARACTERIZA UMA MARCA.



A ESCOLHA DE UMA TIPOGRAFIA
CORPORATIVA TEM COMO BASE
A LEITURA, PERCEPÇÃO,
LEGIBILIDADE E FLEXIBILIDADE
E UM UTILIZADOR EM TODOS OS
CASOS E TIPOS DE SUPORTE.



1.4. TIPOGRAFIA

A TIPOGRAFIA CORPORATIVA
REFORÇA A POSTURA
E FILOSOFIA DA MARCA
E EXPRESSA A FORÇA DA
IDENTIDADE.

DIN

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

1234567890!@#%&*()

CALIBRI

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

1234567890!@#%&*()

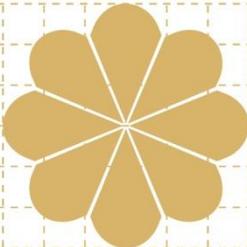
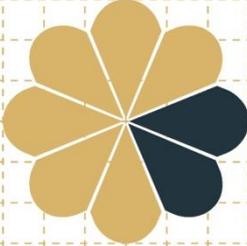
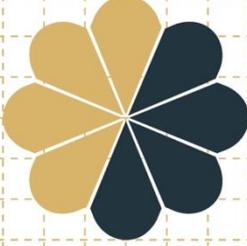
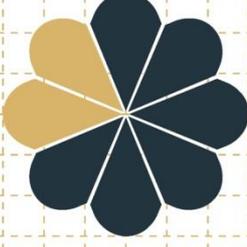


A MARCA RELACIONA-SE
COM DIFERENTES PARCEIROS DE
DIFERENTES ÁREAS E SECTORES.
É POR ISSO DETERMINANTE
DEFINIR RELAÇÕES DE
CONVIVÊNCIA ENTRE AS
DIFERENTES MARCAS, PARA QUE
A COERÊNCIA E A IDENTIDADE DE
CADA UMA SEJA PRESERVADA.

1.5. CONVIVÊNCIA



1.5. CONVIVÊNCIA
1.5.1. RELAÇÃO MARCA / PARCEIROS

AUTOR	
Quando a marca ÉVORA é a única envolvida no pressuposto comunicado.	
PRINCIPAL	
Quando a marca ÉVORA é percebida como o parceiro dominante e os parceiros como plataforma tecnológica.	
IGUAL	
Quando a marca ÉVORA é percebida com a mesma relevância face ao parceiro.	
SECUNDÁRIO	
Quando a marca ÉVORA é associada a outra marca, agora como parceira.	

1.5. CONVIVÊNCIA

1.5.1. RELAÇÃO MARCA / PARCEIROS

Nota

Existem várias opções de convivência. Não é uma questão de protagonismo ou de superioridade, mas sim de relevância conforme as circunstâncias. Assim, sugerimos que se identifique cuidadosamente o nível de presença da marca **ÉVORA** indicado para cada situação.

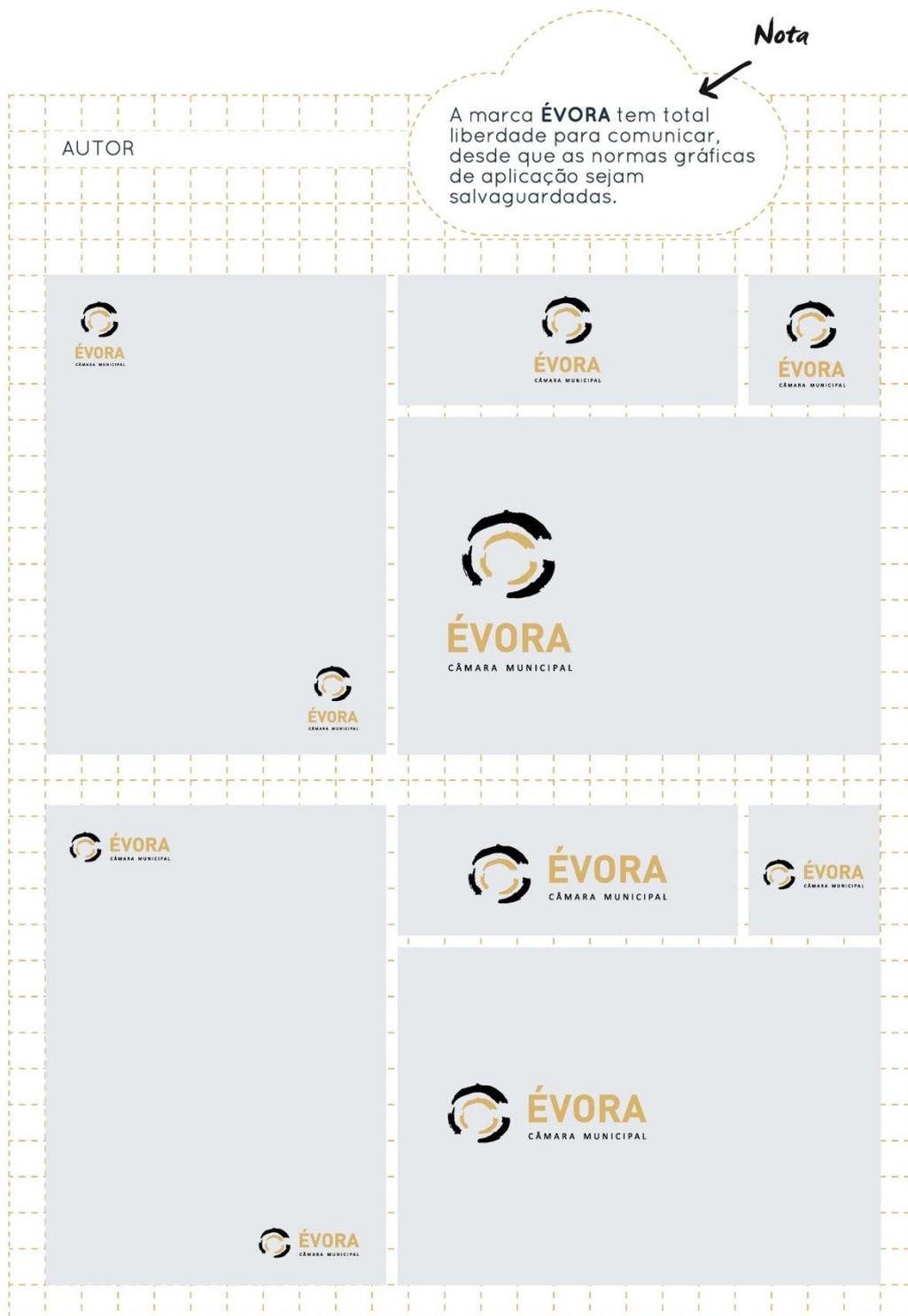


Exemplo

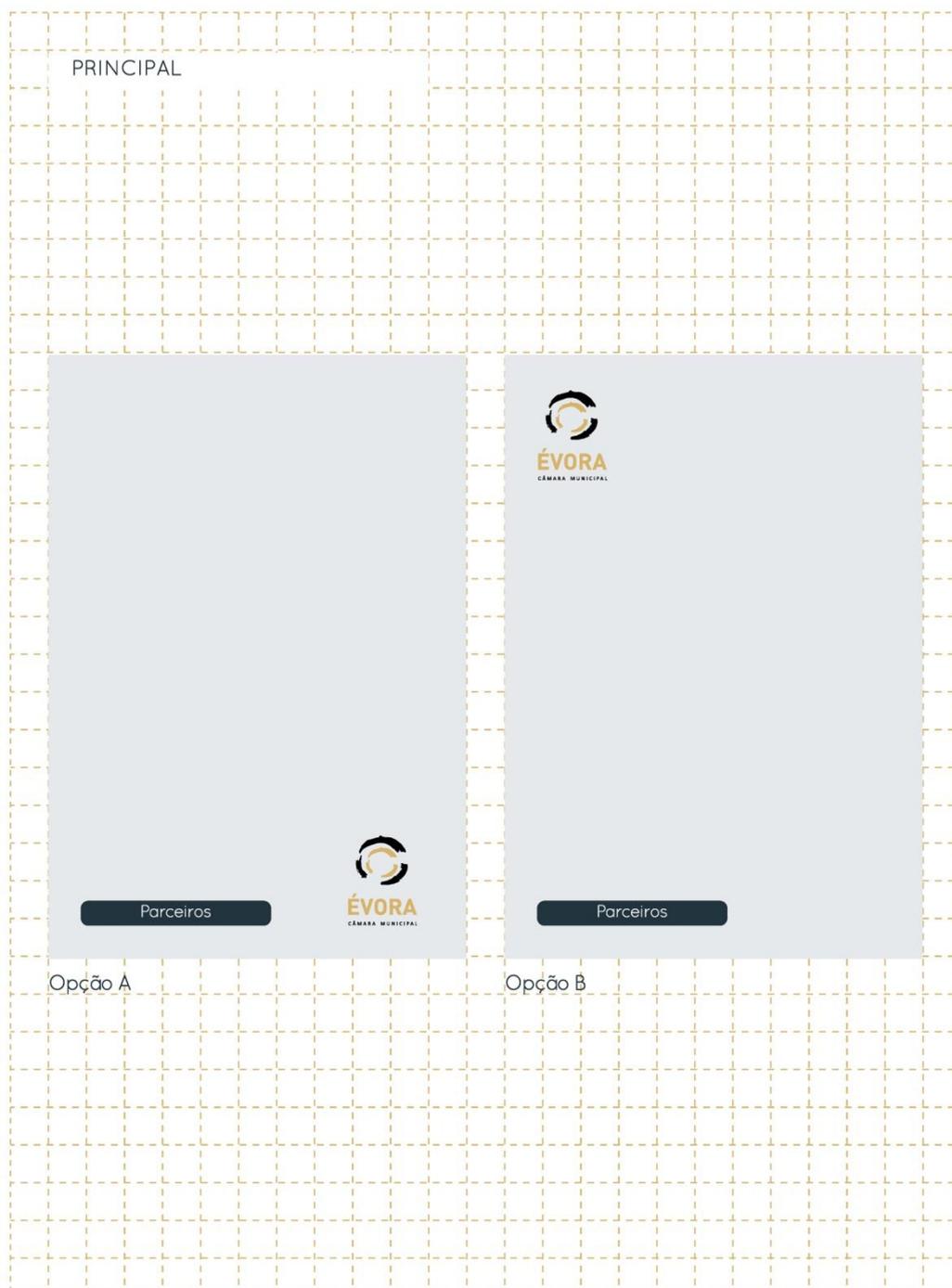


1.5. CONVIVÊNCIA

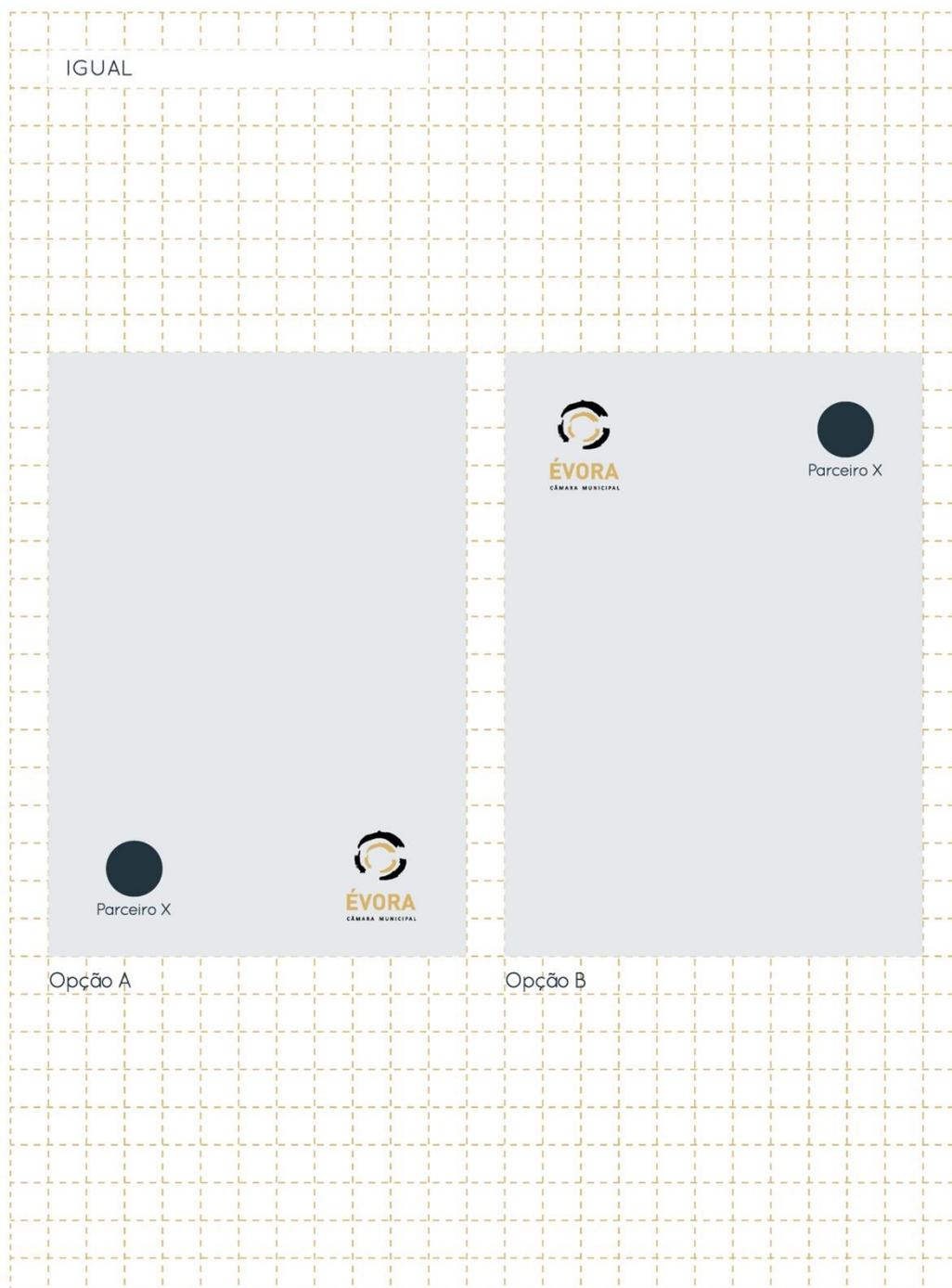
1.5.1. RELAÇÃO MARCA / PARCEIROS



1.5. CONVIVÊNCIA
1.5.1. RELAÇÃO MARCA / PARCEIROS



1.5. CONVIVÊNCIA
1.5.1. RELAÇÃO MARCA / PARCEIROS



1.5. CONVIVÊNCIA
1.5.1. RELAÇÃO MARCA / PARCEIROS

SECUNDÁRIO

Opção A

Opção B

Parceiro X

Parceiro X

ÉVORA
CERAMICA REGIONAL

ÉVORA
CERAMICA REGIONAL

A presença da marca **ÉVORA** está dependente das normas do parceiro sempre salvaguardando as regras de aplicação.

Nota



A COR É UM IMPORTANTE
ELEMENTO DA MARCA. ESTE
UNIVERSO DEVE SER SEMPRE
RESPEITADO E REPRODUZIDO
O MAIS FIELMENTE POSSÍVEL.
AQUI SÃO ESTABELECIDOS OS
PADRÕES PELOS QUAIS
A COR SE DEFINE.

1.6. APLICAÇÕES



1.6. APLICAÇÕES
1.6.1. CARTÕES DE VISITA



1.6. APLICAÇÕES
1.6.1. CARTÕES DE VISITA



1.6. APLICAÇÕES
1.6.2. PAPEL DE CARTA



1.6. APLICAÇÕES

1.6.3. ENVELOPES



1.6. APLICAÇÕES
1.6.4. BRINDES / OFERTAS



1.6. APLICAÇÕES
1.6.4. BRINDES / OFERTAS



1.6. APLICAÇÕES
1.6.4. BRINDES / OFERTAS



Aplicação em canetas e pastas

1.6. APLICAÇÕES
1.6.4. BRINDES / OFERTAS



1.6. APLICAÇÕES
1.6.4. BRINDES / OFERTAS



1.6. APLICAÇÕES
1.6.4. BRINDES / OFERTAS



1.6. APLICAÇÕES

1.6.5. VIATURAS AUTOMÓVEIS



Simulação em ambiente real

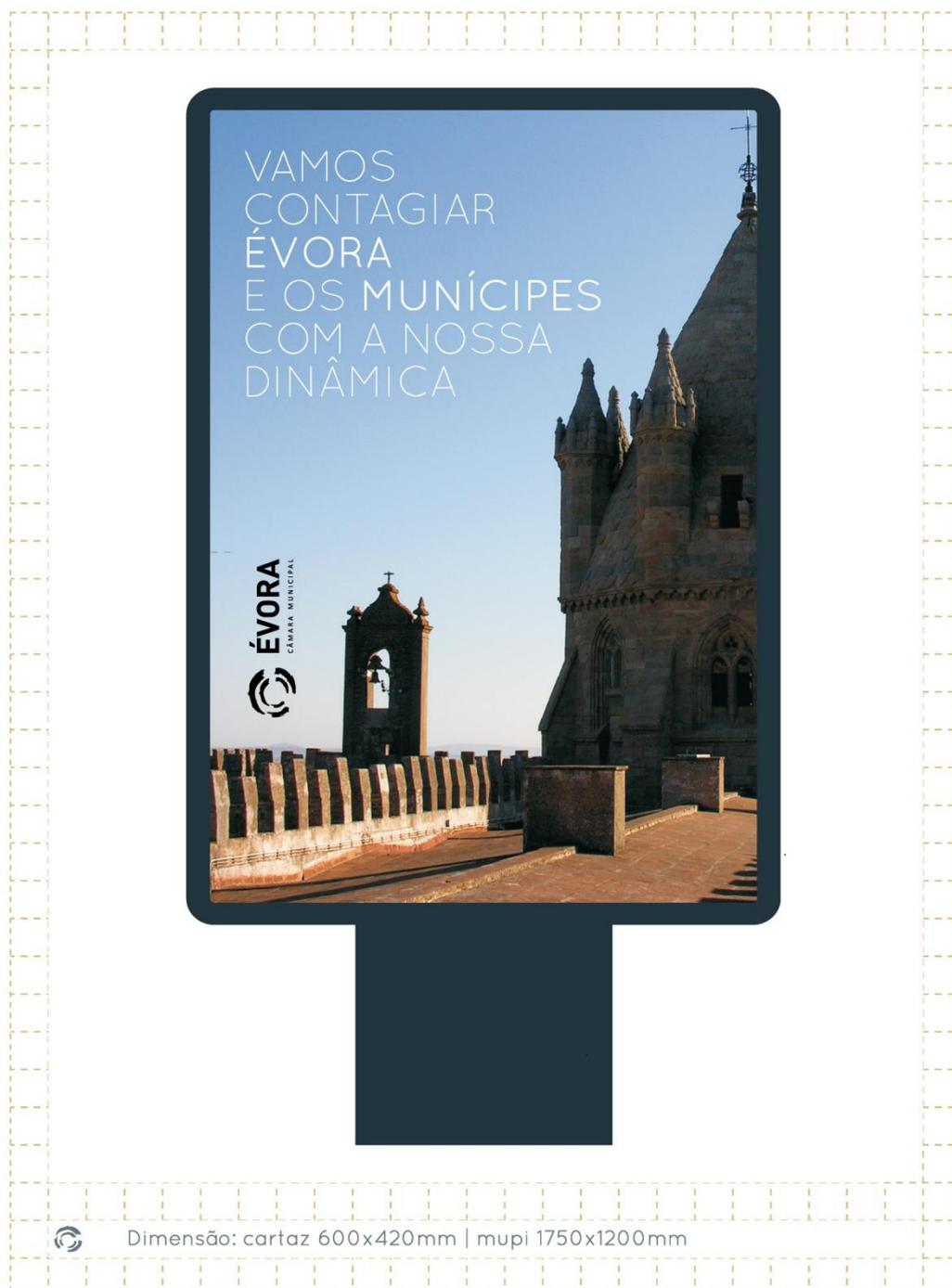
1.6. APLICAÇÕES

1.6.5. VIATURAS AUTOMÓVEIS



Simulação em ambiente real

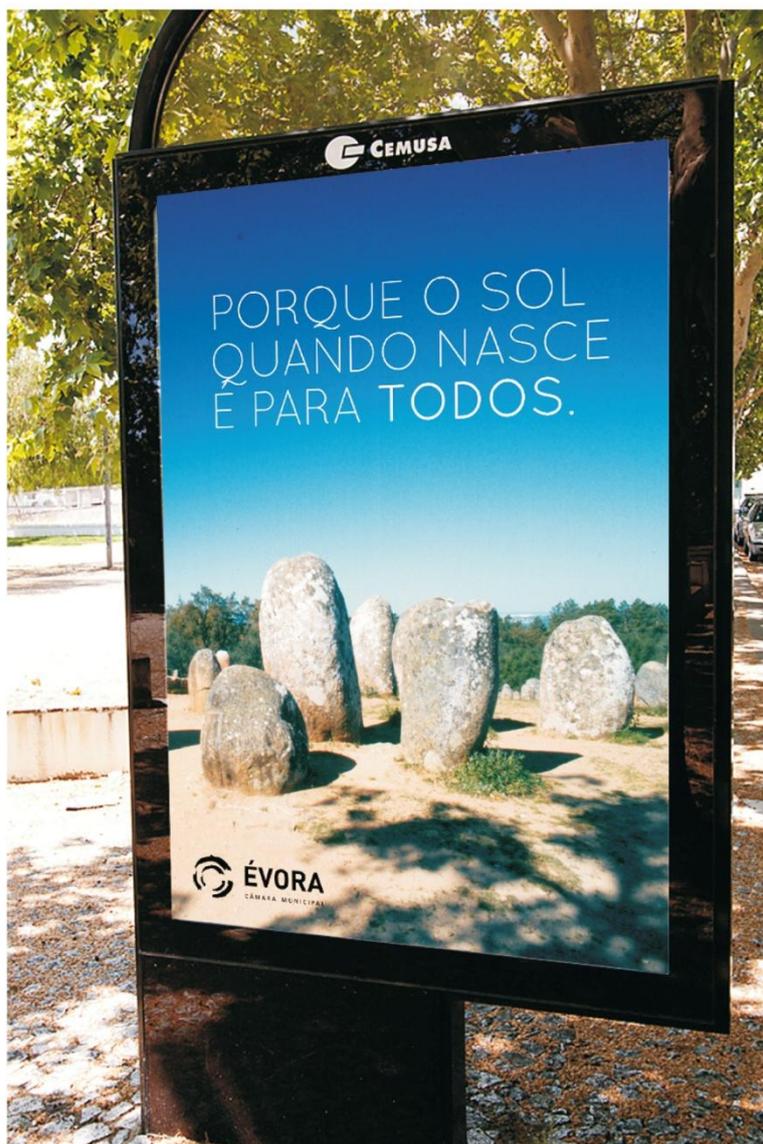
1.6. APLICAÇÕES
1.6.6. CARTAZES / MUPIES



1.6. APLICAÇÕES
1.6.6. CARTAZES / MUPIES

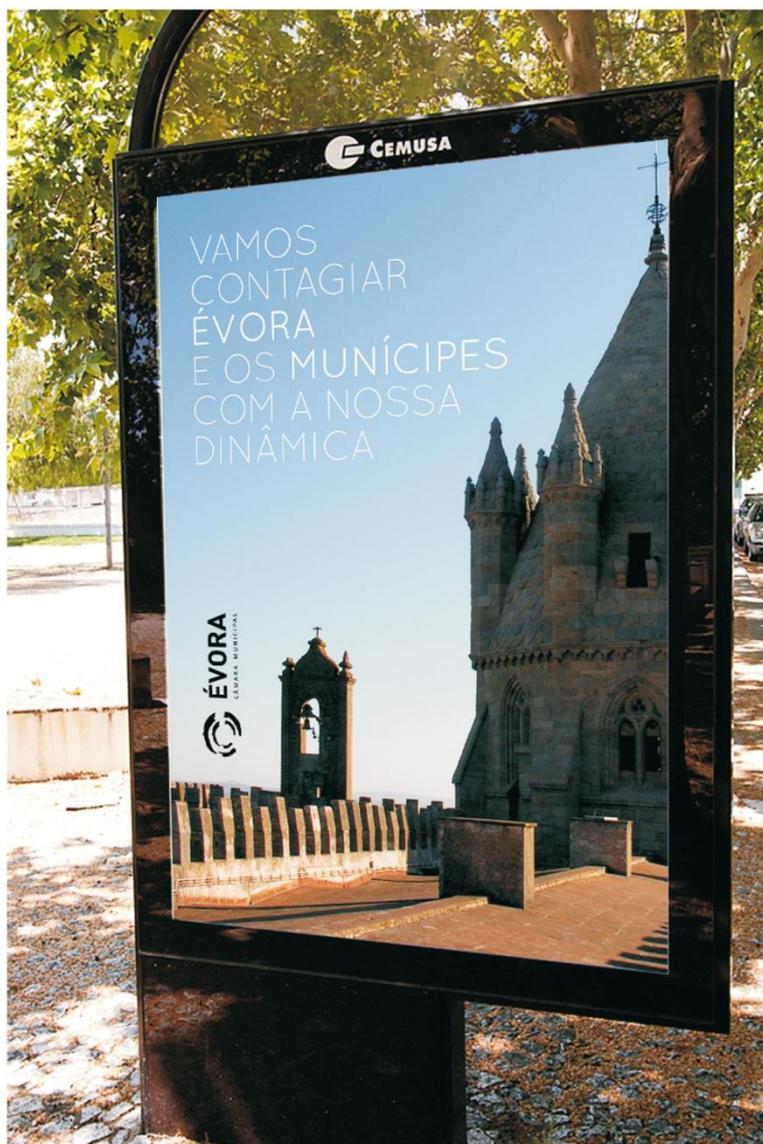


1.6. APLICAÇÕES
1.6.6. CARTAZES / MUPIES



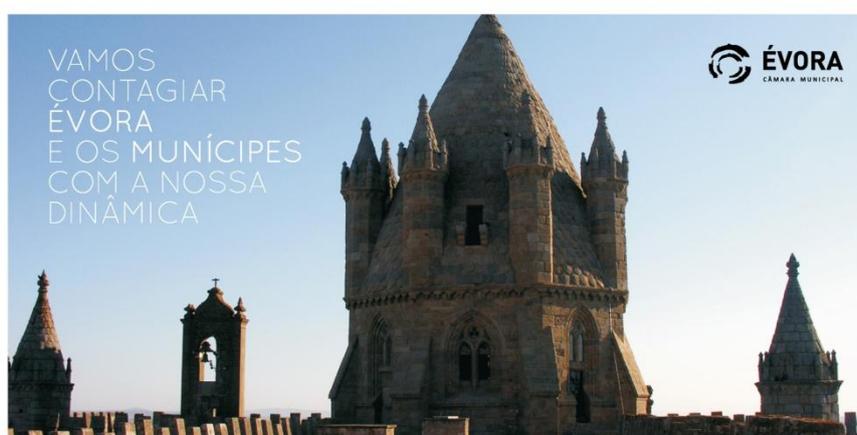
Simulação em ambiente real

1.6. APLICAÇÕES
1.6.6. CARTAZES / MUPIES



Simulação em ambiente real

1.6. APLICAÇÕES
1.6.7. OUTDOORS



 Dimensão: outdoor 6000x3000mm

1.6. APLICAÇÕES
1.6.7. OUTDOORS



Dimensão: outdoor 8000x3000mm

1.6. APLICAÇÕES
1.6.7. OUTDOORS



 Simulação em ambiente real

1.6. APLICAÇÕES

1.6.9. PARAGEM DE AUTOCARROS



Simulação em ambiente real

1.6. APLICAÇÕES
1.6.10. PUBLICIDADE EM JORNAL

12 REGISTO
02 Junho 11

Regional

Uma árvore por cada nascimento

"Uma Vida, Uma Árvore" na maternidade de Évora

Redacção | Registo

O presidente da Câmara Municipal de Évora, José Ernesto Oliveira, e a presidente do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo de Évora (HESE), Maria Filomena Mendes, aproveitaram o Dia da Criança para formalizar uma parceria das duas instituições em torno do projecto "Uma Vida, Uma Árvore". Simbolicamente, o acordo foi anunciado durante uma visita à maternidade do hospital de Évora.

A iniciativa consiste na plantação pela autarquia de uma árvore por cada criança nascida de pais residentes no concelho, entregando aos pais do recém-nascido um diploma e um mapa de localização que confirmam a atribuição da sua árvore.

Os pais que quiserem que o seu filho tenha uma árvore em Évora podem inscrever-se preenchendo um formulário que está disponível nos serviços administrativos da maternidade, de acordo com a parceria estabelecida entre estas duas entidades e que se irá também alargar às unidades de saúde familiar.

As famílias podem ainda inscrever-se no gabinete de atendimento da Câmara Municipal, no edifício dos Paços do Concelho.

O presidente da Câmara Municipal de Évora explicou em traços breves o projecto e expressou a sua "satisfação" pela "boa aceitação que tem tido por parte da população, tendo sido já plantadas cerca de duas mil árvores" ao abrigo deste programa.

De acordo com o director do serviço de ginecologia e obstetria do HESE, Vítor Castro, nos primeiros cinco meses deste ano nasceram cerca de meia centena de crianças no hospital, pelo que este vai ser um ano de "reflorestação forte".

Já Maria Filomena Mendes sublinhou a importância que tem para o Alentejo tanto o nascimento de mais crianças como a existência de mais árvores, algo que este projecto "conjugua harmoniosamente".

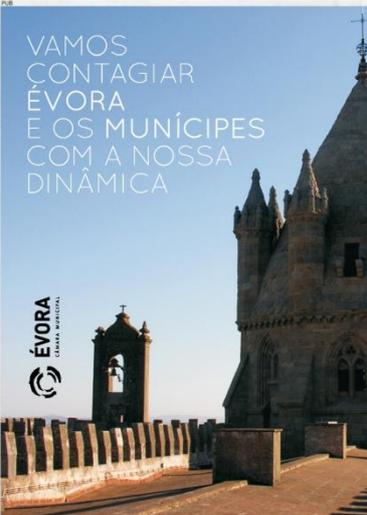
Valorizar o rejuvenescimento da população do concelho e sensibilizar para a convivência com as árvores em meio urbano, são objectivos do projecto "Uma Vida, Uma Árvore" que, ao celebrar o nascimento de cada criança, felicitia as famílias e promove o valor dos espaços verdes em ambiente urbano, através da apropriação e acompanhamento do crescimento de uma árvore.

Segundo a autarquia, o projecto foi concebido para "saudar o nascimento de crianças no concelho, num contexto de envelhecimento populacional" e, alertando os cidadãos para a importância dos espaços verdes como meio de garantir um espaço urbano salubre e saudável".

"Pretende-se felicitar as famílias em momento de celebração de nascimento dos seus filhos e sensibilizá-las para o valor das árvores e espaços verdes em meio urbano, para que se apropriem, usufruam e promovam o respeito pelos espaços verdes de proximidade".

2000

"Desde o arranque do projecto a Câmara Municipal de Évora já procedeu à plantação de cerca de 2000 árvores. É 2011 promete ser ano de 'forte reflorestação'."



VAMOS CONTAGIAR
ÉVORA
E OS MUNICÍPES
COM A NOSSA
DINÂMICA

ÉVORA
CÂMARA MUNICIPAL

O seu semanário **REGISTO**
nas bancas e online
em www.registo.com.pt

PROGRAMA

- 14888 - Recepção aos Participantes e visita à vila Medieval de Monsaraz
- 14890 - Conjuerura actual e os desafios para o futuro do sector
Lug. Ricardo Gomes - Presidente da AECOPS
- 14820 - Políticas de Reabilitação e Conservação Urbana
Dr. Fernando Paes Alencar - Director geral da AECOPS
- 17000 - Potencial do levantamento topográfico para a Sector
Dr. Ciro do Soto - Presidente da Região do Alentejo
- 17020 - Financiamento das Empresas
Dr. Inês Carreira - Presidente da Comissão de Administração da Montepia Global
- 18000 - Debate
- 18000 - Encerramento
Dr. José Calvo - Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

ORGANIZAÇÃO: 

APOIO: 

PATROCINADOR 

MEDIA PARTNER:  

Jornadas da Construção
Desafios Para o Futuro da Construção no Alentejo

CONVITE

O Presidente da Comissão Directiva da Delegação Regional do Alentejo da AECOPS e o Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, vêm por este meio convidar V. Exas., para participar nas Jornadas da Construção que se irão realizar no próximo dia 9 de Junho pelas 14:00 horas no Auditório da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz – Largo do Município , onde se irá debater a situação e futuro do Sector da Construção na Região.

Inscrições até 03 de Junho para AECOPS - Delegação do Alentejo
Rua Fernandes Seno 27 - ric Dn 7005-487 Évora Telefone: 266 760 400 Fax: 266 704 646 Email: evora@aecops.pt
NOTA: volta em autocarro com Guia, limitada às primeiras 50 inscrições

 Simulação em página de jornal regional

168

1.6. APLICAÇÕES
1.6.10. PUBLICIDADE EM JORNAL

diário do SUL 11526
ANO: 42.º NÚMERO: 11 526 PVP: 0,50€
SABADO, 4 DE JUNHO DE 2011 5 607727 096360

Aviação

ANA "não contava" com Aeroporto de Beja, diz vice-presidente da empresa



O novo aeroporto de Beja é algo com o qual a ANA "não contava", disse o vice-presidente do conselho de administração da empresa, Carlos Madeira.

"Não foi um fim desejado alguém dizer: tens aqui um filho, toma conta dele!", afirmou o administrador da empresa pública, salientando que foi algo que "caiu no regaço" da ANA - Aeroportos de Portugal.

Segundo Carlos Madeira, a empresa está a fazer o melhor possível para integrar o aeroporto alentejano, que entrou em funcionamento no passado dia 13 de abril, na rede de estruturas aeroportuárias nacionais.

De acordo com aquele responsável da empresa, para o aeroporto de Beja, neste momento, a ANA está a "ver o que é que se pode fazer numa infraestrutura no meio do Alentejo, ao lado de uma terra com 50 mil habitantes".

"Estamos a pensar", concluiu Carlos Madeira.

O vice-presidente da ANA falou durante uma palestra com o título "O conceito da gestão aeroportuária nacional" na primeira conferência em Ciências Aeronáuticas, organizada pela Universidade Lusófona.

NADA LHE VAI PASSAR DESPERCEBIDO

LENTES POLARIZADAS

PERCEÇÃO FIEL DAS CORES E CONTRASTES
REDUÇÃO DE CLARIDADE EXCESSIVA
ELIMINAÇÃO DO ENCADEAMENTO
MAIS EFICAZ PROTEÇÃO UV

20% DESCONTO POLARIZADOS
SÓCULO DE SOL
LENTE DE SOL



ÉVORA, MONTEMOR - REGUENOS

www.opticahavaneza.pt
www.facebook.com/opticahavaneza

Óptica Havaneza

PORQUE O SOL QUANDO NASCE É PARA TODOS.



ÉVORA
CENTRAL MARKETING

www.genesiolaranjo.com

Genésio Domingos Laranjo

O MELHOR EM CARROS ANTÍCOS

Pontualidade
Experiência
Segurança

Presente de 11 a 13 de Junho no Grande Lago em Reguengo de Monsaraz



CASAMENTOS | FILMES | PASSEIOS TURÍSTICOS | OUTROS EVENTOS

R. Bombeiros Voluntários, nº 4-B E - 2700-123 Amaluzina | T. 21 8948186 | F. 21 6947625 | T.M. 91265723
info@genesiolaranjo.com | www.genesiolaranjo.com | automoveisantigos@espo.pt



Simulação em página de jornal regional



ÉVORA

CÂMARA MUNICIPAL

5. CONCLUSÃO

É através da ciência heráldica que conseguimos estudar os símbolos e os brasões das cidades e, por isso, conseguimos apreender a história por detrás de um local, de um município.

Conhecer a imagem que representou durante séculos uma cidade, é tão importante como conhecer a sua cultura, as suas conquistas e a sua vida, pois apenas conhecendo a génese dessa simbologia se pode progredir e criar uma imagem que represente, contemporaneamente, não só o município, mas também os seus cidadãos.

Conforme Almeida Langhans refere, a preocupação do homem se fazer representar a si e aos locais por onde habitava, é quase tão antiga como a humanidade e, é através da heráldica, enquanto ciência, que se toma consciência de todos os acervos técnicos e normativos que recheiam o processo generativo que é criar um símbolo. E por isso, a heráldica para além de ciência, traduz também um esforço de criatividade humana conjugada com um acervo de leis e princípios de representação.

Referindo-se a uma autarquia, a heráldica municipal traduz o direito de uso de um brasão de armas sobre uma certa autarquia local, sendo uma representação heráldica concedida, ou seja, diz respeito aos distintivos cujo uso era determinado pelo Estado. A permissão de uso do Brasão era geralmente concedida a pessoas físicas ou coletivas de direito público.

Em Portugal este ramo da heráldica teve desde o início uma sólida relevância, pois tradicionalmente representada por brasão de armas, bandeiras e selos do município, traduziam, em tempos idos, um atestado de autonomia, personalidade jurídica e independência do concelho perante o poder régio e senhorial.

Contemporaneamente, no século XX, o momento mais importante da heráldica municipal data de 1930, pois foi nessa data que, através do Despacho emanado a 14 de Abril, se definiram os termos e as normas gerais que deveriam reger a armaria dos municípios, determinando quem deviam ser os titulares dos símbolos heráldicos e estabelecendo a sua natureza e composição. Este Despacho foi baseado num estudo elaborado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, que fez o ponto da situação sobre a nossa heráldica municipal, e que concluiu que a grande maioria da organização das bandeiras municipais e dos selos e armas não correspondia às tradições locais, levando a uma confusão, ora com armas e cores nacionais, ora com as armas de famílias que tiveram preponderância na localidade e que as deixaram esculpidas em alguns edifícios. Para conseguir corrigir esta desordem e encetar uma verdadeira reforma dentro do melhor espírito da armaria,

recorreu-se à Associação dos Arqueólogos Portugueses para um maior rigor científico. Os municípios, de acordo com o Despacho, tinham de enviar à Direção Geral da Administração Política e Civil todos os documentos respeitantes a sua heráldica, bem como reproduções dos brasões de que tivessem feito uso.

Apesar desta tentativa de reforma nacional não foram aprovadas as armadas dos 301 concelhos de Portugal, apesar de nos onze anos seguintes terem sido aprovados trinta símbolos municipais. Ainda hoje quatro dezenas de brasões se encontram por aprovar.

Assim, apesar de uma tentativa de reforma do uso dos brasões, de modo a restabelecer as suas características originais, a mesma não foi conseguida, contudo, o fenómeno da simbologia municipal evoluiu, mas por um caminho diferente já que muitos municípios adotaram imagens completamente novas, redesenhando não só a forma de apresentação do município ao exterior, mas reformulando também a sua identidade, tornando-os mais modernos e adequados aos suportes modernos de comunicação.

Desta forma, pode se dizer que muitos municípios adoptaram marcas, sendo esta uma estratégia bastante lógica nos tempos modernos, em que se sabe que a extensão do domínio da marca se alargou até a área do social, cultural e económica. Muitos municípios adoptaram uma nova identidade visual, substituindo o brasão da cidade por uma imagem moderna, representativa do município, de modo a normalizar o uso do símbolo, sendo o seu objectivo criar uma identidade visual mais contemporânea e na qual seja possível uma forte identificação dos cidadãos ao local e ao logotipo.

Os brasões das cidades transmitem sem dúvida parte da história e da origem da cidade. Já o logotipo/marca de um município volta-se para o futuro, criando um laço mais estreito entre as características do local e a identidade da organização. No logotipo do município a identidade vai corresponder a personalidade da pessoa colectiva, na sua cultura organizacional, porte, grandeza, tradição e história.

Analisando o caso da imagem representativa do símbolo do município de Évora, vemos que existiram várias tentativas de alcançar e representar a sua forma original. A interpretação mais antiga do símbolo encontra-se num selo de cera da época do Rei D. Sancho II, datado de 1227, atualmente na Torre do Tombo em Lisboa e mostra a figura de Giraldo, o conquistador da cidade aos mouros envergando um escudo. A segunda figura municipal é uma pedra incrustada na Torre Sul da Catedral,

datada do século XIII. A terceira interpretação é uma pedra de armas, do século XV, da antiga Casa de Ver o Peso, localizada na Rua do Raimundo, e que hoje se pode visitar no Museu Regional de Évora. A quarta interpretação é uma peça manuelina, de cerca de 1515, representando o brasão de armas da fachada principal dos antigos Paços do Concelho, em pedra mármore, depositada também no Museu e propriedade da Câmara Municipal de Évora. Este é o símbolo com as maiores dissemelhanças em relação aos seus antecessores. A última interpretação do brasão de armas da cidade é o que está representado na bandeira do município, bordado a ouro, e existente nos Paços do concelho, remontando a 1600, no período filipino, parecendo uma figura de Alcácer Quibir e não o herói Giraldo, constando apenas a cabeça de um homem, excluindo-se a de uma mulher.

Podemos assim concluir que, a interpretação e representação do símbolo inicial do município de Évora nunca foi estável nem fiel.

Em termos históricos, o Despacho de 14 de Abril de 1930 também teve consequências sobre o símbolo do município de Évora, pois, tal como referido, a sua pretensão era acabar com os usos abusivos de certas imagens, sem fundamentação histórica, para representar a cidade. Contudo Évora foi um dos municípios em que a homologação do parecer dos técnicos da Associação dos Arqueólogos Portugueses não foi homologada pelo Presidente da Câmara, baseando-se este no facto de que a imagem sugerida teria graves inexatidões iconográficas, suspendendo o estudo naquela autarquia.

Porém, em 1951 existiu uma segunda tentativa de oficializar a imagem do brasão de armas da cidade, sob a orientação de Túlio Espanca e Daniel Sanches, que acabou também por não surtir efeito, não havendo deliberação de aceitação.

A terceira tentativa de aprovação das armas da cidade ocorreu em 1987, depois da Câmara Municipal ser interpelada pelo Ministério da Administração Interna, para que desse cumprimento ao despacho de 1930 e entregasse a documentação relativa ao processo da normalização da imagem do brasão do município. Nesse seguimento, o Presidente da Câmara, Dr. Abílio Dias Fernandes, nomeou uma comissão especial para o efeito, constituída por peritos na matéria e conhecedores da iconográfica eborense, tendo existido uma forte discussão em reunião pública de Câmara sobre o assunto.

Assim, em 28 de Outubro de 1987 finalmente foi aprovado por unanimidade o novo símbolo da cidade, tendo sido uma decisão que contou bastante com a orientação de Pedro Sameiro.

Após a aprovação pela autarquia e sua publicação, o símbolo começa a ser usado nos documentos oficiais. Porém, com a evolução dos suportes de comunicação e divulgação, surgiu a necessidade de modificar o brasão para uma versão a preto e branco, uma vez que a cor ainda não era muito usada. Mais tarde acrescentaram-se as palavras Câmara Municipal.

Em 2000, e após alguns problemas de utilização do brasão, decidiu o município lançar um concurso nacional para a criação de um logotipo que colmatasse as dificuldades de utilização da imagem do brasão. Porém, com as eleições autárquicas de 2001 e a mudança de Presidente, regressou-se à concepção antiga e o brasão voltou a ser aplicado. O uso do logotipo vencedor do concurso foi afastado.

Contudo, este regresso ao brasão, porque não foi construído sobre um manual de normas, levou a que a sua aplicação fosse descontrolada, existindo tantas versões do Brasão, quantos suportes.

Mais tarde, o Eng.º Manuel Melgão, a exercer funções de Presidente da Câmara a esta data, pediu que fosse criado o manual de normas do brasão, tal não eram as disparidades que existiam na aplicação no mesmo.

Contudo, as dificuldades técnicas de aplicação de um brasão, ainda que a preto e branco, nos materiais institucionais, não desapareceram, pois a verdade é que o mesmo em certos momentos se torna pouco perceptível, ficando assim a imagem da autarquia ofuscada pelo material em si e a identidade da organização encoberta.

Quanto às opiniões das personalidades que diretamente estão implicadas na gestão do município sobre esta matéria, e após entrevistas a Presidentes e ex-Presidentes e Vereadores, a verdade é que não conseguimos encontrar um consenso, quanto a esta problemática. Se por um lado uns justificam que a tradição sempre foi o uso do brasão, que é o que historicamente representa a cidade, outros defendem que esse símbolo já não consegue estar a altura dos desafios atuais de comunicação e será necessário a curto prazo criar uma marca que identifique o município de Évora. Partindo desta última visão, e atendendo aos problemas que existiram nos últimos anos na aplicação e utilização do brasão da cidade, realizou-se uma proposta de marca/logotipo para o município de Évora.

Para instruir a proposta de um novo logotipo, encetaram-se os trabalhos pela análise detalhada de toda a plataforma de comunicação do município (cartazes, folhetos, sinalética, *mupis*, *outdoors* etc), sendo, que no nosso entender, muitas aplicações estavam desatualizadas, outras eram até

inexistentes. Um dos grandes problemas encontrava-se no mais atual meio de comunicação da Câmara, a *internet*.

Assim, a proposta de logotipo para a Câmara Municipal de Évora que apresentamos neste estudo, opera um corte com a linguagem do atual brasão da cidade, que historicamente apresentava um cavaleiro - Giraldo -, galopando com duas cabeças de mouros, ora em baixo ora em cima da imagem de Giraldo. Nesta proposta de logotipo defende-se a utilização de uma imagem mais emblemática da cidade, a sua construção primordial, com as suas muralhas e entradas icónicas.

Optou-se por deixar cair a iconografia do cavaleiro e das duas cabeças de mouros, pois tal como alguns especialistas na matéria referiram, a imagem do brasão de Évora é uma imagem muito violenta, senão a mais violenta de Portugal, uma vez que a vitória da conquista da cidade assenta sob a morte de parte da população da cidade naquela época: os mouros. Essa representação, pode ser entendida como um ato de terrorismo e pode provocar sérios constrangimentos a nível das relações institucionais internacionalmente com outros municípios, como por exemplo no caso de uma gemação da cidade de Évora com uma cidade de cultura árabe. A imagem de Giraldo, cavalgando e ostentando uma cabeça de mouro decepada é com certeza uma ofensa a toda a cultura árabe.

Assim, a inspiração do logotipo na imagem das muralhas e das entradas históricas de Évora, não deixa de ter um elemento de ligação histórica e também atual, pois a classificação de Évora como Património da Humanidade pela Unesco assenta sobretudo na sua paisagem urbana antiga e é daí que se retira a inspiração para a nova imagem.

Se observarmos a imagem do mapa da cidade, numa perspetiva vista de cima, vemos que há duas muralhas que se destacam e que mostram como a cidade evoluiu do seu centro para a periferia. Procurou-se com este logotipo colmatar uma das carências da cidade, ir ao encontro de uma imagem forte, de fácil identificação, que querendo romper com o passado, não o despreza. Desta forma, obtemos uma imagem limpa e de fácil empatia e compreensão.

A nível técnico, utilizou-se uma fonte moderna e contemporânea, que permite a rápida identificação da designação, mesmo quando o logotipo é reduzido à sua dimensão mínima. O jogo cromático respeita na totalidade as cores institucionais do município, duas já usadas no brasão de armas -preto e ouro- e na bandeira da cidade -vermelho e amarelo-.

Bibliografia

Monografias

A.A.V.V., (1940). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. I). Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Albuquerque, A. M. (1879). *Os Brazões Portuguezes (Jornal Heráldico)* (Vol. I). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Amaral, A. F. (2008). *Collecção dos Brazões das Famílias Illustres de Portugal*. Lisboa: A Nova Eclética.

Azevedo, P. A. (1903). *Heraldica municipal. O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português.

Barata, A. F. (1903). *Catálogo do Museu Archeologico da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Barthes, R. (2007). *Elementos de semiologia*. Lisboa: Edições 70.

Beirante, Â. (1998). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora* (Vol. I). Lisboa: Edições Colibri.

Chaves, N., & Belluccia, R. (2003). *La marca corporativa: gestión y diseño de símbolos y logótipos*. Buenos Aires: Paidós.

Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1995). *Dictionnaire des Symboles*. Paris: Edições Robert Lallont.

Clifton, R., & Simmons, J. (2005). *O mundo das marcas*. Lisboa: Actual Editora.

Eco, H. (1973). *O signo*. Lisboa: Editorial Presença.

Eliade, M. (1992). *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Edições Asa.

Eliade, M., & Couliano, I. P. (1995). *Dicionário das Religiões*. Lisboa: Círculo dos Leitores.

Espanca, T. (1947). *Evolução dos Paços do Concelho de Évora*. Em *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora.

Flusser, V. (2010). *Uma filosofia do design: a forma das coisas*. Lisboa: Relógio D'Água.

Fonseca, F. (1728). *Évora Gloriosa*. Roma: Oficina Komarekiana.

Fragoso, A. M. (2002). *O emblema da cidade de Lisboa: suporte comunicacional da identidade municipal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Franco, A. (1945). *Évora Ilustrada: extraída da obra do mesmo nome do Padre Manuel Fialho*. Évora: Edições Nazareth.

Herculano, A. (1980). *História de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Livraria Bertrand.

Joly, M. (2008). *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70.

Kapferer, J.-N. (2003). *As marcas, capital da empresa: criar e desenvolver marcas fortes*. Porto Alegre: Bookman.

Klein, N. (1999). *No Logo: O poder das marcas*. Lisboa: Relógio d'Água.

Langhans, F. P. (1956). *Manual de Heráldica Corporativa*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Langhans, F. P. (1966). *Heráldica: ciência de temas vivos*. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Larrea, Q., & Reis, I. (2007). *Marcas e Trademarks*. Barcelona: Gustavo Gili.

Lencastre, P. (2005). *O livro da marca*. Lisboa: Dom Quixote.

Lopes, L. (2009). *Protocolo autárquico: um manual imprescindível para as autarquias locais, Câmaras municipais, juntas e assembleias de freguesia*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Machado, P. (1949). Évora Muçulmana. Em *Boletim A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora.

Mattos, A. d. (1941). *Manual de Heráldica Portuguesa*. Porto: Livraria Fernando Machado.

Mattoso, J. (1992). A formação da Nacionalidade no espaço ibérico. Em *História de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (1992). A formação da Nacionalidade no espaço ibérico. Em *História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (1992). Dois séculos de vicissitudes políticas. Em *História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (1992). Portugal no Reino Asturiano-Leonês. Em *História de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (2006). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Moniz, M. d. (1966). *A Conquista da Cidade de Évora*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Munari, B. (2009). *Design e comunicação visual*. Lisboa: Edições 70.

Norton, M. A. (2004). *A Heráldica em Portugal. Raízes, Simbologias e Expressões Histórico-Culturais*. Lisboa: Dislivro Histórica.

Paço, A. d., & Ventura, J. F. (1961). *Castelo do Giraldo (Évora)*. Guimarães: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, G. (1947). *Estudos Eborenses* (Vol. I). Évora: Edições Nazareth.

Raposo, Daniel (2008). *Design de identidade e imagem corporativa: branding, história da marca, gestão da marca, identidade visual corporativa*. Castelo Branco: Edições IPCB.

Rillard, P. (1987). *Dicionário del Esoterismo*. Madrid: Alianza Editorial.

Ruão, T. (2006). *Marcas e Identidades: guia da concepção e gestão das marcas comerciais*. Porto: Campo das Letras

Val-Flores, G. (2009). *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora* (Vol. II). Évora: Yabura.

Val-Flores, G. (2010). *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora. Eborá Liberalitas Iulia* (Vol. I). Évora: Câmara Municipal de Évora.

Periódicos

Branco, M. (Setembro de 2002). Evolução do sítio do século XIII ao século XIX. *Monumentos*(17), pp. 9-11.

Marques, A. H. (1981). Introdução à Cidade Medieval Portuguesa. Em *Bracara Augusta* (Vol. XXXV).

Sameiro, P. (1986). A Heráldica Autarquica em Portugal. Em *Almançor. Revista de Cultura n-º4* (pp. 77-117). Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Seixas, Miguel Metelo de (2012). *A heráldica em Portugal no século XIX: sob o signo da renovação*. Lisboa: Análise Social.

Teses

Campos, Nuno (2007). *Património e Simbologia*. Lisboa: Universidade Aberta, Departamento de Ciências Humanas e Sociais.

Fonte, Carlos (2009). *A Marca de Portugal. Semântica Primitiva das Armas Nacionais e alguns dos seus Aspectos Sintáticos e Pragmáticos*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Norton, Manuel (2002). *A Heráldica em Portugal. Raízes, Simbologias e Expressões Histórico-Culturais*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de História.

Raposo, Daniel (2005). *Gestão de Identidade Corporativa: do signo ao código*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte.

Ribeiro, Marlene (2009). *Uma cidade, uma marca: o contributo do Design para a representação das cidades*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte.

Santos, Marta (2010). *Heráldica eclesiástica – Brasões de Armas de Bispos-Conde*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Webgrafia

Associação de Arqueólogos Portugueses. (s.d.). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de www.arqueologos.pt

Biblioteca Nacional de Portugal. (2013). Obtido em 15 de Setembro de 2012, de www.bnportugal.pt

Câmara Municipal de Alandroal. (2013). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de www.cm-alandroal.pt

Câmara Municipal de Évora. (2013). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de www.cm-evora.pt

Câmara Municipal do Porto. (2006). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de www.cm-porto.pt

Câmara Municipal de Lisboa. (2013). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de www.cm-lisboa.pt

genealogias. (s.d.). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de www.heraldica.genealogias.org/

Junta de Freguesia de Santo Antão. (2013). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de <http://www.evora.net/jfsantao/>

Wikipédia. (s.d.). Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:EVR.png>

Arquivo

Foi consultado o Arquivo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

Foi consultado o Arquivo do Gabinete de Informação e Comunicação Externas da Câmara Municipal de Évora.

6. APÊNDICE

Apêndice 01. Entrevista ao Dr. Abílio Dias Fernandes (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Évora)

Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa. Começou a sua carreira profissional como Técnico do Instituto Nacional de Investigação industrial, tendo então participado na elaboração da primeira matriz de relações inter-industriais de Portugal. Posteriormente, esteve ligado, como economista, à organização de gestão de empresas. Foi professor-assistente no Instituto Superior de Economia de Évora, mais tarde na Escola Bento de Jesus Caraça, da qual foi Presidente do Conselho Directivo. Despertou para a política enquanto estudante, em Lisboa, participou no movimento estudantil universitário, tendo sido preso, em 1962.

Ingressa o Partido Comunista Português, no início de 1976, como militante, Membro do Executivo da DOREV e da Comissão Concelhia de Évora do PCP. Eleito Presidente da Câmara Municipal de Évora, nos mandatos entre 1977 e 2001, nas listas FEPU, como militante do PCP. Foi durante a sua Presidência, em 1986, que Évora foi classificada Património Mundial, é eleito Membro Suplente do Comité Central do PCP, em 1988. Presidente da Assembleia Distrital de Évora, desde 1991. Membro da Comissão Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Comissão Europeia e Membro, efectivo do Comité Director Europeu do Concelho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE/CCRE) e da Comissão Especializada, do mesmo organismo, de Política Regional e Urbana.

Foi proponente da constituição da Organização das Cidades Património Mundial, aprovada, por unanimidade, em 1991, em Québec e eleito vice-Presidente da Organização das Cidades Património da Humanidade, na Assembleia Geral realizada em Fez, em Setembro de 1993. Comendador da Ordem do Infante D. Henrique e Cavaleiro do Império Britânico (KBE). Foi-lhe atribuído pela Agência Lusa, em 24 de Maio de 1997, o prémio "Autarca 20 Anos - 1977 - 1997". De 2005 a 2007 foi deputado do Partido Comunista Português à Assembleia da República pelo círculo de Évora. Em 2007 foi agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.²⁰

Dr. Abílio, qual é a sua opinião sobre a tradição heráldica e a identidade gráfica das cidades?

A heráldica é a concepção dos símbolos que aos olhos de qualquer pessoa ou entidade nacional ou estrangeira simboliza qualquer espaço, portanto a heráldica, levou a que em 1987 a cidade de Évora alterasse os seus símbolos, primeiro porque não estavam registados e segundo porque as regras da heráldica não estavam a ser respeitadas nos símbolos anteriores. Os símbolos que a Câmara tinha, o brasão, a bandeira e o selo não estavam regulares porque não tinham tido as aprovações que a

²⁰ Elementos fornecidos por Dr. Abílio Dias Fernandes.

Comissão de heráldica aconselhara como válidas e legais. Colocou-se a hipótese de legalizar e convidamos Dr. Pedro Sameiro, uma pessoa que dominava esta matéria em profundidade e muito conceituada, porque pertencia a Comissão Nacional de Heráldica, dominando todos esses campos. Convidou-se também o Túlio Espanca, sendo um homem que na altura conhecia a história de Évora. Ambos aceitaram trabalhar um com o outro, um na parte da heráldica e o outro na parte histórica, preparando a proposta para a Câmara de modo a que aqueles símbolos se formalizassem de modo legal. Tratou-se de um trabalho rigoroso e não de uma invenção, aliás nunca antes existira um estudo assim, sobre os símbolos municipais da cidade, sobretudo mantendo o rigor no desenho e na descrição do mesmo. Aliás, na minha opinião a descrição nunca é tão rigorosa como o desenho, porque a descrição deixa algumas indefinições no texto na palavra na maneira como se diz ou está escrito, portanto o desenho é que complementa o rigor das situações. O trabalho porque incluiu ambas teve uma importância crucial.

No seu último mandato, o brasão foi colocado de parte e criado um novo símbolo representativo da cidade, qual foi o motivo?

Esta nova imagem não era um símbolo, brasão, bandeira ou selo era um documento publicitário que normalmente existe em cada época da vida das sociedades, porque cada época tem valores diferentes, depende das modas, dos ambientes, das situações diversas que acontecem. A imagem era sim um logotipo. Entendemos que o brasão e a bandeira são símbolos oficiais usados em documentos de afirmação de valores do município. Quando se trata de publicidade ou divulgação usasse o logotipo com uma imagem actual à época. Quanto à razão porque criamos o logotipo? Ou o que é que o logotipo representa? Representa o centro histórico de Évora, porque é património da humanidade e a base de desenvolvimento da cidade, funcionando como pólo atractivo de investimento. Entendo que cada época pode ter o seu logotipo, em função da questão da publicidade.

Muitas pessoas não concordam com alguns dos elementos que estão representados no brasão, existiu algum estudo ou debate sobre esta matéria?

Sim, foi profundamente debatida, talvez a questão mais debatida para a aprovação destes símbolos. Tivemos a sorte de existir o professor da Universidade de Évora, Adel Sidarus, que sendo de origem árabe, contestou firmemente a concepção de bandeira que usava as cabeças como imagem de aniquilação do povo mouro durante a conquista de Portugal. O Professor Adel Sidarus, contestava que na simbologia de uma cidade se usasse a luta contra os árabes como o momento mais importante da sua vida, já que os árabes também contribuíram durante quatro séculos tendo um papel muito importante na nossa identidade nacional. Portanto, não deviam as cabeças ser

interpretadas como símbolo da extinção dos mouros na região, isso seria símbolo de um acto de terrorismo. O Professor Adel Sidarus obrigou-nos a analisar o problema de um ponto de vista completamente diferente e para o qual não estávamos alertados, e foi a partir daí que se foi buscar que o brasão da Sé de Évora, já que neste brasão as cabeças estão em cima e não decepadas e ensanguentadas, significando apenas que foi um povo que contribuiu para a história da cidade por ali ter existido. Túlio Espanca e Pedro Sameiro foram os defensores de que, as cabeças deveriam constar no símbolo porque a verdade é que a conquista existiu, não se tratando de transpor para hoje o ódio, a aversão e o afastamento mas sim a história em toda a sua plenitude. Como a Câmara tinha estas duas pessoas convidadas, e que de facto mereciam crédito, entendeu-se por unanimidade, mesmo com diferenças partidárias aprovar a proposta que nos tinham apresentado.

Nos últimos anos o brasão tem sofrido diversas alterações, não por parte da Câmara, mas por entidades externas, que o vão modificando, qual a sua opinião sobre o assunto e o que considera que deve ser feito?

Existem duas questões. A primeira refere-se ao direito de usar a simbologia oficial. Não é qualquer pessoa que coloca num saco de plástico, num boneco ou noutra coisa qualquer o brasão da cidade sem mais nem menos. Colocar o símbolo da cidade em coisas fúteis pode desvalorizar o simbolismo da imagem. Existe a necessidade de preservar os símbolos. Vejamos o caso da bandeira nacional, não admitíamos que alguém a pisasse, porque pisar a bandeira é pisar um símbolo nacional e desrespeitar um povo. Na Câmara de Évora devia haver um manual de normas para que se pudesse assegurar uma correta utilização dos símbolos da autarquia. Um exemplo de uma boa prática nesta área vem da própria UNESCO, com quem a Câmara se relaciona frequentemente, para se usar o símbolo daquela entidade tem de existir prévia autorização, para que não se criem usos abusivos.

A segunda questão tem a ver com o próprio brasão, que deve ser uma imagem trancada sem possibilidade de manipulação. Os símbolos devem ser usados de forma rigorosa, sem alterações. Um mau exemplo disto mesmo encontra-se na tapeçaria que existe no salão nobre, que não é nada rigorosa, apesar de ter sido feita para enfeitar, a verdade é que ela serve de pano de fundo para muitas cerimónias e sessões solenes e o que é realidade é que essa tapeçaria tem incorrecções.

Pensa que para salvaguardar e preservar o brasão, aprovado em 1987, deveria existir um gabinete ou equipa responsável?

Considero que é absolutamente necessário que exista dentro dos serviços da Câmara, o responsável será sempre o Presidente, um serviço técnico que garanta que as coisas estão a ser usadas de modo lícito. Por exemplo, quando existisse o pedido de aplicação do brasão num cartaz, o mesmo teria de

ser autorizado por parecer prévio da equipa técnica. Já existe na Câmara uma Comissão de toponímia, integrada no serviço de urbanismo, em que não se pode colocar nome numa rua sem que a Comissão de toponímica emita o seu parecer, o mesmo devia existir para os símbolos municipais.

Na última década muitos municípios substituíram brasões por marcas comerciais, alguns aproveitando imagens do brasão outras rompendo com a imagem tradicional. Évora deve seguir este critério e criar uma nova marca?

Existe necessidade de evoluir e acompanhar as alterações do mundo. Uma vez que para efeitos de comunicação, estar actual e na moda é importante, acho correcto que exista em cada época uma marca ou um símbolo, diferente do brasão e que não se confunda com ele, uma vez que este não se pode substituir.

Fazendo parte da Assembleia Municipal de Évora, como observa nos dias de hoje a comunicação/promoção do município?

Isso é uma coisa muito mais difícil de responder, porque a promoção depende do conceito de gestão, a promoção não é uma coisa que se faça sem uma prévia planificação. Uma promoção é um conjunto de actos e decisões mais amplos, dependendo em grande medida das opções políticas que se toma. A divulgação é a forma como a Câmara se insere na vida do munícipe, se a Câmara se desloca a um bairro, faz uma reunião com a população, esclarece, ouve as pessoas e assimila aquilo que as pessoas dizem e depois transpõe para a política da Câmara, tudo isso é divulgação. A minha concepção de divulgação é muito mais vasta e insere-se numa filosofia, num modo de estar da Câmara. Para nós a informação é uma divulgação do trabalho e relação com o munícipe, onde o design e o símbolo é uma parte de um projecto maior.

Apêndice 02. Entrevista ao Dr. José Ernesto d'Oliveira (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Évora)

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa em 1977, muda-se para Évora como assistente hospitalar com o grau de Consultor no Hospital do Espírito Santo. Toda a sua carreira médica decorreu entre o Hospital Distrital de Évora, o Hospital de Santa Maria, em Lisboa e o seu consultório privado. Entre 1979 e 1982 foi eleito deputado à Assembleia da República, pelo PCP. Um ano antes, em 1981, foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Évora, cargo que exerceu até 1990.

Presidiu entre 1997 e 2001, à Comissão de Coordenação da Região Alentejo e à Conferência das Regiões da Diagonal Continental Europeia (CORDIALE). Em 1997, foi eleito vereador da Câmara

Municipal de Évora. Nas eleições autárquicas de 2001 candidata-se pelo PS vencendo, volta a candidatar-se em 2005 e 2009 obtendo o mesmo resultado a sua eleição como Presidente do município. Apresenta demissão do cargo em Maio de 2013.²¹

Dr. José Ernesto, qual a sua opinião sobre o brasão da cidade e o que representa para o município?

Penso que o brasão deve ser um símbolo que identifica cultural, histórica e iconograficamente uma cidade, um concelho, um município. Assim, penso que se deve fundamentar numa investigação histórica de modo a justificar o uso dos elementos constituintes do brasão. Além disso penso que depois de haver um consenso sobre esses elementos essenciais não deve o mesmo ser alterado porque a história não se deve alterar, a história deve permanecer de acordo com aquilo que ocorreu efectivamente.

No entender do Ex-Presidente qual deve ser a posição do município face a falta de rigor na utilização dos símbolos municipais como o brasão?

Deve haver uma uniformização, se necessário uma nova aprovação pelos órgãos municipais, depois de ouvida a comunidade, sobre a imagem gráfica que deve assumir-se como sendo a única imagem do município. Isso deve ser baseado no actual brasão exprobradas que sejam de elementos que eventualmente, ou por descuido ou por sobrevalorização de determinadas opiniões, tenham vindo a ser acrescentadas ou alteradas no próprio. Penso que primeiro se devia através da Comissão municipal ou da Comissão municipal de arte e arqueologia fazer este estudo de aprofundamento rigoroso de quais os elementos constitutivos da imagem da cidade definidos no seu brasão. Segundo aspecto, não acho que o brasão deva sofrer alterações que ponham em causa os valores essenciais da cidade. Terceiro aspecto o brasão não é da Câmara, portanto acho errado que exista qualquer referência à Câmara, à assembleia municipal ou a outro órgão autárquico, o brasão representa o município de Évora. Há um símbolo municipal e é esse símbolo municipal que deve ser assumido por todos os órgãos autárquicos. Desta forma concordo com a designação Câmara Municipal de Évora no brasão, ou se coloca só o brasão ou se quiserem acrescentar alguma coisa terá de ser município de Évora. Porque o órgão é o município e não a Câmara. A Câmara é um órgão do município. Como símbolo oficial deve ser apenas o brasão, se existir algum órgão, deve-se complementar com qualquer outro texto, seja Câmara Municipal, assembleia municipal ou Comissão municipal.

²¹ Elementos fornecidos por Dr. José Ernesto d'Oliveira.

Considera aceitável a criação de uma imagem comercial para representar o município?

Considero que não deve existir uma imagem comercial. O símbolo municipal será sempre o brasão, contudo para certos momentos pode ser criada uma imagem específica, por exemplo para a comemoração dos 25 anos do património, fez-se um símbolo dessa data, que não é de maneira alguma para substituir o símbolo da cidade. O símbolo do nosso município é o brasão que deve ser expurgado de todos os acrescentos próprios que entretanto foram assumidos e deve ter uma noção clara e uma imagem exacta, precisa de tudo aquilo que constitui esses elementos determinantes desse símbolo. Acho que não devem substituir o brasão, o brasão é o brasão tem a sua utilização própria o que não quer dizer que determinadas iniciativas ou datas comemorativas não possam ter o seu símbolo promocional.

Apêndice 03. Entrevista ao Eng.º Manuel Francisco Grilo Melgão (Presidente da Câmara Municipal de Évora)

Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico, é Professor do Ensino Secundário e Empresário. Foi dirigente do Grupo Desportivo Unidos da Giesteira - Colectividade Desportiva e Recreativa nos anos de 1978 a 1994, nomeadamente Presidente da Direcção nos anos de 1989 a 1992. Membro da Direcção da Associação de Futebol de Évora desde Julho de 1994. Membro da Assembleia de Freguesia de S. Sebastião da Giesteira, entre 1984 e 2005 e seu Presidente entre Janeiro de 1998 e Outubro de 2005. Delegado Regional de Évora do Instituto Português da Juventude, entre 1996 e 2003, Presidente da Direcção da Associação de Protecção de Idosos e Reformados de S. Sebastião da Giesteira, entre 2000 e 2005 e Presidente da Mesa da Assembleia Geral desde 2006.

Foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Évora, desde Outubro de 2005 a Maio de 2013. Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Habitação: HABÉVORA – Gestão Habitacional, EEM, desde Fevereiro de 2006, Representante da Câmara Municipal de Évora, na Assembleia-Geral da Empresa Municipal SITEE, E.M., Lda, desde 2006, Membro da Direcção da Associação Portuguesa de Habitação Municipal, entre 2006 e Julho de 2010. Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação de Desenvolvimento Local de S. Sebastião da Giesteira, desde Março de 2008. Actualmente é Presidente da autarquia desde Maio de 2013, substituído o Presidente demissionário José Ernesto d’Oliveira. É candidato às eleições autárquicas 2013 pelo PS.²²

²² Elementos fornecidos por Eng.º Manuel Melgão.

Sr. Presidente, qual a sua opinião sobre o brasão da cidade e o que representa para o município?

Essa é uma boa pergunta. Aquilo que tenho ouvido falar sobre o assunto é muito pouco e sempre de modo superficial. A questão do uso do brasão tem sido alvo de algum reparo, veja se o caso do Professor de origem árabe, da nossa Universidade de Évora que expressou o seu descontentamento pela aposição de um símbolo de intolerância cultural, que são as duas cabeças ensanguentadas de mouros, numa Câmara Municipal do Séc. XXI. Sem ser este problema de interpretação da imagem, não tenho nenhum outro reparo. Quanto ao que penso sobre o brasão? O brasão é sempre algo que identifica muito a autarquia, eu assisti à criação do Brasão da minha aldeia, que na altura foi um pouco controverso porque se fizeram uma série de proposta para a Comissão de Heráldica Portuguesa, mas a Comissão acabou por pincelar aquilo à maneira deles e o produto final não reflectiu o sentimento da população, foi um brasão que acabou por ficar, mas que não era o que se pretendia. Mas por aquilo que percebi na altura diz muito às pessoas, ter um brasão será uma forma de identidade e que faz parte no fundo da história.

Sendo símbolo histórico que representa a história da cidade deve ser preservado?

Sim, sem dúvida. Podemos fazer o paralelismo quer para o brasão, como para tudo o mais. Nós herdamos um passado e devemos tratar o melhor possível e se possível acrescentar qualidade, sem nunca colocar em causa esse passado, é evidente que há aspectos como o uso das cabeças ensanguentadas que pode originar polémica e que de facto se devia ajustar porque hoje não faz sentido, porém naquela altura fazia. Logo penso que deve ser feita essa preservação.

Sendo um símbolo representativo da cidade, este deve ser usado em toda a comunicação institucional e promocional do município?

Sim, concordo. O brasão faz parte da identidade do município, como tal naquilo que é a divulgação deve estar presente.

Vou mostrar alguns exemplos, um autocarro decorado com o símbolo (brasão) adulterado, postal dos CTT, entre outros. Gostava de ouvir a opinião do Sr. Presidente sobre este facto. Será falta de fiscalização?

Sinceramente não conhecia esta situação, mas penso que se deve dar a atenção devida e até corrigir os erros de uso, tendo em conta que a autarquia não pode de alguma maneira estar ela própria a contribuir para essa adulteração. Penso que não seja urgente retirar isto, mas sim equacionar uma intervenção para que não suceda novamente tal equívoco. Não faz sentido o brasão não corresponder ao original.

Para salvaguardar que estes problemas de utilização, é importante que exista uma equipa responsável por toda esta matéria?

Penso que o gabinete de comunicação deveria de liderar esse tipo de processos. Por um lado fazer sair e propor medidas de uniformização de utilização, além disso deveria fazer o acompanhamento de todas as situações que detectasse estarem incorrectas, como a da wikipedia e outras situações, reportar, fazer a informação e ter uma intervenção externa no sentido de tentar corrigir. Não me parece existir a necessidade de criar um gabinete específico apenas para isto. O gabinete de comunicação deve ter essa intervenção e centralizar o processo não apenas de criação de normas sobre como deve ser apresentado, como deve acompanhar a execução e fiscalização naquilo que é os meios do dia-a-dia. Futuramente e para salvaguardar este tipo de situações, devemos enviar o brasão e solicitar que seja substituído na base de dados o brasão incorrecto, pelo original e aprovado.

Nas duas últimas décadas, muitas cidades e municípios sentiram necessidade de se afirmar, adoptando logotipos independentes das regras heráldicas existentes, criaram uma nova identidade que as distingue das restantes. O Sr. Presidente concorda com esta visão?

Concordo. Não é caso único, conhecemos municípios que tem o brasão, mas que depois usam muito um logotipo, mais moderno. Um dos aspectos que quero referir é que o brasão não é fácil de identificar, porque num contexto de símbolo num cartaz e onde a sua dimensão é muito pequena, passa despercebido ou seja pelo brasão percebe-se que é uma entidade, mas é necessário ir com uma lupa para se perceber se é da Câmara de Évora ou de outra qualquer, por isso nessa lógica não me choca que se possa avaliar melhor se em determinadas situações não era preferível criar uma alternativa, não tenho opinião formada se era mesmo necessário, mas não me choca à partida como hipótese se pensar para o futuro. Reconheço que o brasão em determinados contextos torna-se pouco visível e outro símbolo poderia ser melhor aproveitado para a divulgação.

Apêndice 04. Entrevista ao Dr. Eduardo Luciano (Vereador da CDU na Câmara Municipal de Évora)

Licenciado em Direito, advogado de profissão e militante do PCP à 39 anos, foi membro da Assembleia Municipal de Évora de 2005 a 2009. Concorreu como cabeça de lista pela CDU a Câmara Municipal de Évora, tendo como cabeça de lista à Assembleia Municipal de Évora, o Dr. Abílio Dias Fernandes, antigo presidente do município, acabando por ser eleito Vereador para o mandato 2009/2013. Nas autárquicas de 2013 é novamente candidato, como Vereador ao Município de Évora, pela CDU. Presidiu ao conselho jurisdicional da Associação de Atletismo de Évora.²³

²³ Elementos fornecidos por Dr. Eduardo Luciano.

O que pensa sobre o brasão da cidade e a forma como este está a ser gerido?

Tenho uma ideia concreta do que deve ser a comunicação gráfica, até por razões profissionais, mas confesso há pormenores que não me aperceberia, obviamente que um *dégradé* me teria chamado à atenção, mas há algumas diferenças que no meio de um papel não. Eu entendo que a comunicação não é apenas aquilo que o Presidente da Câmara escreve ou, aquilo que alguns escrevem e o presidente assina, a comunicação não é isso, aliás é cada vez menos é isso. A comunicação é feita muito através da imagem, e da repetição da imagem, e só é eficaz se essa repetição da imagem for circundante, e for sempre a mesma. Porque senão não estamos a comunicar nada. Qualquer empresa que vende sabões sabe isto. Se eu mudar a embalagem do produto todas as semanas, nunca tenho uma marca.

A importância da marca, quer do símbolo institucional, quer da marca que o município queira criar para comunicar, porque são coisas distintas, tem de ser estável, tem de ter os elementos identificadores daquilo que é a realidade do concelho, sendo que em Évora a realidade que se projecta é a de cidade de cultura. Porque se não for isso, é o que? Pode ser a cidade dos aviões, dos touros, dos forcados, aquilo que se criou ao longo do tempo, principalmente ao longo dos últimos 38 anos. Mas a identificação de Évora é como a cidade da cultura, melhor numas alturas, pior em outras, mas é de facto a cultura, posso dizer que a Câmara Municipal nos últimos 12 anos foi dada uma machadada, eu posso dizer isto do ponto de vista prático, mas se olhar para a comunicação da Câmara e observar as intervenções institucionais, do Presidente da Câmara, dos Vereadores com responsabilidades, a cultura teve sempre presente, das mais variadas formas, e com a qual posso concordar ou discordar. O que tem de ser transmitido é um símbolo forte, e que tem de estar presente em toda a comunicação da câmara.

O brasão da cidade deveria ser apenas um símbolo institucional?

Penso que podem co-existir os dois símbolos, este (brasão) que é o símbolo da cidade, do concelho, e um logotipo ou imagem de marca, para que quando for na estrada consiga perceber que aquela é a imagem de Évora. Por isso não pode ser este símbolo (brasão). Partindo deste princípio é possível usa-lo institucionalmente, isto é como símbolo concelho e do município, mas a câmara não tem símbolos, a câmara é um órgão. Isto é o símbolo do município, e resulta do concelho, é desta forma que as nossas autarquias surgem, do concelho, para a pessoa colectiva município.

Depois uma imagem de marca, a que foi usada as pessoas não gostavam, uns diziam que parecia um ovo estrelado, outros gostavam muito porque eram as entradas da cidade, outros gostavam ainda mais porque era a cidade a abrir e romper com as muralhas e o seu peso que não dos deixa sair. Uma

imagem destas, esta ou outra qualquer, não significa que não se vá buscar e que se projecte no futuro de outra forma, mas da mesma forma não, porque não se consegue responder a um problema de hoje com uma solução que até funcionou, mas à doze anos atrás. Esta imagem já não tem força suficiente porque não teve tempo suficiente para ganhar a força. Agora partindo desta plataforma, pode existir uma imagem institucional que está na bandeira, nos edifícios institucionais, mas outra coisa é a que está nos cartazes, no autocarro, na frota automóvel essa é a tal marca comercial que se falou.

Será importante um gabinete de comunicação que fiscalize o uso dos símbolos municipais?

A ideia de contratar externamente uma empresa para vir estudar o território que nós conhecemos, e pagarmos para esse estudo no intuito de criar um programa de comunicação é uma ideia que não passa pela cabeça de ninguém porque, a Câmara Municipal, tem nos seus quadros gente com capacidade e se os sentarmos a uma mesa, se os motivarmos para fazer esse trabalho, não necessitamos de inventar a realidade. Dou um exemplo, aquele logotipo que ganhou o concurso para os 25 anos de Évora Património Mundial da Humanidade, não lembra a ninguém, fazer um concurso nacional, para aquele resultado, não concordo.

Respondendo objectivamente, sim, um gabinete de comunicação, sim, uma plataforma que actualize, porque a comunicação não é estática, a imagem gasta-se. Aqui tem de existir alguma coerência, porque a imagem tem de estar sujeita e esse *refresh*. Isso tem de ser uma preocupação permanente de um conjunto de funcionários da autarquia, e quando falo nisto, o gabinete de comunicação não é um artista com uma câmara às costas a tirar os melhores ângulos do presidente da câmara, isso não é comunicar, trata-se de promover pontualmente o político.

O brasão é aplicado em vários suportes promocionais, cartazes, outdoors, entre outros, mas demonstra fragilidades nessas aplicações. Uma nova imagem comercial para o município resolveria o assunto?

Na minha opinião a manutenção do símbolo que existe e foi aprovado em 1987, deve manter-se como símbolo institucional e formal da cidade. Em termos de comunicação, se colocarmos o brasão num *outdoor* com 6 metros de comprimento ninguém identifica que é a cidade de Évora. Este é o símbolo do concelho e do município, ponto. Mas deveria existir uma imagem integrada, um outro símbolo, que seja rapidamente identificador da realidade da cidade e da região, e que seja um elemento de comunicação. Estas duas plataformas têm de conviver.

Apêndice 05. Entrevista ao Dr. António Costa Dieb (Vereador do PSD na Câmara Municipal de Évora)

Licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora e Mestrado em Gestão – Especialização em Recursos Humanos, diretor-geral do CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais em Borba, vereador da Câmara Municipal de Évora desde 2005, eleito pelo PSD, actualmente é Presidente da CCDR Alentejo. Iniciou a sua actividade profissional como assistente comercial em 1988, ainda antes de concluir o curso. Ao longo dos últimos anos desempenhou diversas funções, entre as quais chefe de departamento de recursos humanos, adjunto de direcção, director e consultor de várias entidades públicas e privadas. Exerce actualmente o cargo de director-geral de uma entidade de âmbito nacional com sede no Alentejo, e é gestor em diversas organizações.

O gosto pela actividade socio-política manifestou-se bem cedo, quando, aos 14 anos, começa a colaborar com a JSD de Torres Novas. Torna-se militante desta estrutura aos 16 anos e Vice-Presidente da Comissão Política Concelhia um ano mais tarde. António Dieb conquista a presidência da Associação de Estudantes da Universidade de Évora. Já militante do PSD, foi eleito líder da Concelhia de Évora, cargo que desempenhou entre 2002 e 2006. Em Setembro de 2004 torna-se Presidente da Comissão Política Distrital de Évora e membro do Conselho Nacional do PSD, acumulando, a partir de 2006, a presidência da Mesa da Assembleia de Secção de Évora. Em 2005, a Comissão Política Nacional do PSD lança-lhe o desafio de ser candidato à Câmara Municipal de Évora, recuperando a representação do PSD neste órgão ao ser eleito Vereador.²⁴

Dr. António Dieb, qual é a sua opinião sobre o brasão da cidade e a forma como este está a ser gerido?

Em primeiro lugar nada demonstra que as pessoas não tentaram criar uma imagem identificativa da Câmara e do município, segundo revela que há espontaneidade e voluntarismo por parte de quem decide no sentido de ir criando ou adaptado aquilo que são os símbolos e terceiro, inevitavelmente vai ter consequências em termos da imagem da própria cidade porque não é indiferente a imagem ter um traço, ter uma cor, ter uma imagem ou ter outra e portanto isso claro, não digo que desvirtue mas com certeza que faz perder a força da imagem. Portanto, é claramente uma falta de imagem, para além de tudo isso é também uma falta de respeito institucional por aquilo que são decisões formais que tem sido tomadas ao longo do tempo. Considero que o brasão de armas é da cidade e não do município, o município foi criando depois da cidade ter a sua existência territorial.

²⁴ Elementos fornecidos por Dr. António Costa Dieb.

Qual é a sua opinião sobre a palavra Câmara municipal de Évora por debaixo do brasão?

Se a Câmara se quiser associar à imagem da cidade, parece-me que poderá não ser negativo, o que é importante é que haja na disposição gráfica a preocupação de continuidade, homogeneidade e que não existam excessos de voluntarismo e de criatividade que deformam a imagem, isto sem prejuízo de se poder pensar no criar de uma imagem própria para a Câmara que seja complementar aquilo que é a imagem da cidade ou do concelho.

O brasão da cidade deveria ser apenas um símbolo institucional?

Parece-me razoável essa ideia, porque vamos ver, a utilização na comunicação formal e oficial do brasão da cidade pela Câmara não é negativa se, como disse, respeitarmos aquilo que é o traço e a identidade que se pretende preservar e uma imagem continua e homogênea. Também não me parece mal pelo contrário poderá ter aspectos positivos se complementarmente, sem deformar o brasão da cidade, sem deformar aquilo que se pretende seja uma imagem formal e institucional da cidade, não me parece negativo que se crie uma imagem para a Câmara enquanto entidade que serve a cidade. É inevitável que qualquer decisão que tenha a ver com tradições, com a nossa identidade tem de ser bem fundamentada, naturalmente que essa ponderação tem de ser feita com bases muito profundas, agora também podemos entender que a tradição, os nossos símbolos não são imutáveis tem de ser dinâmicos, é natural que os ventos dos tempos levem a que se verifiquem sensibilidades que nos levem a optar por uma solução de imagem ou outra, desde que essa solução final não contrarie aquilo que é a essência do símbolo inicial. Naturalmente, até pelas regras do mercado em que nos movemos todas as organizações públicas e privadas tem de ter cuidado com a sua imagem, a sua imagem começa naturalmente nos seus símbolos e depois em especial relevâncias nas suas práticas na mensagem que passa para a comunidade que pretende servir, isto é assim em todas as organizações e naturalmente terá de ser na Câmara.

Será importante um gabinete de comunicação que fiscalize o uso dos símbolos municipais?

Um gabinete de comunicação não é apenas um endereço de correio electrónico, nem um aparelho de fax ou uma fotocopiadora para ofícios, um gabinete de comunicação passa por identificar símbolos, construir suportes de informação desse símbolo, homogeneizar a imagem, recolher a informação, tratá-la e enquadrá-la por um número de suportes que tenha sido definidos e depois então difundir-la, a sua função não é apenas divulgar qualquer coisa que vai fazer, passa antes demais por estruturar uma imagem, tem de ter fundamentos e os especialistas que os encontrem.

O brasão é aplicado em vários suportes promocionais, cartazes, *outdoors*, entre outros, mas demonstra fragilidades nessas aplicações. Uma nova imagem comercial para o município resolveria o assunto?

Considero que sim, se nós quisermos a própria palavra Évora acaba por funcionar um bocadinho como uma imagem, porque se associa a Évora um determinado contexto territorial, ambiental, arquitectónico, etc... mas esta palavra enraizada como imagem por si só não esgota aquilo que foram as origens, a definição do espaço e aquilo que possam ser as dinâmicas e a actualização que se possa querer dar a essa imagem ou esses tais símbolos. Agora é evidente que preservando o brasão da cidade enquanto seu símbolo, faz todo o sentido complementá-lo com aquilo que seja depois a imagem ou símbolo atribuída ao município. Isso parece perfeitamente razoável, mas desde que não seja uma coisa desenfreada.

Como observa as plataformas de comunicação, páginas e formatos digitais?

Uma organização tem de ser uma unidade feita por partes e tem de existir algo que as une, une-as com certeza a ambição que for definida por quem decide, a missão que esteja atribuída a essa organização. Normalmente o problema é que se associa comunicação a ter alguém que difunde notícias, a comunicação vai para além disso. A questão da imagem, dos símbolos só é bem tratada se nós percebermos o valor, é como tudo, ou tem valor para quem decide ou então com certeza que não é aproveitada, e aquilo que se verifica, e não tenho dúvidas que na Câmara também é isso que acontece, é uma grande vontade e ansiedade em dar notícias, em informar o que se está a fazer procurado valorizar por aí, esquecendo-nos que se essa informação não for articulada em termos de processo de homogeneidade, fundamentação, suportes adequados, imagem única nunca passará disso mesmo, uma informação dispersa, que diz as pessoas qualquer coisa, mas que não permite as pessoas agirem com a informação, enviar a informação de retorno, perceberem a quem é que se estão a dirigir os próprios serviços e adaptarem a informação, e depois tudo isso se perde ou seja não se consegue passar do difundir a informação ou trabalhar-se a comunicação. Julgo que o primeiro problema que aqui surge é o facto de as pessoas não entenderem o valor do processo de comunicação.

Apêndice 06. Entrevista ao Sr. António Couvinha (Assistente Técnico da Câmara Municipal de Évora).

Pintor e funcionário da Câmara Municipal de Évora na Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo. Foi responsável por um estudo sobre o brasão de armas da cidade em 1987 e pintou o mapa da cidade de Évora em 1991. Em termos académicos foi admitido em 1974 na *Kunst*

Academie Van Utrecht na Holanda e em 1978/79 em Estudos Árabes (Arte e Arqueologia Islâmica) na Universidade de Évora. Em 1981 entra no curso de Comunicação Audiovisual - Oficina de Arquitectura do CIFAG em Lisboa e em 1983 frequenta um estágio em Comunicação Visual, artes Gráficas e Estética de cartaz orientado pelo pintor Henrique Silva e pelo crítico Joaquim Matos Chaves na Cooperativa Árvore no Porto, finalmente em 2007 frequenta o curso de verão Arte e Poder, Curso do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Em 1985 inicia a sua primeira exposição no Palácio D. Manuel em Évora, intitulada “Sinais”. A partir daqui realiza diversas exposições pelo país e algumas no estrangeiro. Entres elas podemos encontrar a exposição Ritmos em Torres Vedras, Pulsar em Évora, O Barracão em Maputo, III Saló Internacional d’Artistes Contemporanis Independents em Barcelona, o último trabalho foi a Exposição Desconstructiva de Desenho e Fotografia sobre a construção do mapa na Galeria Municipal de Alcochete.²⁵

Sr. António Couvinha, qual a sua opinião sobre a tradição heráldica e da representação gráfica as autarquias?

Eu penso que o chamado brasão que as autarquias utilizam é o brasão oficial e é o que deve ser utilizado para questões oficiais, coisas de peso, já não me parece que se justifique por exemplo num programa de um concerto ou numa exposição de artes plásticas aparecer sempre o brasão. Poderia existir um logotipo como várias Câmaras têm, esta é a minha forma de ver as coisas, não sei se estará certa ou não, mas é de facto como penso.

Que representa para si, enquanto funcionário do município e uma das pessoas que apresentou uma proposta em 1987, o brasão da cidade?

Quando fiz o estudo sobre o Brasão que existia na altura na Câmara, desenhado pelo Daniel Sanches, detectei que estava incorrecto, não estava aprovado pela heráldica portuguesa. Se não estou em erro era o único brasão em Portugal que não estava aprovado e teve de ser redesenhado novamente um novo brasão porque o brasão em arco é que seria correcto, e não em bico como estava o outro. Quando fomos redesenhar o novo brasão colocamos várias questões, primeira, inspirámo-nos no brasão mais antigo que conhecemos de Évora, do século XIV que está na Sé, e que aparece o Giraldo num cavalo com duas cabeças em cima. Essas cabeças não dão a ideia de estarem cortadas, podem representar o sol e a lua, as duas cabeças até estão sorridentes, portanto não tem nada a ver com violência. Só mais tarde, aparecem as cabeças em cima e em baixo, ou seja quatro cabeças, e depois

²⁵ Elementos fornecidos por Sr. António Couvinha.

começam a aparecer só em baixo. Parece-me que era a partir do brasão mais antigo que se deveria fazer o novo brasão e nunca através de outros que foram alterados. Essa proposta, minha, do Rui Arimateia e do Duarte, não foi aprovada na altura porque o Túlio Espanca argumentava, mesmo que nós tivéssemos razão o que importava para a heráldica era a tradição, e a tradição representava o Giraldo Sem Pavor, com duas cabeças de mouros cortadas em baixo, um homem e uma mulher, seria sempre essa a interpretação e que muitas vezes eram histórias e contos inventados, mas era isso que importava para a heráldica, que era mais esse simbolismo que a investigação histórica. Ganhou essa tese, portanto foi desenhado novamente o brasão com as cabeças cortadas.

Os brasões das cidades são usados em toda a comunicação institucional e promocional do município, concorda com esta utilização?

Considero que o brasão está a ser usado abusivamente, porque dessa forma vulgariza-se. O brasão aparece nas viaturas, aparece em todo o lado, é uma vulgarização, quando deveria ser usado apenas em acontecimentos formais e não no dia-a-dia. No meu entender não se justifica que seja usado num catálogo de uma exposição de pintura, que o programa do concerto tenha o brasão, aí deveria existir um logotipo.

Em pleno século XXI, um brasão com representação de cabeças cortadas e em sangue deveria sofrer um novo estudo?

Não faz sentido e até acho que isto é provocatório para países árabes. Já aconteceu, que dois brasões da autarquia foram retirados à pressa no Palácio D. Manuel porque veio em visita um embaixador de Marrocos era muito mau o embaixador chegar ali e observar aquilo. Agora quando uma Câmara Municipal tem de retirar à pressa e esconder um brasão, porque vem uma delegação de um país árabe, é demasiado complicado e penso que isto tudo não faz sentido no século XXI.

Neste estudo foram detectados casos de uso abusivo, adulteração e má aplicação do brasão da cidade, qual é a sua opinião sobre esta matéria?

Isto está completamente fora de controlo, a partir disto, qualquer um já faz o brasão como quer. Qualquer um faz a sua versão, este exemplo dos correios é completamente absurdo, aliás são todos absurdos. Existindo um brasão oficial, aprovado, considero que deveria, com disse a pouco, efectuado um novo estudo sobre este brasão, principalmente sobre as cabeças, isto no século XXI não faz nenhum sentido. E a partir do momento que se fizesse esse estudo e um novo brasão, por exemplo com as cabeças em cima, que seria o correcto, mas que fosse proibido a adulteração deste, porque tendo o brasão direitos de autor, o desenho original que fosse aprovado não pode se

maneira alguma ser alterado ou adulterado por quem quiser, a acontecer devia ser chamada a pessoa a responsabilidade e existir uma penalização.

Para salvaguardar estes problemas de utilização, será importante que exista uma equipa responsável por esta matéria?

Sim, e mais, devia existir um estudo, estudo esse que seria desenvolvido à luz da heráldica, a partir do brasão mais antigo que está patente na Sé, um estudo estético sobre esse brasão, um estudo ético sobre as cabeças porque considero importante neste século, depois existir um novo brasão e uma Comissão ou o gabinete jurídico a salvaguardar a preservação do brasão. O brasão deveria ficar registado, e a ser aprovado tem de ficar registado pelo município, e se alguém o quiser utilizar têm de pedir autorização, tendo em conta que será este que detém a patente.

O município já teve um logotipo, mas este foi retirado em 2001 pelo Presidente que ganhou as eleições, é importante voltar a existir um novo logotipo ou imagem de marca?

Penso que sim, na altura chamaram a esse logotipo ovo estrelado, mas essa é a representação estilizada do centro histórico e das vias de acesso da cidade. Eu gostei desse desenho, mas podia ser esse como outro qualquer. Penso que devia existir, como tem Lisboa, os corvos, baseado no brasão, mas num desenho moderno. A maior parte das cidades, sejam portuguesas ou estrangeiras, têm diversos logotipos e diversas aplicações porque um logotipo não é um brasão, o brasão seria para coisas oficiais, uma geminação de uma cidade com Évora, onde aparecia o brasão da cidade, mas para uso corrente seria um logotipo, até existe quem tenha mais que um logotipo, um para a cultura, outro para o desporto, entre outros. Podia ser algo adoptado às áreas do município.

Apêndice 07. Entrevista ao Dr. Gustavo Silva Val-Flores (Técnico Superior da Câmara Municipal de Évora)

Licenciado em História de Arte pela Universidade Nova de Lisboa, licenciatura que completou em 2002 e que complementou com um mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, na Universidade de Évora no ano de 2009. Desenvolveu na sua dissertação o tema *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*, sob a orientação da Prof.^ª Dr.^ª Aurora Carapinha, que terminou com a classificação de Muito Bom. Em 2004 completou um estágio profissional no Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora, com o estudo *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora*, subdividido em 5 volumes distintos, do qual o primeiro, respeitante à ocupação romana, está já editado, encontrando-se no prelo o segundo, que versa sobre o período balizado entre o século V d.C. e os finais do século XII. Após a conclusão do referido estágio, tem vindo a desenvolver sucessivas pesquisas relacionadas

com a temática da evolução urbana do casco antigo de Évora, nas funções de técnico superior da autarquia eborense. Neste âmbito, participou na elaboração da *Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico de Évora* (2008), é técnico destacado para o *Inventário de Monumentos do Centro Histórico de Évora* desde 2005, e em 2010 integrou um grupo de trabalho que tem vindo a realizar o Inventário do Fundo Documental Histórico da Câmara Municipal de Évora.²⁶

Dr. Gustavo, qual é a sua opinião sobre a heráldica e a marca?

Não é normalmente a minha área de eleição, digamos a parte visual no contexto específico de Évora, acho que a heráldica da cidade representa um especto decisivo na história da cidade em si, neste contexto algumas representações que poderão ser obviamente alvo de crítica. Pessoalmente não sou muito a favor das cabeças decepadas, acho que é um mito que se convencionou na história de que o Giraldo Sem Pavor, consegue a conquista da cidade, matando a vigia na torre de São Bento, estava lá com a filha o que começa por ser algo estranho, e decide matar também a filha. Depois convencionou-se isso como o início da reconquista da cidade de Évora, sendo um mito. Acho que se devia de pegar na marca da cidade, uma coisa que é factual. Não concordo com as cabeças por ser uma imagem demasiado violenta, quando estamos a falar de um brasão de uma cidade devia ser glorificar uma dada altura da cidade, assim deveríamos glorificar algo que nós sabemos que existiu e que esta devidamente comprovado e esta questão das cabeças na minha opinião e mais uma daquelas questões romantizadas pela história e que se decidiu convencionar no brasão da cidade, numa perspectiva fantasiosa obviamente que podemos concordar, numa questão de divulgação de publicidade em volta da cidade eu acho que não é a melhor solução.

Fazer um novo estudo do símbolo que tem as cabeças da parte superior será a solução?

As cabeças em cima também vão dar noutro mito que é a fundação da própria cidade, e essa sim claramente mitológica. Supostamente Évora foi fundada por uma hermafrodita e essas duas cabeças representam um pouco isso. Eu não concordo e não é a questão de se glorificar a cidade com as cabeças é a imagem das cabeças que aparece, acho que é uma imagem demasiado violenta para servir como publicidade de uma cidade.

Considera que deve existir um segundo elemento promocional e com uma visão diferente sobre a cidade? Excluindo estas figuras mitológicas e acima de tudo Giraldo Sem Pavor?

Nunca existirá consenso. É incontornável a figura do Giraldo Sem Pavor porque nós sabemos que a sua existência está documentada, bem como o papel que ele teve na questão da afirmação de Évora

²⁶ Elementos fornecidos por Dr. Gustavo Val-Flores.

no quadro geográfico, político e social do século XII. Sendo uma personagem muito importante, também esta muito na área do mito, sabemos que ele reconquistou a cidade, mas como o fez ao certo não existe muito essa certeza. Portanto a figura para a história da cidade é incontornável, a forma com é representado não me parece que seja a mais correcta, até porque se observarmos o brasão, ele está representado como um nobre com a sua armadura.

Como interpreta as incorrectas aplicações do brasão oficial, um exemplo o postal emitido pelos CTT?

De facto a representação deste postal é diferente, o cavalo é diferente, até a própria medalha de mérito está diferente. Acho que se deveria de facto convencionar algo único, que seja identificável, algo que associamos ao município.

Então não se deve dar liberdade de utilização do símbolo?

Isso nunca. Quer na própria publicidade, quer na própria leitura da imagem e da história não se pode complicar muito as coisas. Em termos de representatividade, acho que uma cidade como Évora devia ter uma marca que fosse automaticamente identificável. Andar a brincar um bocadinho com as representações, não vou dizer que é desonesto, mas não é correcto.

No seu entender deveríamos ter uma nova imagem visual?

Completamente. Uma coisa mais adaptada ao século XXI.

Considera fundamental existir um inquérito à população?

Trabalhando num organismo público, acho que a participação da comunidade é sempre importante, para que as coisas sejam bem resolvidas e bem dirigidas, e sabendo e conhecendo a população nomeadamente as pessoas que moram no centro histórico de Évora, principalmente a população mais envelhecida tem um grande apreço por estes assuntos, toda a questão patrimonial, arquitectónica, arqueológica e histórica, eu sei que a população gosta de ser consultada e tem sempre alguma coisa para dizer, não sei em que aspecto ou que termos está a discussão da marca ou brasão da cidade entre a população, mas sei que existiram muitas pessoas que teriam algo a dizer e teriam de facto uma opinião sobre isto. Pessoalmente, sou completamente a favor da participação da comunidade numa decisão destas.

7. ANEXOS

Anexo 01. Lápide comemorativa das alterações de 1637, colocada na fachada da Igreja de Santo Antão em 28 de Agosto de 1928. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



LÁPIDE COMEMORATIVA DAS ALTERAÇÕES DE 1637, COLOCADA NA FACHADA DA IGREJA DE SANTO ANTÃO EM 28 DE AGOSTO DE 1928

Anexo 02. Capa do Relatório e Contas do Município, gerência de 1940. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 03. Capa do Relatório e Contas do Município de 1950. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

Câmara Municipal de Évora

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Relatório e Contas
DO ANO DE 1950



Anexo 04. Ofício enviado em 25 de Setembro de 1959 pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora ao Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Câmara Municipal de Évora

C Ó P I A

Exm^o. Senhor Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia

É V O R A

Da Associação dos Arqueólogos Portugueses, acaba de ser recebido o seguinte ofício datado de 21 de Setembro de 1959:

Exm^o. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paços do Concelho - Évora. - Tenho a honra de informar V^o. Ex^o., conforme desejo manifestado por essa Câmara, de que a Associação dos Arqueólogos Portugueses emitiu dois pareceres acerca das armas, bandeira e selo do concelho de Évora.

O primeiro, aprovado pela secção da Heráldica e Genealogia em 8 de Janeiro de 1930, descreve:

Armas: De ouro com uma porta aberta e fortificada entre duas torres de vermelho iluminadas de azul. Entrando essa porta, um cavaleiro vestido de prata realçado de azul, brandindo uma espada. O cavalo é negro. Em contrachefe duas cabeças caídas, uma de homem, coroada de ouro e outra de mulher, com toucado de prata. Coroa mural de cinco torres de prata. Listel branco com letras a preto CIDADE DE ÉVORA.

Bandeira: Quarteada de vermelho e de azul. Cordões e borlas dos mesmos esmaltes. Lança e haste de ouro.

Selo: Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres CIDADE DE ÉVORA.

O segundo parecer, aprovado em 5 de Maio de 1952 pela Comissão de Heráldica e Genealogia, tem as seguintes descrições:

Armas: De ouro, com um cavaleiro armado de prata, realçado de azul, galopando em cavalo de negro, e empunhando uma espada de prata ensanguentada; em contrachefe duas cabeças caídas cortadas de sangue, uma de homem, à dextra, coroada à oriental, de ouro, outra de mulher, à sinistra, toucada de prata. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com a legenda MUI NOBRE E SEMPRE LEAL CIDADE DE ÉVORA.

Bandeira: De vermelho. Cordões e borlas de ouro

Anexo 05. Ofício enviado em 17 de Dezembro de 1959 pela Câmara Municipal de Évora para o Serviço da República, ao cuidado do Dr. Manuel Carvalho Moniz. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



**Câmara Municipal
DE
ÉVORA**

TELEFONE N.º 22001

N.º _____

Processo N.º _____

Roga-se na resposta a referência aos
números supra e à data do presente.

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Exm.º Senhor

Dr. Manuel Carvalho Moniz

ÉVORA

Tenho a honra de convocar V.ª Ex.ª para uma reunião da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia a realizar no dia 22 do corrente, terça-feira, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalho:

- a) apreciar um pedido da Delegação Distrital da Mocidade Portuguesa, solicitando se dê o nome dum rua da cidade a Nuno Álvares Pereira;
- b) estudo do brasão, selo e bandeira da cidade.

Para melhor conhecimento deste assunto, envio a V.ª Ex.ª o parecer técnico sobre o brasão, selo e bandeira da cidade.

Apresento a V.ª Ex.ª os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Évora, 17 de Dezembro de 1959

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Júlio César Baptista

Anexo 06. Capa do Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora por Túlio Espanca (VII, Lisboa, 1966). Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES

INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL

CONCELHO DE

ÉVORA

POR

TÚLIO ESPANCA



VII
LISBOA
1966



Túlio Espanca

Anexo 07. Ofício enviado em 10 de Janeiro de 1985 pela Direcção-Geral de Administração Local à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Elementos de Heráldica dos Municípios Portugueses/Aprovação oficial do brasão Municipal. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

URGENTE

S.  R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE EVORA
ENTRADA

003575 - 2 ABR. 85

Proc.º Nº. 1.2.1
Resp. em 1.1.19. 1.ºº Nº.

COMUNICAÇÃO DGAL Nº 3 /85-DPE
LISBOA 10 de Janeiro de 1985

A. Amalário de J. Tullio Espirito

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
DE EVORA
7000 EVORA

ASSUNTO: Elementos de Heráldica dos Municípios Portugueses/Aprovação oficial do Brasão Municipal

Na sequência da comunicação nº 42/83 de 25/07/83, vimos reforçar a V. Exa. o pedido de envio para esta Direcção-Geral dos elementos necessários para a aprovação oficial do brasão deste Município de acordo com a circular de 14 de Abril de 1930.

Torna-se urgente e oportuno o envio da referida documentação dado que as tarefas preparatórias para a publicação dos elementos de heráldica do País, já se encontram em fase de conclusão e é da maior conveniência que a referida publicação reúna o maior número possível de brasões aprovados.

Para que esta publicação não fique sujeita a um atraso indeterminado, propõe-se o prazo de envio dos elementos supracitados até ao dia 30 de ~~ABRIL~~ do corrente ano, após o qual, o brasão deste Município poderá não figurar aprovado oficialmente na referida publicação.

Com os melhores cumprimentos,

ALO DIRECTOR-GERAL,
Luis Cabrita Antunes

ANEXO circular 14/4/1930
Ofício C.M. EVORA

Anexo 08. Ofício enviado em 17 de Janeiro de 1985 pela Câmara Municipal de Évora à Direcção-Geral de Administração Local. Assunto: Recepção da carta com a solicitação dos elementos de heráldica Municipal. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Câmara Municipal de Évora

DIRECÇÃO-GERAL DE ACCÇÃO LOCAL	
23.JAN85	00043
D. P.	
S. D. U.	
O. R.	
N. A. C. I. R.	
D. P.	
D. A.	
D. A. L.	
C. D. I.	
R. A. F. C.	
R. A. F. A.	
Sua referência:	

ASSUNTO:

Exmo Senhor
 Director Geral Administração Local
 Ministério da Administração Interna
 Praça do Comércio
 1194 LISBOA CODEX

Sua comunicação de: _____
 Nossa referência: _____
 Of.º N.º: 20-1/85
 Proc. N.º: 21.1.2

DATA: 17/1/85

Exmo Senhor,

Recebemos a vossa carta em que sólicitam elementos de heráldica Municipal.

Junto enviamos o material pedido por V. Exa, que esperamos satisfaça inteiramente o vosso pedido.

Com os nossos melhores cumprimentos,

O Vereador do Pelouro de Turismo

Rondão Almeida

Rondão Almeida

Apenas se recebeu o presente ofício sem quaisquer anexos.

Amey. H.A./DPE.

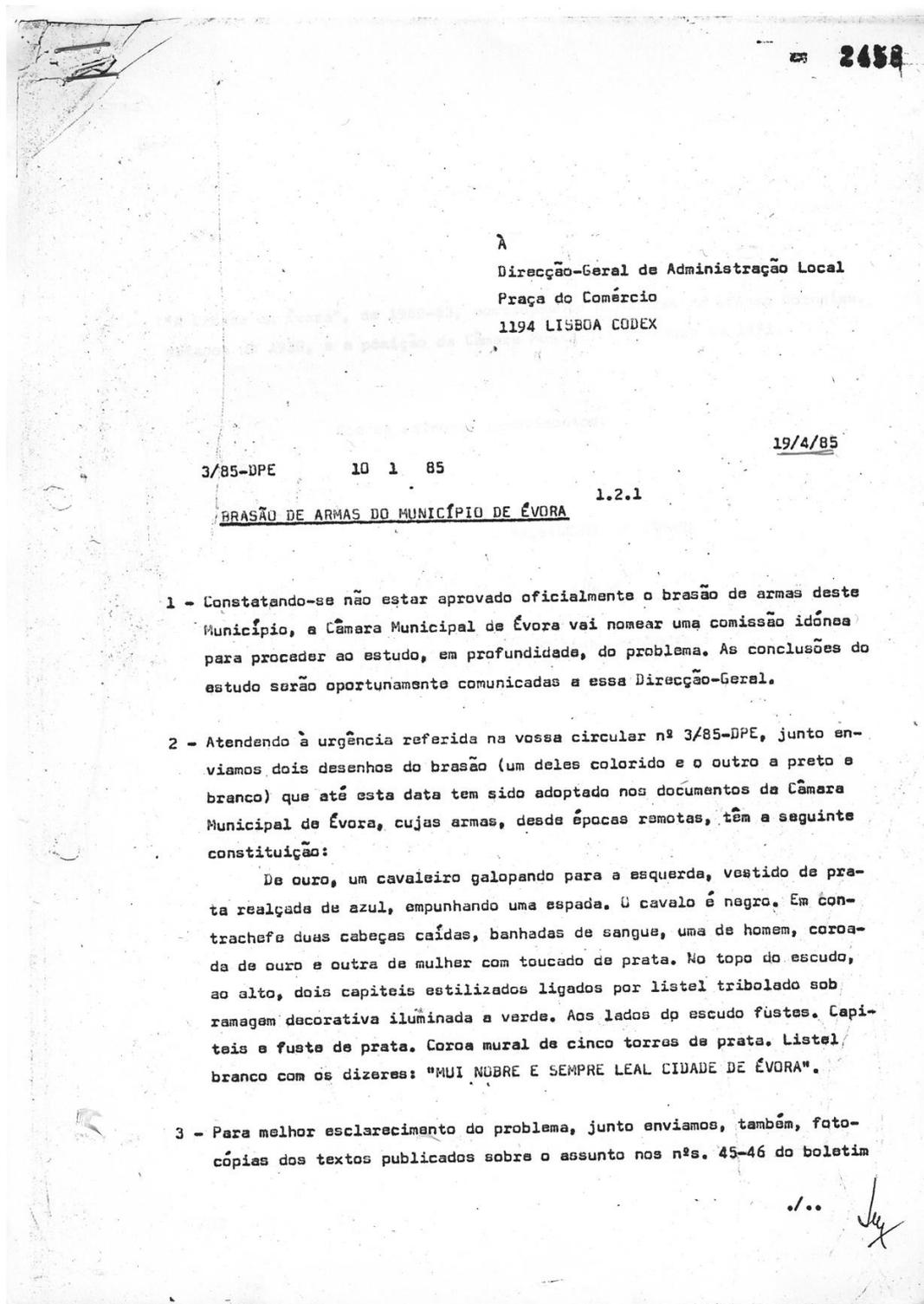
25.3.85.

Mod. 614-T.- C. M. E.

Praça do Sertório — 7034 ÉVORA Codex

A-4

Anexo 09. Ofício enviado em 19 de Abril de 1985 pela Câmara Municipal de Évora à Direcção-Geral de Administração Local. Assunto: brasão de armas do município de Évora. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 11. Informação Interna enviada em 03 de Março de 1986 pelo Gabinete Jurídico ao Presidente da Câmara. Assunto: brasão de armas da cidade de Évora. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

*Presidente
União do Acadêmico
faz nota de saber
de facto*


Câmara Municipal de Évora

INFORMAÇÕES - PARECERES - DESPACHOS

DE GABINETE JURÍDICO **N.º** 36

PARA PRESIDENTE DA CÂMARA

ASSUNTO BRASÃO DE ARMAS DA CIDADE DE ÉVORA

DATA 3 / 3 / 1986

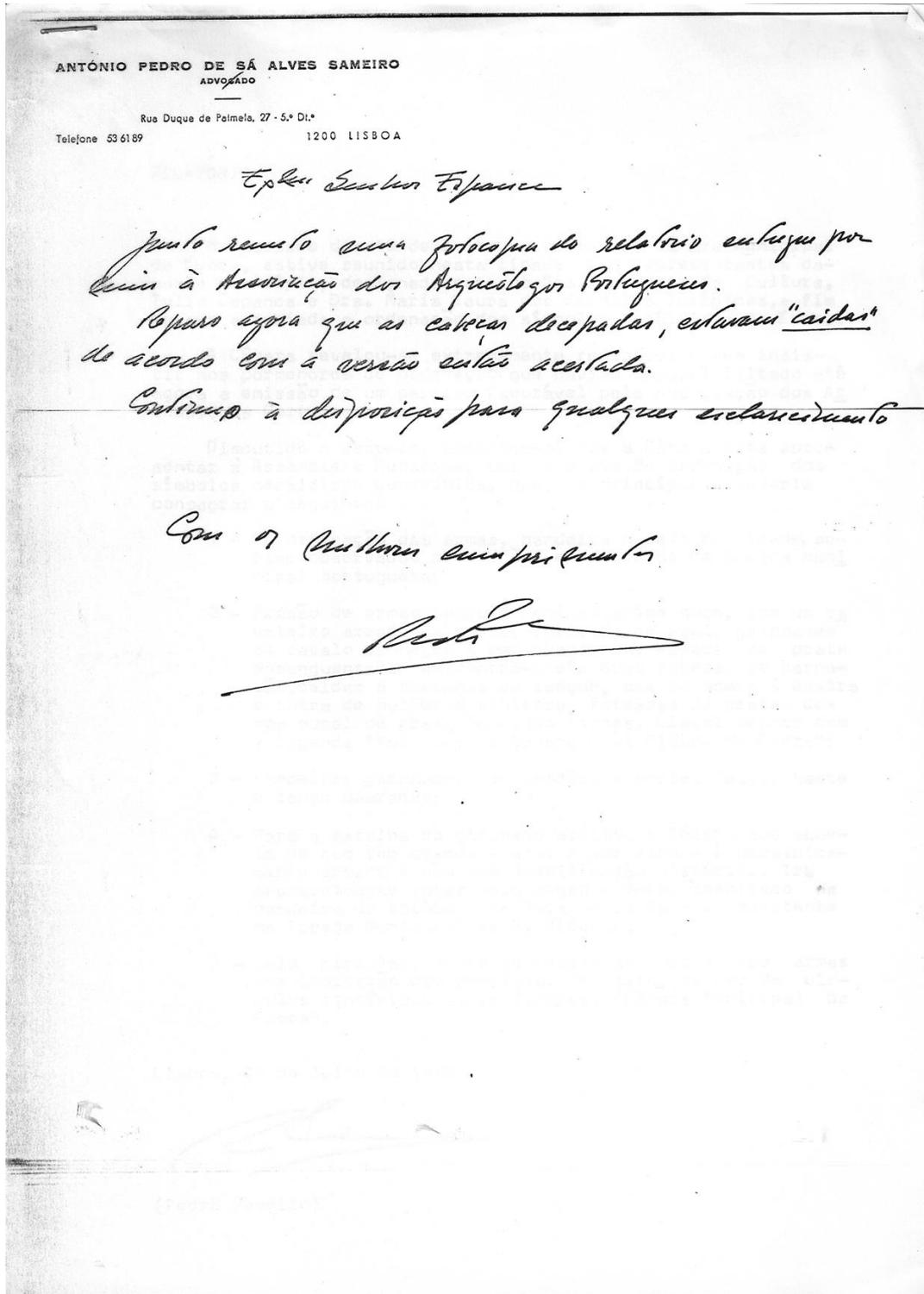
1. - De acordo com a circular da 2ª Repartição da Direcção Geral da Administração Política e Civil de 5.4.1950, a petição das Câmaras Municipais deve ser dirigida através da respectiva Direcção Geral, que, por sua vez pedirá o parecer à Associação dos Arqueólogos Portugueses. Em seguida, a mesma Direcção Geral submeterá o respectivo processo a despacho de S. Exa. o Ministro.

2. - Considerando os vários pareceres já constantes do presente processo, parece-nos que deveria ser todo o processo submetido à apreciação da Comissão de Arte e Arqueologia pois que de acordo com os elementos já recolhidos, será relativamente fácil haver um parecer, devidamente fundamentado, para de seguida ser submetido a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal e enviado ao Ministério respectivo.

A RESPONSÁVEL PELO
GABINETE JURÍDICO


Maria Laura

Anexo 12. Ofício enviado em 27 de Julho de 1986 pelo Dr. Pedro Sameiro à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Relatório sobre a reunião de dia 19 de Julho de 1986. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 13. Ofício enviado em 31 de Outubro de 1986, pela Direcção-Geral de Administração Local para o Presidente da Câmara Municipal de Évora com o assunto: Parecer da Comissão de Heráldica. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

231
6.2.5.11.85

S. R

MINISTÉRIO DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

CAMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
ENTRADA
11808
- 4 NOV. 86
Procº No. C 27
Resp. em OFº No.

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Évora
7000 ÉVORA

Sua referência Sua comunicação de Nossa referência **31 OUT.86-002699**
P.º 18/DPE

ASSUNTO: "PARECER DA COMISSÃO DE HERÁLDICA".

Para efeitos de aprovação oficial dos elementos de heráldica desse município, conforme o art.º 39.º da Lei 25/85 de 12 de Agosto, junto se inclui o parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Dado que este processo na esmagadora maioria dos municípios, já se encontra devidamente concluído, solicito a V. Exa. que o decurso das necessárias tarefas, a serem desenvolvidas pela Câmara e Assembleia Municipais, decorra na maior brevidade possível. Solicita-se igualmente que esta Direcção-Geral seja informada logo que os elementos de heráldica sejam publicados na III Série do Diário da República.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,
JM Andrade
José Manuel Palma Andrés, Econ.

Em anexo: Parecer da C. Heráldica
Envia cópia
ao Gob. Jurídica
3-1-86
PAC

APo/oj

mod. 06AAA 2

Praça do Comércio - 1194 LISBOA CODEX Tel.: 36 45 21 Telex: 16765 GBMAI P

Anexo 14. Parecer interno enviado em 04 de Dezembro de 1986 por Rui Arimateia, Joaquim Duarte e António Couvinha ao Gabinete Jurídico. Assunto: Parecer sobre o brasão de armas da cidade. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Câmara Municipal de Évora

INFORMAÇÕES - PARECERES - DESPACHOS

PARA Gabinete Jurídico (Dra. Maria Laura) **N.º** 812
DE Rui Arimateia, Joaquim Duarte e António
ASSUNTO Couvinha
DATA 4 / 12 / 86

PARECER

RAZÕES pelas quais o brasão oficial da Cidade de Évora deverá basear-se na pedra de armas esculpida e existente na varanda do Claustro da Sé de Évora.

Antes do mais, a pergunta: entre as diferentes versões que na cidade (e em documentos antigos) existem dos brasões de armas da Cidade, qual aquele que melhor representará, e com a maior autenticidade, o " espírito do lugar" desta cidade de Évora?

Esta uma questão que já há alguns anos investigadores/ historiadores e autarcas se têm preocupado, sem que quaisquer conclusões definitivas sejam conseguidas e publicadas.

De todos os exemplares conhecidos achamos com maior interesse, como já atrás nos referimos, pela sua simplicidade, beleza, simbolismo e antiguidade, o que se encontra no Claustro da referida Sé.

Por um lado, porque é a manifestação iconográfica mais antiga (Século XIV, segundo vários especialistas) que conhecemos das Armas da

Cidade, compostas com os elementos tradicionalmente reconhecidos como ex-libris da cidade: Cavaleiro empunhando espada, duas cabeças - uma feminina e outra masculina - tudo enquadrado por uma porta com motivos escultóricos florais. Como diz Gabriel Pereira nos seus

"Estudos Eborenses" (Vol. I, pp. 287-8): "Estudando objectos destes cumpre observar que na Antiguidade se dava enorme importância ao Simbolismo; não se confundia um Cavaleiro com um Escudeiro, um besteiro do conto com um mesnadeiro; ornatos, atributos, quaisquer

Anexo 15. Informação interna enviada pelo Rui Arimateia ao António Gavela. Assunto: brasão da cidade. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Câmara Municipal de Évora

INFORMAÇÕES - PARECERES - DESPACHOS

PARA António Gavela **N.º** _____
DE Rui Arimateia
ASSUNTO BRASÃO DA CIDADE
DATA 86 / 12 / 15

No nº 3 do quinzenário "O Giraldo" de 9/12/86 saiu na sua primeira página um artigo denominado: "Giraldo Sem Pavor ou São Tiago?" da autoria de Celestino Froes David que se inicia do seguinte modo:

"Os Serviços Culturais da Câmara Municipal de Évora vão apresentar à Assembleia Municipal uma proposta sobre o brasão da cidade. A escolha será feita entre o actual estudo que representa a figura de Giraldo, a cavalo, com as duas cabeças cortadas, em baixo, e a figura que aqui reproduzimos, existente na parede sul da Sé Catedral, sobre a varanda do claustro.", e termina:

"Trata-se agora de optar pelo brasão actualmente usado ou pelo que existe na Sé Catedral. Cabe esta decisão à Assembleia Municipal, que apreciará as duas propostas em análise".

Desde já informo que o articulista veicula informação infundamentada na medida em que os Serviços Culturais, isto é, a Divisão de Acção Sócio-Cultural, não apresentou, nem isso lhe foi solicitado, quaisquer propostas para serem apresentadas à Assembleia Municipal sobre o brasão.

O que foi solicitado foi a realização do desenho que habitualmente aparece como "brasão oficial", mas solicitação essa que a Dr.ª Maria Laura e o Sr. Túlio Espanca efectuaram directamente com António Couvinha.

O que de seguida aconteceu foi que, depois de discutido em

Anexo 16. 9.ª Acta da Reunião Pública da Câmara Municipal de Évora de 13 de Maio de 1987.

Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

9ª ACTA
13/5/87

-15-

AMDE - S/ REPRESENTANTE DA CME EM NOVOS GRUPOS DE TRABALHO: Da Associação acima indicada, foi presente o ofício C-291, datado de 14 de Abril passado, no qual dava conhecimento à CME da entrada em funcionamento, no mês de Maio, de três novos grupos de trabalho (utilização dos Parques de Máquinas, actualização de posturas e regulamentos de desporto intermunicipal).

Convidava ainda a CME a indicar o(s) seu (s) representante(s) em cada um dos referidos grupos de trabalho.

Tomado conhecimento.

UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE ÉVORA - VISITA DA DELEGAÇÃO DAS CC.00 DE SEVILHA A ÉVORA: Foi presente o ofício nº.245, com data de 29/4/87, no qual a USDE comunicava a visita de uma Delegação das Comissões Obreras de Sevilha a Évora.

Solicitava ainda que o Presidente e a Vereação recebessem a referida delegação, no dia 21 de Maio, pelas 17h.

Foi ainda presente o ofício nº.223, com data de 22/4/87, da mesma União de Sindicatos, convidando o Presidente a estar presente na Mesa da Concentração/Comício do 1º. de Maio em Évora.

Solicitava também a cedência dos transportes da CME Évora para a deslocação da população do Concelho que entendesse participar nas Comemorações do 1º. de Maio.

Tomado conhecimento.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA - APROVAÇÃO DE PROPOSTAS: Foi presente o ofício nº.13, com data de 23/4/87, da Assembleia em epígrafe, comunicando a aprovação das seguintes questões:

- Relatório e Contas de Gerência de 1986
- Casas de Função
- Revisão do Quadro de Pessoal da CME

Tomado conhecimento.

DIVERSOS

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE ÉVORA: - O Presidente justificou a revisão do brasão, bem como do selo e armas da cidade, pela intervenção da Comissão Nacional da Heráldica, cujo parecer é desfavorável à actual estrutura dos referidos símbolos e aconselha a sua alteração de molde a adaptá-los aos princípios e às regras da heráldica portuguesa.

Anexo 17. Ofício enviado em 26 de Maio de 1987 pelo Dr. Pedro Sameiro à Câmara Municipal de Évora. Assunto: Recepção de ofício de 21 de Maio de 1987. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

Si. Residente
ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO
ADVOCADO

Rua Duque de Palmela, 27 - 5.ª Dt.ª
Telefone 53 61 89 1200 LISBOA

Exmº Senhor
Dr. Abílio Dias Fernandes
Presidente da Câmara Municipal de Évora
Paços do Concelho
Praça de Sertório

*177
G.J. / 3-6-87 → Gal. Jurídica
4*

7334 Évora, 001EX
CAMARA MUNICIPAL DE EVORA
ENTRADA
006535 - 1 JUN. 87
Procº Nº
Recº em 1987

Lisboa, 26 de maio de 1987
s. ref.: ofº nº 21Mai87 - 3645, procº 1.1.1

Exmº Senhor Presidente

Acuso a recepção do ofício de V.Exª supra referenciado, que muito agradeço.

Começo por esclarecer, que o documento manuscrito da minha autoria constituiu um guião para a minha primeira conversa com os representantes da Câmara e, por isso, contém em matéria de bandeiras um conjunto de hipóteses, que na altura analisei.

De acordo com o regulamentação heráldica em vigor as cidades devem ter bandeiras gironadas, o que aliás corresponde a prática actual da Câmara de Évora, só as vilas podem ter bandeiras esquadreladas ou de cor única. Não me parece por isso admissível que a cidade de Évora tenha a sua bandeira ordenada como se fosse uma simples vila.

A bandeira de seda vermelha bordada a ouro, em tempos usada pela Câmara de Évora, não era peculiar deste município, pois todas as bandeiras municipais de cerimónia eram antigamente de seda vermelha bordada a ouro, com excepção talvez única de Câmara de Lisboa, que teve bandeira de seda branca. Esta prática comum observava-se noutras bandeiras, designadamente no pavilhão real, também de seda vermelha bordada a ouro, que terá talvez sido o modelo das outras e ele próprio inspirado presumivelmente na auriflama real de França. Tudo isto consta, aliás, indicativamente das minhas citadas notas manuscritas.

O que fica dito não justifica a adopção de uma bandeira de cor única pela Câmara de Évora. - -

Posso admitir que o gironado ouro/negro (aliás as cores dominantes do escudo) não seja o esteticamente mais cativante. Se assim for julgado, poderia adoptar-se o gironado ouro/vermelho, que se justificaria por um lado por ser o vermelho também uma cor do escudo e por outro por ser também um dos elementos do gironado actual (vermelho/azul).

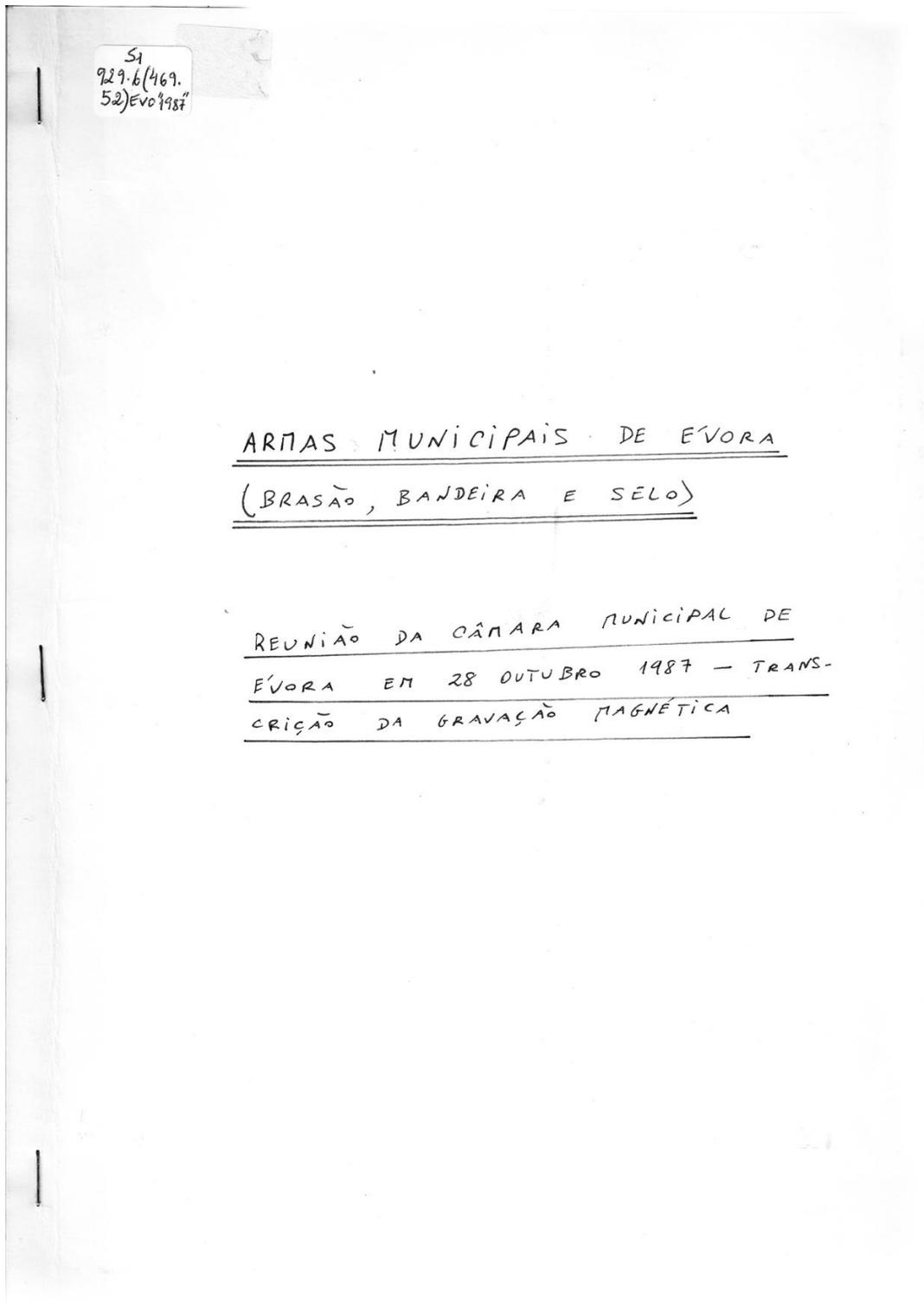
Suponho que esta última solução poderá ser do agrado de V.Exª e da Câmara.

Desde já manifesto a minha disponibilidade para de forma directa responder a perguntas dos Sr.s Vereadores sobre esta matéria desde que se encontre uma data e horário que não colida com as minhas actividades profissionais.

Reafirmando todo o meu interesse e disponibilidade, apresento a V.Exª os meus melhores cumprimentos.

*Requisito
Arquivo do
Paços do Concelho
Município
3/6/87
M. Sameiro*

Anexo 18. Capa da Reunião da Câmara Municipal de Évora em 28 de Outubro de 1987 - Transcrição da gravação magnética. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Transcrição da reunião de Câmara de 28 de Outubro de 1987

Porque consideramos importante a acta desta reunião de camara, decidimos colocar a transcrição na íntegra onde estiveram presentes o Presidente da Câmara Dr. Abílio Dias Fernandes, os vereadores Abel Junqueira e Rosado da Cruz, Dr. Pedro Sameiro e Sr. Túlio Espanca, cada um deu o seu contributo e esclarecimento sobre o brasão de armas da cidade,

Presidente: Esgotado este assunto, se a Câmara estiver de acordo, nós voltamos ao 1º ponto, que é o brasão, a bandeira e o selo da cidade de Évora. Nós temos a honra de sermos aqui acompanhados pelo Senhor Túlio Espanca e pelo Senhor Dr. Pedro Sameiro, que nos fizeram o favor de estar aqui presentes. Eu, de imediato, até porque há condicionalismos de horas, iria abordar a questão. A Câmara tem conhecimento de que este assunto já veio uma vez à reunião. Havia alguns pontos por esclarecer em pormenor e tivemos a felicidade de podermos contar com a presença das duas pessoas que nós convidamos pelo seu valor e pelo reconhecimento que nos merece o seu trabalho; também pela responsabilidade de fundamentarmos a proposta na base das opiniões, informações e dos pareceres dados por estas duas figuras importantes da cidade. Mas antes de lhes conceder a palavra gostava de fazer a apresentação, não do Sr. Túlio Espanca, que é um investigador e historiador do nosso país e que todos nós conhecemos; no entanto, gostaria de realçar aqui a sua disponibilidade para tudo quanto a Câmara precisa, e não só a Câmara, mas os nossos munícipes, temos contado sempre com o Sr. Túlio Espanca e esta é mais uma colaboração preciosa que nos dá nesta matéria. O Sr. Dr. Pedro Sameiro, que é Presidente da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, é sócio efectivo do Instituto Português de Heráldica, consultor heráldico da Marinha de Guerra Portuguesa, académico da Academie Internationnale d' Heráldique, Vice-Presidente da Confederação Internacional de Genealogia e Heráldica, e ainda por cima está ligado à cidade de Évora, donde é natural.

Este é um pormenor de grande importância para nós, podermos contar com uma pessoa tão abalizada nesta matéria, Assim, e se me permitissem, eu pediria ao Sr. Túlio Espanca que iniciasse a sua intervenção.

Túlio Espanca: Como sabemos, o tempo é escasso, mas convém talvez recordar os tópicos fundamentais, históricos e iconográficos, da evolução do armorial de Évora. Sabemos que há dois selos ou mais, mas dois estão publicados pelo Marquês de Abrantes - respeitantes ao Concelho de Évora. São do tempo de D. Afonso III, 1251 a 1257, que apresentam um cavaleiro, uma figura equestre - são selos de cera, redondos, muito valiosos, do século XIII - e que representam um cavaleiro armado com o escudo, com uma cruz pátea que pode ser dos Templários e com uma lança.

Portanto, e um cavaleiro armado, equestre, sem ter outras figuras no escudo. No século XIV aparece uma pedra de armas, de mármore, incrustada na sé, no claustro, que representa novamente um cavaleiro, armado, de espada levantada, e que tem na parte superior duas figuras, duas cabeças afrentadas. Porque é que está no claustro esse brasão de armas? Supomos que seja o brasão de armas, naturalmente porque a Câmara funcionou legalmente e com autorização do Bispo na própria Catedral. No claustro da Sé funcionaram até ao século XV, pelo menos, os Paços do Concelho. Portanto, esse é o protótipo mais arcaico que nós temos em Évora do suposto brasão, que as pessoas e, enfim, as leituras da época davam como o Giraldo, o Giraldo, o Sem Pavor, o conquistador, que a História apresenta incontestavelmente como o conquistador de Évora. Depois aparece um outro brasão, já numa dependência municipal, na Praça do Giraldo, à esquina da Rua do Raimundo, que era a Casa de Ver o Peso, o Depósito do Pão. É um brasão também rectangular de mármore, que como novidade tem, para além do mesmo cavaleiro, sempre galopando para a esquerda, e duas cabeças em cima - repete o arcaísmo do primeiro -, duas cabeças, aparentemente degoladas, em baixo. Portanto é já um brasão com variante, mas tido sempre como um brasão da cidade. Depois, na Câmara Municipal, na própria Praça do Giraldo, existiu até à demolição, que foi em 1900, um outro brasão que repete a fórmula tradicional. O cavaleiro, nesta altura, estava olhando para a direita - o que é uma interpretação do artista -; tem as duas cabeças superiores, como no primeiro brasão, e tem, aos lados, a esfera armilar - que era o emblema do rei, da época de D. Manuel -, e a coroa em cima com o Brasão real. Portanto, essas são as três pedras que deram seguramente origem à versão escrita de 1553 por André de Resende, cronista de Évora. Nela se diz, e ele regista no livro - que é a primeira monografia publicada em Évora - que era o Conquistador Geral do Sem Pavor, com as supostas cabeças dos mouros degolados. É certo que também até ao século XIV havia vários escudos muito parecidos e houve posteriormente e foram tidos muitos deles como uma pedra de armas ou uma figura simbólica do Apóstolo Santiago. Eu aponto isto para saberem algumas pessoas que estão presentes que não estamos, actualmente, ignorando que há uma versão actual, segundo a qual a pedra de armas antiga pode representar o Apóstolo das Espanhas, na figura ingénuo e popular do chamado Apóstolo Santiago, o Mata Mouros, que é uma versão que a reforma erudita do cristianismo não aceitou, porque o perfil máximo da Espanha não é, não era o Mata Mouros. Nas nações nascentes dos séculos XII e XIII o infiel era sempre o Mouro, aparecem então as tais figuras

Como eu digo, no selo pode ser uma figura equestre representando o Mata Mouros, porque em Portugal até praticamente à batalha de Aljubarrota, na nossa bandeira, como na de Espanha, figurava o Apóstolo Santiago. Só passámos a ter a bandeira com S. Jorge por intervenção inglesa, devido ao casamento de D. João I com a D. Filipa de Lencastre, filha do rei de Inglaterra. Portanto essas são as 3 versões que deram origem à forma escrita e que todas conservam até aos tempos modernos; - se a

gente olhar para o tecto - basta olhar para o tecto do Salão Nobre, que é do princípio do século - e lá vemos a versão - que a tradição foi -, respeitando desde a primeira interpretação escrita, do século XVI, e as interpretações iconográficas gravadas em escultura, em baixo relevo.

Aqui temos uma versão muito mais moderna, que tem já um filete, uma filacteria que é duma versão aprovada em 1951, porquanto até então não tínhamos a legenda ... que temos agora *Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora*: Foi-nos concedida em diploma pelo rei D. João I, depois da revolução que depôs D. Leonor Teles do trono e que aclamou o Mestre de Avis. Mas está filacteria não era corrente nos brasões da cidade, onde passou a figurar desde essa altura. Isto quanto ao brasão; quanto à bandeira - é uma introdução também muito rápida - temos um elemento bastante arcaico e segundo a minha opinião, que é confirmada pelo Dr. Sameiro, é a bandeira mais antiga do nosso país, é uma bandeira seguramente da época filipina, que pode ser do princípio do século XVII, se não meados, que representa sempre o Giraldo, o suposto Giraldo, com a cabeça, tinha duas, desapareceu uma porque é bordada, está aqui ao lado, na ante-sala, como qualquer dos senhores presentes e os vereadores podem ver. Portanto, essas são as versões que correm. Na Espanha, de facto, mesmo em grandes monumentos como em Santiago de Compostela, como na Navarra, e noutras grandes cidades como Leon, lá aparece sempre o cavaleiro, do Santiago, com a espada, guerreiro, Mata Mouros. Essa versão corria não só na expressão popular de Espanha, como chegou até nós, porque mesmo aqui na Igreja ao lado, de Santiago, aqui no Largo de Santiago, hoje Alexandre Herculano, o emblema que em cima o frontão da igreja, que era uma igreja paroquial, a quinta igreja paroquial, e real, tem a figura do Santiago Mato Mouros, ferindo os mouros. Estranham as pessoas, porque é que o Giraldo Sem Pavor (ali está) - isto é a interpretação contínua, da forma popular ... Como é que está na Igreja, aqui de Santiago o cavaleiro Giraldo Sem Pavor ... É claro que esclareço, evidentemente, que não é o Giraldo Sem Pavor, ali, mas simplesmente o Apóstolo Santiago Maior.

Ora estas são as breves introduções que acho necessárias, mas conviria saber quais as fórmulas arcaicas e iconográficas subsistentes que deram origem ao brasão de Évora representado por um cavaleiro que a História, a tradição e os séculos foram mantendo como Giraldo Sem Pavor. No entanto, os historiadores modernos põem em causa esta leitura, o que é natural; eu também como historiógrafo moderno, posso aceitar outras versões, porque realmente há várias terras em Espanha que têm um brasão similar do Apóstolo Santiago. Ora, para nós, o que importa saber é que desde o século XVI, através do nosso maior historiógrafo antigo, que foi o Mestre André de Resende - figura sempre, embora também tenha outras versões doutras formas populares, como suposto cavaleiro o guerreiro que conquistou a cidade aos mouros e, portanto, aparecem as cabeças degoladas, sangrentas ou não, mas "são só cabeças, não imagens... aparecem um bocado em busto também

mais longas, mas isso seria uma história para contar, para muitas gerações. O que nos parece, e esta vertente e que é absolutamente concreta, e que a Câmara anda realmente com interpretações inexactas no seu âmago, do próprio brasão, porque a versão, a proposta de 1951 induzia, continuava a insistir em erros que a heráldica moderna não consente. Portanto, a Câmara de hoje achou por bem e eu concordo perfeitamente, e estamos em boas mãos porque temos aqui um dos maiores especialistas de heráldica que, generosamente, como o Senhor Presidente disse, veio até nós e que deu elementos preciosíssimos da ciência heráldica moderna de domínio - que é o nosso caso - que realmente se terá de pôr em prática porque não podemos continuar sem a aprovação dum brasão. Que o merecemos, porque a figura em causa é da História, não é lendária. Porque até certas épocas a figura era lendária, mas hoje a documentação publicada em Espanha, em França e em Marrocos também, e noutras partes, é incontestável. A figura é uma figura histórica provada pelos documentos da época, sobretudo as grandes fontes muçulmanas que lhe deram uma segurança espantosa, quase de dia a dia desde a conquista de Évora até à conquista de várias cidades da margem esquerda do Guadiana. Vi há pouco tempo, no Grande Livro de Cáceres, que as conquistas de Giraldo Sem Pavor em toda a zona do Sul, na altura do Andaluz.

Portanto, é isso que me pareceu dever dizer, porque já disse até talvez muito, porque quem vai dizer melhor, e muito melhor, será o Senhor Dr. Sameiro.

Pedro Sameiro: Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, começo por agradecer a V. Ex^a as palavras que me foram dirigidas. Saber quem é que, na Idade Média, estava efectivamente ou foi efectivamente representado nas armas de Évora, suponho que é um tema que interessará muitíssimo à História das Mentalidades, mas pouco adiantará para a resolução do problema concreto que nos temos, que é um problema de simbologia. E a simbologia faz-se por recurso a desinências particulares, que ao fim ao cabo representam uma particularidade, se me é lícito repetir as palavras, significativa de uma determinada pessoa, de uma determinada terra, de uma determinada instituição. É evidente que aquilo, que o facto mais importante para a História de Évora é precisamente a referência à origem, ao seu aparecimento, digamos não como população em si, como cidade, mas ao seu aparecimento num determinado contexto político, cultural, civilizacional, que ao fim ao cabo é o nosso, do qual descendemos e em cujo contexto cultural vivemos. Por isso está perfeitamente justificado o aparecimento, na simbologia da cidade de Évora de um elemento que - se refere à sua origem como povoação de um determinado contexto político e cultural. Aliás, não será caso único e em que exista uma referência a uma lenda de origem na heráldica municipal portuguesa. Temos, por exemplo, que nas armas do município de Vila Nova de Gaia estão incluídos elementos que aludem à legenda do Rei Ramiro, que teria, em parte, sido vivida significativamente

nas terras de Gaia. Tenho por mim que, pelo menos a partir dos fins da Idade Média e até à actualidade, não houve dúvida de que a figura efectivamente representada nas armas da cidade de Évora foi o Giraldo Sem Pavor. Aliás, suponho que, se é possível entrarmos em divagações de carácter arqueológico, talvez a viragem de uma versão para outra se dê na altura em que foi lavrada a pedra de armas da Casa de Ver o Peso. Porque, se ainda existem nessa pedra de armas elementos que se ligam com a tradição jacobeano - como seja o próprio escudo que o cavaleiro ostenta, que é um escudo com cinco vieiras, 5 conchas de vieira, que estão ligadas à simbologia jacobeano; por outro lado, pelo facto de aparecerem não as duas cabeças em cima, que podem ter uma interpretação hageográfica, mas as duas cabeças em baixo, se vê que começou a haver uma interpretação de duas lendas na simbologia da cidade, a legenda respeitante à sua origem como terra cristã, portanto à lenda, à história, ao fim de ao cabo, que não é lenda, do Giraldo; depois a legenda jacobeano com o escudo das cinco vieiras. O que é que nós devemos efectivamente do ponto de vista heráldico, escolher para simbolizar uma cidade, uma povoação? Em primeiro lugar há, digamos, várias hipóteses de organização da simbologia municipal. Digamos que em Portugal, e atendendo à simbologia histórica, nós temos as chamadas armas de natureza iconográfica: são aquelas que representam um determinado aspecto da cidade ou da povoação. Casos particulares disso são, as armas, por exemplo, da vila de Montemor-o-Novo, em que se representa um monte com um castelo em cima, uma ponte em baixo sobre um rio. Portanto, isso é uma vista da vila de Montemor com a ponte de Alcácer, o morro do castelo e o castelo em cima. Existem armas semelhantes. Por exemplo, as armas antigas da Vila de Barcelos, então ainda Vila, que representavam também a cidade, o rio, a ponte, e, para cá da ponte, um velho carvalho que existia já, parece, nos fins do século XVI e só terá sido destruído nas invasões francesas. Existe outro tipo de simbologia municipal, que nós podemos designar por armas falantes, aquela em que o símbolo, o elemento plástico do símbolo, tem um nome que se liga ao nome da terra, por exemplo, o zambujeiro nas armas medievais de Azambuja. Existem vários outros exemplos na heráldica medieval portuguesa em que geralmente as plantas estão ligadas à simbologia dos nomes das terras. E depois existe uma simbologia que estará ligada, como no caso de Évora, a circunstâncias históricas. É o caso de Vila Nova de Gaia, que eu referi, e será o caso de Évora, que está ligada à história das suas origens. Portanto, a escolha de um elemento ligado à história da povoação, à sua origem, é perfeitamente lícito para a partir de aí nós podermos constituir um brasão de armas e toda uma simbologia heráldica. Simplesmente num brasão, um símbolo, temos que ter a noção perfeita disso, um símbolo não é uma alegoria, um símbolo não é uma representação gráfica exacta dum facto passado, um símbolo é um elemento inovador do qual decorre uma determinada mensagem, normalmente de natureza identificativa, mas que também pode estar ligada a aspectos valorativos. Para que um determinado contexto gráfico valha como símbolo é preciso que seja simples,

despojado, claro, unívoco, quer dizer que não se deve confundir com outros existentes, e que detenha também em si uma certa genuidade, quer dizer, que faça apelo a um certo casticismo, a uma certa verdade histórica, a uma certa tradição, a uma certa continuidade.

Porque só a partir desse respeito por uma- certa tradição histórica, por certa continuidade cultural, é que nós conseguimos que o símbolo seja de facto universal como deve ser, e que toda uma população se identifique através desse símbolo e não apenas uma determinada parte ou um determinado sector dessa população. Daí a grande virtude e a grande vantagem de se fazer apelo aos símbolos com consagração histórica, sobretudo nas suas formas mais tradicionais. Isto servirá de introdução geral. Qual foi, digamos, o grande problema que surgiu acerca da ordenação das armas da cidade de Évora? Não foi propriamente a escolha do elemento do Giraldo Sem Pavor ou o cavaleiro armado, brandindo uma espada e com as duas cabeças, foi uma série de elementos adjacentes que a determinada altura ou a Câmara ou outras entidades pretenderam fazer introduzir na ordenação das armas e que não poderiam, por manifestos erros históricos ou por manifesta ofensa às regras de heráldica, ser aceites pela Associação dos Arqueólogos.

Um dos elementos, que aliás deu origem aqui a esta versão das armas é o aparecimento daquele enfeite arquitectónico que envolve, aquele arco trilobado e depois aquelas folhas de hera que estão nos cantos, e estas duas colunas que ao fim de ao cabo rematam e envolvem o brasão. Qual é a origem disto? A origem disto é ao fim de ao cabo, a pedra de armas mais antiga que se conhece da cidade de Évora e que está no Claustro da Sé. Ora bem, aquilo que consta da pedra de armas, ao fim de ao cabo, é uma moldura decorativa da pedra de armas. Essa moldura decorativa vai mudar na pedra de armas da Casa de Ver o Peso e em termos substancialmente diferentes: passa a ser uma edícula com espinafres nos cantos, se a memória me não falha. Ora isto era um bocado como sustentar, como se qual quer pessoa sustentasse que o retrato do avô que tinha lá em casa era não só constituído pela fotografia, que seria o símbolo do falecido, mas também pela moldura em que ela estava encaixilhada. E isto não podia ser aceite. Até porque existe uma regra em heráldica: a de que se devem utilizar nas ordenações heráldicas elementos que constem do vocabulário heráldico e elementos que se possam facilmente descrever por uma forma sintética e inequívoca. Ora aquele ordenamento arquitectónico é impossível de descrever e muito menos possível de reproduzir em face duma descrição verbal ou escrita, por mais complexa que ela de fosse. Depois duma tentativa desta maneira, fazer uma aproximação entre uma tese tradicional e esta insistência em introduzir elementos deste estilo ou deste teor, apareceu uma proposta no sentido de se incluir uma porta da cidade e passando por ela o Giraldo Sem Pavor.

Ora bem, a porta que era constituída, ao fim de ao cabo, por um pano de muralhas com um arco ogival aberto e flanqueado por duas torres, esses é que nunca fizeram parte, mas nunca, da simbologia tradicional da cidade. Porque nunca se conseguiu, ao fim de ao cabo, uma solução de aproximação, uma solução de equilíbrio ou uma solução de bom senso acabou por se chegar, ao fim de ao cabo, a um impasse em que não foi conseguida qualquer solução aceitável nem para um lado nem para o outro. Os elementos constantes do processo que me foi distribuído parecem-me conter uma ordenação de armas que está perfeitamente de acordo não só com as tradições da heráldica da cidade que, aliás, foram referidas e muito bem pelo Sr. Túlio Espanca, mas também com as próprias regras da Heráldica.

A Heráldica tem regras; não se pode dizer que sejam actuais ou que sejam uma imposição dos nossos tempos: as regras da Heráldica datam do século XII, têm-se mantido desde então, pelo menos nos seus elementos fundamentais. O que existe hoje em dia da parte dos heráldicos é um desejo de se regressar a uma pureza primitiva e fazer banir de toda a representação heráldica tudo quanto seja excessivo, tudo quanto seja barroco, tudo quanto não seja, ao fim e ao cabo, respeitar a singeleza e a pureza do símbolo. Ora bem, a descrição que aqui está será o escudo peninsular: escudo peninsular é o escudo em redondo, tal como surge nas armas nacionais, é este escudo que aqui se vê neste desenho. Portanto, é um escudo de ponta redonda, que é a forma de escudo usual da heráldica municipal portuguesa, como aliás, a coroa. Digamos que há aqui dois elementos que estão padronizados: um que é a coroa de cinco torres aparentes, a coroa mural, de prata, que representa uma cidade e outra o escudo de ponta redonda. Depois, o fundo deste escudo será de oiro, com um cavaleiro armado de prata realçado de azul. Quer dizer que o cavaleiro estará vestido, de prata, que não será nesta versão, mas será numa versão que tem uma armadura, armadura que poderá ser mais ou menos completa, em princípio deverá ter um casco como figura neste desenho, e será realçado de azul. Quer dizer que os elementos, os sombreados, os traços serão em azul. Galopando num cavalo negro, empunhando uma espada de prata ensanguentada. Não se diz que o cavalo galopa para a dextra porque em heráldica também vos devo dizer que a direita e a esquerda são ao contrário, porque não são a direita e a esquerda do utente das armas. Portanto, esta é a direita porque se eu usasse o escudo esta seria a minha direita e esta é a esquerda porque esta seria a minha esquerda.

Mas como esta é a posição normal de orientação das peças, portanto viradas com o perfil para o lado direito não há que especificar. O chefe é a parte de cima, o contra-chefe é a parte de baixo duas cabeças de carnação ou seja, de cor da carne, caídas e ensanguentadas, uma de homem é dextra, aqui assim o desenhador seguiu a linguagem comum e não a linguagem heráldica, mas entenda-se

que eles têm que inverteras suas posições, uma de homem à dextra e outra de mulher à sinistra, toucadas de prata, portanto, toucadas ou foteadas de prata que é o nome que em heráldica se dá a este toucado mourisco. Coroa mural de prata de cinco torres, o listel branco com a legenda *Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora*.

A simbologia da cidade é ainda constituída pelo colar da Torre e Espada, que é a insígnia com que a cidade foi agraciada e que normalmente se usa com este desenho. Sobre a legenda, já foi explicada a sua origem. Existiu uma outra legenda da cidade de Évora que consta da sua bandeira, uma legenda em latim, mas parece-me que esta tem hoje muito mais tradições e eu acho perfeitamente acertado que a Câmara escolha esta e não a legenda constante da bandeira. E outros elementos da simbologia municipal são também o selo, que, ao fim de ao cabo, é circular e terá ao centro o cavaleiro e as cabeças, sem indicação das cores; e, por fim, a bandeira. E é em relação à bandeira que, nos termos do processo que eu tive o ensejo de folhear quando vinha de viagem, que se levantam alguns problemas. Problemas em relação a elementos, problemas em relação, digamos, certos aspectos de carácter decorativo da bandeira. Primeiro, começando por responder aqui a esta primeira pergunta que vem sobre o Colar da Torre e Espada se nas armas que figuram na bandeira deve figurar o colar da Torre e Espada. eu entendo que não, e entendo que não por uma razão muito simples, é porque na bandeira já se usa uma gravata representativa da condecoração da Torre e Espada.

Já se usa ou deve usar-se, pelo menos a partir de recente legislação sobre as Ordens Honoríficas Portuguesas, em que ficou legislado o uso dessa gravata. Bem, se já se usa, não se justifica que a mesma condecoração esteja duas vezes representada no mesmo símbolo que é a bandeira. As outras dúvidas que se põem: o problema das cores da bandeira. As bandeiras não são de cor lisa, as bandeiras das cidades são gironadas. Mas todos têm uma ideia de como é a bandeira da idade de Lisboa, pelo menos conhecem. E aliás, a bandeira de Évora, é feita por uma série de triângulos sucessivos dispendo-se reunidos num movimento giratório. Cada um desses triângulos chama-se heraldicamente um girão e, portanto, o conjunto de girões é uma bandeira gionada ou escudo gironado. Quais são os elementos que nós devemos levar a esse escudo gironado? Actualmente, a bandeira gionada é de vermelho e de azul. Não sei exactamente que razões levaram escolher o vermelho e o azul para a bandeira da cidade. O vermelho e o azul são cores tradicionais de Portugal, eram as cores da casa real e as cores das Forças Armadas usadas nos concares e nas faixas até 1834, portanto, até à queda do rei D. Miguel e eram as cores do Absolutismo. Suponho que não terá sido por essa razão que figurarão na bandeira da cidade de Évora, até porque só poderia ser essa a razão se de facto se comprovasse o uso dessas cores desde o antigo regime até à actualidade, o que não sucede. Suponho que terá sido uma escolha arbitrária que se deu no decorrer deste século.

Túlio Espanca: Arbitrária. Foi arbitrária, exacto. Foi por volta de mil novecentos e quarenta, entre quarenta e cinquenta. Mas não consta, curiosamente da apresentação em acta. Foi o árbitro que surgiu e, inexplicavelmente, a partir 1951/52 aparece o azul. Que até então a bandeira não era gironada, não havia diploma que o comprovasse, mas simplesmente uma cor, simplesmente vermelho, que existiu e que era empunhada sempre pelos Alferes da bandeira da cidade!. Mas isso foi no século XIX, até ao século XIX.

Pedro Sameiro: E como estava a dizer, a bandeira deverá ser gironada, que é o que está estabelecido como padrão para as bandeiras das cidades, não poderá ser de só cor, porque existem, de facto, na Heráldica Municipal Portuguesa bandeiras de uma só cor; estão admitidas para as vilas, mas não para as cidades, e não me parecia apropriado estabelecer uma confusão nos símbolos heráldicos da cidade de Évora de maneira que ela pudesse usar uma bandeira que fosse a bandeira de uma vila e não de uma cidade. Esse gironado não poderá ser de vermelho e azul. Poder-se-ia escolher isso por uma razão de pura conservação do que já existe porque esse gironado, digamos, viola uma regra heráldica que é a da impossibilidade de se juntarem cores com cores ou metais com metais.

Eu passo a explicar o que isto quer dizer é um pormenor técnico, digamos assim. Existe em Heráldica aquilo que nós chamamos cores (ou esmaltes, talvez mais propriamente), que são o vermelho, o verde, o azul e o negro, e a púrpura (que é um tom violeta). E depois temos outras coisas que nós designámos por metais, que são dois: o branco ou prata e o amarelo ou ouro. E por regras que nunca foram violadas desde o início do aparecimento dos brasões de armas, não se podem juntar as quatro cores umas com as outras nem os dois esmaltes uns com os outros. Tem-se, discutido muito qual é a razão desta regra. Parece que uma das razões fundamentais e mais evidente é da própria legibilidade.

O facto de se usarem duas cores torna dificilmente perceptível ao longe quais são efectivamente as duas cores. Possivelmente terão feito a experiência de olhar de longe a bandeira da cidade! Évora com o vermelho e com o azul e terão colhido a ideia de verem uma mancha arroxeadada. Se uma dessas cores for substituída pelo branco ou pelo amarelo conjunto torna-se muito mais legível à distância, muito mais evidenciável, portanto muito mais claro que é uma das coisas que também se pretende em Heráldica: que os símbolos sejam claros, facilmente identificáveis e, sobre tudo em bandeiras, que sejam identificáveis à distância.

Então, uma vez que temos, digamos elementos (dum lado as cotes, do outro lados os esmaltes),

quais vamos, escolher? Será uma solução normal ver o brasão e ver quais são esmalte e o metal. O metal dominante é o, ouro, que é o fundo, é aquele que aparece com mais evidência, o esmalte dominante é o negro, que é a cor do cavalo. Portanto, a partir daí nós poderíamos estabelecer um gironado de amarelo, ou seja, de ouro, e de negro. A outra hipótese será o ouro e o vermelho. De certa maneira corresponde, digamos, a uma solução de compromisso entre a bandeira actual e a sua correcção heráldica, fazendo apelo ao esmalte e ao metal dominante no brasão de armas. Porquê o vermelho? Poderão perguntar. Bom, o azul é que tal vez não fosse justificado, porque o azul tem pouca representação nas armas actuais, no escudo actual. O vermelho também não tem muita, tem estado no sangue que ao fim ao cabo, só se vê na espada ou nas cabeças. O vermelho não o azul estão ligados, de certa maneira, ao Poder Municipal. Desde a Idade Média, e isso pode ver-se, por exemplo, nas varas dos vereadores, suponho que ainda existem as varas dos vereadores desta Câmara são vermelhas, é um símbolo do Poder Municipal, diferentes das varas do Juíz de fora, que é o símbolo do poder Real, que eram brancas. E isso é tão antigo que, por exemplo, na audiência do fresco de Monsaraz o Juíz empunha uma vara vermelha, portanto era um Juíz eleito.

Tem-se relacionado também esse uso de vermelho com o Poder Municipal, com equiparação protocolar feita pelo rei Filipe II, do Presidente do Senado de Lisboa aos juízes dos tribunais superiores da época, que utilizavam como cor da sua função nas mesas dos tribunais e na decoração das salas, o vermelho. E pensa-se que, a partir daí, por influência do uso dos tribunais superiores da corte, o município de Lisboa tivesse também passado a usar vermelho esse uso se tivesse generalizado. Parece-me que isto também será um pouco abusivo, desculpem estar-me talvez a alongar em relação à Câmara de Lisboa porque se sabe que no reinado de D. Manuel I, ela já haveria sido autorizada pelo próprio rei a usar uma bandeira vermelha e branca, portanto, prata e vermelha. E autorizada pelo próprio rei, porquê? poderão perguntar. Porque das cores que foram entendidas dever utilizar-se no escudo será o gironado de negro ouro.. Todavia, eu não tenho nada a opor em termos técnicos e heráldicos ao gironado de ouro e vermelho. Em relação e outros elementos das bandeiras há aqui o problema dos cordões e borlas.

Os cordões e borlas estão relacionados, ao fim ao cabo, com as cores que foram escolhidas. Se forem o vermelho e o ouro, serão de ouro e vermelho, se forem de ouro e negro, serão de ouro e negro. Parece-me que era o que vos poderia dizer, sem querer monopolizar a sessão e esta parte dela, em relação à problemática das armas de Évora. Contudo, como eu tenho a consciência que muita coisa está por dizer e por esclarecer e eventualmente podem existir nos vossos espíritos muitas dúvidas, estou inteiramente à vossa disposição para na medida das minhas capacidades poder responder e esclarecer essas dúvidas que me colocarem. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Túlio Espanca. Muito obrigado Sr. Dr. Pedro Sameiro.

Túlio Espanca: Era só um minuto porque eu não terminei, Sr. Dr., como não pegou nessa informação, eu terei de esclarecer. Pois é o segundo ponto em decoração.

Presidente: Já agora, se me dão licença, só uma questão formal que eu tenho de pôr à consideração da Câmara e é o problema da hora. São neste momento sete horas e onze minutos, nós devíamos interromper os nossos trabalhos. Pergunto se Câmara está de acordo em prosseguirmos neste ponto. Se não há nenhuma objeção, nós prosseguiríamos. Muito obrigado.

Túlio Espanca: É, que como reparam, e todos sabem, temos visto o brasão emoldurado com a legenda Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora, e, no interior, a Torre e Espada. Ora como é que aparece a Torre e Espada aqui? Foi uma concessão, a primeira foi uma concessão do rei D. João I, a segunda foi uma outorga, foi a concessão notável que o Presidente da República, por decreto de mil novecentos e dezanove, no dia dez de Maio de mil novecentos e dezanove, concedeu, a exemplo de Coimbra, Lisboa e de poucas mais cidades portuguesas; a Comenda de Oficialato da Torre e Espada. E eis a razão porque aparece aqui decorando o escudo, mas nunca como disse muito bem o Sr. Dr. Sameiro a bandeira. Simplesmente o escudo da cidade de Évora, que, aliás, até 1950 sempre figurou com a Torre e Espada, a partir de 1919, porque eu assisti e acompanhei muitas vezes a Câmara e todos os selos, todos os documentos escritos eram acompanhados pela Torre e Espada. Eis o motivo por que ela aparece novamente, porque foi uma concessão do Presidente da República na altura era o Dr. António José de Almeida, que bastante dignificou a cidade de Évora.

Túlio Espanca: Muito obrigado. Ora, depois destas duas importantes intervenções e fundamentaram as propostas que nós aqui temos, e que o Sr. Dr. Pedro Sameiro fez o favor de resumir na sua parte final, resta à Câmara... Em primeiro lugar perguntar se querem pôr alguma questão, se querem fazer alguma intervenção, antes de passarmos à opção que nós temos de fazer. A única da proposta e aqui veio, que é a que diz respeito às cores da bandeira.

Abel Junqueira: Bem, eu da outra vez tinha posto a questão de arcos serem, romanos ou serem góticos. Efectivamente agora aqui vejo uma coisa. Não sei porque motivo é que é, já agora gostava de ser esclarecido porque é que os castelos centrais têm cinco ameias e os laterais só têm quatro?

E outra pergunta que eu gostava de pôr é por que é que as portas laterais são vistas de lado e as

portas centrais são vistas de frente? Deve haver uma razão qualquer, enfim, pode parecer uma picuinha, mas eu gostava, já agora, de aproveitar esta oportunidade.

Pedro Sameiro: Porque aquilo que nós vemos na coroa, ao fim ao cabo, é uma projecção da coroa. A coroa, nós temos que a imaginar circular, toda ela rodeada por torres, das quais só parte são aparentes ao observador, por isso na descrição oficial se diz coronel com cinco torres aparentes. Portanto, existem mais por trás. Destas que estão dos lados, porque nós as vemos de perfil só vemos metade do arco e não vemos o arco todo. Pela mesma razão, a diminuição do número de ameiras. Porque estas, centrais, estou a vê-las em projecção frontal e estas estou a vê-las de perfil, portanto vejo menos ameias. Serem três ou quatro, isso, digamos que é um bocado o gosto do artista, mas, enfim, terá que ser esta superfície terá de ser sempre sensivelmente menor, esta, distância deverá ser sempre sensivelmente menor que esta daqui, assim como esta parte daqui de baixo terá de ser metade da outra, porque precisamente estas três torres estão vistas de frente, estas duas de perfil. Conforme eu estou a imaginar uma superfície ou estou a imaginar um círculo do qual só vejo uma porta, que está de frente para mim.

Digamos que existem em Heráldica códigos de representação de determinadas coroas. Isto corresponde, na realidade, a uma coroa que é um círculo, composto por uma espécie de muro com ameias e com torre, com estas torres à volta. Mas como eu não o vou representar aqui em perspectiva, poderia representar efectivamente em perspectiva. Aliás, suponho que numa representação escultórica no topo, sei lá, numa coluna isto pode estar representado na sua inteireza, pode estar representado como um círculo que encima a pedra com o escudo.

Mas, normalmente em Heráldica não se usa a perspectiva. E como não se usa a perspectiva eu tenho que planificar tudo o que vejo e daí uma certa distorção que aponta. Pelo que isto aparece mais pequeno visto em metade e estes aparecem mais largos e vistos na integralidade do seu volume.

Túlio Espanca: Perguntou um outro elemento: por que é que os portais aparecem de volta redonda ou de volta plena quando o anterior desenho tinha uma ogiva? Porque se pretendeu integrar o desenho próximo da reconquista cristã. E como foi do século XII, imperava em Portugal, evidentemente, o Islamismo. Mas na cultura europeia e cristã imperava o Românico e, portanto, figurava no anterior desenho uma ogiva gótica, que só aparece posteriormente, como sabem, a partir do século XIII, XIV, entre nós. Portanto, fez-se a representação e modificação de volta redonda, que era o mais vizinho do acontecimento histórico que está a ser evocado na figura de Giraldo Sem Pavor.

Pedro Sameiro: Aliás, só para maior esclarecimento, eu leria o que diz o despacho ministerial de 1930 que regula a Heráldica Municipal e que diz simplesmente isto: "As armas serão encimadas por uma coroa mural prateada, de cinco torres para as cidades, de quatro para as vilas e de três para as freguesias. A coroa mural da cidade de Lisboa será de ouro, atendendo a que é capital do país, portanto, não se diz mais nada.

Saias: Dá-me ideia que a figura de cavaleiro que aparece aqui não é tão caracterizadamente o Giraldo Sem Pavor, quer dizer, não aparece armado como guerreiro, e deixa de facto em aberto essas duas leituras de que o Sr. Túlio Espanca falava, de ser eventualmente o Santiago, quer dizer, não vejo que seja bem característico do cavaleiro. Essa era uma pergunta que eu queria fazer, portanto, qualquer dos outros brasões que estão aqui, o cavaleiro aparece armado de uma maneira mais bem caracterizado. E uma outra pergunta que eu também queria fazer é se esta condecoração Torre e Espada, surge já em 1919, passou a fazer parte do brasão da cidade, ou caso apareça outra condecoração, ou qualquer evento de força idêntica ou superior, se poderá vir a introduzir essa alteração no brasão da cidade, portanto, uma revisão do que é apresentado agora, ou seja, se isto é já definitivo, ou não é. Se esta versão é definitiva ou pode vir a sofrer alterações.

Presidente: Já agora, se me dessem licença: Há dois desenhos, um, que está na nossa posse, do cavaleiro sem a armadura, e te mos outro com uma armadura mais completa. Portanto... Qual dos dois é que será o mais correcto?

Túlio Espanca: Sr. Dr. Saias. É que o desenhador, e naturalmente por razões de ordem estética, inclinou-se, no desenho que é proposto para definitivo, depois de variantes, para a versão original, porque esta a que eu tenho, que julgo que é a que apresentámos aqui primeiramente, apresenta de facto o Giraldo, que é uma figura equestre, com espada, guerreiro. Porque os guerreiros envergavam, pôr vezes uma espécie de micel em campanha, que cobria a própria armadura de ferro ou de metal, e apresenta sem casco, um casco de guerra, porque, no fundo, o Giraldo, na tradição e na História, não era um guerreiro na acepção do termo, que fizesse parte de uma legião militar de campanha do rei, era uma espécie de aventureiro, e aqui é representado, realmente como cavaleiro de guerra, mas sem a couraça e com uma cabeça, uma cabeça muito nobre, foi talvez o artista da Catedral que o pretendeu representar como uma figura muito nobre, não muito bélica, e foi talvez esse ideário que orientou, creio eu, o desenhador a optar por uma forma mais suave: Não o guerreiro, de couraça, como aparece noutras figuras, não só este como outras figuras militares, e está muito vizinho, na representação gráfica, do original, isto é, do exemplar do século XIV, que é o

mais antigo conhecido da Heráldica Eborense. Seria talvez essa a razão que levou o artista a reproduzi-lo com este sentido mais estético e menos bell coso. Creio que foi isso que me foi transmitido pelo próprio desenhador. A outra parte talvez o Sr. Dr. Sameiro possa, com mais autoridade esclarecer.

Pedro Sameiro: Retomando um pouco a 1.^a questão, eu diria que qualquer destas reproduções não corresponde exactamente ao texto.

Este texto, a ser aprovado, corresponderia ao aparecimento no desenho de um cavaleiro com um elmo mais caracterizadamente posto. Ou com um elmo ou com um casco. E com alguma peça de armadura, possivelmente umas braçadeiras ou uns coxotes. Até porque temos de ver que nesta altura, na Idade Média, não se usava o tipo de armaduras completas com que depois aparecem em representações posteriores. De facto, é natural que um desenhador heráldico, ao interpretar esta figura, e eu também, preciso ter um pouco noção disto e às vezes é difícil, quando não se tem essa noção, interpretar verdadeiramente o espírito da Heráldica. Existe em Heráldica uma coisa que é fixa e imutável, que é uma descrição, que é isto que está aqui. Mas esta descrição pode não corresponder necessariamente um padrão gráfico, esta descrição qualquer artista é livre de a interpretar, segundo as épocas, segundo os seus gostos pessoais, segundo as suas concepções estéticas. É evidente que uma Câmara acabará por adaptar uma determinada versão para a sua representação, normal. Mas se um dia as armas de Évora aparecerem desenhadas por uma versão diferente, que não seja aquela que é adoptada pela Câmara, desde que corresponda exactamente à descrição que existe das armas não se segue daí que ela esteja errada. Eu diria que existem, pois, diferenças de interpretação e que talvez numa interpretação mais rigorista do texto o cavaleiro aparecesse com uma armadura mais completa do que aquela com que figura em qualquer dos desenhos, daí que o Sr. Dr. tem razão na observação que faz. Em relação a condecorações, não é uso em Heráldica Municipal, e mesmo em Heráldica não municipal, multiplicar as condecorações à volta do escudo. É evidente que existem exemplos históricos disso. Todos nós possivelmente já vimos, embora talvez não tenhamos reparado, a representação das armas de França nos tempos de Luis XIV ou de Luis XV, em que aparecem as três flores-de-lis, e à volta vários colares. São normalmente, o colar da Ordem de S. Miguel, o colar da Ordem do Espírito Santo e às vezes ainda o colar da Ordem de S. Luís. Nós, na Heráldica Municipal Portuguesa, usamos apenas uma condecoração devido ao problema de um dia poder vir a ser concedida uma condecoração de grau superior. Em relação à Ordem da Torre e Espada, todas as dignidades, desde Cavaleiro a Grande Oficial, podem usar nas grandes cerimónias um colar perfeitamente idêntico a este. Não sei qual é o grau com que a cidade foi agraciada.

Túlio Espanca: O grau de Oficial.

Pedro Sameiro: Mas mesmo que seja a Grande Cruz, continuará a usar o mesmo colar. Só se um dia, por hipótese absurda, porque isso não sucederá, uma vez que não é concedida a instituições mas só a chefes de estado, fosse concedida à cidade de Évora o Grande Colar da Ordem de Torre e Espada, nessa altura é que tiraria este colar e poria à volta o Grande Colar da Ordem da Torre e Espada. Se, por exemplo, vier a ser concedido, por hipótese, o grau de Comendador da Ordem do Mérito, não põe, porque sendo a Ordem do Mérito uma condecoração de grau inferior à da Torre e Espada, mantem-se a Torre e Espada.

Presidente: Portanto, não havendo mais questões, iria pôr à consideração da Câmara a escolha da opção que o Sr. Dr. Pedro Sameiro nos deixa aqui para as duas cores para a bandeira: entre o gironado negro-ouro e o gironado ouro-vermelho. Eu atrevia-me a propôr que fosse o mais próximo da bandeira actual, e neste caso o gironado ouro-vermelho. Só tiraríamos o, azul, substituindo-o por ouro.

Rosado da Cruz: Eu fiquei com a ideia de que havia, pelo menos, uma evocação ou uma bandeira antiga numa pintura que existe, e que o Sr. Túlio Espanca referiu, na Igreja de S. Vicente. E que se não estou em erro, essa bandeira seria já gironada e a ouro e negro, salvo erro. Não sei se isto corresponde à verdade, porque já foi referido há um certo tempo, mas o Sr. Túlio Espanca tinha feito uma referência qualquer a essa bandeira.

Túlio Espanca: Era a bandeira real, usada na Batalha do Salado.

Rosado da Cruz: Real? Mas que tinha alguma relação com Évora?

Túlio Espanca: Bem, tinha, porque em Évora se montou o exército, se constituiu o exército para a Batalha. Houve sempre uma confusão. Os combatentes eborenses associaram-se em confraria, confraria da Sr.^a da Vitória, em alusão à vitória da Batalha do Salado. E essa confraria existiu muitos anos nessa sala. Até que se fundou a Câmara.

Rosado da Cruz: De qualquer maneira, apesar de ser a bandeira real, ela traduzia uma certa ligação aos guerreiros da cidade de Évora. Ou estarei errado?

Túlio Espanca: O rei é que fundou essa irmandade da vitória. Porque ele é que esteve na batalha com

os combatentes, que eram de todo o país. Em Évora é que se fundou a irmandade, porque de Évora é que partiu o exército.

Presidente: Consideremos então este ponto encerrado. E resta-nos apenas agradecer ao Sr. Túlio Espanca e ao Sr. Dr. Pedro Sameiro. Gostava que a Câmara toma-se conhecimento que o Dr. Pedro Sameiro deu toda esta colaboração à Câmara graciosamente, com prejuízo da sua vida, como aconteceu hoje, em que teve que vir especialmente de Lisboa, só para estar aqui connosco e nos dar este depoimento de grande importância. E ao Sr. Túlio Espanca, por estarmos sempre, sempre, a solicitar-lhe a sua colaboração, muitíssimo obrigado.

Anexo 19. Certidão emitida em 21 de Maio de 1989 pela Assembleia Municipal de Évora, onde se certifica que em sessão ordinária foi aprovada a composição do brasão de armas, bandeira e selo do município. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

CERTIDÃO

José da Conceição Alves Madeira, Presidente da Assembleia Municipal de Évora, certifica, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 39º, nº 2, alínea R) do Decreto-Lei nº 100/84, que em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.12.1987, foi aprovada a composição do Brasão de Armas, Bandeira e Selo do Município de Évora, nos termos seguintes:

BRASÃO DE ARMAS

Escudo peninsular de ouro, com um cavaleiro armado de prata, realçado de azul, galopando em cavalo negro e empunhando uma espada de prata ensanguentada; em contra-chefe, duas cabeças de carnação, caídas e cortadas de sangue, uma de homem à dextra e outra de mulher à sinistra toucadas de prata. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com a legenda a negro "Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora.

Concedido pela 1ª República à cidade em 1919, o brasão ostenta o colar da Torre e Espada.

BANDEIRA

Com cordeis e borlas de ouro e vermelho, haste e lança douradas, gironada de ouro e vermelho.

SELO

Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres "Câmara Municipal de Évora".

Assembleia Municipal de Évora
21 de Junho de 1989

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


José da Conceição Alves Madeira

Anexo 20. Ofício enviado em 23 de Junho de 1989 pela Assembleia Municipal de Évora à Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Assunto: Publicação em Diário de República da certidão da deliberação tomada em 30 de Dezembro de 1987 pela Assembleia Municipal. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Assembleia Municipal de Evora

À

Imprensa Nacional - Casa da Moeda
Rua D. Francisco Manuel de Melo
1092 Lisboa Codex

Sua referência:

Sua comunicação de

Nossa referência:

DATA

Of.º N.º 52

Proc. N.º

23/06/89

ASSUNTO:

Para efeitos de publicação no Diário da República III Série, nos termos previstos no Dec. Lei nº 100/84 - artº 39 nº 2 alínea R), junto enviamos Certidão da deliberação da Assembleia Municipal tomada em 30/12/87.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José da Conceição Alves Madeira

ML/mc

Anexo 21. Informação interna enviada em 13 de Outubro de 1990 pelo Núcleo de Documentação para a chefe da DIDA (Divisão de Informação Documentação e Atendimento. Assunto: Armas Municipais – publicação da descrição heráldica no Diário da República. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.



Câmara Municipal de Évora

INFORMAÇÕES – PARECERES – DESPACHOS

PABA Chefe de DIDA **N.º** 272

DE Núcleo de Documentação

ASSUNTO Armas Municipais - publicação da descrição heráldica no Diário da República

DATA 13 / 8 / 90

No seguimento de pedido de informação do GPI sobre a data de publicação em Diário da República da descrição heráldica do brasão, bandeira e selo municipais, procedemos à consulta do Diário da República, III Série, de Junho a Agosto de 1989 sem encontrarmos o texto em causa.

A publicação tinha sido solicitado através do ofício nº52 da Assembleia Municipal de Évora, datado de 23/6/89.

Em contacto telefónico com a Imprensa Nacional - Casa da Moeda ficámos a saber que o nosso ofício foi devolvido à Assembleia Municipal de Évora por não levar selo branco nem ir acompanhado do pagamento da publicação (3.823\$00 na altura; hoje:4.107\$00) - foi devolvido junto com o ofício nº549 PRE, datado de 29/6/89, da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Segundo informação da Secção de Expediente, o ofício da Imprensa Nacional - Casa da Moeda não está registado no livro de correspondência recebida na Assembleia nem deu entrada na Secção de Expediente da Câmara. Da Contabilidade informaram que não existe nenhum pagamento pendente em relação à Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Tudo indica que a publicação da descrição heráldica das ar

Anexo 22. Publicação em 12 de Outubro de 1990 da Certidão da Assembleia Municipal em Diário da República — III Série n.º 266. Documento arquivado no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora.

13 150

DIÁRIO DA REPÚBLICA — III SÉRIE

N.º 236 — 12-10-1990

realizada em 21 de Setembro corrente, dos únicos candidatos ao concurso interno de promoção para provimento de dois lugares de técnico auxiliar de turismo principal:

Maria Clara Camacho Pereira Rebelo — 14 valores.
Fátima Rufina dos Santos — 13 valores.

Mais se torna público que na mesma reunião, por não haver candidatos excluídos, foi deliberado, por escrutínio secreto, nomear os candidatos indicados para os respectivos lugares, os quais deverão tomar posse no prazo de 30 dias a contar do dia seguinte ao da presente publicação no *Diário da República*.

Região de Turismo de Setúbal, 24 de Setembro de 1990. — O Presidente da Câmara, *Edgar Fernando Coelho Costa*. 1-1-20 060

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Norma n.º 218/90 — Ramo «Vida» — Seguro de vida

Autorizações

A Companhia de Seguros Bonança, E. P., com sede em Lisboa, requereu autorização para explorar, no seguro de grupo fechado, a modalidade «Capital diferido com contrasseguro a prémios únicos sucessivos», a designar comercialmente «PURC», de acordo com o plano de exploração do ramo «Vida», aprovado pela norma n.º 64/83, de 2 de Setembro, e restantes disposições normativas. Considerando:

Que não há razões de ordem técnica ou de regular funcionamento do mercado que obstem ao deferimento do pedido; Que foram cumpridas as disposições normativas aplicáveis:

1 — Concede-se à Companhia de Seguros Bonança, E. P., nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 5.º e ao abrigo do artigo 6.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 302/82, de 30 de Julho, e em conformidade com o n.º 14 da norma n.º 108/86, a autorização requerida, nos precisos termos dos documentos aprovados e que ficam arquivados neste Instituto.

2 — As condições gerais é atribuído o número de registo 0062053A.

3 — À tarifa própria é atribuído o número de registo 22569001A.

4 — A presente norma entra em vigor na data da sua divulgação às seguradoras.

Instituto de Seguros de Portugal, 19 de Setembro de 1990. — O Conselho Directivo: *Manuel José da Silva Guedes Vieira* — *José Manuel Silva Veiga de Macedo*. 4-0-3339

Norma n.º 217/90 — Ramo «Vida» — Seguro de vida

Autorizações

A Global — Vida, Companhia de Seguros, S. A., com sede em Lisboa, requereu autorização para alterar, no seguro individual, as condições gerais da modalidade «Capital diferido com contrasseguro a prémios únicos sucessivos», com a designação comercial «Poupança activa global», de acordo com o plano de exploração do ramo «Vida», aprovado pela norma n.º 64/83, de 2 de Setembro, e restantes disposições normativas. Considerando:

Que não há razões de ordem técnica ou de regular funcionamento do mercado que obstem ao deferimento do pedido; Que foram cumpridas as disposições normativas aplicáveis:

1 — Concede-se à Global — Vida, Companhia de Seguros, S. A., nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 5.º e ao abrigo do artigo 6.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 302/82, de 30 de Julho, e em conformidade com o n.º 14 da norma n.º 108/86, a autorização requerida, nos precisos termos dos documentos aprovados e que ficam arquivados neste Instituto.

2 — As condições gerais é atribuído o número de registo 0162028B.

3 — É cancelado o número de registo 0162028A.

4 — A presente norma entra em vigor na data da sua divulgação às seguradoras.

Instituto de Seguros de Portugal, 19 de Setembro de 1990. — O Conselho Directivo: *Manuel José da Silva Guedes Vieira* — *José Manuel Silva Veiga de Macedo*. 4-0-3340

Norma n.º 216/90 — Ramo «Vida» — Seguro de vida

Autorizações

A American Life Insurance Company, com sede nos Estados Unidos da América e agência geral em Lisboa, requereu autorização para, no seguro individual, alterar as condições gerais, condições especiais e nota técnica da modalidade «Renda vitalícia imediata reversível com *n* pagamentos certos», com a designação comercial «Pensão X vida», de acordo com o plano de exploração do ramo «Vida», aprovado pela norma n.º 64/83, de 2 de Setembro. Considerando:

Que não há razões de ordem técnica ou de regular funcionamento do mercado que obstem ao deferimento do pedido; Que foram cumpridas as disposições normativas aplicáveis:

1 — Concede-se à American Life Insurance Company, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 5.º e ao abrigo do artigo 6.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 302/82, de 30 de Julho, e em conformidade com o n.º 14 da norma n.º 108/86, a autorização requerida, nos precisos termos dos documentos aprovados e que ficam arquivados neste Instituto.

2 — As condições gerais e às condições especiais são atribuídos os números de registo 0412071A e 0412015B, respectivamente.

3 — À tarifa própria é atribuído o número de registo 19998901A.

4 — São cancelados os números de registo 0412015A e 10518601A.

5 — A presente norma entra em vigor na data da sua divulgação às seguradoras.

Instituto de Seguros de Portugal, 12 de Setembro de 1990. — O Conselho Directivo: *José Dionísio de Almeida* — *José Manuel Silva Veiga de Macedo*. 4-0-3341

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

José da Conceição Alves Madeira, presidente da Assembleia Municipal de Évora:

Certifica, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 39.º, n.º 2, alínea r), do Decreto-Lei n.º 100/84, que em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30 de Dezembro de 1987 foi aprovada a composição do brasão de armas, bandeira e selo do Município de Évora, nos termos seguintes:

Brasão de armas — escudo peninsular de ouro, com um cavaleiro armado de prata, realçado de azul, galopando em cavalo negro e empunhando uma espada de prata ensanguentada; em contracheife, duas cabeças de carneação, caídas e cortadas de sangue, uma de homem à dextra e outra de mulher à sinistra, toucadas de prata. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com a legenda a negro «Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora». Concedido pela 1.ª República à cidade em 1919, o brasão ostenta o colar da Torre e Espada;

Bandeira — com cordéis e borlas de ouro e vermelho, haste e lança douradas, gironada de ouro e vermelho;

Selo — circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes.

Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal de Évora».

Assembleia Municipal de Évora, 21 de Junho de 1989. — O Presidente da Assembleia Municipal, *José da Conceição Alves Madeira*. 1-0-8089

MUNICÍPIO DE ANADIA

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso n.º 61/P

Concursos internos de promoção

Faz-se público que, de harmonia com o preceituado no n.º 4 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 68/80, de 4 de Novembro, a Câmara Municipal de Anadia, em sua reunião extraordinária realizada a 20 de Setembro de 1990, deliberou, por unanimidade e com observância do exigido pelo n.º 3 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, homologar as listas de classificação

Anexo 23. Cartaz Semana Gastronómica do Borrego de 2 de Março a 2 de Abril. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

**semana gastronómica
do borrego**



ÉVORA

22 DE MARÇO A 2 DE ABRIL

**PARTICIPE NA VALORIZAÇÃO DAS NOSSAS RIQUEZAS GASTRONÓMICAS
E RECEBA UMA PEQUENA LEMBRANÇA**

POR CADA PRATO PAGARÁ ENTRE 600\$00 e 950\$00

DIANA - LITOGRAFIA DO ALENTEJO - Évora

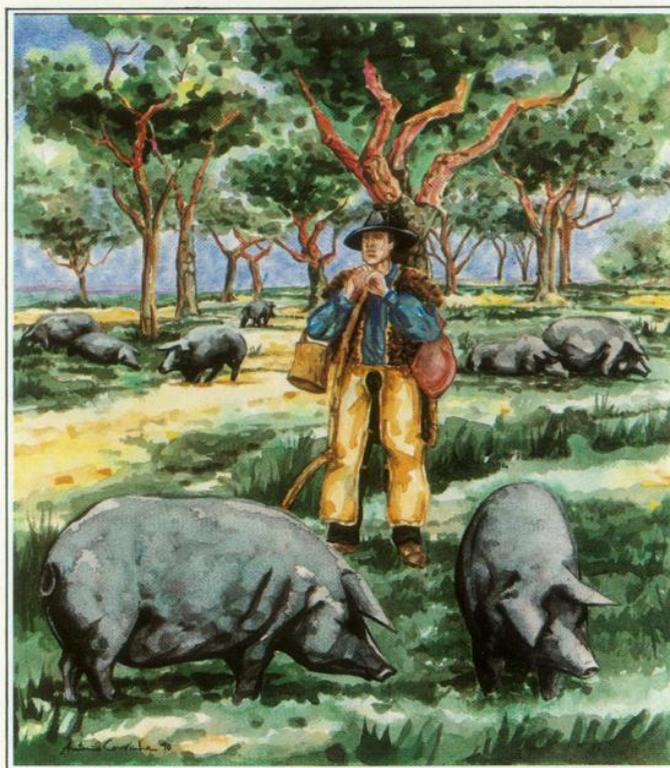
Organização :  **Câmara Municipal de Évora**

Anexo 24. Cartaz Dia Nacional do Deficiente (1988). Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 25. Cartaz Semana Gastronómica "O Porco" (21 a 28 de Fevereiro de 1990). Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

Semana Gastronómica "O Porco"



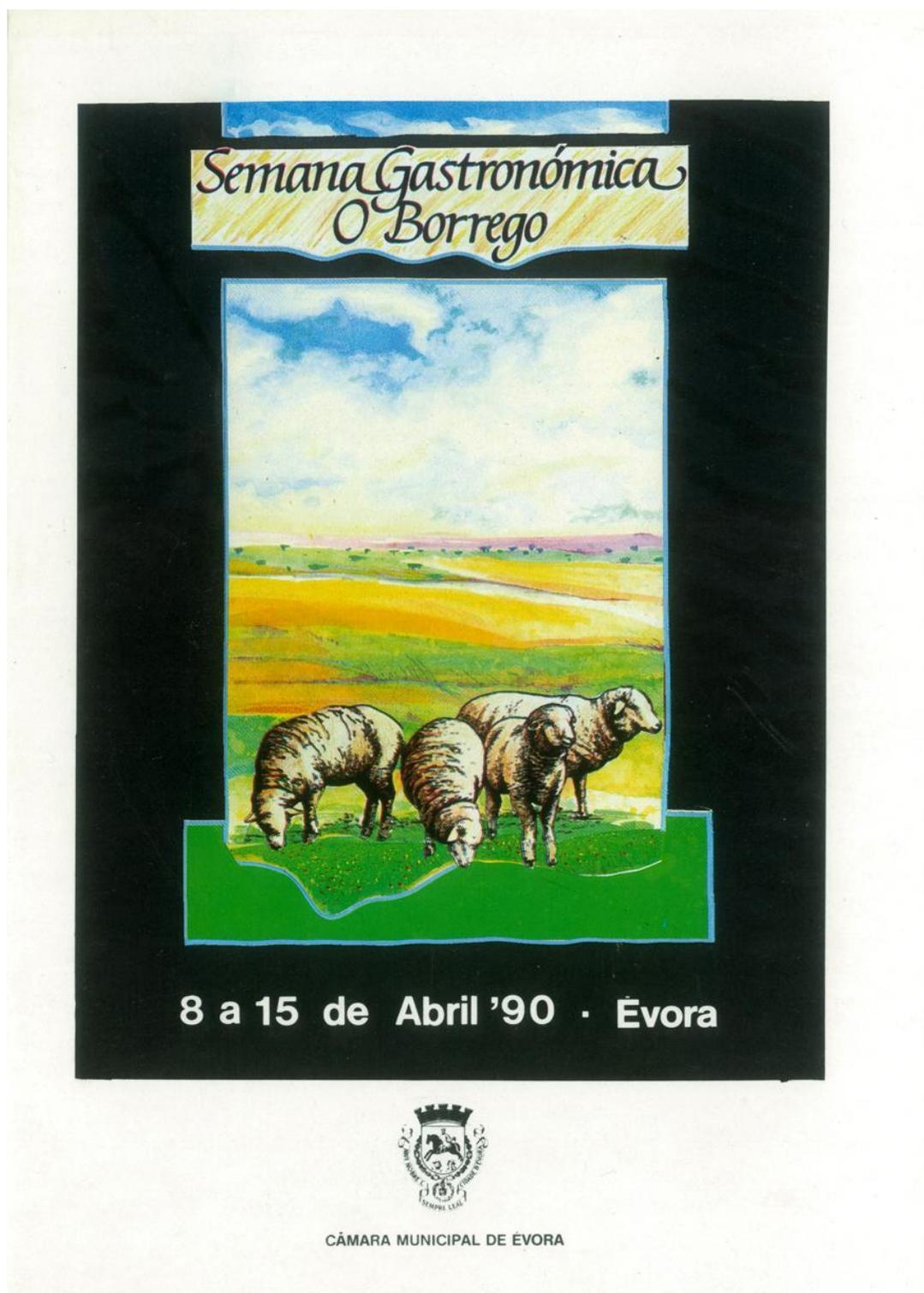
*Évora, 21 a 28 de Fevereiro
1990*

Organização :



Câmara Municipal de Évora

Anexo 26. Cartaz Semana Gastronómica “O Borrego” (8 a 15 de Abril de 1990). Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 27. Cartaz Semana Gastronómica “O Porco” (4 a 13 de Fevereiro de 1991). Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

Semana Gastronómica “O Porco”



**Évora , 4 a 13 de Fevereiro
1991**



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Anexo 28. Cartaz Semana Gastronómica “O Borrego” (24 a 31 de Março de 1991). Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



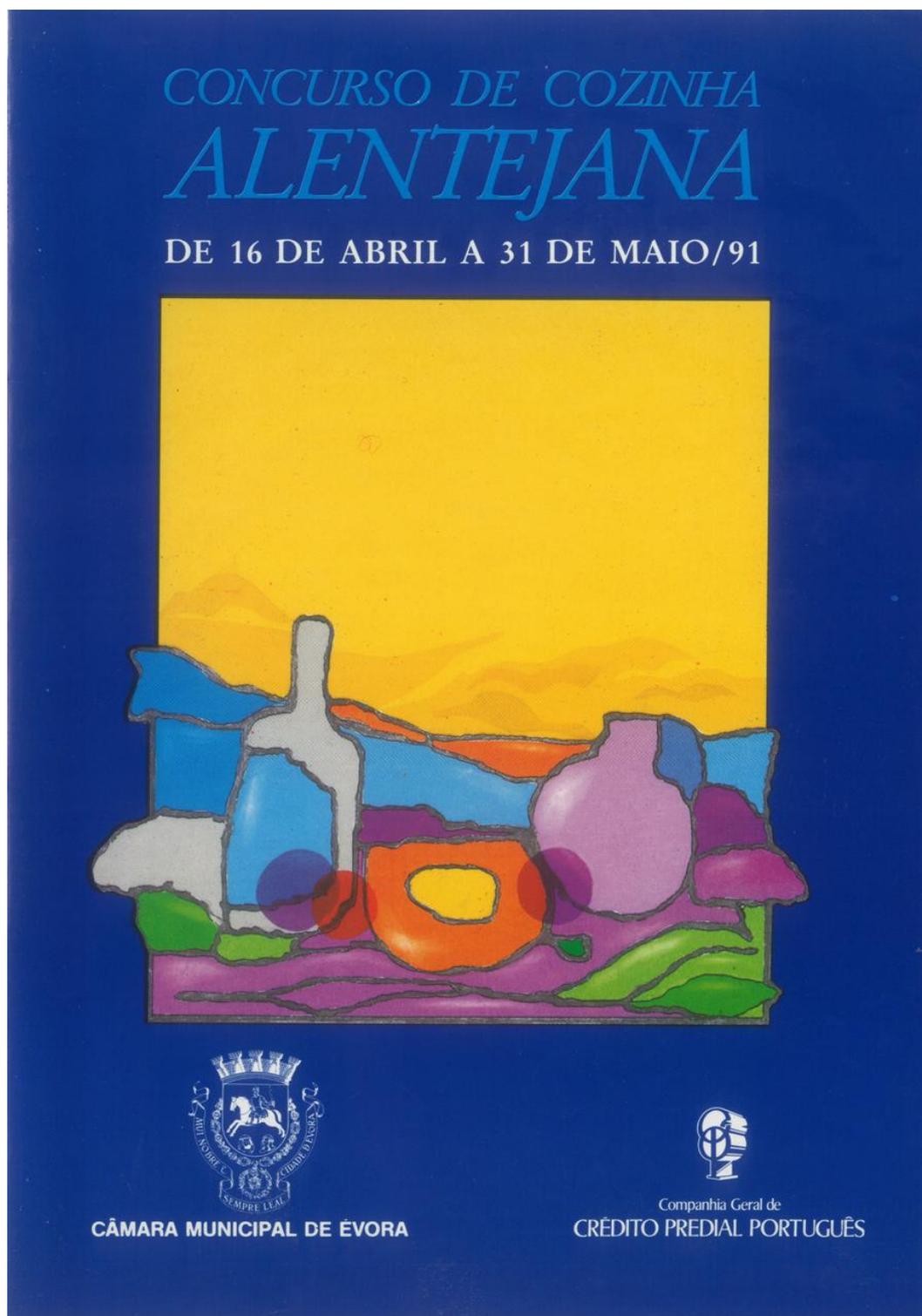
SEMANA GASTRONÓMICA
O BORREGO

24 a 31 de Março · 91

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

Anexo 29. Concurso de Cozinha Alentejana (16 de Abril a 31 de Maio de 1991). Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

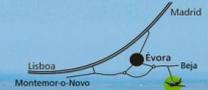


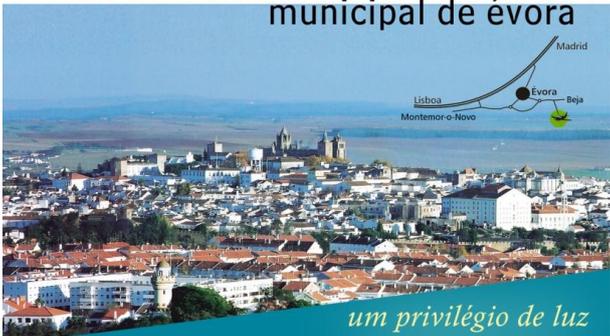
Anexo 30. Folheto do Aeródromo Municipal de Évora (2004). Design: Francisco Bilou. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



aeródromo

municipal de Évora





*um privilégio de luz
privilege by light*



Localidade: Évora - Portugal
Coord. geográficas:
 38°31'30"N 007°53'50"W
 Declinação magnética: 4°47'W (1996)
 Variação anual: - 9,0'
 Distância da cidade: 3,5 Km a SSE
 Elevação do aeródromo: 246m/807'

Location: Évora - Portugal
Co-ordinates:
 38°31'30"N 007°53'50"W
Magnetic declination: 4°47'W (1996)
Annual variation: - 9,0'
Distance to Downtown: 3,5 Km to SSE
Altitude: 246m/807'

Placa de estacionamento /
Parking Area
Taxiway



sempre consigo



**eventos aeronáuticos
aeronautics events**
Portugal Air Show

Turismo / *Tourism*

Lazer / *Leisure*

Desporto / *Sports*

Formação de pilotos / *Pilots training*

Manutenção aeronáutica / *Maintenance*

Indústria / *Industry*

Trabalhos agrícolas / *Agricultural works*

Aviação Comercial e Carga / *Commercial Aviation and Freight*

Combate a incêndio / *Fire-fighting*

Abastecimento combustível / *Fuel Supply*

Jet A1 Avgas 100LL

Despacho operacional e serviços administrativos / *Operational despatch and administrative services*

Restaurante/Cafetaria / *Restaurant/Coffee-shop*

RUNWAYS

Pista-RWY	QFU	Dimensões Dimensions (m)	TORA	LDA	Declive (%)	Superfície Surface
01	013°	1300 x 23	1600	1240	+0%	Asfalto/Asph
19	193°	1300 x 23	1600	1240	+0%	Asfalto/Asph
08	080°	640 x 30	640	580		Saibrel/Gravel
26	260°	640 x 30	640	580		Saibrel/Gravel

contactos | contacts

Câmara Municipal de Évora - Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Económico

Tel: (351) 266 702 263 (351) 266 741 942 Fax: (351) 266 741 945

cmevora.dade@mail.evora.net www.evora.net/cmevora

ALENTEJO - PORTUGAL

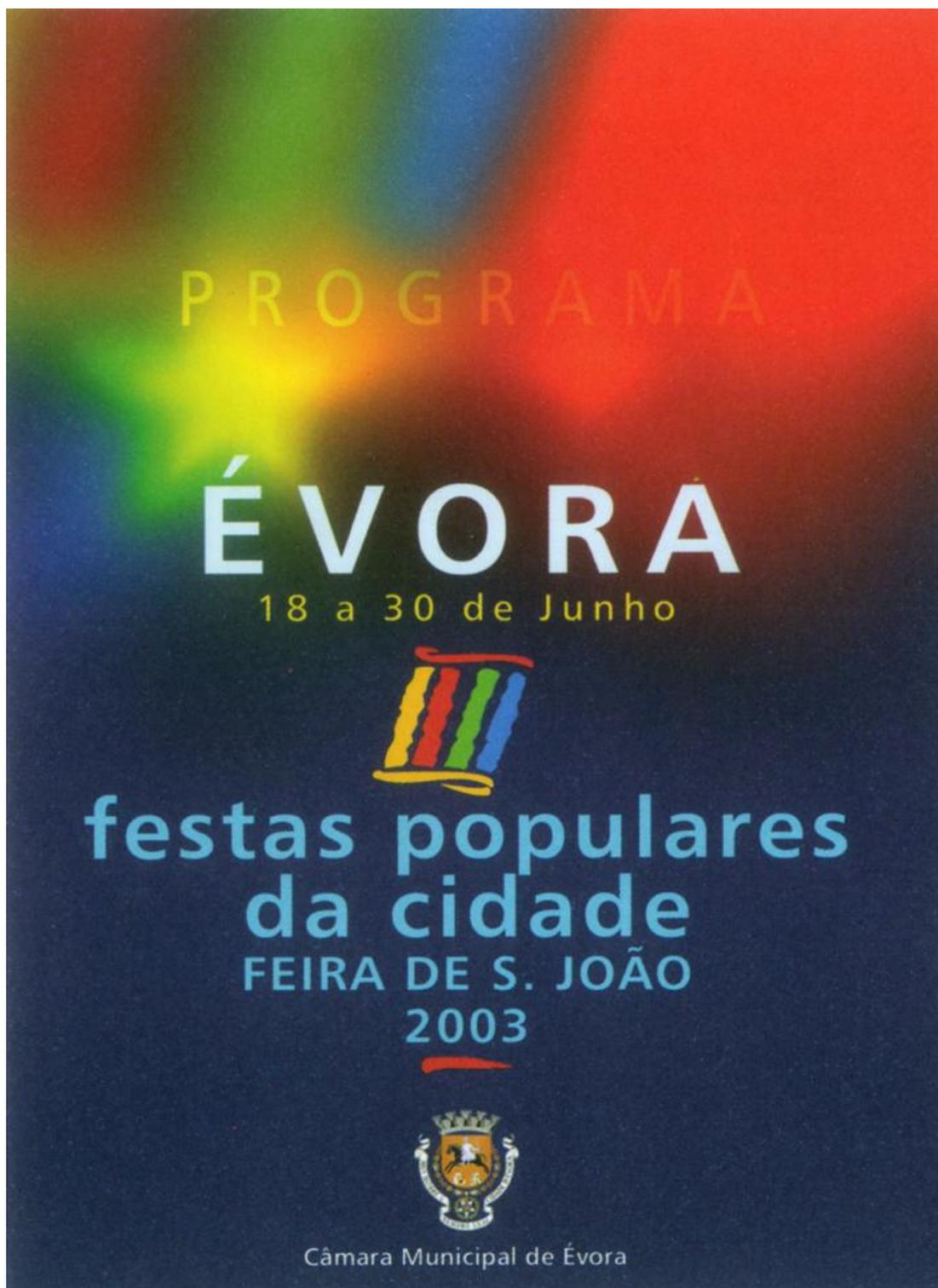
Anexo 31. Folheto Recolha de Monstros Domésticos (2007). Design: Telmo Marono. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 32. Folheto Natal Clássico (07 a 21 de Dezembro de 2008). Design: Telmo Marono. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 33. Capa do programa da Feira de S. João (18 a 30 de Junho de 2003). Design: Francisco Bilou.
Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 34. Cartaz da Feira de S. João (18 a 30 de Junho de 2004). Design: Francisco Bilou. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



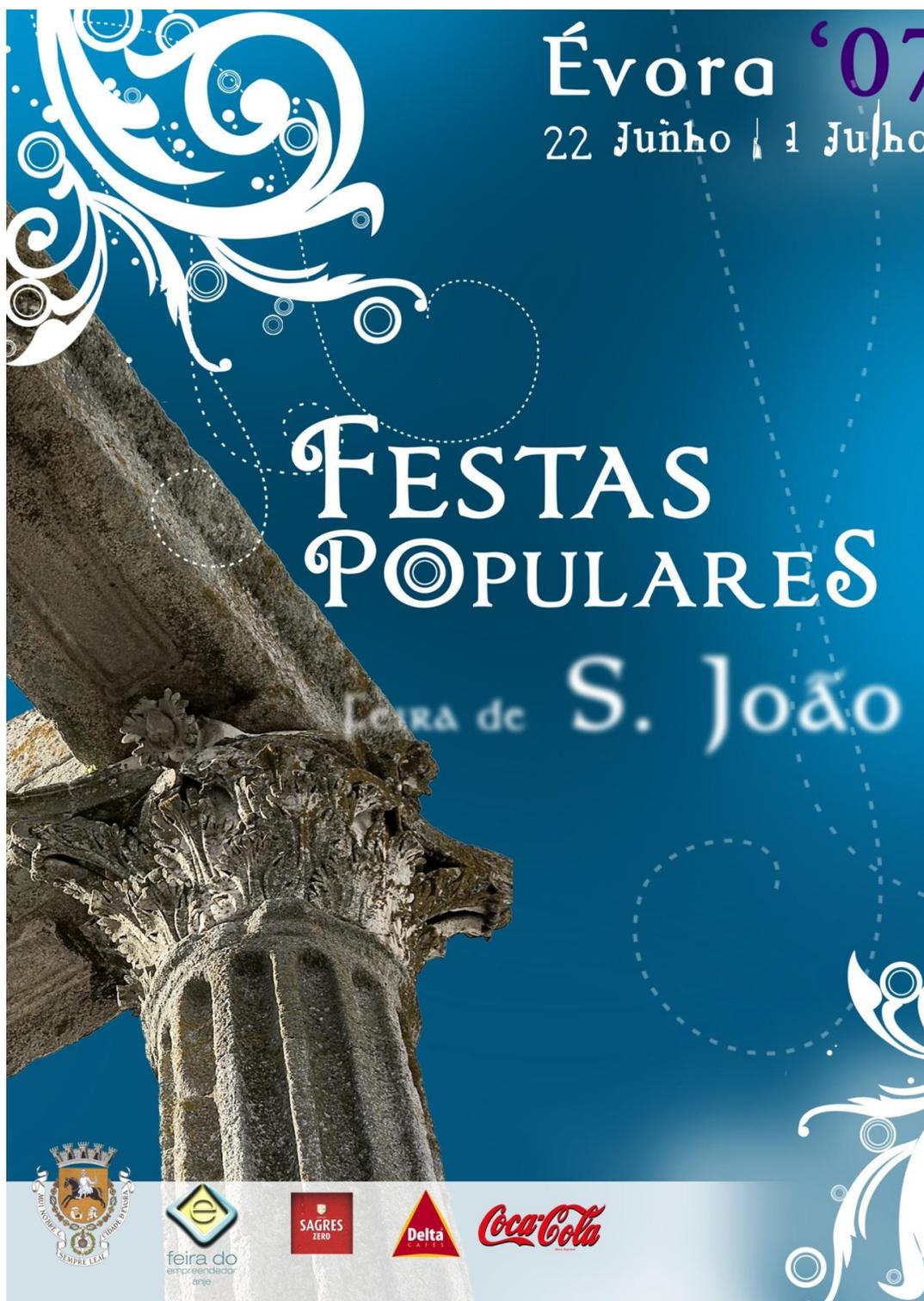
Anexo 35. Cartaz da Feira de S. João (18 de Junho a 03 de Julho de 2005). Design: Dematos Designers. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



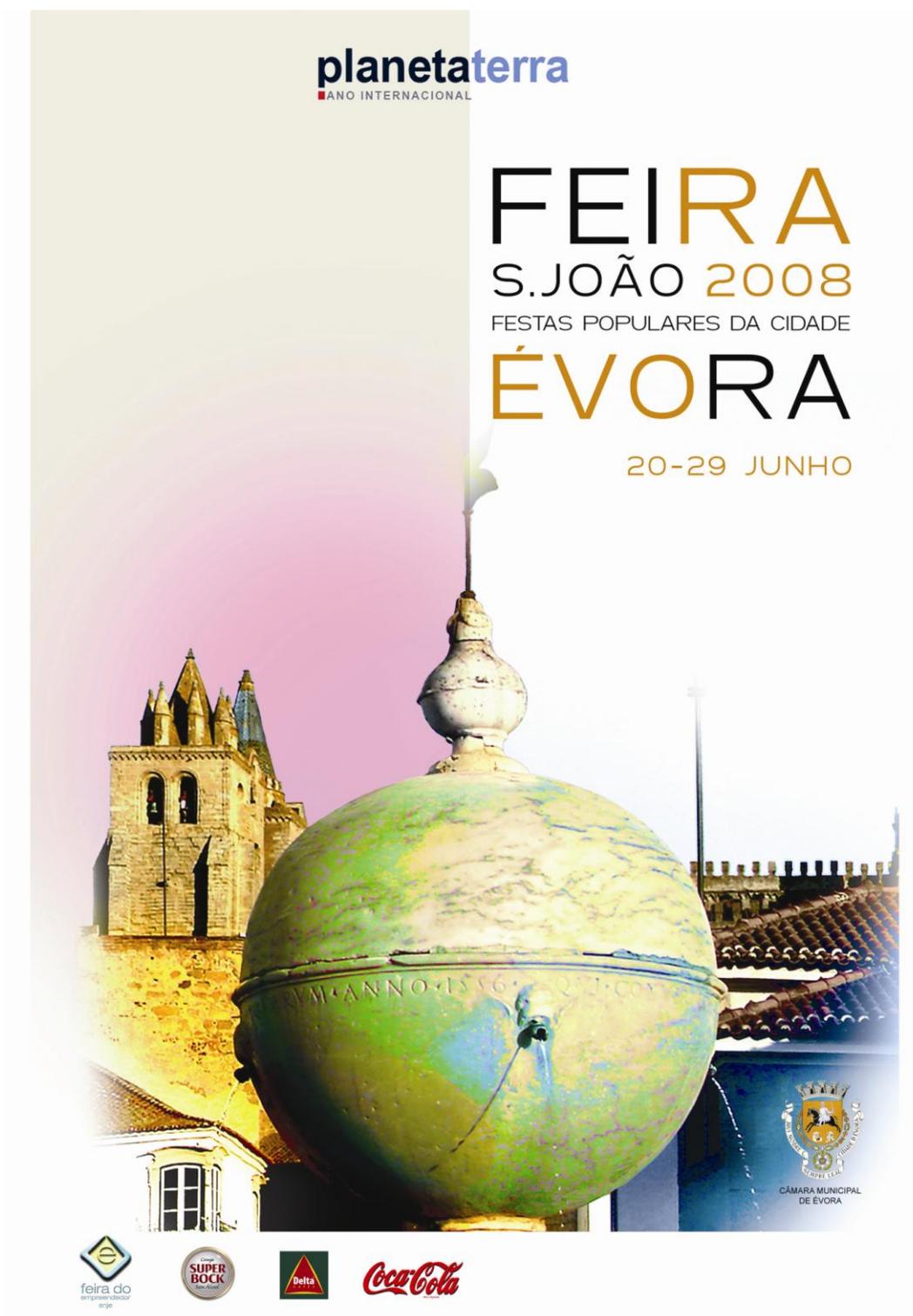
Anexo 36. Cartaz da Feira de S. João (23 de Junho a 02 de Julho de 2006). Design: Francisco Bilou.
Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 37. Cartaz da Feira de S. João (22 de Junho a 01 de Julho de 2007). Design: Maria João Raimundo. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 38. Cartaz da Feira de S. João (20 a 29 de Junho de 2008). Design: Francisco Bilou. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 39. Cartaz da Feira de S. João (19 a 30 de Junho de 2009). Design: Francisco Bilou. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 40. Cartaz da Feira de S. João (23 de Junho a 03 de Julho de 2011). Design: Francisco Bilou.
Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 41. Cartaz da Feira de S. João (22 de Junho a 01 de Julho de 2012). Design: Francisco Bilou.
Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 42. Cartaz da Feira de S. João (21 a 30 de Junho de 2013). Design: Francisco Bilou. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 43. Certificado de participação (2001). Design: Francisco Bilou. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 44. Folheto da Feira do Livro (22 de Junho a 01 de Julho de 2001). Design: Maria João Raimundo. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

Praca de Giraldo De 22 de Junho a 1 de Julho

2001
Feira do Livro Évora

Programa Cultural
Pavilhões

Nº 1 - Presença / Pergaminho - Livraria Nazareth
 Nº 2 - Porto Editora / Quarteto - Livraria Nazareth
 Nº 3 - Ed. Notícias / Oficina do Livro - Notícias Livreiros
 Nº 4 - Difel / Verbo - Notícias Livreiros
 Nº 5 - Assírio & Alvim / Relógio d'Água - Som das Letras
 Nº 6 - Tachen / Pinguin - Som das Letras
 Nº 7 - D. Quixote - Som das Letras
 Nº 8 - Verbo / Asa - Livraria Barata
 Nº 9 - Âmbar / Civilização - Livraria Barata
 Nº10 - Bertrand / Gradiva - Livraria Barata
 Nº11 - Ed. Salesianas / Evarest / Dif. Bíblica - Livraria Salesiana
 Nº12 - Câmara Municipal de Évora
 Nº13 - Câmara Municipal de Évora
 Nº14 - Câmara Municipal de Évora
 Nº15 - Temas e Debates / Livros e Livros - ECL
 Nº16 - Livros do Brasil / Gostar - ECL
 Nº17 - Livros Horizonte / Quetzal - ECL
 Nº18 - Edições 70 / Vega - ECL
 Nº19 - Afrontamento / Ulmeiro - ECL
 Nº20 - Terramar / Âncora - ECL
 Nº21 - Campo das Letras / Campo da Comunicação - ECL
 Nº22 - Caminho / Avante - ECL
 Nº23 - Universidade de Évora
 Nº24 - IPPAR/ Direcção Regional de Évora
 Nº25 - Museu de Évora
 Nº26 - Casa do Sul / Aríon / Cendrev
 Nº27 - Estampa / Ausência - ECL
 Nº28 - Europa-América / Replicação - ECL
 Nº29 - Bizâncio / Lema - ECL
 Nº30 - Texto / Colares - ECL

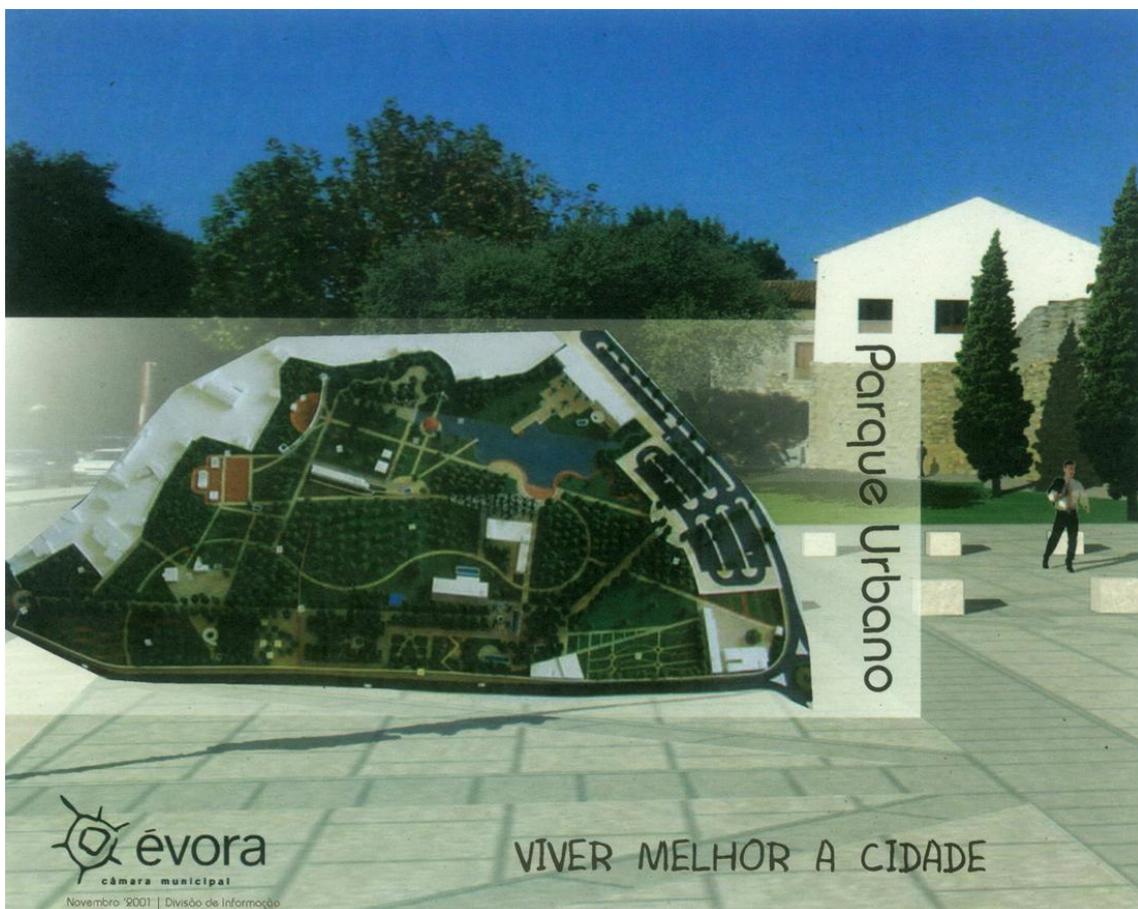
30	29	28	27	26	25	24	23	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	22	7	6	5	4	3	2	1

Praca de Giraldo

évora
câmara municipal

Organização: CME
 Colaboração: Sociedade Harmonia Eborense
 SOIR/Joaquim António D'Aguiar - Pátio do Cinema

Anexo 45. Folheto do Parque Urbano (Novembro de 2001). Design: Milideias. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 46. Capa do Mercado Municipal 1.º de Maio (2001). Design: Milideias. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



Anexo 47. Cartaz II Maratona BTT Cidade de Évora (05 de Outubro de 2008). Cartaz fornecido ao Gabinete de Design para impressão. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



**II MARATONA BTT
CIDADE DE ÉVORA**

05 OUTUBRO 2008

DISTÂNCIAS:
60 KM MARATONA CHALLENGE 100 KM MARATONA EXTREME

INSCRIÇÕES ATÉ 30.09.2008 ATRAVÉS DO SITE:
<http://www.gdsantoantonio.com/>

Organização:
G. D. C. BAIRRO DE
SANTO ANTÓNIO



Colaboração:



Apoio: C. M. ÉVORA



Design: Vanda Sim Sim, sim.sim@sapo.pt

Anexo 48. Cartaz 2.º Encontro de Bicicletas Clássicas do Alentejo (29 de Maio de 2010). Cartaz fornecido ao Gabinete de Design para impressão. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.



2º Encontro de Bicicletas Clássicas do Alentejo

29 de Maio de 2010
Évora
Templo Romano 10h

Informações e inscrições:
966216410/963509318
pasteiraclubedoalentejo@gmail.com
<http://pasteiraclubedoalentejo.blogspot.com>

PASTELARIA CLUB DO ALENTEJO
JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MAMÉ
Concelho de Évora
JPDESIGN
www.jpdesign.com.pt
ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIÓLOS
EVORA TABACARIA PARIS
RUA DA REPUBLICA, 19 - TEL. 266 704 569
TOPOS Clássicos Monte DA TORRE
ARRAIÓLOS
4Dimensão
associação para
diário do SUL
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
DELEGAÇÃO DE EVORA
Delta
Carlos João fotógrafo
Dr. Bayer
TELEFONIA do Alentejo
103.2 FM
RESTAURANTE Mr. Pickwick
Since 1988
www.evora.net/mrpickwick-mrsnob

Anexo 49. Cartaz VI Troféu Cidade de Évora (15 e 16 de Setembro de 2012). Cartaz fornecido ao Gabinete de Design para impressão. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

VI TROFÉU CIDADE DE ÉVORA

Carabina de Ar Comprimido

Pistola de Ar Comprimido

15/09/2012 e 16/09/2012



ORGANIZAÇÃO:



APOIOS:



Anexo 50. Cartaz Coral Évora 30 Anos (31 Janeiro de 2009). Cartaz fornecido ao Gabinete de Design para impressão. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

**CORAL
ÉVORA**
2009
30
anos

**coral
ÉVORA**

coro *orfeão*
misto do de
ABRANTES

**Igreja da
GRAÇA**

31 JANEIRO '09
17:30 H
entrada livre

CONCERTO
de aniversário

organização: 

apoios:  Município de Évora  Ministério Militar
Município de Évora  **diário do SUL**

manuel pinheiro

Anexo 51. Cartaz António Zambujo (30 de Abril). Cartaz fornecido ao Gabinete de Design para impressão. Documento arquivado no Gabinete de Design da Câmara Municipal de Évora.

Montepio **ANTÓNIO ZAMBUJO**
apresenta

*Um dos dez
melhores concertos
internacionais no
Brasil em 2009
Jornal Globo*

Novo CD

ANTÓNIO ZAMBUJO
CD

M/3

"António Zambujo é o guia nesta sua estrada, que é a do Fado, passa pelo Cante Alentejano, sempre visitando outras influências musicais. Afinal, o Fado também pode ser contemporâneo."

ÉVORA
TEATRO GARCIA de RESENDE
30 de ABRIL



Bilhetes à venda no local do concerto
Reservas: 266 703 112

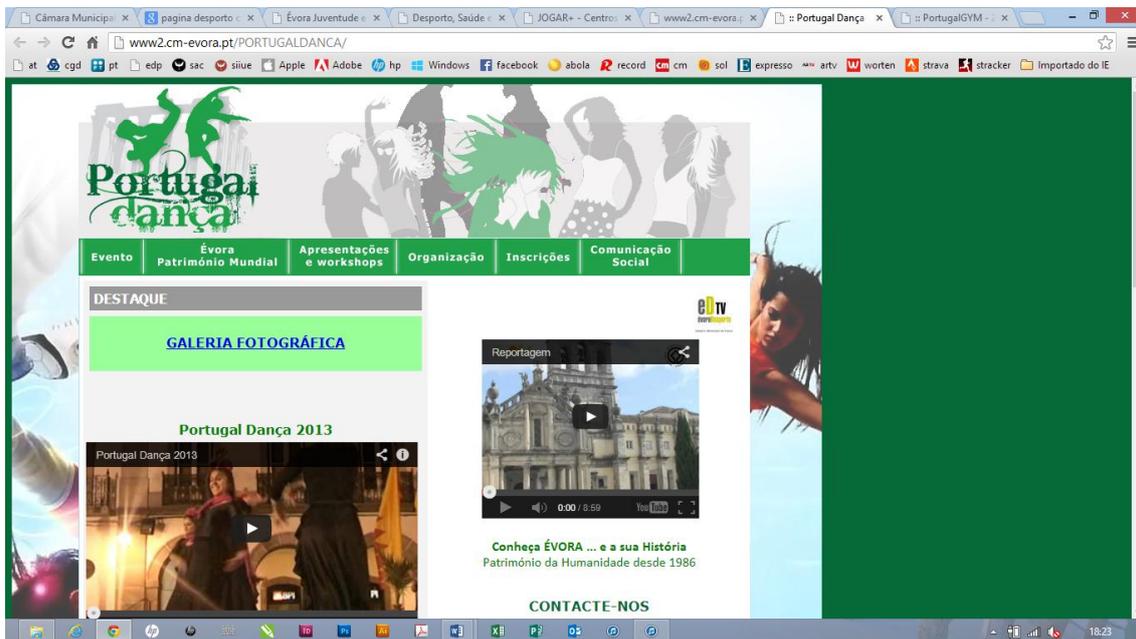
Anexo 52. Página web sobre Desporto sobre Jogar +. Fonte: www2.cm-evora.pt/jogarmais/



Anexo 53. Página web sobre o Futebol Inter-Freguesias. Fonte: www2.cm-evora.pt/interfreguesias/



Anexo 54. Página web sobre o Portugal Dança. Fonte: www2.cm-evora.pt/PORTUGALDANCA/



Anexo 55. Página web sobre o Portugalgym. Fonte: www2.cm-evora.pt/portugalgyM

